



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Câmpus – São Borja

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL – BACHARELADO



São Borja,

maio 2022

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

SERVIÇO SOCIAL – BACHARELADO

- ♣ Reitor: Roberlaine Ribeiro Jorge
- ♣ Vice-Reitor: Marcus Vinicius Morini Querol
- ♣ Pró-Reitor de Graduação: Shirley Grazieli da Silva Nascimento
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Graduação: Cesar Flaubiano da Cruz Cristaldo
- ♣ Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Fábio Gallas Leivas
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Chariston André Dal Belo
- ♣ Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Paulo Rodinei Soares Lopes
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Extensão e Cultura: Franck Maciel Peçanha
- ♣ Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários: Carlos Aurélio Dilli Gonçalves
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis e Comunitários: Bruno dos Santos Lindemayer
- ♣ Pró-Reitor de Administração: Fernando Munhoz da Silveira
- ♣ Pró-Reitora de Planejamento e Infraestrutura: Viviane Kanitz Gentil
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Infraestrutura: Fabiano Zanini Sobrosa
- ♣ Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Edward Frederico Castro Pessano
- ♣ Procurador Educacional Institucional: Michel Rodrigues Iserhardt
- ♣ Diretor do Câmpus: Valmor Rhoden
- ♣ Coordenador Acadêmico: Thiago da Silva Sampaio
- ♣ Coordenador Administrativo: Gustavo de Carvalho Luis
- ♣ Coordenador do Curso: Monique Soares Vieira
- ♣ Coordenador Substituto: Solange Emilene Berwing
- ♣ Núcleo Docente Estruturante: Prof. Dr. José Wesley Ferreira (Presidente); Prof.^a Dr.^a Rosilaine Coradini Guilherme (Secretária); Prof.^a Dr.^a Solange Emilene Berwig; Prof.^a D.^a Monique Soares Vieira; Prof.^a Dr.^a Simone Barros Oliveira; Prof. Dr. Jocenir de Oliveira Silva; Prof.^a Dr. Jorge Alexandre da Silva; Prof.^a Dr.^a Elisângela Maia Pessoa
- ♣ Comissão do Curso: Prof.^a Dr.^a Elisângela Maia Pessoa, Prof.^a Dr.^a Jaina Raqueli Pedersen; Prof.^a Dr.^a Jaqueline Carvalho Quadrado; Prof. Dr. Jocenir de Oliveira Silva; Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva; Prof. Dr. José Wesley Ferreira; Prof.^a

Dr.^a Monique Bronzoni Damascena; Prof.^a Dr.^a Monique Soares Vieira; Prof. Dr. Roberto Barboza Castanho; Prof.^a Dr.^a Rosilaine Coradini Guilherme; Prof.^a Dr.^a Simone Barros Oliveira; Prof.^a Dr.^a Solange Emilene Berwig; Prof. Dr. Walter Firmo Cruz

♣ Colaborador: Leandro Luiz Lied

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa de inserção da Unipampa na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul	
.....	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índices IDEB, IDHM e Índice de Exclusão Social	27
Tabela 2 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso	66
Tabela 3 - Matriz Curricular do Curso	70
Tabela 4 - Componentes Curriculares Completares de Graduação.....	79
Tabela 5 - Atividades de Ensino.....	120
Tabela 6 - Atividades de Pesquisa	122
Tabela 7 - Atividades de Extensão.....	124
Tabela 8 - Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão	126
Tabela 9 - Migrações.....	129
Tabela 10 - Instrumentos de avaliação	139
Tabela 11 - Instrumento de Avaliação dos Componentes Curriculares.....	169

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO.....	6
APRESENTAÇÃO.....	8
1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	10
1.1 Contextualização da Unipampa.....	10
1.2 Contexto da inserção regional do campus e do Curso	24
1.3 Concepção do Curso	30
1.3.1 Justificativa para a Criação do Curso de Serviço Social	36
1.3.2 Legislação	39
1.3.3 Histórico do Curso	42
1.4 Apresentação do Curso.....	46
1.4.1 Administração do Câmpus São Borja	47
1.4.2 Funcionamento do Curso	48
1.4.3 Formas de Ingresso	50
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	53
2.1 políticas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso	55
2.1.1 Políticas de Ensino	56
2.1.2 Políticas de Pesquisa	57
2.1.3 Políticas de Extensão	58
2.2 Objetivos do Curso.....	60
2.3 Perfil do Egresso	61
2.3.1 Política de Egressos	62
2.3.2 A Formação Continuada	62
2.3.3 Campos de Atuação Profissional do/a Assistente Social	63
2.3.4 Habilidades e Competências	65

2.4 Organização Curricular.....	65
2.4.1 Requisitos para integralização curricular	65
2.4.2 Matriz curricular	68
2.4.3 Abordagem dos Temas Transversais	76
2.4.4 Oferta de componente curricular em Libras	76
2.4.5 Meio Ambiente e educação ambiental	77
2.4.6 Educação em Direitos Humanos	77
2.4.7 História e Cultura Afro-brasileira e Povos Originários	78
2.4.8 Flexibilização Curricular	78
2.4.9 Componentes Curriculares Complementares de Graduação	79
2.4.10 Atividades Complementares de Graduação (ACG)	118
2.4.11 Mobilidade Acadêmica	127
2.4.12 Aproveitamento de Estudos	128
2.4.13 Migração curricular e equivalências	128
2.4.14 Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social	131
2.4.15 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	133
2.4.16 Inserção da extensão no currículo do curso	134
2.5 Metodologias de Ensino.....	138
2.5.1 Interdisciplinaridade	140
2.5.2 Práticas Inovadoras	141
2.5.3 Acessibilidade Metodológica	146
2.5.4 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem	156
2.6 Avaliação da aprendizagem.....	156
2.7 Apoio ao discente.....	159

2.7.1 Protagonismo Discente	166
2.8 Gestão do curso a partir do processo de avaliação interna e externa	167
3 EMENTÁRIO	170
4 GESTÃO	250
4.1 Recursos humanos	251
4.1.1 Coordenação de Curso	251
4.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	251
4.1.3 Comissão do Curso	254
4.1.4 Corpo docente	255
4.1.5 Corpo Discente	263
4.2 Recursos de infraestrutura	263
4.2.1 Espaços de trabalho	264
4.2.2 Biblioteca	264
4.2.3 Laboratórios	268
REFERÊNCIAS.....	276
ANEXOS E APÊNDICES	280
ANEXO A: REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA/ UNIPAMPA	282
ANEXO B: REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIPAMPA	286
ANEXO C: REGULAMENTO INTERNO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	320
ANEXO D: TERMO DE ANUÊNCIA.....	335
ANEXO E: PEDIDO DE MIGRAÇÃO DE MATRIZ CURRICULAR DE CURSO DE GRADUAÇÃO	336
ANEXO F: CRITÉRIOS PARA QUEBRA DE PRÉ-REQUISITOS.....	337
ANEXO G - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	341

ANEXO H – PROGRAMA UNIPAMPA CIDADÃ 347

IDENTIFICAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

- ♣ Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
- ♣ Natureza Jurídica: Fundação Federal
- ♣ Criação/Credenciamento: Lei 11.640, 11/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 14/01/2008
- ♣ Credenciamento EaD: Portaria MEC 1.050 de 09/09/2016, publicada no D.O.U. de 12/09/2016
- ♣ Recredenciamento: Portaria MEC 316 de 08/03/2017, publicada no D.O.U. de 09/03/2017
- ♣ Conceito Institucional: 3
- ♣ Site: www.unipampa.edu.br

REITORIA

- ♣ Endereço: Avenida General Osório, n.º 900
- ♣ Cidade: Bagé/RS
- ♣ CEP: 96400-100
- ♣ Fone: + 55 53 3240-5400
- ♣ Fax: + 55 53 32415999

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

- ♣ Endereço: Rua Melanie Granier, n.º 51
- ♣ Cidade: Bagé/RS
- ♣ CEP: 96400-500
- ♣ Fone: + 55 53 3247-5445 Ramal 4803 (Gabinete)
- ♣ Fone: + 55 53 3242-7629 5436 (Geral)
- ♣ E-mail: prograd@unipampa.edu.br

CÂMPUS SÃO BORJA

- ♣ Endereço: Endereço Prédio Acadêmico I: Rua Vereador Alberto Benevenuto, 3200, Bairro Passo; Endereço Prédios Acadêmicos II e III: Rua Monsenhor Patrício Petit Jean, 3295, Bairro Passo.
- ♣ Cidade: São Borja / RS
- ♣ CEP: 97670-000
- ♣ Fone: +55 (55) 3430 9850 e +55 (55) 3430 9853

- ♣ E-mail: saoborja@unipampa.edu.br
- ♣ Site: <https://unipampa.edu.br/saoborja/>

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- ♣ Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas
- ♣ Nome do curso: Serviço Social
- ♣ Grau: Bacharelado
- ♣ Código e-MEC: Curso SS: 103439
- ♣ Titulação: Bacharel(a) em Serviço Social
- ♣ Turno: Integral.
- ♣ Integralização: 08 semestres
- ♣ Duração máxima: 100% da integralização
- ♣ Carga horária total: 3.090 horas
- ♣ Periodicidade: semestral
- ♣ Número de vagas (autorizadas): 50
- ♣ Modo de Ingresso: Sistema de Seleção Unificada (SiSU), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) entre outras modalidades de ingresso definidas pela instituição
- ♣ Data de início do funcionamento do Curso: 16/10/2006
- ♣ Atos regulatórios de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso: Autorização para funcionamento do Curso: aprovada em Reunião do Conselho da Unipampa (CONSUNI), em 25 de agosto de 2011, conforme Ata n. 20/2018; Reconhecimento do Curso: PORTARIA Nº. - 492, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011, publicada no Diário Oficial da União nº. 246, em 23 de dezembro de 2011.
- ♣ Página web do curso: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/servicosocial/>
- ♣ Contato: sbss@listas.unipampa.edu.br

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), que está em consonância com o projeto de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Serviço Social – Resolução n. 15 de 13 de março de 2002, com as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2019-2023.

Este curso baseia-se em uma perspectiva interdisciplinar, presencial, que visa qualificar os/as futuros/as profissionais para apreender a questão social e intervir sobre ela por meio de sua inserção como assistente social no mundo do trabalho nas esferas estatal, privada e no terceiro setor. A perspectiva interdisciplinar considera a base epistemológica marxiana e marxista como transversal aos conteúdos trabalhados interdisciplinarmente por meio das diferentes áreas do saber.

O Curso tem duração de 04 (quatro) anos, objetivando formar profissionais capacitados/as para intervir na questão social em suas múltiplas expressões. Visa contribuir com o desenvolvimento da pesquisa e da produção intelectual na área de conhecimento do Serviço Social ao estudo da questão social.

Em consonância, portanto, ao que dispõe tanto as Diretrizes Gerais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), como as diretrizes curriculares nacionais para o Serviço Social que recomendam que a formação em Serviço Social ofereça subsídios aos estudantes para apreender a questão social em suas dimensões universais, singulares e particulares para a intervenção nas manifestações da contradição entre capital e trabalho que se apresentam como demandas de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais.

Neste sentido, o curso propõe o desenvolvimento das competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas e ancora-se na questão social como eixo articulador dos conteúdos dos componentes curriculares com o intuito de capacitar os/as futuros/as assistentes sociais para o exercício profissional.

Ressalta-se, também, a contribuição do curso para o processo de construção e construção da cidadania a partir da análise das múltiplas expressões da questão social e de intervenções sobre elas, por meio da formação de grupos de pesquisa e de programas, projetos e ações de extensão com base na resolução 317/2021 e

Instrução Normativa nº 18/2021, que tratam da inserção da extensão no processo de formação profissional dos discentes da Universidade Federal do Pampa. O curso também estabelece convênios e intercâmbios de cooperação científica com instituições nacionais e internacionais. No caso destas últimas, sem dúvida, um passo importante a ser dado, inclusive considerando a proximidade geográfica, é a construção de pontes de colaborações institucionais com universidades da Argentina, do Uruguai e do Paraguai.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIPAMPA

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) é produto da organização coletiva da comunidade regional que reivindicou sua instalação na região da fronteira do Rio Grande do Sul. O Estado brasileiro absorveu a demanda da comunidade e inseriu-a no programa de expansão e renovação de instituições federais de ensino superior. A Unipampa foi planejada com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento da metade sul¹ do Estado do Rio Grande do Sul e sua instalação busca favorecer a integração da região da fronteira.

A criação da Universidade Federal do Pampa é marcada por intencionalidades, dentre essas o direito à educação superior pública e gratuita por parte dos grupos que historicamente estiveram à margem do ensino superior gratuito. Sua instalação na região da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, – denominada de Região da Campanha e Fronteira Oeste - região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento, edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas.

A história de formação do Rio Grande do Sul explica parte desse processo, porque com a destinação de terras para grandes propriedades rurais, como forma de proteger as fronteiras conquistadas, culminou num sistema produtivo agropecuário que sustentou o desenvolvimento econômico da região por mais de três séculos. Com o declínio dessa atividade e a falta de alternativas em outras áreas produtivas que pudessem estimular a geração de trabalho e renda na região, no final do século XX, acentuou-se baixos índices econômicos e sociais (PDI, 2019-2023).

A expectativa das comunidades que lutaram pela criação da Unipampa perpassa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser assertiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolam as

¹ A expressão metade sul do estado se refere a região sul do Estado do Rio Grande do Sul que é considerada a região economicamente mais pobre do Estado.

barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados. Esses compromissos foram premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da Instituição, bem como para a definição de sua missão e visão (PDI, 2019-2023).

A Unipampa foi instalada no dia vinte e sete de julho de dois mil e cinco, em ato público na cidade de Bagé, onde foi inaugurada a Reitoria na Avenida General Osório, nº 900 – Bagé, Rio Grande do Sul. Cep: 96400-100.

Na ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul para instalação da nova universidade. Em 22 de novembro de 2005, foi assinado o acordo de cooperação técnica entre Ministério da Educação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), com a finalidade de ampliar a educação superior no Rio Grande do Sul. A UFSM ficou responsável por implantar os *campi* localizados em São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel; a UFPeL instalou os *campi* de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento.

Em setembro de 2006, tiveram início as atividades acadêmicas nos *campi* vinculados à UFPeL; em outubro do mesmo ano, os *campi* vinculados à UFSM. Em março de 2007, foi constituída a Comissão de Implantação da UNIPAMPA com a finalidade de instalar a nova universidade. Em janeiro de 2008, a Lei 11.640 institui a Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) que passou a existir de forma autônoma em relação ao consórcio que anteriormente a vinculava com as instituições tutoras.

A presença da UNIPAMPA é fundamental para o desenvolvimento sustentável no âmbito local e regional no território da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul.

O que é possível mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão contribuem com a melhoria da qualidade de vida da população, ao proporcionar a problematização e a intervenção nas demandas da comunidade e o aproveitamento das potencialidades locais.

Portanto, uma das justificativas para a criação e implantação da universidade nessa região, está ligada ao reconhecimento e a importância da educação como processo formativo e transformador na vida dos seres humanos, bem como enquanto

um dos pilares para o desenvolvimento político-econômico, sociocultural e educacional de regiões de fronteira, como a Metade Sul do Rio Grande do Sul. Assim, a Unipampa amplia o acesso à educação e favorece o desenvolvimento das potencialidades econômicas, sociais e culturais da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul.

A Universidade Federal do Pampa está distribuída entre Câmpus instalados nas cidades de Alegrete, Bagé, São Borja, São Gabriel, Uruguaiana, Santana do Livramento, São Gabriel, Itaqui, Dom Pedrito, Jaguarão e Caçapava do Sul. Os dez *campi* são organizados administrativamente por Direção, Coordenação Acadêmica, Coordenação Administrativa e Coordenação de Curso.

A Unipampa garante a interiorização da educação pública e preenche lacunas geográficas, ocupando espaços em regiões nas quais a vulnerabilidade social impede o acesso das populações menos favorecidas economicamente ao ensino superior e, de modo consequente, contribui com o desenvolvimento regional. A instalação da universidade constitui-se como um investimento do Governo Federal que favorece a ampliação do atual percentual de estudantes matriculados no ensino superior público.

Missão

A Unipampa, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

Visão

A Unipampa busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento e principalmente com a formação de agentes para atuar em prol da região, do país e do mundo.

A Unipampa adota os seguintes princípios orientadores de acordo com o Projeto Desenvolvimento Institucional (2019-2023, p. 25):

- ♣ Formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade.

- ♣ Excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas.
- ♣ Sentido público, manifestado por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional para a construção de uma nação justa e democrática.

Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do Consórcio Universitário da Metade Sul para instalação da nova universidade realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os *campi*. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da Unipampa.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da Unipampa que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura Unipampa, que se materializou em 11 de janeiro de 2008 (PDI, 2019-2023).

Foi instituída pelo Ministério da Educação uma gestão pró-tempore, coordenada pela nomeada Reitora Maria Beatriz Luce e Vice-Reitor Norberto Hoppen. Nessa gestão, foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores/as e os Diretores/as de Câmpus, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. No entanto, na perspectiva de garantir a democracia, ainda ao final de 2008, foram realizadas eleições para a Direção dos

campi, nas quais foram eleitos os/as Diretores/as, Coordenadores/as Acadêmicos/as e Coordenadores/as Administrativos/as.

Em fevereiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), composto de forma a garantir a representatividade da comunidade interna e externa com prevalência numérica de membros eleitos. O CONSUNI, a partir de sua criação, produziu um amplo aparato normativo. Dentre outras, devem ser destacadas as Resoluções que regulamentam o desenvolvimento de pessoal; os afastamentos para a pós-graduação; os estágios; os concursos docentes; a distribuição de pessoal docente; a prestação de serviços; o uso de veículos; as gratificações relativas a cursos e concursos; as eleições universitárias; a colação de grau; o funcionamento das Comissões Superiores e da Comissão Própria de Avaliação. Pela sua relevância, a aprovação do Regimento Geral da Universidade, ocorrida em julho de 2010, simboliza a profundidade e o alcance desse trabalho coletivo, indispensável para a implantação e consolidação institucional.

Visando dar cumprimento ao princípio de publicidade, as reuniões do CONSUNI são transmitidas, ao vivo, pela Internet, para toda a Instituição, e as resoluções, pautas e outras informações são publicadas na página web. No final do ano de 2011, realizou-se a primeira eleição de reitorado da Universidade e, no final do ano de 2012, eleições para o segundo mandato dos dirigentes dos *campi* e coordenadores/as de cursos (PDI, 2019-2023).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023), a criação da Universidade Federal do Pampa é marcada por intencionalidades, dentre essas o direito à educação superior pública e gratuita por parte dos grupos que historicamente estiveram à margem deste nível de ensino. Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas.

A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolem as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados. Esses compromissos foram premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da

Instituição, bem como para a definição de sua missão e do desejo de vir a ser (visão de futuro).

Valores

- ♣ Ética;
- ♣ Transparência e interesse público;
- ♣ Democracia;
- ♣ Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais;
- ♣ Garantia de condições de acessibilidade;
- ♣ Liberdade de expressão e pluralismo de ideias;
- ♣ Respeito à diversidade;
- ♣ Indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- ♣ Ensino superior gratuito e de qualidade;
- ♣ Formação científica sólida e de qualidade;
- ♣ Exercício da cidadania;
- ♣ Visão multi, inter e transdisciplinar do conhecimento científico;
- ♣ Empreendedorismo, produção e difusão de inovação tecnológica;
- ♣ Desenvolvimento regional e internacionalização;
- ♣ Medidas para o uso sustentável de recursos renováveis; e
- ♣ Qualidade de vida humana (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2019).

A Fundação Universidade Federal do Pampa é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das Instituições Federais de Educação Superior, incentivada pelo Governo Federal desde a segunda metade da primeira década de 2000. Veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com problemas no processo de desenvolvimento, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior gratuito e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino Superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As instituições componentes do consórcio, apresentadas anteriormente, foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da futura Instituição, sendo estes: câmpus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; câmpus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e Inglês); câmpus Caçapava do Sul: Geofísica; câmpus Dom Pedrito: Zootecnia; câmpus Itaqui: Agronomia; câmpus Jaguarão: Pedagogia e Licenciatura em Letras (Português e Espanhol); câmpus Santana do Livramento: Administração; câmpus São Borja: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e o Curso de Serviço Social; câmpus São Gabriel: Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; câmpus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; totalizando 27 cursos de graduação.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2008, p.1).

No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação.

Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição pro tempore, teve como principal responsabilidade integrar os campi criados

pelas instituições componentes do consórcio que deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. Nessa gestão foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e os Diretores de câmpus, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. Ainda em 2008, ao final do ano, foram realizadas eleições para a Direção dos campi, nas quais foram eleitos os Diretores, Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores Administrativos.

Objetivos e metas da instituição

A partir de demandas anunciadas pela comunidade acadêmica e a comunidade local onde a universidade está inserida, a Unipampa se desenvolve articulada em quatro eixos estruturantes que especificam as ações a serem realizadas nos próximos cinco anos: excelência acadêmica, aperfeiçoamento institucional, desenvolvimento humano e compromisso social.

Dentre os temas que compõem o eixo excelência acadêmica estão: a tríade ensino, pesquisa e extensão; bibliotecas; inovação; desenvolvimento sustentável; interdisciplinaridade; manutenção e ampliação dos laboratórios de ensino; e outras.

O eixo aperfeiçoamento institucional, inclui temáticas afeitas à gestão; à infraestrutura; à comunicação; à consolidação das relações internacionais; e a outras áreas. No eixo dimensão humana são trabalhados temas como: dimensionamento de pessoal; encargos docentes; políticas de qualificação e capacitação do corpo de servidores, dentre outros. No último eixo, denominado compromisso social, estão compreendidas: as ações afirmativas; a temática da acessibilidade; às políticas voltadas aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, dentre outras temáticas (PDI, 2019-2023).

Na Unipampa, a partir de sua concepção pedagógica, pretende formar egressos/as críticos/as e com autonomia intelectual. Essa construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciada e comprometida com as necessidades contemporâneas locais e globais.

Para alcançar esse propósito, torna-se fundamental ter estruturas curriculares flexíveis, que ultrapassem os domínios dos componentes curriculares, valorizem a relação teórico-prática. Torna-se, ainda, imprescindível a existência de um corpo docente que se comprometa com a realidade institucional, que tenha capacidade reflexiva, que seja permanentemente qualificado, de forma a responder aos desafios contemporâneos da formação acadêmico-profissional.

Nesta perspectiva, o ensino será pautado pelos seguintes princípios específicos pautados pelo PDI (2019-2023, p. 28-29):

- ♣ Formação cidadã, que atenda o perfil do egresso autônomo, participativo, responsável, crítico, pesquisador, criativo, ético, reflexivo, comprometido com o desenvolvimento e capaz de agir e interagir num mundo globalizado;
- ♣ Compromisso com a articulação entre educação básica e educação superior, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas e da extensão de forma que aproximem os dois níveis acadêmicos;
- ♣ Qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos em sintonia com as demandas da educação superior nacional e internacional, na flexibilidade, acessibilidade e inovação das práticas pedagógicas, na avaliação e no conhecimento pautado na ética e comprometido com os interesses da sociedade;
- ♣ Universalidade de conhecimentos e concepções pedagógicas, valorizando a multiplicidade, interculturalidade, multi e interdisciplinaridade de saberes e práticas, e a apreensão de conceitos e paradigmas inovadores, como forma de possibilitar ao indivíduo o pleno exercício da cidadania responsável, assim como a qualificação profissional, condições indispensáveis para sua inserção e ascensão na sociedade;
- ♣ Autonomia e aprendizagem contínua, como centro do processo educativo, a partir de uma pedagogia que promova o protagonismo do aluno e sua participação ativa na vida acadêmica;
- ♣ Equidade de condições para acesso, permanência e sucesso no âmbito da educação superior, considerando-a como bem público e direito universal do cidadão, capaz de contribuir para a redução de desigualdades sociais, regionais e étnico-culturais;

- ♣ Inovação pedagógica, que reconhece formas interculturais de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos;
- ♣ Extensão como eixo da formação acadêmica, garantindo a articulação, por meio da sua inserção na matriz curricular dos cursos de graduação, fortalecendo a relação entre a teoria e a prática profissional com potencial de inserção na sociedade e, especialmente, na comunidade regional;
- ♣ Pesquisa como princípio educativo, como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação, em que a pesquisa e a inovação atendam demandas regionais, assim como a internacionalização seja um eixo presente em ambos os níveis;
- ♣ Institucionalização da mobilidade acadêmica nacional e internacional, na forma de intercâmbios, estágios e programas de dupla titulação, tendo a internacionalização presente com eixo norteador em nível de graduação e pós-graduação;
- ♣ Inserção internacional desenvolvendo uma política linguística no nível de graduação, pós-graduação e gestão, por meio do ensino de língua inglesa, sem fragilizar o contexto regional de fortalecimento da língua portuguesa, espanhola, LIBRAS, mandarim e línguas minoritárias.

O Curso de Serviço Social da Unipampa considera a extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico, nos territórios em que a universidade está inserida. Esse eixo deve articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, com isso, viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

Nessa concepção, a extensão assume o papel de promover essa articulação entre a universidade e a sociedade, seja no movimento de compartilhar o conhecimento até a sociedade, seja no de realimentar suas práticas acadêmicas a partir dessa relação dialógica entre os diversos setores da universidade e da sociedade. Desta forma, se desenvolve um caráter dinâmico e significativo de vivências proporcionadas aos estudantes e demais extensionistas, através das ações de extensão, estimulando que a própria universidade repense a estrutura curricular existente numa perspectiva da flexibilização curricular (PDI, 2019-2023).

A Política de Extensão deve ser pautada pelos seguintes princípios específicos de acordo com o PDI (2019-2023, p. 32):

- ♣ Valorização da extensão como prática acadêmica;
- ♣ Impacto e transformação: cada atividade de extensão da Universidade deve contribuir efetivamente para a mitigação dos problemas sociais e o desenvolvimento da região;
- ♣ Interação dialógica: as ações devem propiciar o diálogo entre a Universidade e a comunidade externa, entendido numa perspectiva de mão dupla de compartilhamento de saberes. A extensão deve promover o diálogo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas e, ao mesmo tempo, deve contribuir para o diálogo permanente no ambiente interno da Universidade;
- ♣ Contribuição com ações que permitam a integralização do Plano Nacional de Educação;
- ♣ Interdisciplinaridade: as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;
- ♣ Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: as ações de extensão devem integrar todo o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. As ações indissociáveis podem gerar aproximação com novos objetos de pesquisa, revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do egresso como para a renovação do fazer acadêmico;
- ♣ Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, que propiciem o desenvolvimento e livre acesso à arte na região em suas variadas expressões;
- ♣ Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;
- ♣ Contribuição para a formação profissional e cidadã dos discentes.

A política de pesquisa na Unipampa se dá a partir da relação desse eixo com o ensino e a extensão, o que possibilita uma leitura contínua e crítica da realidade. As atividades de pesquisa devem estar voltadas à geração de conhecimento, associando

ações pedagógicas que envolvam acadêmicos de graduação e de pós-graduação. Para isso, são incentivadas práticas, como a formação de grupos de pesquisa que promovam a interação entre docentes, discentes e técnicos administrativos.

O enfoque de pesquisa, interligado à ação pedagógica, deve desenvolver habilidades nos discentes, tais como: a busca de alternativas para a solução de problemas, o estabelecimento de metas, a criação e a aplicação de modelos e a redação e a difusão da pesquisa de forma a gerar o conhecimento científico (PDI, 2019-2023).

A pesquisa e a pós-graduação segundo o PDI (2019-2023, p. 30), serão pautadas pelos seguintes princípios específicos.

- ♣ Formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico;
- ♣ Difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação;
- ♣ Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentável e regional;
- ♣ Incentivo a programas de colaboração em redes de pesquisa nacional e internacional;
- ♣ Viabilização de programas e projetos de cooperação técnico-científicos e intercâmbio de docentes no País e no exterior, por meio de parcerias com instituições de pesquisa e desenvolvimento.

A criação da estrutura *multicampi* favorece o desenvolvimento da metade sul do Estado. São ofertados na Instituição 67 cursos presenciais e 6 cursos a distância de graduação, entre bacharelados, licenciaturas e cursos superiores em tecnologia, com 3.240 vagas disponibilizadas anualmente. Conforme os dados de 2020, a Universidade conta com um corpo de servidores composto por 918 docentes e 889 técnicos-administrativos em educação, os quais proporcionam apoio para atender os discentes nos cursos de graduação ofertados:

- ♣ Câmpus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; Engenharia Agrícola, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações;
- ♣ Câmpus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energia,

Física, Química, Matemática, Letras - Português, Letras - Línguas Adicionais Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas e Música;

- ♣ Câmpus Caçapava do Sul: Geofísica, Ciências Exatas, Geologia, Mineração e Engenharia Ambiental e Sanitária;
- ♣ Câmpus Dom Pedrito: Zootecnia, Enologia, Agronegócio, Ciências da Natureza e Educação do Campo;
- ♣ Câmpus Itaqui: Agronomia, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Matemática e Engenharia de Agrimensura;
- ♣ Câmpus Jaguarão: Pedagogia, Pedagogia (EaD/UAB), Letras - Português e Literatura de Língua Portuguesa, Letras – Espanhol e Literatura Hispânica, Letras – Português (EaD/UAB), História, Gestão de Turismo e Produção e Política Cultural;
- ♣ Câmpus Santana do Livramento: Administração, Administração Pública (EaD/UAB), Ciências Econômicas, Direito, Relações Internacionais e Gestão Pública;
- ♣ Câmpus São Borja: Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Relações Públicas, Serviço Social, Ciências Sociais – Ciência Política, Direito, Geografia (EaD/UAB), História (EaD/UAB) e Ciências Humanas (Licenciatura);
- ♣ Câmpus São Gabriel: Ciências Biológicas (Bacharelado), Ciências Biológicas (Licenciatura), Engenharia Florestal, Gestão Ambiental e Biotecnologia;
- ♣ Câmpus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia, Ciências da Natureza, Medicina Veterinária, Medicina, Aquicultura, Engenharia de Aquicultura, Educação Física, Ciências da Natureza (EaD/UAB) e Fisioterapia.

A instituição também oferece cursos de pós-graduação, em nível de especializações, mestrados e doutorados. Atualmente, de acordo com informações do site da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação, na UNIPAMPA, encontram-se em funcionamento 25 (vinte e cinco) programas de pós-graduação *stricto sensu* (20 mestrados e 5 doutorados) e 21 (vinte e um) programas de pós-graduação *lato sensu* (especialização), nos 10 (dez) *campi* da UNIPAMPA:

Modo *Stricto sensu*

- ♣ Câmpus Alegrete: Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia, Mestra Profissional em Engenharia de Software;
- ♣ Câmpus Bagé: Mestrado Profissional em Ensino de Ciências; Mestrado Profissional em Ensino de Línguas; Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada, Mestrado Acadêmico em Ensino, Mestrado Acadêmica em Ciência e Engenharia de Materiais;
- ♣ Câmpus Caçapava do Sul: Mestrado Profissional em Tecnologia Mineral, Mestrado Profissional em Educação Matemática;
- ♣ Câmpus Jaguarão: Mestrado Profissional em Educação;
- ♣ Câmpus Santana do Livramento: Mestrado Acadêmico em Administração;
- ♣ Câmpus São Borja: Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Mestrado Profissional em Comunicação e Indústria Criativa;
- ♣ Câmpus São Gabriel: Mestrado Acadêmico em Ciências Biológicas; Doutorado em Ciências Biológicas;
- ♣ Câmpus Uruguaiana: Mestrado Acadêmico em Bioquímica; Mestrado Acadêmico em Ciência Animal; Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas; Mestrado Acadêmico em Ciências Fisiológicas; Mestrado Acadêmico em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Doutorado em Bioquímica; Doutorado Acadêmico em Ciência Animal, Doutorado em Ciências Fisiológicas, Doutorado Acadêmico em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

Modo *Lato Sensu*

- ♣ Câmpus Bagé: Especialização em Modelagem Computacional em Ensino, Experimentação e Simulação; Gestão de Processos Industriais Químicos; Ensino de Matemática no Ensino Médio (Matemática na Prática) (UAB).
- ♣ Câmpus Caçapava do Sul: Especialização em Educação Científica e Tecnológica;
- ♣ Câmpus Dom Pedrito: Especialização em Produção Animal; Especialização em Agronegócio; Especialização em Ensino de Ciências da Natureza: práticas e processo formativo;
- ♣ Câmpus Itaqui: Especialização em Desenvolvimento Regional e Territorial; Especialização em Tecnologia dos Alimentos.

- ♣ Câmpus Santana do Livramento: Especialização Relações Internacionais Contemporâneas;
- ♣ Câmpus São Borja: Especialização em Políticas de Atenção à Criança e Adolescente em Situação de Violência; Especialização em Mídia e Educação; Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar.
- ♣ Câmpus Uruguaiana: Especialização em História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; Especialização em Gestão em Saúde (UAB); Especialização em Fisioterapia em Neonatologia e Pediatria; Especialização em Neurociência Aplicada à Educação; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária.

O Câmpus São Borja conta em 2022 com um total de: 67 docentes efetivos, 04 docentes substitutos, 42 Técnicos Administrativo em Educação, 1.554 alunos de graduação, sendo que destes 126 estão matriculados no Curso de Serviço Social. Segundo os dados da Secretaria Acadêmica do Câmpus São Borja, ao longo desses 15 anos, o curso de Serviço Social já formou 357 alunos de graduação.

1.2 CONTEXTO DA INSERÇÃO REGIONAL DO CÂMPUS E DO CURSO

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) fez parte do programa de expansão das universidades federais no Brasil. Um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), visionou a ampliação do Ensino Superior na metade sul do estado do Rio Grande do Sul.

A expansão da educação pública superior, com a criação da Universidade Federal do Pampa, além de concretizar o atendimento de uma demanda de cidadania da população, permite que a população permaneça em sua região de origem, e adquira as informações necessárias para impulsionar o progresso de sua região, no momento em que se dispõe de formação qualificada de recursos humanos, e aumenta-se a cidadania de seus habitantes, tendo, como consequência, o surgimento

de novas famílias, cujos filhos vislumbrarão opções para que se desenvolvam sociedades cultural e economicamente independentes².

O mapa a seguir (figura 01) demonstra a localização regional dos dez Câmpus da Unipampa distribuídos pelos Estado do Rio Grande do Sul no território fronteiriço.

Figura 01: Mapa de inserção da Unipampa na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul



Fonte: Unipampa (2016)³.

O município de São Borja tem a sua origem no município de Rio Pardo, criado pela Resolução do Presidente da Província em Conselho em 11 de março de 1833 quando passou a pertencer em definitivo ao Império Brasileiro, pois antes desta data, pertenceu à Coroa Espanhola, fazendo parte das reduções jesuíticas, constituindo-se como o primeiro dos Sete Povos das Missões. São Borja, fundada em 1.682, historicamente pertence à região das Missões, porém, geograficamente, tem elementos que a identificam com outros municípios da Fronteira-Oeste.

A cidade limita-se ao Norte com os municípios de Garruchos e Santo Antônio das Missões (Brasil); ao Sul, faz divisa com Maçambará e Itaqui; a Leste, com os

² Disponível em: <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/universidade> Acesso em: 23/08/2016.

³ Mapa de inserção da Universidade Federal do Pampa - Unipampa. 2016. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/geologia/unipampa/> Acesso em 18/04/2021.

municípios de Itacurubi e Unistalda e, a oeste, com a cidade de Santo Tomé, na Argentina (limite demarcado pelo Rio Uruguai), estando distante 595 km da capital do Estado (Porto Alegre).

O turismo ainda é incipiente, com foco em atividades desportivas, sobretudo esportes náuticos e pesca amadora, turismo rural e ecoturismo e, principalmente, o turismo cultural, visto ser o berço de dois presidentes da República – Getúlio Vargas e João Goulart, ambos sepultados em São Borja, assim como o estadista e ex-governador Leonel Brizola. A história é preservada por museus de significativa importância histórico-cultural.

O município de São Borja, pertencente ao Conselho de Desenvolvimento Regional - COREDE Fronteira Oeste, possui uma população de 59.624 habitantes (IBGE, 2019), com uma área de 3.616,0 Km² e uma densidade populacional de 16,5 hab./Km². Esses dados indicam grande vazão populacional para uma área significativa onde a população concentra-se na área urbana. Essa situação é decorrente de um longo processo de concentração de terras que nos remonta ao século XIX e a um modelo econômico concentrador na pecuária extensiva, passando nas décadas de 1970 e 1980 do século XX para a produção extensiva do arroz, ou seja, mudou a matriz produtiva, mas permaneceu a grande propriedade como dominante na produção.

O êxodo tanto rural como urbano é caracterizado pela falta de indústrias, a maioria dos empregos formais giram em torno da prefeitura municipal, exército, universidades, instituto federal e poucas indústrias. Muitos sujeitos em idade jovem e adulta vêm buscando oportunidades de emprego na capital do estado e principalmente em outras regiões do país.

Alguns indicadores econômicos corroboram e reforçam a situação de fragilidade econômica. Em 2018 o Produto Interno Bruto, preço de mercado - PIBpm -, foi de R\$ 1.905.563,52, e o Produto Interno Bruto – PIB per capita, em 2018 foi de R\$ 31.467,27. A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais foi de 6,51% (IBGE, 2010). O coeficiente de mortalidade infantil em 2018 foi de 7,86 por mil nascidos vivos. Esses indicadores mostram a persistência de condições precárias,

principalmente no acesso à saúde, apesar da expectativa de vida ao nascer em 2010, conforme o último censo demográfico ter chegado há 76,61 anos (FEE, 2021)⁴.

Em âmbito regional, essa realidade sociopolítico-cultural de São Borja se vê agravada por uma realidade econômica também comum a toda a Metade Sul do Estado que, em termos econômicos, acaba significando a "metade mais pobre" do Rio Grande do Sul. Estudos comparativos entre a fronteira e a região central do Estado do Rio Grande do Sul contribuem para perceber uma assimetria socioeconômica entre os municípios que compõem estas duas regiões. A própria distância da capital fragiliza as possibilidades de acesso a políticas públicas, qualificação profissional e expansão industrial (GUINDANI; GUINDANI; NASCIMENTO, 2014).

A contextualização da região da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul e as características de São Borja, onde está o curso de Serviço Social, apontam para um cenário marcado por profundas desigualdades regionais e com baixos índices das metas do IDEB, baixos índices no IDH que demonstram - concentração de renda, falta de acesso a bens e serviços e falta de condições de vida da população, como demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Índices IDEB, IDHM e Índice de Exclusão Social

Demonstrativos dos índices IDEB, IDHM e Índice de Exclusão Social dos municípios que compõem as Coordenadorias a serem beneficiadas diretamente com implantação da UNIPAMPA, especialmente as CRE em territórios fronteiriços.

⁴ Dados socioeconômicos de São Borja. Disponíveis em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=S%E3o+Borja> Acesso em 18/04/2021.

Coordenadoria Regional de Educação	Município de referência	População (Censo 2010)	IDEB 2011⁵	IDHM (2014)⁶
35ª CRE Território de Fronteira	Capão do Cipó	3.107	3,6	0,672
	Itacurubi	3.441	2,9	0,657
	Maçambará	4.742	2,8	0,684
	São Borja	61.662	3,6	0,798
	Garruchos	3.233	4,5	0,715
	Unistalda	2.453	5,0	0,746
	Santiago	49.082	4,2	0,816
32ª CRE Território de Fronteira	Bossoroca	6.884	3,3	0,692
	Caibaté	4.954	3,4	0,719
	Dezesseis de Novembro	2.866	2,4	0,654
	Mato Queimado	1.799	NC	0,717
	Pirapó	2.7570	2,9	0,669
	Porto Xavier	10.558	4,3	0,723
	Rolador	2.546	3,5	0,689
	Roque Gonzales	7.203	3,3	0,688
	Santo Antônio das Missões	11.210	2,6	0,686
	São Luiz Gonzaga	34.556	3,6	0,741
	São Nicolau	5.727	3,4	0,645
10ª CRE Território de Fronteira	Alegrete	77.673	3,8	0,793
	Barra do Quaraí	4.016	4,0	0,777
	Itaqui	38.166	3,5	0,801
	Manoel Viana	7.074	3,8	0,754
	Uruguaiana	125.507	3,8	0,788
19ª CRE Território de Fronteira	Quaraí	23.021	2,5	0,704
	Rosário do Sul	39.707	NC	0,699
	Santa Margarida do Sul	2.352	4	0,663
	Santana do Livramento	82.464	5,6	0,727
	São Gabriel	60.425	2,7	0,699

Fonte: Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul (2019); IDEB (2017).

Em termos de desenvolvimento econômico e social, pode-se observar pelos índices elucidados na Tabela 1, que essa parte do Estado, salvo exceções, está abaixo do índice geral Estadual do IDHM do Estado do Rio Grande do Sul de 0,746 e do nacional de 0,778. Outro aspecto a ser considerado é que na totalização dos municípios identificados como região a ser atendida diretamente em decorrência da proximidade territorial são majoritariamente municípios de pequeno porte I e II⁷. Esta

⁵ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) referente ao 9º ano das escolas públicas dos referidos municípios em análise.

⁶ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

⁷ Municípios de pequeno porte I são aqueles com até 20.000 habitantes. Os Municípios de pequeno porte II têm entre 20.000 e 50.000 habitantes.

condição impõe uma série de desafios no desenvolvimento regional, ainda mais se levado em consideração o processo de latifúndio expressivo no contexto econômico local.

Diante das particularidades da região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, que revelam um contexto de desigualdades sociais, econômicas e culturais, entende-se que a implantação da UNIPAMPA contribui com a produção de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento social e econômico da região, por meio da oferta da formação de recursos humanos, da extensão e da pesquisa. Conforme preconiza o PDI institucional que em seus princípios orientadores, indica a necessidade de “formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade” (UNIPAMPA, 2019, p. 23).

A realidade local e regional apresentada, em termos gerais, é semelhante com a do contexto global no qual muitas pessoas são privadas do acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade, sendo excluídas economicamente e socialmente em decorrência:

- ♣ das profundas diferenças de desenvolvimento existentes entre países ricos e pobres
- ♣ da crescente dependência dos pobres em relação aos ricos;
- ♣ das sérias injustiças sociais que dividem os homens em favorecidos e excluídos;
- ♣ do uso irresponsável, de forma descontrolada, dos recursos naturais, que põe em risco a expectativa da vida no Planeta;
- ♣ da utilização manipuladora e alienante dos meios de informação e de comunicação - cada vez mais eficientes - sem que tal eficiência resulte numa aproximação humana que contribua para a superação dos conflitos existenciais;
- ♣ da substituição do homem pela máquina, que agiganta a sombra do desemprego, levando à aceitação da exploração da força de trabalho e da relação trabalhista informal como grande privilégio;
- ♣ do violento processo de exclusão que ainda condena muitos adultos ao analfabetismo; e que impossibilita crianças de frequentarem a escola;

- ♣ da desvalorização ideológica do papel do professor como forma de não investir na educação, de não motivar para a verdadeira e competente profissionalização e de não remunerar condignamente os trabalhadores da área.

O município vem se destacando pelos investimentos federais na Educação. Além do Câmpus da Universidade Federal do Pampa, que atrai alunos de todo o Brasil, São Borja conta com uma unidade do Instituto Federal Farroupilha-IFF, focado na oferta de cursos tecnológicos e de nível superior.

O Câmpus da Universidade Federal do Pampa em São Borja, desde 2006 vem marcando história na realidade regional. Seja economicamente, uma vez que a comunidade acadêmica ao consumir os serviços do município passa a participar no movimento da economia por meio de folha de pagamento, locação de imóveis, formaturas etc. Ou ainda, por meio da inserção significativa de egressos do Curso de Serviço Social no município e região em instituições públicas e do Terceiro Setor. Nesse sentido, a universidade vem cumprindo seu compromisso com ensino de qualidade e desenvolvimento regional.

1.3 CONCEPÇÃO DO CURSO

É importante destacar que o curso de Serviço Social da UNIPAMPA instituiu-se nesta região visando à formação de profissionais com habilidades e competências inerentes a Planejamento, Avaliação e Execução de Políticas Públicas, bem como críticos e propositivos para intervir na perspectiva do enfrentamento das manifestações da questão social. Ressalta-se que a formação se sustenta com base no tripé ensino, pesquisa e extensão.

O processo de formação dos/as acadêmicos/as do curso de Serviço Social da UNIPAMPA orienta-se, além das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social do MEC, pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Tais Diretrizes apresentam uma lógica curricular, que articula três Núcleos de Fundamentos, os quais traduzem um conjunto de conhecimentos constitutivos da formação profissional, sendo eles: 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Tais núcleos se tornam eixos articuladores dos conteúdos necessários para a formação e o trabalho profissional do assistente social e desdobram-se em áreas “de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 63).

O Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório (ABEPSS, 1996).

O Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada (ABEPSS, 1996).

O Núcleo de fundamentos do trabalho profissional compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por Lei (ABEPSS, 1996).

Além de subsidiar a organização do conjunto de componentes curriculares, os núcleos se materializam em diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão:

Ensino

A partir das recomendações das Diretrizes Curriculares, o processo de ensino deve oportunizar a formação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Para isto, faz-se necessário desenvolver a capacidade de leitura crítica da realidade,

para a apreensão e intervenção na perspectiva do enfrentamento das expressões da questão social, eixo fundante da profissão.

O processo de ensino no curso de Serviço Social acontece de forma indissociável a pesquisa e a extensão, onde os projetos de ensino e pesquisa e os programas, projetos e ações de extensão servem como base estruturante para a formação profissional. Desse modo, a formação profissional é organizada no sentido de propiciar e garantir ao corpo discente maior aproximação com a realidade, articulando teoria e prática, por meio de práticas de ensino concatenadas a investigação acadêmico-científica e as ações extensionistas de intervenção na realidade social.

Nessa perspectiva, o ensino em Serviço Social está fundamentado na pesquisa e na extensão como dimensões da formação profissional que possibilitam uma apreensão crítica, científica e criativa da realidade social, contribuindo assim, para que o ensino aconteça com excelência acadêmica.

Pesquisa

Considerando as particularidades das expressões da questão social na região da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, torna-se imprescindível fomentar a construção do conhecimento a partir de uma atitude investigativa com senso crítico por meio da pesquisa científica.

A pesquisa vem contribuindo para o conhecimento e aprofundamento da realidade, propiciando subsídios que justifiquem futuras proposições e intervenções numa perspectiva de transformação da realidade social. O curso de Serviço Social a partir de suas diferentes áreas de atuação interdisciplinar e interinstitucional, atua na articulação do tripé universitário partir de 4 Grupos de Pesquisa articulando e fortalecendo também a pós-graduação:

- ♣ Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidades (2011);
- ♣ Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política (2015);
- ♣ Grupo de Pesquisa em Trabalho Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (2018);
- ♣ Grupo de Pesquisa em Política Social, Questão Social e Relações de Exploração/Opressão (2018).

- ♣ Grupo de Estudos e Pesquisas Transfronteiriças em Cartografia Socioambiental – GEPETRACS (2021).
- ♣ Nos últimos anos, evidencia-se uma articulação interdisciplinar do Serviço Social com diferentes áreas das Ciências Sociais e Humanas, o que vem contribuindo para o estudo da realidade social e da produção do conhecimento científico na área social. Essa articulação se dá no âmbito da interlocução entre ensino, pesquisa e extensão, com ampla participação de docentes, discentes e comunidade a partir da atuação direta do curso. Importante referir a participação e contribuição do Curso de Serviço Social em eventos internos da UNIPAMPA como:
 - ♣ Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE);
 - ♣ Congresso Internacional Interdisciplinar de Ciências Humanas (COINTER);
 - ♣ Seminário Internacional de Ciências Sociais – Ciência Política: Buscando o Sul;
 - ♣ Seminário (Des)Fazendo Saberes na Fronteira;
 - ♣ Fórum Internacional de Serviço Social: Trabalho, Políticas Públicas e Fronteiras;
 - ♣ Semana Acadêmica do Curso de Serviço Social.
 - ♣ Ações formativas e de difusão do I Fórum permanente de cultura brasileira da Unipampa, Câmpus São Borja.
 - ♣ I Seminário violência doméstica e intrafamiliar;
 - ♣ Fórum Permanente de Direitos Humanos Brasil/Argentina
 - ♣ Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres;
 - ♣ 1º Colóquio Alusivo ao Dia do/a Assistente Social
 - ♣ II Seminário Serviço Social na Fronteira: Direitos Humanos e Violência Contra as Mulheres

Extensão

A extensão é um processo educativo que possibilita a aproximação dos/as acadêmicos/as com demandas sociais presentes na comunidade local e regional, constituindo-se num espaço teórico-prático privilegiado de construção do conhecimento. A extensão é um elo entre a universidade e a comunidade, que se expressa como uma contrapartida institucional, na medida em que se estabelecem parcerias para a formação profissional e o desenvolvimento local e regional

sustentável. Para tanto, o curso atende às Atividades Curriculares de Extensão/ACE a partir das normas institucionais previstas na resolução 317/2021, e Instrução normativa nº 18, 05 de agosto de 2021, que denomina a inserção da extensão sob duas modalidades: Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas/ACEV e Atividades Curriculares de Extensão Específicas/ACEE. Para tanto, o curso de Serviço Social atende 10% do total de sua carga-horária distribuídas em 250 horas em ACEV e 60 horas em ACEE. As atividade ACEE estão especificadas no Programa de Extensão intitulado “Programa Unipampa Cidadã e Serviço Social”, como planejamento específico para atender o Programa Institucional Unipampa Cidadã. Importante referir que o Programa de Extensão Unipampa Cidadã se desenvolverá em parceria com instituições sociais públicas, privadas, de terceiro setor, sociedade civil organizada que correspondem aos princípios de dignidade humana apreendidos e defendidos pelo projeto societário ao qual almeja a profissão do Serviço Social.

As ações de extensão, consubstanciam-se no compromisso da universidade com a comunidade local, possibilitando o compartilhamento de saberes, além de contribuir para enriquecer a formação do corpo discente, por meio de ações que visam construir conhecimentos coletivos e democratizar o conhecimento científico através das ações extensionistas, incidindo para o desenvolvimento local e regional. Isso significa, que as ações de extensão materializam o papel social da universidade em contribuir com a resolutividade das principais expressões da questão social manifestadas na comunidade.

O pressuposto, conforme consta no Plano Institucional da Unipampa (2019-2023, p.07), é que a Universidade “exercera seu compromisso com o seu ao-redor, por meio de atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, de pesquisa científica e tecnológica, de extensão e assistência às comunidades e de gestão”.

Nesta concepção, as ações de extensão são consideradas um elo de comunicação entre a Universidade e a comunidade, onde ocorrem diálogos e trocas de saberes entre a realidade e o conhecimento acadêmico/científico. Entende-se ainda que as propostas de extensão não estão separadas do ensino e da pesquisa que formam o tripé da formação discente, integra a matriz curricular em perspectiva interdisciplinar. Para tanto, envolve docentes e discentes do curso de Serviço Social da Unipampa, sujeitos de direitos, profissionais e usuários dos serviços de instituições públicas e privadas, objetivando a transformação social.

Nesse sentido, objetiva formar profissionais qualificados a partir do comprometimento com os princípios formativos da investigação e intervenção, atuando no desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da produção intelectual relacionada ao estudo da questão social e suas múltiplas refrações na sociedade brasileira.

No contexto de aproximação, observação, escuta sensível e identificação de expressões da questão social, materializadas nos múltiplos processos de desigualdades sociais e resistências, as experiências dos discentes emergem e potencializam a formação profissional em busca do objeto de intervenção, revelando inúmeras características da subalternidade imposta pelo processo colonizador que particulariza os processos sociais decorrentes do modo de produção capitalista no Brasil e se expressam na cultura do mando e da subserviência visíveis nos espaços públicos e privados.

A observação dos processos da ausência de garantia de direitos promove metamorfoses necessárias para o enfrentamento das desigualdades ao evidenciar a fala destes sujeitos pelo resgate de suas memórias socioafetivas, mesmo que de maneira fragmentada ou incompleta. Propõe-se uma metodologia decolonialista objetivada em uma nova forma de fazer, dizer e ser, através de experiências que são evidenciadas por meio da fala dos sujeitos na constituição de uma linguagem/discurso que existe num lugar e que demonstra um desejo e uma dinâmica de visibilizar a fala de minorias. Espera-se, a partir da extensão alcançar a reflexão acerca do protagonismo dos discentes, perscrutando a crítica aos marcadores sociais de opressão que são parte dos sistemas de poder do patriarcado, do racismo e da desigualdade de classes, de gênero, de sexualidade, de geração, entre outros, que estruturam o capitalismo.

Laboratórios de Serviço Social

Os laboratórios se configuram como espaços de fortalecimento do curso de Serviço Social integrando as ações de ensino, pesquisa e extensão podendo ser vinculados a grupos de pesquisa, ou ao/a docente a partir de suas áreas de estudo. Os laboratórios do curso de Serviço Social são os locais em que se desenvolvem ações integrativas a componentes curriculares, ações extensionistas e de pesquisa, com potencial para desenvolvimento das atividades de curricularização da extensão.

1.3.1 Justificativa para a Criação do Curso de Serviço Social

A criação do Curso de Serviço Social demarca a primeira oferta de um Curso de Serviço Social instituído por uma Universidade Federal de Ensino Superior no Rio Grande do Sul, haja vista que o primeiro Curso em instituição privada no Rio Grande do Sul já possui mais de 50 anos. Sendo assim, alunos que desejavam cursar Serviço Social em instituição pública optavam por deslocar-se para outros estados do Brasil, sendo o mais próximo localizado na capital do Estado de Santa Catarina.

Considerando que a região metade sul sofreu nas duas décadas que antecederam a instalação da Unipampa, em decorrência de um desempenho econômico insatisfatório aliado a uma contínua deterioração da distribuição de emprego e renda, decorrente das políticas neoliberais assumidas pelo Estado brasileiro, abre-se, com a implantação da Universidade, um novo momento de retomada da discussão a respeito do futuro desta região. Em que as perspectivas de desenvolvimento e o papel da Universidade ocupam um espaço importante no cenário de debates e desenvolvimento regional.

A escolha da implantação do curso na cidade de São Borja tornou-se oportuna num momento em que os estudos sobre o desenvolvimento acentuam cada vez mais a necessidade da construção de projetos locais e regionais que partissem das condições históricas do lugar, da sua cultura, dos seus recursos e da sua gente. Essa perspectiva de desenvolvimento sustentável supõe que não haja dicotomização entre desenvolvimento econômico e social e ancora-se nas potencialidades culturais, sociais, geográficas e econômicas identificadas no território local. Portanto, a cidadania é um elemento indispensável ao desenvolvimento sustentável o que demonstra a importância do curso de serviço social para contribuir com o fortalecimento dos direitos, da provisão das necessidades sociais do cidadão, da equidade, da igualdade, da cidadania e da emancipação, que são princípios éticos demarcados no Código de Ética Profissional do Serviço Social (CFESS, 1993).

A partir da Constituição Federal de 1988 e da aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), surge a Norma Operacional Básica (NOB/99) que normatiza a implantação da Política de Assistência Social. Nesse sentido, estados e municípios passam obrigatoriamente a buscar o profissional do Serviço Social para compor equipe básica de atendimento, tendo intensificada a procura por profissionais

a partir de 2006 por conta da implantação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil.

Em 2006, São Borja e região contavam com poucos profissionais do Serviço Social – grande maioria oriunda de outros estados brasileiros, acumulando vários espaços de trabalho de forma concomitante. Tornava-se emergente a necessidade de ampliação de oferta de curso de graduação para estímulo à inserção de profissionais do Serviço Social em novos espaços sócio-ocupacionais que emergiram com o surgimento de instituições para operacionalizar políticas públicas preconizadas na Constituição Federal. Nessa perspectiva o curso tem contribuído para ampliar o desenvolvimento local e regional, assim como o índice de desenvolvimento humano desta região da fronteira oeste.

Para além de ampliação de mercado de trabalho, a região carecia de profissionais habilitados/as criticamente para elaborar, planejar, organizar e gestar políticas públicas, programas e projetos sociais com foco na efetivação de direitos em detrimento a todo um histórico coronelista e assistencialista que marca a região. Sendo assim, as cidades que integram a região metade sul demandam necessidade de profissionais Assistentes Sociais, para o atendimento das necessidades decorrentes do agravamento da questão social, sendo essa última o objeto de trabalho da profissão.

O Serviço Social é uma profissão que intervém fortemente no âmbito das políticas sociais públicas como no âmbito da saúde, assistência social, previdência social, educação, habitação, políticas de direitos da criança e adolescente, defesa dos direitos das mulheres e pessoas idosas, no sistema judiciário e prisional, entre outras áreas que demandem a intervenção técnica desta profissão. O campo das políticas sociais públicas é espaço fecundo para inserção dos/as egressos/as do curso de Serviço Social da Unipampa que também podem trabalhar em instituições privadas e no terceiro setor.

Egressos graduados em Serviço Social da Unipampa têm se inserido de forma significativa em São Borja, na região da fronteira e outras regiões do país, especialmente, no âmbito público através de aprovação de concursos públicos, em

prefeituras⁸, concursos estaduais do sistema judiciário, no âmbito federal junto aos Institutos Federais de Educação e na própria Unipampa, enquanto servidores públicos federais nos NUDES - Núcleos de Desenvolvimento Educacionais e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários. Além da inserção dos/as egressos nos campos de trabalho no território da fronteira nos municípios circunvizinhos, muitos egressos do curso têm sido aprovados em concursos fora desta região, em nível municipal, estadual e federal, bem como se inserido em formações em nível de residência multiprofissional em saúde, e em nível de mestrado e doutorado em programas de pós-graduação.

Ainda que as políticas sociais públicas sejam o empregador majoritário desta área profissional, há uma importante inserção de egressos em instituições privadas e no terceiro setor (especialmente no âmbito da educação e assistência social).

Ao longo destes quinze anos de inserção nesta região da Fronteira Oeste, o Curso de Serviço Social vem dando contribuições importantes através de abertura de campos de estágio na cidade de São Borja e Região; Criação de Pós-graduação na modalidade Lato sensu em Políticas e Intervenções em Violência Intrafamiliar/EPIVI; Serviço Social e Direitos Humanos/SSDH e Especialização em Políticas de Atenção a Crianças e Adolescentes em Situação de Violências; Criação e participação em Residência Multiprofissional em Saúde. Recentemente tem-se adensado na elaboração de uma proposta de Mestrado Acadêmico em Serviço Social para esta região.

Nesse sentido, mantém-se a justificativa da implantação e é demonstrado a necessidade de permanência do curso que vem galgando abertura de novas

⁸ O âmbito municipal oferece um espaço amplo de inserção profissional em virtude de o Serviço Social compor o rol de profissionais que são definidos pelas legislações das políticas de saúde e assistência social para compor as equipes multiprofissionais. Logo, são espaço de inserção profissional: os Centros de referência em assistência social (CRAS), os Centros de referência especializado em assistência social (CREAS), vigilância socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituição de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, Centros de atenção psicossocial CAPs ad, CPAS 1, CAPS 2, hospitais, instituições de diálise, oncologias, Secretarias de saúde, Centros de Habilitação física (CER), instituições de longa permanência para idosos, na educação em instituições como Associação de pais e amigos dos excepcionais (APAIE), Centro de atendimentos múltiplos (CAM). Além da esfera municipal, o Serviço Social tem importante inserção nas esferas estadual e federal em serviços ofertados por unidade da área do sistema de justiça e prisional, na política de educação em instituições de ensino de nível superior.

possibilidades por meio de residências multiprofissionais, oportunidades de pós-graduação e debates sobre necessidade de melhorias na oferta e ampliação de políticas públicas que possam garantir amplitude de direito assim como busca constante por desenvolvimento econômico e social. Ainda há caminhos a serem trilhados para o fortalecimento de movimentos sociais, conselhos de direitos, incubadoras, responsabilidade social, desenvolvimento sustentável etc. Fica evidente que há necessidade de manutenção e fortalecimento da potencialidade que o Curso de Serviço Social pode ofertar para São Borja e região.

1.3.2 Legislação

O currículo mínimo proposto pela – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), é o resultado de um amplo processo de debate entre as Instituições de Unidades de Ensino de Serviço Social brasileiras, acompanhadas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Este processo culminou com a elaboração do documento base do currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária no dia 08 de novembro de 1996, contemplado na proposta das Diretrizes Gerais de Graduação para o Curso de Serviço Social. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394/1996 e a conseqüente reforma do ensino, as Diretrizes Curriculares foram encaminhadas para aprovação à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto (SESU/MEC).

Uma comissão de especialistas na área de Serviço Social, por convocação da mesma Secretaria apreciou a matéria e, em consonância com as propostas da ABEPSS e com a Lei 8.662/1993 que regulamenta a profissão de Assistente Social, definindo também o perfil do Bacharel em Serviço Social como: profissional que atua nas expressões da questão social, formulando, implementando e avaliando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais, políticas públicas, dos movimentos sociais e das organizações do terceiro setor; profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica; profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do/a Assistente Social.

Assim foi construída a Resolução nº 15 de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Tal normativa

foi aprovada pelo Presidente da Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002.

Além dos pressupostos legais citados anteriormente, o curso também se pauta pelos seguintes documentos (legislação):

1. A Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394/1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências;
2. Parecer CNE/CP nº 03/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e a Resolução nº 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
3. Parecer CNE/CP nº 08/2012 e a Resolução nº 01/2012, que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
4. Nota Técnica MEC nº 24/2015, a qual apresenta a dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação;
5. Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências; o Decreto nº 4.281/2002, o qual regulamenta a Lei nº 9.795/1999 e a Resolução nº 02/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
6. Lei nº 11.645/2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática —História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
7. Lei nº 11.788/2008, a qual estabelece as normas para realização de estágios de estudantes;
8. Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 329/2021 que dispõe sobre a realização dos estágios destinados a estudantes regularmente matriculados/as na

- Universidade Federal do Pampa em cursos de graduação presencial ou a distância, e para estágios cuja unidade concedente é a Unipampa.
9. Instrução Normativa nº 213/2019, a qual estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
 10. Lei nº 11.640/2008, que cria a Fundação Universidade Federal do Pampa;
 11. Lei nº 13.005/2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências;
 12. Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES e dá outras providências;
 13. Resolução CNE/CES nº 02/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
 14. Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis no 10.048/2000, a qual dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
 15. Decreto nº 6.949/2009, o qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo;
 16. Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado;
 17. Lei nº 12.764/2012, que trata da Proteção dos Direitos de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista;
 18. Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
 19. Portaria nº 3.284/2003, a qual dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
 20. Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência;
 21. Portaria nº 2.117/2019 a qual dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;

22. Decreto nº 5.622/2005, art. 4º, inciso II, § 2º, sobre a prevalência da Avaliação presencial de EaD;
23. Resolução CONSUNI nº 05/2010, que aprova o Regimento Geral da UNIPAMPA, alterado pela Resolução 27/2011;
24. Resolução CONSUNI nº 29/2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas;
25. Resolução CONSUNI nº 80/2014, a qual aprova o Programa de Avaliação de Desempenho Docente na UNIPAMPA;
26. Resolução CONAES nº 01/2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante;
27. Resolução CONSUNI nº 97/2015, a qual normatiza o NDE na UNIPAMPA;
28. Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 246/2019, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 –2023);
29. Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 240/2019, a qual fixa o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa;
30. Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 253/2019, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e as Normas para Atividades e Organização do Calendário Acadêmico da Universidade Federal do Pampa;
31. Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 260/2019, a qual aprova as normas para ingresso no ensino de graduação na UNIPAMPA.
32. Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 317/2021, que regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da UNIPAMPA;
33. Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 328/2021, a qual aprova as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da Universidade Federal do Pampa.
34. Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 337/2022, que altera a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 29, de 28 de abril de 2011, Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas.

1.3.3 Histórico do Curso

O curso de Serviço Social compreende a extensão universitária como oportunidade de dialogar sobre as principais expressões da questão social na

comunidade que desprotegem e violam o direito de cidadania do sujeito de direitos, para posteriormente através de ações, programas e projetos requisitar a intervenção do Estado. A extensão também oportuniza o diálogo sobre expressões da questão social que emergem na comunidade por meio de resistências de coletivos sociais que reivindicam direitos de cidadania, com a finalidade de subsidiar atividades de extensão na perspectiva de contribuir com o fortalecimento da organização política de tais segmentos sociais. Nesta região em que se desenvolve o curso, observa-se significativamente a precarização das políticas sociais públicas; a precarização das condições de trabalho dos/as assistentes sociais, com destaque para a instabilidade dos vínculos empregatícios; o número reduzido de profissionais para atuar em políticas públicas, o que estimula o curso a desenvolver programas, ações e projetos de extensão que complementam a curricularização. Tem-se nesta região da fronteira oeste fortes traços de subalternidade, resquícios de um retrato deixado pela colonização.

O Curso de Serviço Social da Unipampa em modalidade presencial e perspectiva interdisciplinar, visa qualificar as/os futuras/os profissionais para apreender as múltiplas expressões da questão social e a intervirem de forma crítica, criativa e competente em diferentes frentes de trabalho, seja em âmbito estatal, privado ou terceiro setor.

Nesse sentido, objetiva formar profissionais qualificados a partir do comprometimento com os princípios formativos da investigação e intervenção, atuando no desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da produção intelectual relacionada ao estudo da questão social e suas múltiplas refrações na sociedade brasileira.

No contexto de aproximação, observação, escuta sensível e identificação de expressões da questão social, materializadas nos múltiplos processos de desigualdades sociais e resistências, as experiências dos discentes emergem e potencializam a formação profissional em busca do objeto de intervenção, revelando inúmeras características da subalternidade imposta pelo processo colonizador que particulariza os processos sociais decorrentes do modo de produção capitalista no Brasil e se expressam na cultura do mando e da subserviência visíveis nos espaços públicos e privados.

A observação dos processos da ausência de garantia de direitos promove metamorfoses necessárias para o enfrentamento das desigualdades ao evidenciar a fala destes sujeitos pelo resgate de suas memórias socioafetivas, mesmo que de maneira fragmentada ou incompleta. Propõe-se uma metodologia decolonialista objetivada em uma nova forma de fazer, dizer e ser, através de experiências que são evidenciadas por meio da fala dos sujeitos na constituição de uma linguagem/discurso que existe num lugar e que demonstra um desejo e uma dinâmica de visibilizar a fala de minorias. Espera-se, a partir da extensão alcançar a reflexão acerca do protagonismo dos discentes, perscrutando a crítica aos marcadores sociais de opressão que são parte dos sistemas de poder do patriarcado, do racismo e da desigualdade de classes, de gênero, de sexualidade, de geração, entre outros, que estruturam o capitalismo.

O Curso de Serviço Social é composto por doze professores com graduação e o ingresso anual de estudantes comporta aproximadamente cinquenta estudantes. O programa Unipampa Cidadã será coordenado anualmente por um professor com a colaboração dos demais professores Assistentes Sociais. O programa será desenvolvido preferencialmente para alunos matriculados entre o primeiro e o quarto semestre letivo. Ao fim de cada semestre será realizada avaliação das atividades para subsidiar o planejamento do próximo semestre. Sob a coordenação de um docente supervisor de extensão, os professores irão dialogar e planejar com os alunos sobre os segmentos populacionais com os quais os matriculados irão planejar a abordagens para fins de melhor coordenar as ações. A reunião de planejamento realizada pelos docentes para organização das ações do Unipampa Cidadã para cada semestre objetiva apreender o universo possibilidades que expressam o modo de vida⁹ da comunidade de São Borja cuja necessidades de atendimento são mais prioritários. Nessa reunião também será planejada as modalidades atividades de capacitação dos estudantes para trabalhar aspectos relacionados a escuta sensível¹⁰ e a estratégias de aproximação com os segmentos populacionais.

⁹ O modo de vida é decorrente das experiências concretas dos sujeitos, corresponde as estratégias de sobrevivência articuladas em determinadas condições de vida (THOMPSON, 1981).

¹⁰ A escuta sensível supõe uma inversão na atenção. (...) O "outro que escuta" não tem de dizer "a verdade" nem tem de proclamar "é preciso". Deve simplesmente escutar e responder adequadamente a demanda (...) (BARBIER, 1993, p. 209-216).

A capacitação dos estudantes a cada início de semestre terá foco no desenvolvimento da escuta sensível e de estratégias de abordagem que variam de acordo com as circunstâncias. As abordagens objetivam que os estudantes desenvolvam a relação com a população da comunidade e reconheçam demandas e potencialidades locais a partir da inserção em instituições definidas pelo Curso de Serviço Social. Nesse movimento de territorialização¹¹, os estudantes vão conhecendo e estabelecendo relações com o território e com o modo de vida local e concomitantemente vão desenvolvendo habilidades fundamentais para o trabalho profissional. A finalidade da abordagem planejada conjuntamente entre professores e discentes e executada pelos segundos é a vinculação dos estudantes com a comunidade e o reconhecimento das condições e do modo de vida da população do território local.

Nessa perspectiva, considera-se que o fato de os estudantes iniciarem o trabalho no primeiro semestre do curso não causa prejuízo a abordagem, visto que ela, a priori não requer conhecimentos conceituais aprofundados, mas sim capacidade de se voltar para a escuta do outro, habilidade que será trabalhada com os estudantes na fase de planejamento da ação. Os resultados dessas inserções em extensão universitária poderão subsidiar problematizações em sala de aula ampliando as possibilidades do desenvolvimento do ensino, assim como poderão também ser impulsionadores de outros projetos de pesquisa e extensão.

A matriz curricular do Curso de Serviço Social atende as Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas/ACEV em 10 Componentes curriculares obrigatórios entre o primeiro e o sexto semestre de graduação, o que corresponde 250 horas. Atende as Atividades de Extensão Específicas/ACEE a partir do Programa Serviço Social e Cidadania correspondendo a 60 Horas distribuídas em projetos e ações com

¹¹ Territorialização corresponde ao modo como os sujeitos estabelecem suas relações em determinados territórios que são atravessados por processos econômicos, sociais e culturais (SANTOS, 1989). Por exemplo, a articulação de um grupo de mulheres que se reúne para falar sobre as opressões que vivenciam nas relações conjugais, constitui-se como um movimento que expressa a territorialização dos sujeitos que estabelecem relações de apoio para sobreviver em um território atravessado por um processo cultural que corresponde ao machismo. No entanto, a territorialidade não se expressa somente em relações de apoio que potencializam os sujeitos para o enfrentamento das opressões vividas. Ela também pode reproduzir violência, por exemplo, quando os meninos saem a soco na escola, eles expressam a territorialização em suas relações.

planejamento coletivo. Para tanto, tem-se no anexo (Anexos G e H) o regimento da curricularização da extensão para o Curso de Serviço Social.

1.4 APRESENTAÇÃO DO CURSO

Dados do Curso

Denominação: Serviço Social

Modalidade: Presencial

Titulação Conferida: Bacharel e Bacharela em Serviço Social

Habilitação: Assistente Social

Tempo mínimo para integralização: 8 semestres

Carga Horária Total do Curso: 3.090 horas

Turno: integral (matutino e vespertino)

Número de vagas oferecidas por semestre: 50 vagas com entrada somente no primeiro semestre letivo de cada ano

Periodicidade: semestral

Unidade Acadêmica: Rua Ver. Alberto Benevenuto, 3200 - Passo - São Borja, RS 97670-000 - Fone: (55) 3430-4323

Endereço eletrônico: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/servicosocial/>

Comissão de curso de graduação e coordenação de curso

O curso de Serviço Social da UNIPAMPA é atualmente coordenado pela professora Monique Soares Vieira, Bacharela, Mestre e Doutora em Serviço Social, bem como pela coordenadora substituta professora Solange Emilene Berwing, Bacharel, Mestre e Doutora em Serviço Social. Desde sua criação em 2006, o curso já foi coordenado por 09 Professores, sendo eles: Dra. Caroline Goerck, Dr.^a Elisangela Maia Pessoa, Dr. Jorge Alexandre da Silva, Dra. Mariléia Goin e Dr. Jocenir de Oliveira Silva, Dr.^a Jaina Raqueli Pedersen, Dr. José Wesley Ferreira e Dr.^a Jaqueline Carvalho Quadrado.

Como instância decisória, o Curso conta com a sua Comissão de Curso, que atualmente é formada pelos seguintes docentes: Profa. Dra. Jaina Raqueli Pedersen, Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva, Prof. Dr. Jocenir de Oliveira Silva, Profa. Dra.

Elisângela Maia Pessoa, Profa. Dra. Jaqueline Carvalho Quadrado, Profa. Dra. Simone Barros de Oliveira, Profa. Dra. Solange Emilene Berwig, Prof. Dr. José Wesley Ferreira, Profa. Dra. Monique Soares Vieira, Profa. Dra. Rosilaine Coradini Guilherme, Profa. Dra. Monique Bronzoni Damascena, Prof. Dr. Walter Firmo de Oliveira Cruz e Prof. Dr. Roberto Barboza Castanho. Também integra a Comissão de Curso, um(a) aluno(a) representante discente e um(a) assistente em administração do Câmpus São Borja.

Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso

Atualmente o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Serviço Social é formado por seis (07) professores, sendo eles: Simone Barros de Oliveira, Monique Soares Vieira, Solange Emilene Berwig, José Wesley Ferreira, Jorge Alexandre da Silva, Rosilaine Coradini Guilherme e Elisângela Maia Pessoa, todos com regime de 40 horas – Dedicção Exclusiva – DE, sendo todos assistentes sociais.

1.4.1 Administração do Câmpus São Borja

A interface administrativa direta do curso de Serviço Social é a administração do Câmpus São Borja a qual articula-se com a estrutura organizacional da universidade conforme seu estatuto e regimento.

- a) Constituem a administração acadêmica do Câmpus:
- b) o Conselho do Câmpus: órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito do Câmpus. Integrado por membros da direção do Câmpus (presidente - diretor do Câmpus, coordenador acadêmico, coordenador administrativo), coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu, representantes de categorias (representante docente, representantes discentes, representante TAE) e representantes das comissões locais (representante da comissão de extensão, representante da comissão de pesquisa).
- c) Direção: integrada por diretor, coordenador acadêmico e coordenador administrativo.
- d) Coordenação Acadêmica: integrada pelo coordenador acadêmico; coordenadores de curso do Câmpus; Núcleo de Desenvolvimento Educacional - NuDE; comissões locais de ensino, de pesquisa e de extensão; secretaria acadêmica; Biblioteca do Câmpus; laboratórios de

ensino, de pesquisa e de informática e outras dependências dedicadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Destaca-se que as Comissões de Ensino, de Pesquisa e de Extensão: são órgãos normativos, consultivos e deliberativos independentes no âmbito de cada área (ensino, pesquisa e extensão) que têm por finalidade planejar e avaliar e deliberar sobre as atividades de ensino, de pesquisa e extensão de natureza acadêmica, respectivamente, zelando pela articulação de cada uma das atividades com as demais. São compostas por docentes, técnicos administrativos e representantes discentes.

- e) Coordenação Administrativa: integrada pelo Coordenador Administrativo; Secretaria Administrativa; Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças; Setor de Compras, Material e Patrimônio; Interface Pessoal; Planejamento e Infraestrutura; Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação do Câmpus; e o Setor de Frota e Logística.

As atribuições da administração acadêmica do Câmpus, bem como da coordenação do curso e comissão de curso são regidas pelo estabelecido no Regimento da Universidade.

1.4.2 Funcionamento do Curso

O Calendário Acadêmico é definido anualmente pela instituição, conforme Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 253, de 12 de setembro de 2019. O ano acadêmico compreende dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 dias letivos cada um.

- ♣ A titulação conferida: Bacharel em Serviço Social
- ♣ Do processo seletivo, da oferta de vagas, ingresso e regime de matrícula: O Curso de Serviço Social oferece 50 vagas anuais, com ingresso único no primeiro semestre letivo de cada ano por processo seletivo. O regime de oferta e de matrícula é semestral, funcionando por sistema de créditos (horas-aula) com matrícula por componente curricular, observando o cumprimento de pré-requisito (quando houver). O curso está estruturado para ser integralizado em quatro anos (oito semestres). O tempo máximo de integralização, segundo a Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 240/2019 é

de um acréscimo de 100% sobre a duração dos mesmos. Nesse sentido, o tempo máximo para integralização será de 8 anos/16 semestres.

- ♣ Nesse sentido, o tempo máximo será de 6 anos/12 semestres. Durante os semestres do curso, os alunos deverão matricular-se em no mínimo 240 horas-aula e no máximo 540 horas-aula de pré-requisito (quando houver).
- ♣ Período de realização do curso: Integral (matutino e vespertino)
- ♣ Calendário acadêmico: O Calendário Acadêmico da UNIPAMPA, conforme as Normas Básicas da Graduação da Instituição prevê dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 dias letivos cada um. Cabe ressaltar que cada semestre letivo é composto por 18 semanas letivas.
- ♣ Carga horária e respectiva distribuição no curso: A matriz curricular do Curso de Serviço Social é estruturada em três núcleos de Fundamentação: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional e respectivos componentes curriculares. O regime de matrícula é semestral, por componente curricular e respectiva carga horária/créditos, sendo que, cada quinze (15) horas corresponde a 1 (um) crédito. O currículo prevê 3.090 horas no total, desenvolvidas nos componentes curriculares, conforme descrito abaixo:
 - a) componentes curriculares obrigatórios (de natureza técnico-científico – 2.730 horas;
 - b) estágio curricular supervisionado (faz parte dos componentes curriculares obrigatórios) - 480 horas;
 - c) Extensão vinculada à componentes curriculares (faz parte dos componentes curriculares obrigatórios) – 250 horas;
 - d) Trabalho de conclusão de curso (faz parte dos componentes curriculares obrigatórios) – 120 horas;
 - e) Componentes curriculares complementares de graduação – 180 horas;
 - f) Atividades complementares de graduação (ACG) – 120 horas;
 - g) Extensão no programa Unipampa-cidadã – 60 horas.

1.4.3 Formas de Ingresso

O Processo Seletivo da Universidade Federal do Pampa, para preenchimento das vagas anuais autorizadas para os cursos de graduação é regido pela Resolução CONSUNI nº 260, de 11 de novembro de 2019 e acontecerá nos seguintes tipos:

- ♣ Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC);
- ♣ Chamada por Nota do ENEM;
- ♣ Ingresso via edital específico.
 - I. O Processo Seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) utiliza exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e ocorre para todos os cursos de graduação conforme o número de vagas estabelecido pela Instituição.
 - II. O Processo Seletivo por Chamada por Nota do ENEM é um processo de seleção da UNIPAMPA utilizando as notas do ENEM de anos anteriores, regido por edital próprio, por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação.
 - III. O Processo Seletivo de Ingresso via edital específico ocorre para cursos de graduação criados mediante acordos, programas, projetos, pactos, termos de cooperação, convênios, planos de trabalho ou editais com fomento externo em atendimento a calendários diferenciados ou necessidades de seleção particulares.

O ingresso via ação afirmativa materializa-se como política institucional da Universidade que tem como objetivo expandir o acesso ao Ensino superior por grupos historicamente alijados deste direito. São ações afirmativas institucionais:

- a) Ação Afirmativa para Pessoa com Deficiência: Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.
- b) Ação Afirmativa para Pessoas autodeclaradas Negras (preta e parda): Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.

O preenchimento de vagas ociosas geradas em função de abandonos, cancelamentos e desligamentos será realizado semestralmente via Processo Seletivo

Complementar ou via editais específicos aprovados pelo Conselho Universitário para ingresso no semestre subsequente.

O Processo Seletivo Complementar é destinado aos estudantes vinculados a instituições de ensino superior, egressos de cursos interdisciplinares, aos portadores de diplomas que desejam ingressar na UNIPAMPA, aos ex-discentes da UNIPAMPA, em situação de abandono, cancelamento ou que extrapolam o prazo máximo de integralização do curso e que desejam reingressar e aos ex-discentes de instituições de ensino superior interessados em concluir sua primeira graduação.

As modalidades do Processo Seletivo Complementar são:

- ♣ Segundo ciclo de formação;
- ♣ Reingresso;
- ♣ Conclusão da Primeira Graduação;
- ♣ Reopção de Curso;
- ♣ Transferência voluntária;
- ♣ Portador de diploma.

I. Segundo Ciclo de Formação é a modalidade de Processo Seletivo complementar para diplomados ou concluintes de cursos interdisciplinares que permite a continuidade da formação em um dos demais cursos de graduação oferecidos pela UNIPAMPA.

II. Reingresso é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para discentes da UNIPAMPA em situação de abandono, cancelamento ou desligamento há, no máximo, 04 (quatro) semestres letivos regulares consecutivos.

III. Conclusão da Primeira Graduação é a categoria de Processo Seletivo Complementar para discentes de instituições de ensino superior, em situação de abandono ou cancelamento, que buscam concluir sua primeira graduação.

IV. Reopção de Curso é a modalidade de Processo Seletivo Complementar mediante a qual o discente, com vínculo em curso de graduação da UNIPAMPA, pode transferir-se para outro curso de graduação ou outro turno de oferta de seu Curso de origem na UNIPAMPA.

V. Transferência voluntária é a modalidade do Processo Seletivo Complementar na qual o discente regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de

graduação reconhecido de outra Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada e credenciada conforme legislação, pode solicitar ingresso em Curso de graduação da UNIPAMPA.

VI. Portador de Diploma é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para diplomados por Instituições de Ensino Superior do País, credenciadas conforme legislação, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma do art. 48 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

As outras formas de ingresso na UNIPAMPA compreendem as seguintes modalidades:

- ♣ Transferência *Ex-officio*;
- ♣ Programa de Estudantes-Convênio;
- ♣ Matrícula de Cortesia;

I. A transferência *ex-officio* é a forma de ingresso concedida a servidor público federal civil ou militar, ou a seu dependente estudante, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do Câmpus pretendido ou município próximo, na forma da Lei nº 9.536, 11 de dezembro de 1997 e do Parágrafo único do Art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

II. O Programa de estudantes-convênio de graduação (PEC-G) conforme Decreto 7.948, de 12 de março de 2013, oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais.

III. A Matrícula de Cortesia consiste na admissão de estudantes estrangeiros, funcionários internacionais ou seus dependentes, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06 de junho de 1984, e Portaria MEC nº 121, de 02 de Outubro de 1984.

Os estudos temporários caracterizam a participação de estudantes em componentes curriculares de graduação mediante Plano de Estudo devidamente aprovado. As modalidades são:

- ♣ Regime Especial de Graduação;
- ♣ Mobilidade Acadêmica Intrainstitucional;
- ♣ Mobilidade Acadêmica Interinstitucional.

I. A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica.

II. A mobilidade acadêmica intrainstitucional permite ao discente da UNIPAMPA cursar temporariamente componentes curriculares em Câmpus distinto daquele que faz a oferta do Curso ao qual o discente está vinculado.

A mobilidade acadêmica interinstitucional permite ao discente de outra IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária; e ao discente da UNIPAMPA cursar componentes curriculares em outras IES na forma de vinculação temporária.

O discente com deficiência que ingressar na UNIPAMPA, por meio de ações afirmativas, de acordo com a Resolução CONSUNI 328/2021, passará por uma entrevista, no ato de confirmação da vaga, com a finalidade de identificar as tecnologias assistivas necessárias às suas atividades acadêmicas. Após o ingresso do discente com deficiência, a UNIPAMPA deverá nomear uma equipe multidisciplinar para realização de avaliação biopsicossocial.

Os discentes que não tenham ingressado por ações afirmativas ou que não tenham informado a demanda por acessibilidade pedagógica, no momento do ingresso na instituição, poderão fazê-lo a qualquer tempo, mediante solicitação junto ao interface do NInA.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Projetos de Ensino, Pesquisa e extensão

O curso de Serviço Social da Unipampa desenvolve diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão. No entanto, estes não possuem a característica de serem permanentes, pois são desenvolvidos de acordo com as possibilidades do curso, as demandas da comunidade acadêmica e comunidade de São Borja e região.

O curso de Serviço Social da UNIPAMPA assume em seu Projeto Político-Pedagógico (PPC), o compromisso com a indissociabilidade nas dimensões de

ensino, pesquisa e extensão. Com isto, visiona uma formação acadêmico-profissional que possibilite aos/as discentes espaços de análise, problematização e intervenção de forma crítica e reflexiva.

O desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão pelos/as docentes possui a intencionalidade de apreender as conexões do real e assim construir um caminho que possibilite aos/as discentes sucessivas aproximações com a realidade. Da mesma maneira, a edificação de conhecimentos que mediados com a concretude da realidade social.

A direção assumida pelo curso de Serviço Social para a garantia da indissociabilidade da tríade (pesquisa, ensino e extensão), visa garantir o compromisso com uma educação pública, laica e de qualidade no interior do Estado do Rio Grande do Sul, permitindo a articulação e integração da universidade com a sociedade, construindo conhecimentos teórico-práticos que poderão imprimir subsídios para a elaboração de respostas às necessidades sociais da comunidade local e regional.

Salienta-se que os projetos permitem aos/as discentes conhecer e problematizar o objetivo de investigação e de intervenção da profissão (a questão social e suas múltiplas expressões), contribuindo significativamente no processo de ensino-aprendizagem por meio de ações formativas, investigativas e interventivas.

Atualmente os/as docentes do Curso de Serviço Social desenvolvem diversos projetos, tendo como principais linhas: as políticas sociais (Saúde, Educação, Assistência Social, Trabalho e Renda, intersecções de raça, classe, gênero e sexualidade, entre outras), o desvendamento das expressões contemporâneas da exploração e da opressão de diferentes segmentos sociais (mulheres, idosos, população LGBTQIA+, pessoas com deficiências, população negra, crianças e adolescentes). Também são temáticas de estudo as expressões de violência e suas estratégias de enfrentamento, direitos humanos, os dilemas do mundo do trabalho, as particularidades da região da Fronteira Oeste, as particularidades e desafios da intervenção profissional do Serviço Social.

Tais temáticas e linhas de pesquisa e extensão, ainda que não possuam a característica de serem permanentes, pois são desenvolvidos de acordo com as possibilidades, têm como horizonte a construção de uma práxis na formação

profissional, garantindo um processo de ensino-aprendizagem interdisciplinar, criativo e propositivo, articulando o conhecimento acadêmico com a realidade social.

2.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO

O Curso de Serviço Social da UNIPAMPA¹² iniciou suas atividades em 16 de outubro de 2006. É o primeiro curso público em uma Universidade Pública Federal do Estado do Rio Grande do Sul. Obteve conceito 4, conforme avaliação do MEC, realizada de 24 a 27 de agosto de 2011. Durante esses quinze (15) anos de existência (completados em outubro de 2021), o curso já formou um total de 357 (trezentos e trinta e quatro) alunos/as. Atualmente conta com cento e quarenta e nove (126) discentes matriculados/as.

É importante destacar que o curso de Serviço Social da UNIPAMPA instituiu-se nesta região visando à formação de profissionais com habilidades e competências inerentes a Planejamento, Avaliação e Execução de Políticas Públicas, bem como críticos e propositivos para intervir na perspectiva do enfrentamento das manifestações da questão social. Ressalta-se que a formação se sustenta com base no tripé ensino, pesquisa e extensão.

O processo de formação dos/as acadêmicos/as do curso de Serviço Social da UNIPAMPA orienta-se, além das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social do MEC, pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Tais Diretrizes apresentam uma lógica curricular, que articula três Núcleos de Fundamentos, os quais traduzem um conjunto de conhecimentos constitutivos da formação profissional, sendo eles:

1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social;
2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira;
3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

¹² As informações sobre o curso podem ser consultadas no endereço eletrônico: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/servicosocial/> ou pelo telefone (55) 3430-9850.

Tais núcleos se tornam eixos articuladores dos conteúdos necessários para a formação e o trabalho profissional do assistente social e desdobram-se em áreas “de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 63).

O Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório (ABEPSS, 1996).

O Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada (ABEPSS, 1996).

O Núcleo de fundamentos do trabalho profissional compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por Lei (ABEPSS, 1996).

Além de subsidiar a organização do conjunto de componentes curriculares, os núcleos se materializam em diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2.1.1 Políticas de Ensino

A partir das recomendações das Diretrizes Curriculares, o processo de ensino deve oportunizar a formação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Para isto, faz-se necessário desenvolver a capacidade de leitura crítica da realidade,

para a apreensão e intervenção na perspectiva do enfrentamento das expressões da questão social, eixo fundante da profissão.

O processo de ensino no curso de Serviço Social acontece de forma indissociável à pesquisa e à extensão, onde os projetos de ensino e pesquisa e os programas, projetos e ações de extensão servem como base estruturante para a formação profissional. Desse modo, a formação profissional é organizada no sentido de propiciar e garantir ao corpo discente maior aproximação com a realidade, articulando teoria e prática, por meio de práticas de ensino concatenadas a investigação acadêmico-científica e as ações extensionistas de intervenção na realidade social.

Nessa perspectiva, o ensino em Serviço Social está fundamentado na pesquisa e na extensão como dimensões da formação profissional que possibilitam uma apreensão crítica, científica e criativa da realidade social, contribuindo assim, para que o ensino aconteça com excelência acadêmica.

2.1.2 Políticas de Pesquisa

Considerando as particularidades das expressões da questão social na região da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, torna-se imprescindível fomentar a construção do conhecimento a partir de uma atitude investigativa com senso crítico por meio da pesquisa científica.

A pesquisa vem contribuindo para o conhecimento e aprofundamento da realidade, propiciando subsídios que justifiquem futuras proposições e intervenções numa perspectiva de transformação da realidade social. O curso de Serviço Social a partir de suas diferentes áreas de atuação interdisciplinar e interinstitucional, atua na articulação do tripé universitário partir de 4 Grupos de Pesquisa articulando e fortalecendo também a pós-graduação:

- ♣ Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidades (2011);
- ♣ Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política (2015);
- ♣ Grupo de Pesquisa em Trabalho Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (2018);

- ♣ Grupo de Pesquisa em Política Social, Questão Social e Relações de Exploração/Opressão (2018).
- ♣ Grupo de Estudos e Pesquisas Transfronteiriças em Cartografia Socioambiental – GEPETRACS (2021).
- ♣ Nos últimos anos, evidencia-se uma articulação interdisciplinar do Serviço Social com diferentes áreas das Ciências Sociais e Humanas, o que vem contribuindo para o estudo da realidade social e da produção do conhecimento científico na área social. Essa articulação se dá no âmbito da interlocução entre ensino, pesquisa e extensão, com ampla participação de docentes, discentes e comunidade a partir da atuação direta do curso. Importante referir a participação e contribuição do Curso de Serviço Social em eventos internos da UNIPAMPA como:
 - ♣ Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE);
 - ♣ Congresso Internacional Interdisciplinar de Ciências Humanas (COINTER);
 - ♣ Seminário Internacional de Ciências Sociais – Ciência Política: Buscando o Sul;
 - ♣ Seminário (Des)Fazendo Saberes na Fronteira;
 - ♣ Fórum Internacional de Serviço Social: Trabalho, Políticas Públicas e Fronteiras;
 - ♣ Semana Acadêmica do Curso de Serviço Social.
 - ♣ Ações formativas e de difusão do I Fórum permanente de cultura brasileira da Unipampa, Câmpus São Borja.
 - ♣ I Seminário violência doméstica e intrafamiliar;
 - ♣ Fórum Permanente de Direitos Humanos Brasil/Argentina
 - ♣ Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres;
 - ♣ 1º Colóquio Alusivo ao Dia do/a Assistente Social
 - ♣ II Seminário Serviço Social na Fronteira: Direitos Humanos e Violência Contra as Mulheres.

2.1.3 Políticas de Extensão

A extensão é um processo educativo que possibilita a aproximação dos/as acadêmicos/as com demandas sociais presentes na comunidade local e regional, constituindo-se num espaço teórico-prático privilegiado de construção do

conhecimento. A extensão é um elo entre a universidade e a comunidade, que se expressa como uma contrapartida institucional, na medida em que se estabelecem parcerias para a formação profissional e o desenvolvimento local e regional sustentável. Para tanto, o curso atende às Atividades Curriculares de Extensão/ACE a partir das normas institucionais previstas na resolução 317/2021 e Instrução normativa nº 18, 05 de agosto de 2021 que denomina a curricularização da extensão sob duas modalidades: Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas/ACEV e Atividades Curriculares de Extensão Específicas/ACEE. Nesse contexto, o curso de Serviço Social atende 10% do total de sua carga-horária prevista na resolução 337/2022 distribuídas em 250 horas em ACEV e 60 horas em ACEE. As atividades de ACEE estão especificadas no Programa de Extensão do Curso intitulado “Unipampa Cidadã e Serviço Social” como planejamento específico para atender o Programa Institucional Unipampa Cidadã. Importante referir que o Programa de Extensão Unipampa Cidadã e Serviço Social se desenvolverá em parceria com instituições sociais públicas, privadas, de terceiro setor, sociedade civil organizada que correspondem aos princípios de dignidade humana apreendidos e defendidos pelo projeto societário ao qual almeja a profissão do Serviço Social.

As ações de extensão, consubstanciam-se no compromisso da universidade com a comunidade local, possibilitando o compartilhamento de saberes, além de contribuir para enriquecer a formação do corpo discente, por meio de ações que visam construir conhecimentos coletivos e democratizar o conhecimento científico através das ações extensionistas, incidindo para o desenvolvimento local e regional. Isso significa, que as ações de extensão materializam o papel social da universidade em contribuir com a resolutividade das principais expressões da questão social manifestadas na comunidade.

O pressuposto, conforme consta no Plano Institucional da Unipampa - PDI (2019-2023, p.07), é que a Universidade “exercera seu compromisso com o seu aoredor, por meio de atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, de pesquisa científica e tecnológica, de extensão e assistência às comunidades e de gestão”.

Nesta concepção, as ações de extensão são consideradas um elo de comunicação entre a Universidade e a comunidade, onde ocorrem diálogos e trocas de saberes entre a realidade e o conhecimento acadêmico/científico. Entende-se ainda que as propostas de extensão não estão separadas do ensino e da pesquisa

que formam o tripé da formação discente, integra a matriz curricular em perspectiva interdisciplinar. Para tanto, envolve docentes e discentes do curso de Serviço Social da Unipampa, sujeitos de direitos, profissionais e usuários dos serviços de instituições públicas e privadas, objetivando a transformação social.

Neste contexto, o curso de Serviço Social frente ao processo de curricularização da extensão tem como objetivos:

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo Geral

- ♣ Promover interação entre a Unipampa e a comunidade são-borjense, a fim de contribuir com a produção e disseminação de conhecimentos essenciais para a formação profissional do Serviço Social, buscando incidir no desenvolvimento social da comunidade local.

Objetivos Específicos

- ♣ Aproximar a comunidade são-borjense da Unipampa, possibilitando sua participação por meio de ações integradas e compartilhadas;
- ♣ Construir, manter e fortalecer um elo permanente entre o curso de Serviço Social com a comunidade;
- ♣ Dialogar sobre as principais expressões da questão social da comunidade, considerando o movimento dialético da realidade e as interações socioculturais.
- ♣ Preparar profissionais a partir de uma teoria social crítica, que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- ♣ Orientar profissionais comprometidos/as com a direção social e política do Projeto Profissional;
- ♣ Capacitar profissionais para a apreensão do significado social da profissão e para o desvendamento das possibilidades de intervenção contidas na realidade;
- ♣ Subsidiar profissionais com bases teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa;
- ♣ Formar profissionais comprometidos/as com os valores e princípios norteadores do Código de Ética Profissional;

- ♣ Instruir profissionais com clareza das competências e atribuições à apreensão e intervenção nas expressões da questão social, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais;
- ♣ Proporcionar a formação de profissionais a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, fomentando problematizações acerca das particularidades da questão social na realidade regional da Fronteira Oeste.
- ♣ Como resultados dessa curricularização almeja-se:
- ♣ Materialização do papel social da Universidade em participar e contribuir com a resolutividade das principais demandas sociais da comunidade;
- ♣ Fortalecimento da presença da universidade no cotidiano da comunidade local;
- ♣ Contribuir para futuros projetos de Extensão e Pesquisa.

2.3 PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Serviço Social da UNIPAMPA visa formar profissionais comprometidos/as com a materialização do Projeto Ético-Político, centrado em valores e princípios como respeito à diversidade, liberdade, ética, justiça social, solidariedade, ampliação e consolidação da cidadania, defesa e aprofundamento da democracia entendida como ampliação dos processos emancipatórios e do acesso aos meios de produção e a riqueza socialmente produzida.

Nesse sentido os/as egressos/as devem apresentar:

- ♣ Competências ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa para intervir nas múltiplas expressões da questão social e habilidades para o trabalho em equipes multiprofissionais;
- ♣ Postura crítica, atento/a às transformações societárias contemporâneas e seus impactos nas condições e no modo de vida da classe trabalhadora;
- ♣ Compromisso com a educação permanente e com a inserção nos espaços político-organizativos da categoria profissional;
- ♣ Atitude investigativa nos processos de desvendamento e intervenção crítica na realidade social; capacidade para o exercício da pesquisa; desenvolvimento do conhecimento científico; planejamento, execução, gestão e avaliação de políticas públicas a fim de contribuir com a

universalização do acesso aos direitos sociais e com o desenvolvimento local e regional.

2.3.1 Política de Egressos

O Programa de Acompanhamento ao Egresso/PROGRAD é previsto pelo Ministério da Educação nas políticas de atendimento aos estudantes, visa a conhecer a inserção do egresso no âmbito da atuação profissional; diagnosticar necessidades formativas que ampliem as possibilidades desta inserção e contribuam para a melhoria da qualidade do ensino de graduação e, para a oferta de continuidade dos estudos na instituição no âmbito da pós-graduação.

Além disso, o programa intenta a manutenção da relação de proximidade com o egresso da instituição, entendendo-o como parte da sua história, em uma relação de solidariedade e responsabilidade para com o aluno formado pela Unipampa (UNIPAMPA, 2020).

Considerando a necessidade de aprimoramento do ensino e formação continuada, o Curso de Serviço Social prevê o acompanhamento do egresso como um mecanismo que permite a contínua melhoria do planejamento e da operacionalização do processo de ensino-aprendizagem. Essa política de acompanhamento dos egressos é realizada com vistas ao mapeamento da inserção deles no mercado de trabalho e as áreas nas quais estes egressos estão atuando.

Para tanto, é disponibilizado no sítio do curso um espaço com os dados de egressos a partir do preenchimento de um formulário digital enviado para estes por correio eletrônico a cada doze (12) meses, no sentido de manter os dados atualizados. As avaliações externas como o Relatório do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e da CPA/UNIPAMPA são base para o planejamento do curso e do Câmpus, e servem como um panorama de comparação da situação para os próximos resultados avaliativos produzidos pelo ENADE e CPA/UNIPAMPA.

2.3.2 A Formação Continuada

O/a assistente social trabalha com as expressões da questão social em uma realidade socioeconômica, política e cultural em permanente transformação, assim a formação continuada é fundamental para qualificar o exercício profissional.

Nesse sentido, o Curso de Serviço Social da UNIPAMPA, desde sua origem vem intensificando uma cultura de formação continuada aos egressos e demais profissionais da área do Serviço Social e afins, por meio de cursos de especialização (em nível de pós-graduação *latu sensu*), Fórum Local de Estágios, projetos e eventos de extensão.

A parceria entre curso de Serviço Social e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-10ª Região) é condição importante para a implantação da política de egressos/as e formação continuada.

A política de egressos e formação continuada no curso de Serviço Social deve contemplar:

- a) O permanente acompanhamento dos espaços de trabalho do assistente social por meio de pesquisas;
- b) A análise conjuntural constante e sistemática do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista e os rebatimentos de novos paradigmas de trabalho do/a Assistente Social;
- c) continuidade da parceria estabelecida com o Conselho Regional de Serviço Social – 10ª Região, acompanhando a inserção do/a Assistente Social no mercado de trabalho e aprofundando a discussão sobre a ética profissional;
- d) A continuidade da política de formação continuada no âmbito da pós-graduação *latu sensu*;
- e) A implementação da política de formação continuada no âmbito da pós-graduação *strictu sensu*;
- f) A implementação de cursos de extensão que permitam o aperfeiçoamento dos instrumentais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social.

2.3.3 Campos de Atuação Profissional do/a Assistente Social

O/a assistente social possui uma formação generalista que o/a capacita para apreender a questão social e intervir nas suas expressões. Neste sentido, o exercício profissional ocorre em diversos espaços sócio-ocupacionais no planejamento, desenvolvimento, execução e avaliação das políticas sociais, públicas e privadas.

Algumas áreas de atuação profissional do/a assistente social:

- a) Assistência Social Pública: Secretarias Municipais ou Estaduais de Assistência Social, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e demais instituições públicas e privadas de Atendimento à população em situação de risco e vulnerabilidade social;
- b) Saúde Pública e Privada: Secretarias de Saúde, (municipal e estadual), Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), Estratégia Saúde da Família (ESF), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros de Saúde, Hospitais, Clínicas, Ambulatórios e Instituições Privadas que oferecem serviços e planos de saúde;
- c) Previdência Social: órgãos da previdência social pública ou privada em nível Federal, Estadual e Municipal;
- d) Área Empresarial: Indústrias, empresas públicas e privadas, órgãos patronais de Serviço Social (SESC, SESI, SENAC, SENAI, SEBRAE);
- e) Habitação: Órgãos de financiamento e planejamento habitacional, (Secretarias de Habitação), companhias e cooperativas habitacionais;
- f) Educação: Secretarias de Educação, escolas públicas e particulares, centros de educação especial, Centros de readaptação de crianças, Universidades; Institutos Educacionais, Escolas Técnicas;
- g) Área sociojurídica: Secretarias de Segurança Pública, Delegacias, Polícia Militar, Forças Armadas, Penitenciárias; Tribunais de Justiça, Promotorias, Defensorias Públicas e Serviços de Assistência Jurídica;
- h) Movimentos Sociais Populares: Movimentos populares; comunidade de base;
- i) Terceiro Setor: Organizações Não-Governamentais;
- j) Conselhos de Políticas Públicas: Conselhos de Saúde, Conselhos da Assistência Social, Conselhos da Educação, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos de Idosos, Conselhos da Pessoa com Deficiência, Conselhos da Mulher, Conselhos do Meio Ambiente;
- k) Ensino e Pesquisa em Serviço Social: Ensino dos conteúdos específicos e supervisão de estágios em Serviço Social e desenvolvimento de pesquisas; inclusão em Residências Profissionais e Multiprofissionais.

2.3.4 Habilidades e Competências

O perfil do/a egresso/a de Serviço Social pressupõe a apreensão e intervenção na questão social e suas expressões, por isso faz-se necessário o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades de acordo com o Parecer 492/2001 do Conselho Nacional de Educação que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Serviço Social:

- ♣ Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto à órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e organizações populares;
- ♣ Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam no âmbito de intervenção em Serviço Social com participação da sociedade civil;
- ♣ Garantir o acesso à informação para a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- ♣ Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- ♣ Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- ♣ Realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas públicas e o exercício profissional;
- ♣ Prestar assessoria e consultoria à órgãos da administração pública, organizações privadas com e sem fins lucrativos e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos humanos, civis, políticos e sociais da coletividade;
- ♣ Planejar, organizar e administrar Unidades de Ensino em Serviço Social;
- ♣ Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

2.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

2.4.1 Requisitos para integralização curricular

Para a integralização curricular os/as acadêmicos/as deverão cumprir uma carga horária mínima nas seguintes atividades: Componentes Curriculares Obrigatórios (CCO) – o que inclui Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço

Social I e II, Supervisão Acadêmica I e II e Trabalho de Conclusão de Curso I e II –, Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCG), (ACG). Importante referir que nesta carga horária está incluída a curricularização da extensão em componentes curriculares de graduação, conforme exigência na resolução 317/2021 e Instrução Normativa nº 18/2021.

Na Tabela 2, é apresentada a distribuição de carga horária em Componentes Curriculares Obrigatórios, Componentes Curriculares Complementares de Graduação, Atividades Curriculares de Extensão e Atividades Complementares de Graduação.

Tabela 2 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso

Modalidade da Atividade	Carga Horária
1. Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação	2.730
1.1 Trabalho de Conclusão de Curso	120
1.2 Estágio Curricular Obrigatório	360
2. Componentes Curriculares Complementares de Graduação	180
3. Atividades Complementares de Graduação	120
4. Atividades Curriculares de Extensão	310
4.1 Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas	250
4.2 Atividades Curriculares de Extensão Específicas	60
4.2.1 Extensão no programa Unipampa Cidadã	60
*Total	3090

Destaca-se que o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) é componente curricular obrigatório para a integralização curricular do curso.

Com base na versão do PPC de 2016, foram modificados e acrescentados novos conteúdos para melhor atender os núcleos de fundamentos da formação profissional determinados pelas Diretrizes Curriculares da formação profissional em Serviço Social de 1996. A saber:

1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social;
2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira;
3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Componente Curricular - semestre	Componente curricular - código	Nome do componente curricular	Componente e curricular Carga horária	Proposta de alteração	Medida resolutive
1º		Extensão Universitária e Cidadania I	60		Nova Atendimento à Resolução n. 317/2021 da UNIPAMPA que trata da Curricularização da Extensão.
2º		Extensão Universitária e Cidadania II	60		Nova Atendimento à Resolução n. 317/2021 da UNIPAMPA que trata da Curricularização da Extensão.
3º	SB0438	Formação da Sociedade Brasileira e Questão Social	60	Relações étnico-raciais na formação sócio-histórica brasileira	Trabalho e Questão Social
3º		Relações Sociais de Sexo e Serviço Social	60		Nova
3º	SB0442	Direitos Humanos e Instrumentos de Proteção	60	Mudança de nomenclatura para Educação em Direitos Humanos	Aproveitamento sem pendências
5º	SB0453	Saúde Coletiva e	60		Passou a ser um componente

Componente Curricular - semestre	Componente curricular - código	Nome do componente curricular	Componente e curricular Carga horária	Proposta de alteração	Medida resolutive
		Saúde Mental			complementar de graduação
6º	SB0459	Oficinas de processos interventivos e trabalho multiprofissional	60	Componente deixa de existir	Conteúdo integrado ao componente Oficinas de processos interventivos em serviço social e Cidadania e Extensão II
	SB0456	Estado, Classes e Movimentos Sociais	60	Componente deixa de existir	Conteúdo integrado aos componentes Teoria política e Estado moderno e sociedade civil + Gestão social I

2.4.2 Matriz curricular

Sobre a operacionalização na nova Matriz Curricular, faz-se necessário apresentar duas ressalvas:

- 1) sugere-se que os/as discentes que já ingressaram no curso até 2022 mantenham-se na matriz vigente aprovada em 2016. Desta forma, a nova matriz curricular será obrigatória para os ingressantes a partir de 2023/01. No entanto, caso algum/a discente queira fazer a migração, deverá estar ciente da necessidade de cumprir 10% do total da carga horária do curso em atividades de extensão, bem como da possibilidade de aumento do tempo de integralização do curso, considerando que os estudantes que migrar depois de ter concluído componentes curriculares nos quais, na nova matriz curricular, constam carga horária de extensão, deverão complementar essa carga horária de extensão que ficará pendente por meio de inserção em projetos de extensão ofertados na Unipampa, no Câmpus de São Borja.
- 2) todo o restante da carga horária cursada na matriz curricular do ano 2016 tem componentes curriculares equivalentes na nova matriz curricular. A carga horária teórica e prática cursada na matriz curricular antiga, com a migração de estudantes será aproveitada porque será complementada com atividades de extensão e poderão ser validadas na integralização como CCG através dos

Componentes ofertados pelo curso ou em ACGs – modalidade ensino. Poderá ser aproveitado em CCCG a totalidade da carga horária indicada pelo curso para esta modalidade, ou seja, 120 horas.

Na nova matriz curricular o Estágio será ofertado por meio de dois componentes que juntos tem a mesma carga horária do componente de estágio da matriz curricular de 2016. Em razão da similaridade de conteúdos e de carga horária, no caso específico do Estágio, a partir de 2023/01 a totalidade dos estudantes serão matriculados nos dois componentes curriculares de Estágio da nova matriz curricular, porque as mudanças efetuadas correspondem somente a forma de oferta e não alteram a carga horária e nem o conteúdo programático trabalhado.

Cabe ressaltar, que a Matriz Curricular vigente (2016) tende a ser extinta em três anos, a depender da integralização curricular daqueles estudantes que optaram por não migrar para o novo currículo.

Considerando a necessidade de flexibilização, que atende aos anseios do aluno e concomitantemente o responsabiliza pela sua formação profissional, o curso possibilita que esse aluno defina parte de sua formação profissional de acordo com seus interesses e habilidades através das atividades previstas nos Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs) e nas Atividades Complementares de Graduação (ACGs).

Além disso, o curso assegura o mínimo de 10% de sua carga horária em atividades de extensão em programas, projetos, cursos e demais eventos, vinculados aos componentes curriculares que destinam parte da carga horária a extensão e ao programa Unipampa Cidadã e Serviço Social que viabiliza a inserção dos estudantes de serviço social em ações de extensão vinculadas ao “Unipampa-Cidadã”, em consonância com a estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação, aprovado em 25 de junho de 2014.

Na realização da formação acadêmica, o curso deve orientar-se pelo princípio da indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão, criando uma nova relação teoria/prática e universidade/sociedade.

A matriz curricular do curso, contendo os componentes curriculares, cargas horárias e número de créditos, é apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 - Matriz Curricular do Curso

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH Prática	CH - EAD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
1º	SB0427	Introdução ao Serviço Social		60	0	0		60	4
1º	SB0428	Trabalho e Questão Social		60	0	0		60	4
1º	SB0431	Sociologia		60	0	0		60	4
1º	SB0432	Identidades Culturais		40	0	0	20	60	4
1º	SB0437	Direito e Legislação Social		40	0	0	20	60	4
1º	NOVA	Extensão Universitária e Cidadania I		30	0	0	30	60	4
2º	SB0433	Economia Política e Serviço Social		60	0	0		60	4
2º	SB0430	Leitura e Produção Textual		30	30	0		60	4
2º	SB0434	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I		60	0	0		60	4
2º	SB0435	Fundamentos Ontológicos do Ser Social		60	0	0		60	4
2º	SB0436	Proteção Social		60	0	0		60	4
2º	NOVA	Relações étnico-raciais na formação sócio-histórica brasileira		45	0	0	15	60	4
2º	NOVA	Extensão Universitária e Cidadania II		30	0	0	30	60	4
3º	SB0439	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I;	60	0	0		60	4
3º	SB0440	Ética Profissional e Serviço Social		60	0	0		60	4
3º	NOVA	Relações Sociais de Sexo e Serviço Social		40	0	0	20	60	4
3º	SB0442	Educação em	Direito e	60	0	0		60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH Prática	CH - EAD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
		Direitos Humanos	Legislação Social						
3º	SB0443	Introdução ao Método na Teoria Social		60	0	0		60	4
4º	SB0444	Transformações Societárias e Processos de Trabalho	Trabalho e Questão Social;	45	0	0	15	60	4
4º	SB0445	Pesquisa em Serviço Social I		45	15	0		60	4
4º	SB0446	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II;	60	0	0		60	4
4º	SB0447	Política Social	Proteção Social	60	0	0		60	4
4º	SB0448	Oficinas de Processos Interventivos em Serviço Social		30	0	0	30	60	4
4º	SB0449	Sociologia Brasileira		60	0	0		60	4
5º	SB0450	Instrumentalidade em Serviço Social	Fundamentos Ontológicos do Serviço Social	60	0	0		60	4
5º	SB0457	Gestão e Serviço Social I		45	0	0	15	60	4
5º	SB0429	Fundamentos da Psicologia		60	0	0		60	4
5º	SB0454	Seguridade Social I – Assistência Social	Política Social	60	0	0		60	4
5º	SB0452	Pesquisa em Serviço Social II	Pesquisa em Serviço Social I	45	15	0		60	4
5º	SB0455	Introdução à Intervenção Profissional em Serviço Social	Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Ontológicos do Ser Social; Trabalho e Questão Social; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço	35	0	0	55	90	6

Semestre	Código do Componente e Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH Prática	CH - EAD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
			Social I, II e III, Ética Profissional e Serviço Social, Proteção Social; Transformações Societárias e Processos de Trabalho.						
6º	SB0464	Gestão e Serviço Social II	Gestão e Serviço Social I	60	0	0		60	4
6º	SB0460	Seguridade Social II – Saúde		60	0	0		60	4
6º	NOVA	Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social I	Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Ontológicos do Ser Social; Trabalho e Questão Social; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II e III; Ética Profissional e Serviço Social; Proteção Social; Política Social; Transformações Societárias e Processos de Trabalho; Instrumentalidade e em Serviço Social; Introdução à intervenção profissional em Serviço Social;	0	180	0		180	12
6º	NOVA	Supervisão Acadêmica I	Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Ontológicos do Ser Social; Trabalho e Questão Social; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II e III; Ética	60	0	0		60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH Prática	CH - EAD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
			Profissional e Serviço Social; Proteção Social; Política Social; Transformações Societárias e Processos de Trabalho; Instrumentalidade e em Serviço Social; Introdução à intervenção profissional em Serviço Social;						
7º	SB0462	Seguridade Social III – Previdência Social		60	0	0		60	4
7º	SB0451	Acumulação capitalista e Desigualdades Sociais	Transformações Societárias e processos de Trabalho	60	0	0		60	4
7º	SB0463	Trabalho de Conclusão de Curso I	Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Ontológicos do Ser Social; Trabalho e Questão Social; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II e III, Ética Profissional e Serviço Social; Política Social; Transformações Societárias e Processos de Trabalho; Introdução à Intervenção Profissional em Serviço Social Proteção Social; Pesquisa em Serviço Social I e II; Estágio em Serviço Social I;	60	0	0		60	4
7º	NOVA	Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social II	Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Ontológicos do Ser Social; Trabalho e Questão Social;	0	180	0		180	12

Semestre	Código do Componente e Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH Prática	CH - EAD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
			<p>Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II e III;</p> <p>Ética Profissional e Serviço Social;</p> <p>Proteção Social;</p> <p>Política Social;</p> <p>Transformações Societárias e Processos de Trabalho;</p> <p>Instrumentalidade e em Serviço Social;</p> <p>Introdução à Intervenção Profissional em Serviço Social;</p> <p>Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social I;</p> <p>Supervisão Acadêmica I;</p>						
7º	NOVA	Supervisão Acadêmica II	<p>Introdução ao Serviço Social;</p> <p>Fundamentos Ontológicos do Ser Social;</p> <p>Trabalho e Questão Social;</p> <p>Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II e III;</p> <p>Ética Profissional e Serviço Social;</p> <p>Proteção Social;</p> <p>Política Social;</p> <p>Transformações Societárias e Processos de Trabalho;</p> <p>Instrumentalidade e em Serviço Social;</p> <p>Introdução a intervenção profissional em Serviço Social;</p> <p>Estágio</p>	60	0	0		60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH Prática	CH - EAD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
			Supervisionado Curricular em Serviço Social I; Supervisão Acadêmica I;						
8º	SB0465	Trabalho de Conclusão de Curso II	TCC I	60	0	0		60	4
8º		CCCG - a ser definida no semestre de oferta		60	0	0		60	4
8º		CCCG - a ser definida no semestre de oferta		60	0	0		60	4
8º		CCCG - a ser definida no semestre de oferta		60	0	0		60	4

Tabela: Resumo

CARGA HORÁRIA TOTAL DE COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES	180
CARGA HORÁRIA TOTAL DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO	310
Carga horária total de Atividades Curriculares de Extensão Específicas	60
Carga horária total de Unipampa Cidadã	60
Carga horária total de Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas	250
CARGA HORÁRIA TOTAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO	120
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3.090

2.4.2.1 Componentes com potencial para divisão de turmas

Os componentes com indicação para divisão de turmas são aqueles que tem carga teórico/prática e que pelo conteúdo e forma são de natureza interventiva, o que demanda maior aproximação e acompanhamentos aos estudantes.

Os componentes curriculares a serem ofertados em duas turmas, conforme demanda avaliada pela Comissão de Curso serão:

- Leitura e produção textual;
- Pesquisa em Serviço Social I;
- Pesquisa em Serviço Social II;
- Oficinas de Processos Interventivos em Serviço Social;
- Introdução à Intervenção Profissional em Serviço Social

2.4.3 Abordagem dos Temas Transversais

As temáticas relacionadas às pessoas com deficiência, meio ambiente, educação ambiental e história e cultura afro-brasileira e Indígena, além de estarem contempladas de modo particular em CCCGS, irão perpassar o conjunto das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tais atividades abordarão a inclusão da pessoa com deficiência com fins de problematizar o preconceito com esse segmento social, assim como as formas de inserção social desses sujeitos; o meio ambiente e sua degradação desencadeada por processos decorrentes do modo de produção capitalista, assim como as possibilidades de preservação dos recursos naturais e a história e a cultura das etnias afro-brasileira e indígena, assim como a exclusão desses segmentos sociais na formação sócio histórica da sociedade brasileira e as políticas compensatórias de inclusão social.

2.4.4 Oferta de componente curricular em Libras

De acordo com o Decreto nº 5.626/2005, o componente curricular de Libras deve ser inserido como Componente Curricular Obrigatório nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de Instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Sendo assim, os estudantes do Curso de Serviço Social, contam com o Componente Curricular Complementar de Graduação - CCCG LIBRAS, disponibilizado como optativo, com carga horária de 60h. No âmbito dos Direitos Humanos o Componente de Libras é fundamental para a problematização da acessibilidade. Na universidade tal conhecimento, além de ser um dos requisitos necessários à formação humanística e profissional, é necessário para qualificar os processos de trabalho de docentes e

técnicos, ao possibilitar o enfrentamento de práticas acadêmicas excludentes e discriminatórias no que tange às pessoas com deficiência. Os alunos com necessidades especiais ou alguma deficiência, também contam com o atendimento educacional especializado (AEE), adequado ao processo de ensino-aprendizagem durante seu percurso acadêmico.

2.4.5 Meio Ambiente e educação ambiental

O curso de Serviço social da UNIPAMPA contempla o ensino de Meio Ambiente e Educação Ambiental com a oferta do Componente Curricular Complementar de Graduação - CCCG Educação Ambiental, disponibilizado como optativo, com carga horária de 60h. No âmbito do Serviço social, a temática é fundamental e trabalhada de forma transversal nas discussões sobre território no enfoque das políticas públicas, da construção de identidades, das expressões da questão social e o processo de desterritorialização dos usuários das políticas públicas. A questão ambiental também é abordada a partir de sua relação com o modo de produção capitalista (MPC) de forma transversal nos componentes curriculares que tratam por exemplo da concorrência inter-capitalista que produz degradação ambiental.

2.4.6 Educação em Direitos Humanos

O curso de Serviço social da Unipampa contempla o ensino de Direitos Humanos com a oferta do Componente Curricular Obrigatório Educação em Direitos Humanos, bem como com os seguintes Componentes Curriculares Complementares de Graduação – CCCG: Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos, Justiça Restaurativa, Serviço Social e Família, Educação e Diversidade, Inclusão da Pessoa com Deficiência, Interfaces do processo de envelhecimento, Relações de gênero, Relações Sociais de Sexo, Interseccionalidade e Serviço Social, Relações Étnico-Raciais na formação sócio-histórica Brasileira e Violência Sexual contra crianças e adolescentes.

Esses diferentes componentes curriculares reúnem um conjunto de conhecimentos que tem como elemento norteador a reflexão crítica sobre os direitos e as demandas sociais de segmentos populacionais, tais como idosos, mulheres, homens, populações LGBTQIA+, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, dentre outros. Assim, os direitos humanos se constituem como elemento de afirmação da dignidade humana, como formas de enfrentamento das expressões da questão

social e como instrumentos necessários à materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

2.4.7 História e Cultura Afro-brasileira e Povos Originários

O curso de Serviço social da UNIPAMPA contempla o ensino de Cultura Afro-brasileira e Indígena em Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação - Relações étnico-raciais na formação sócio-histórica brasileira e Educação em Direitos Humanos. Além disso, esses conteúdos são contemplados nos componentes curriculares obrigatórios Direito e Legislação Social e Identidades Culturais.

A Unipampa possui instâncias estratégicas que dão conta das problemáticas e das demandas geradas pela exclusão social da população negra e indígena. A exemplo da implantação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nos processos de ensino na Unipampa, as quais tratam da obrigatoriedade da inclusão das temáticas de História da África e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e da Educação das Relações Étnico-Raciais nos currículos da Educação Básica (Fonte: <http://porteiros.s.unipampa.edu.br/hicabi/a-comissao-e-seu-papel/>).

Espaços coletivos importantes são constituídos na Universidade para reflexões e aprofundamento da cultura afro-brasileira, africana e indígena, a do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab), da Universidade Federal do Pampa. O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros possui caráter interdisciplinar e tem como objetivo subsidiar futuros profissionais com atividades voltadas à educação e produção de conhecimentos referentes à construção de uma sociedade pautada nos direitos universais e humanos.

2.4.8 Flexibilização Curricular

As condições do exercício profissional do Serviço Social é diversificado pela amplitude dos espaços sócio-ocupacionais de atuação, se desenvolve no conjunto das relações sociais e de classes. Iamamoto (2014) refere que a sociedade :

[...] é atravessada por projetos sociais distintos — projeto de classes para a sociedade — tem-se um terreno sócio-histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença de forças sociais e políticas reais — e não mera ilusão — que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais. O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e

atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as com forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional (IAMAMOTO, 2014,p. 611).

Nesse contexto, a formação profissional generalista, humanística a fim de preparar os discentes para os mais diferentes campos de atuação, agregando os aspectos interdisciplinares do conhecimento. Para tanto, é necessário flexibilização na formação.

A fim de promover diferentes formas de conhecimento complementar a flexibilização será possível a partir da participação dos alunos em diversos projetos de pesquisa e extensão; da matrícula em CCCGs do curso de Serviço Social e de outros cursos; participação em eventos que são integralizados como ACGs no currículo; participação de visitas técnicas e atividades orientadas. Na sequência, apresenta-se a relação dos Componentes Curriculares Complementares de Graduação e suas respectivas ementas.

2.4.9 Componentes Curriculares Complementares de Graduação

Em todos os semestres será ofertado pelo menos um CCCG. Nos semestres pares, em que há menor oferta de componentes curriculares obrigatórios, serão ofertados pelo menos dois CCCGs. Abaixo segue ilustrativa dos componentes e na sequência seu respectivo ementário.

Tabela 4 - Componentes Curriculares Completares de Graduação

Códigos dos Componentes Curriculares	Nome do componente	Carga horária teórica	Carga horária prática	Carga horária de extensão	Carga horária total	Créditos
SB0466	Métodos Alternativos de Solução de Conflitos	45	15	0	60	4
Nova	Justiça Restaurativa	45	15	0	60	4
SB0791	Famílias e Serviço Social	60	0	0	60	4
Nova	Políticas de atendimento para pessoas com deficiência	60	0	0	60	4
SB0467	Educação e Diversidade	60	0	0	60	4

Códigos dos Componentes Curriculares	Nome do componente	Carga horária teórica	Carga horária prática	Carga horária de extensão	Carga horária total	Créditos
SB0470	Interfaces do processo de envelhecimento e Serviço Social	60	0	0	60	4
SB0471	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	0	0	60	4
SB0472	Participação Popular, Controle Social e Movimentos Sociais	60	0	0	60	4
SB0474	Relações de gênero	60	0	0	60	4
SB0476	Saúde Mental	60	0	0	60	4
SB0477	Subjetividade contemporânea	60	0	0	60	4
SB0479	Violência Sexual contra crianças e adolescentes	60	0	0	60	4
Nova	Educação Ambiental	45	15	0	60	4
Nova	Cartografia Social	45	15	0	60	4
Nova	Capitalismo Dependente na América Latina	60	0	0	60	4
Nova	Indústria 4.0, plataformas digitais e uberização do trabalho	60	0	0	60	4
Nova	Interseccionalidade e Serviço Social	60	0	0	60	4
Nova	Tópicos Especiais em Serviço Social I	60	0	0	60	4
Nova	Tópicos Especiais em Serviço Social II	30	0	0	30	2
Nova	Serviço Social em Empresas Privadas e Instituições do Terceiro Setor	60	0	0	60	4
Nova	Pesquisa Etnográfica	45	15	0	60	4
Nova	Região, Cultura e Códigos Culturais	45	15	0	60	4

Ementário dos Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCG)

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Métodos Alternativos de Solução de Conflitos

- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 45 horas
- ♣ Carga horária prática: 15 horas
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Princípios e conceitos fundamentais da educação para uma cultura de paz; Processos auto-compositivos de solução de conflitos; compreensão e abordagem dos conflitos; Aplicabilidade da Comunicação Não-Violenta.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender conceitos e aplicabilidades de instrumentos e técnicas de pacificação social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Desenvolver conhecimentos à cerca da educação para uma Cultura de Paz.
- ♣ Introduzir conceitos, e abordagem para a solução de conflitos.
- ♣ Apresentar a Comunicação Não-Violenta como ferramenta de resolução de conflitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRANDAO, Carlos Rodrigues. **A canção das sete cores: educando para a paz.** São Paulo, SP: Contexto, 2005.

FERREIRA, Gonzaga. **Negociação como usar a inteligência e a racionalidade.** 2. São Paulo Atlas 2012 1 recurso online ISBN 9788522474981.

GUIMARÃES, Marcelo R. **Educação para a paz: sentidos e dilemas.** Caxias do Sul/RS: Educs, 2005.

MUSZKAT, Malvina Ester. (ORG). **Mediação de conflitos: pacificando e prevenindo a violência.** 2. ed. São Paulo, SP: Summus, 2003.

ROSEMBERG, Marshall. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais.** Tradução de Mario Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

AZEVEDO, André Gomma de (Org.). **Manual de mediação judicial,** 2009. (Brasília/DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD).

JARES, Xesús R. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KANT, Emanuel. **A paz perpétua de Kant**. Editora Matos Santos. 1989.

MULLER, Jean-Marie. **O princípio da não-violência: uma trajetória filosófica**. São Paulo, SP: Palas Athena, 2007.

ZAFFARI, Eduardo Kucker. **Solução de conflitos jurídicos**. Porto Alegre SER - SAGAH 2018 1 recurso online ISBN 9788595025233.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Justiça restaurativa
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 45 horas
- ♣ Carga horária prática: 15 horas
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Paradigma da Justiça Restaurativa; Procedimentos de Justiça Restaurativa e Justiça Retributiva; Justiça como valor e inteligência coletiva; Os Círculos Restaurativos. Ações extensionistas vinculados ao Programa Cultura de Paz e Métodos Autocompositivos.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Apresentar fundamentos, conceitos e práticas de Justiça Restaurativa e de extensão, nos contextos institucionais e comunitários articulados nos níveis estrutural e interpessoal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Identificar as principais características da justiça restaurativa enquanto modelos não
- ♣ adversariais/alternativos de gestão de conflitos;
- ♣ Demonstrar as diferenças práticas e conceituais dos modelos retributivo e restaurativo;
- ♣ Apresentar experiências de Justiça restaurativa no Brasil;
- ♣ Criar espaços de diálogo à cerca da efetividade dos processos circulares.
- ♣ Apresentar possibilidades e potencialidades dos círculos restaurativos.

- ♣ Desenvolver ações de extensão articulando conhecimentos teóricos e práticos.
- ♣ Promover o desenvolvimento humano e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

KONZEN, Afonso Armando. **Justiça Restaurativa e ato infracional**: desvelando sentidos no itinerário da alteridade. Porto Alegre: RS: Livraria do Advogado, 2007.

OLIVEIRA, Simone Barros de Oliveira. CASAGRANDE, Maísa Dorneles. **Justiça Restaurativa: aprofundando conceitos**. In: COLVERO, Ronaldo Bernardino. JOVINO, Danilo Pedro. **Relações de Fronteira e Interseccionalidades 5**. Unipampa. - Universidade Federal do Pampa; Assis: triunfal Gráfica e Editora, 2020.

PRANIS, Kay. **Processos circulares**. SP: Palas Athena, 2012.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes** – novo foco sobre crime e justiça. São Paulo: Palas Athena, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto. **O terceiro ausente**: ensaios e discursos sobre paz e guerra. São Paulo: Manole, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Resolução 225**, de 31 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2289>

PRANIS, K. & BOYES-WATSON, C. **No coração da esperança**. Guia de práticas restaurativas. Porto Alegre: TJE-RS/AJURIS, 2011. Acesso: https://parnamirimrestaurativa.files.wordpress.com/2014/10/guia_de_praticas_circulares.pdf

ROSEMBERG, Marshall. **Comunicação não-violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Tradução de Mario Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. 3ª edição. São Paulo: Método, 2014.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Famílias e Serviço Social
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

As concepções teóricas de família nas ciências sociais. As funções das famílias. Famílias e as intersecções de raça, classe, gênero, geração, sexualidade e território. As transformações societárias e os impactos nas famílias. A multiplicidade dos arranjos familiares. Redes sociais. Políticas Sociais e Famílias. O trabalho social com famílias.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Estudar a categoria famílias em sua multiplicidade e complexidade no que se refere aos seus arranjos e estratégias de organização, considerando os eixos de classe, raça/etnia, gênero e geração e o contexto de precarização das políticas sociais que desafia os processos interventivos dos/as assistentes sociais diante as necessidades sociais das famílias.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Apreender as múltiplas concepções teóricas em torno da categoria famílias;
- ♣ Estudar os impactos das transformações societárias na dinâmica familiar brasileira;
- ♣ Analisar as relações entre classe social, gênero, raça/etnia, sexualidade, geração e território como eixos estruturantes da dinâmica familiar;
- ♣ Entender a partir do prisma interdisciplinar e intersetorial o trabalho social com famílias;
- ♣ Discutir as perspectivas de atenção às famílias nas políticas sociais brasileiras;
- ♣ Problematizar os processos interventivos dos/as assistentes sociais diante as necessidades sociais das famílias na cena contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1981.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria Crítica da Família. IN: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane. **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. 5ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

HOOKS, Bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019. Disponível em: <https://docplayer.com.br/133877006-Teoria-feminista-da-margem-ao-centro-bell-hooks.html>

SALES, Mione Apolinário; MATOS, Mauricio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Org.). **Política Social, Família e Juventude**: uma questão de direitos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: Políticas Arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018 Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6969603/mod_resource/content/1/bell_hooks_O_feminismo_%C3%A9_para_todo_mundo_Pol%C3%ADticas_arrebatadoras%20%282%29.pdf

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019. Disponível em
<https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/07/criacao-patriarcado.pdf>

LESSA, Sergio. **Abaixo a Família Monogâmica**. Instituto Lukács, 2012.

SARTI, C. A. Parentesco e Família. **Revista Com Ciência- SBPC/Labjor**. 2009.

VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. **Serviço Social e Sociedade**. n. 71, ano XXIII. Especial. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Educação e diversidade
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

A diversidade como constituinte da condição humana. Diversidade e relações de gênero. A cultura como universo simbólico que distingue os diferentes grupos humanos. A diversidade na formação da cultura brasileira. A diversidade étnica, social e as múltiplas expressões de desigualdades. A educação como catalisadora e expressão das diversidades. A ação social como instrumento de defesa e promoção da emancipação de sujeitos diversos.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Proporcionar ao aluno reflexão crítica sobre a diversidade, a cultura e a educação no contexto da realidade brasileira, despertando o interesse para a importância do pensar e do agir social, no sentido de promover a educação e a diversidade como presente no cotidiano de sua prática profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Analisar o processo histórico dos povos indígenas e africanos no Brasil e no RS, a diversidade cultural e linguística, enfatizando as concepções e mitos acerca dos povos indígenas e africanos, promovendo uma reflexão crítica;
- ♣ Apreender aspectos conceituais de diversidade cultural e pluriétnica;
- ♣ Conjecturar criticamente sobre as sociedades indígenas e africanas e reconhecê-las como uma parcela do povo brasileiro para aceitar as diferenças;
- ♣ Imaginar e conhecer formas, baseadas no Serviço Social e nas políticas sociais, de agir na promoção e defesa de tais diversidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis, Rocco, 1987.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo Crítico**. Cortez, São Paulo: Cortez, 2000.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas sociais e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BÔAS, Gláucia Villas e Gonçalves, Marco Antônio. **O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2005.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Pensamento social, ciência e imagens do Brasil: tradições revisitadas pelos educadores brasileiros**. Revista Brasileira de Educação (ANPEd), n. 15 (especial) (set.-out.-nov.-dez. 2000).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos Trópicos: o**

instituto histórico e geográfico e o projeto de uma história nacional. Estudos históricos, n. 1 (1988), p. 5-27.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: De Vanhargen a FHC.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PONTES, Katiúscia Ribeiro Kemet, escolas e arcádeas: a importância da filosofia africana no combate ao racismo epistêmico e a lei 10639/03 / Katiúscia Ribeiro Pontes.—2017. 93f.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade.** SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Jessé, (Org.). **Multiculturalismo, racismo e democracia: por que comparar Brasil e Estados Unidos?** In: Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil- EUA. Brasília: Paralelo 15, 1997.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Políticas de Atendimento para Pessoas com Deficiência
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Estudo das Políticas de atendimento às pessoas com deficiência e do reconhecimento político das diferenças. Partindo do contexto da Educação, o desdobramento dos processos sociais resultantes da relação entre capital e trabalho que produzem a segregação social de diferentes sujeitos singulares e coletivos. Análise dos padrões criados socialmente na configuração de uma sociedade de classe social preconizada por padrões de comportamento típicos da sociabilidade capitalista.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Analisar o contexto legal, social, político e econômico em que a pessoa com deficiência está inserida, bem como os desdobramentos sociais resultantes do processo de implementação de Políticas destinadas às Pessoas com Deficiência.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Reconhecer conceitualmente e legalmente a inclusão da pessoa com deficiência bem como as condições de acesso aos bens sociais na perspectiva de acessibilidade universal;
- ♣ Estudar as políticas de atendimento às pessoas com deficiência na perspectiva das Políticas de Educação, Saúde, Assistência Social e Trabalho;
- ♣ Perceber as condições de inclusão/exclusão/integração/segregação da pessoa com deficiência a partir das políticas inclusivistas, bem como o apoio das mídias e Desenho universal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com deficiência**. Lei 13.142/15. Senado Federal, Brasília, DF. 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atores da inclusão na universidade: formação e compromisso**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2009. 149 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo, SP: Memno; 1997. 235 p.

RIBAS, João Baptista Cintra. **Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo**. São Paulo, SP: Cortez, 2007. 120 p. (Preconceitos; 4.). ISBN 9788524912221.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. **A inclusão social da pessoa com deficiência no Brasil - Como Multiplicar este Direito / Coordenação Instituto Paradigma: Priscila Cardoso e Danilo Namó** – São Paulo: Instituto Paradigma, 2008. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

BRASIL. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. 4. ed. Brasília, DF: Edições Câmara, 2011. 185 p.

CARDOSO, Marilene Cardoso. **Educação Inclusiva: atendimento à diversidade como práxis educativa na rede municipal de Guaíba**. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação. PUCRS. Porto Alegre, 2004.

FERNANDES, Idília. **O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais**. Revista Textos & Contextos. PUCRS, Porto Alegre. Nº 6, ano V, dez. 2006

FERNANDES, Idília. LIPPO, Humberto. **Política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea**. In. Revista Textos & Contextos. PUCRS: Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 281 - 291, jul./dez. 2013.

FERNANDES, Idília. **Relações Sociais no convívio com as diferenças e deficiências numa perspectiva histórica**. In. LIPPO, Humberto (org.). **Sociologia da**

Acessibilidade e Reconhecimento Político das diferenças. Canoas RS. Ed. ULBRA, 2012.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. In STOBAUS, Claus Dieter. MOSQUERA, Juan José. **Educação Especial: em direção à Educação Inclusiva.** 2ª ed. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2004.

MAZZOTTA, Marcos Jose da Silveira. **Educação especial no brasil:** história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

SILVA. Jocenir de Oliveira Silva. **Processos de Inclusão Social Ilusórios:** Um novo olhar frente à diversidade no contexto educacional. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2009.

STOBAUS, Claus Dieter. MOSQUERA, Juan José. **Educação Especial:** em direção à Educação Inclusiva. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2004.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Interfaces do processo de envelhecimento e Serviço Social
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Aspectos socioeconômicos que envolvem o processo de envelhecimento. Constituição de Legislação e Políticas Públicas de Atendimento à Pessoa Idosa. Envelhecimento e questão social. Temas transversais as velhices. Intervenção do profissional do Serviço Social na Gerontologia Social.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Analisar os aspectos socioeconômicos que envolvem o processo de envelhecimento, bem como políticas de atendimento a pessoa idosa para as intervenções dos profissionais do Serviço Social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Discutir a constituição da gerontologia social crítica enquanto estudo do envelhecimento.

- ♣ Estudar a trajetória histórica e legislativa de atendimento a pessoa idosa por meio de políticas sociais.
- ♣ Reconhecer temas transversais as velhices com centralidade no trabalho, família, e institucionalização no envelhecer.
- ♣ Pontuar o envelhecimento correlacionado a expressões da questão social.
- ♣ Discutir possibilidades de intervenção do profissional do Serviço Social junto a pessoa idosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In. CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os novos idosos Brasileiros**. Muito Além dos 60? São Paulo: IPEA, 2004.

Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5476

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e. **Envelhecimento, Saúde e Trabalho no Tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

PESSOA, Elisângela Maia Pessoa; FUZINATTO, Aline; GAVIRAGUI, Fábio. O estatuto do idoso como Garantia dos Direitos Sociais na melhoria da Qualidade de Vida e intervenção do Serviço Social. In. **A diversidade de atuação do Serviço Social** – desvelando o processo de trabalho. Porto Alegre: Faith, 2010.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e Trabalho no tempo do capital** – implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. Serviço Social e envelhecimento. Teresina: EDUFPI, 2020. Disponível

em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Livro_SERVI%C3%87O_SOCIAL_E_ENVELHECIMENTO_E-BOOK-120201020195516.pdf

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. **Velhos Institucionalizados e Família**: entre abafos e desabafos. Campinas SP: Editora Alínea, 2004.

BULLA, Leonia Capaverde; ARGIMOM, Irani Iracema de Lima (Org.). **Convivendo com o familiar idoso**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

CORTELLETI, Ivonne; CASARA, Miriam B; HERÉDIA, Vânia B. M. **Idoso asilado**: um estudo gerontológico. Caxias do Sul: Educrcs/Edipucrs, 2004

FALCÃO, Deusivania V. S.; LOPES, Andreia. A Formação e a atuação profissional em gerontologia no Brasil: atenção à velhice e ao envelhecimento no século XXI. In. **A Família e o Idoso** - desafios da contemporaneidade. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

MOTTA, Luacina B. A constituição da Gerontologia e da Geriatria como Campos de Conhecimento Interdisciplinar: o desafio da formação profissional. In. LEMOS, Maria

T. T. B.; ZABAGLIA, Rosângela A. **A arte de envelhecer** – saúde, trabalho, afetividade e estatuto do idoso. Aparecida, SP: Ideias & Letras; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil, vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Edições Sesc, 2007.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Direitos, Políticas Públicas e Acessibilidade da Pessoa Idosa no Brasil. In. TEIXEIRA, S. M; PAIVA, S. O. C.; SOARES, N. **Envelhecimento e políticas sociais em contexto de crises e contrarreformas**. Curitiba, CRV, 2019. p.159-173.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento na sociabilidade do Capital**. Campinas: Papel Social, 2017.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Língua Brasileira de Sinais - Libras
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Propor uma reflexão sobre o conceito e a experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sociocultural e linguística;
- ♣ Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais.

- ♣ Desenvolver a competência linguística na Língua Brasileira Sinais, em nível básico elementar;
- ♣ Fornecer estratégias para uma comunicação básica de Libras e adequá-las, sempre que possível, às especificidades dos alunos e cursos;
- ♣ Utilizar a Libras com relevância linguística, funcional e cultural;
- ♣ Refletir e discutir sobre a língua em questão e o processo de aprendizagem;
- ♣ Refletir sobre a possibilidade de ser professor de alunos surdos e interagir com surdos em outros espaços sociais;
- ♣ Compreender os surdos e sua língua a partir de uma perspectiva cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BARRETO, Madson, Raquel Barreto. **Livro Escrita de Sinais sem mistérios** – Belo Horizonte: Ed.do autor, 2012.

FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. **LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do aluno**. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2007.

GESSER, Audrei. **LIBRAS - Que língua é essa?** Parábola. 2009.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo, Caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro. Ed. Revinter, 2000.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Artmed, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. **NOVO DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. vol. 1. 2. ed. Editora EDUSP, 2012.

CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. **NOVO DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. vol. 2. 2. ed. Editora EDUSP, 2012.

FLAVIA, Brandão. **Dicionário Ilustrado de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais**. 1. ed. Global Editora, 2011.

Legislação Brasileira Online e Repositórios Digitais em Geral.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

_____. **História da Educação dos Surdos**. Licenciatura em Letras/LIBRAS na Modalidade a Distância, universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, 2008.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Participação Popular, Controle Social e Movimentos Sociais
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

A participação popular na sociedade capitalista. O controle social democrático na área das políticas sociais. Movimentos sociais e a transversalidade de classe, relações de gênero e questões étnico-raciais. Novos Movimentos Sociais.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Apreender conceitos e configurações da participação popular, controle social democrático e movimentos sociais, considerando a realidade da sociedade brasileira

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender os conceitos e formas de expressão de participação popular.
- ♣ Verificar o significado do controle social democrático na área das políticas sociais.
- ♣ Problematizar o que são e como se organizam os movimentos sociais e novos movimentos sociais na realidade brasileira.
- ♣ Refletir sobre a transversalidade de classe social, relações de gênero e étnico-raciais, nos processos de participação popular, controle social democrático e na organização dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ABREU, Matina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. **Mobilização social e práticas educativas**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPS, 2009. Disponível em: https://www.poderesocial.com.br/livro_para_download-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais/

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2008.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. **Controle Social da Política de Assistência Social: caminhos e descaminhos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, Potyara. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2011.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. **Participação Popular e Assistência Social: contraditória dimensão de um especial direito**. 250 Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 250-259 jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000200012/15118>

PRADO JÚNIOR, Caio; FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Relações de gênero
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

As relações de gênero enquanto construções sociais. As principais abordagens teóricas do conceito de gênero: estruturalismo, marxismo e pós-estruturalismo. Gênero, sexualidade e identidade. As políticas sociais e a questão de gênero.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender as formas de construção da identidade de gênero, dimensionando no contexto das relações de gênero e das relações de poder instituídas e instituintes na sociedade de classes, articulando os conceitos e as dinâmicas estudadas, a fim de qualificar para a compreensão das relações de gênero na sociedade brasileira contemporânea e sua relevância nas expressões da questão social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Problematizar de acordo com campos teórico-políticos específicos, que a transformaram em categoria de análise de um conjunto de fenômenos sociais, históricos, políticos econômicos e psicológicos que, habitualmente, são vistos como naturais e isentos das relações de poder.
- ♣ Analisar as diferentes concepções sobre gênero: a partir das perspectivas das Teorias Feministas, Histórica, Cultural e do Patriarcado.
- ♣ Contextualizar o histórico do surgimento da categoria gênero para se falar sobre essas relações sociais não reconhecidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ALVES, B. M. & PITANGUY. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. G. (org). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC: ED. 34, 2002.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo - A Experiência Viva**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRUSCHINI, C.; COSTA, A. de O. (Orgs.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

GERGEN, M. Mc. C (Org.) **O Pensamento Feminista e a Estrutura do Conhecimento**. Brasília, DF, Editora Universidade de Brasília, Editora Rosa dos Tempos, 1993.

HOLLANDA, Ana Buarque. **Tendências e Impasses** - o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOPES, G. (Org.) **Gênero, Educação e Sexualidade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.

LOPES, M.J. M., MEYER, D. E., WALDOW, V. R. (orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

NOLASCO, S. (Org.) **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Rocco, 1995.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: Utopia da Cidade Disciplinar.** Editora Paz e Terra.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2004.

VIEZZER, M. **O Problema não Está na Mulher.** São Paulo, SP, Ed. Cortez, 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, S.S. **Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado.** Rio de Janeiro, Revinter, 1998.

ADELMAN, Miriam & SILVESTRIM, C. B. **Gênero Plural: um debate interdisciplinar.** Curitiba: Editora UFPR, 2002.

ARAÚJO, C. & SCALON, C. (org). **Gênero, Família e Trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

AVILA, Maria Bethânia (org.). **Novas Legalidades e Democratização da Vida Social.** Editora Garamound.

ALZANDUA, Glória. **Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do Terceiro Mundo.** In: Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, 2000.

COMBES, D., HAICAULT, M. —Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes in KARTCHEVSKY, A. et alii. **O sexo do trabalho.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

CITELI, M. T. **Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento.** In: Revista Estudos Feministas. V. 9 n.1, Florianópolis-SC: UFSC, 2001.

GRASSI, E. **La mujer y la profesión de asistente social.** Buenos Aires: Humanitas, 1989.

LEGAULT, Gisele. **Intervenção Feminista em Serviço Social.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, 37, Ano XII. (Trad. Eva Faleiros) São Paulo: Cortez, 1991.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político.** Editora Gradiva.

OLIVEIRA, E. M. **A Mulher, a Sexualidade e o Trabalho.** São Paulo: Hucitec/CUT, 1999.

HOLLANDA, Ana Buarque. (Org.) **Pós-modernismo e política.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: São Paulo, EDUSC, 2005.

PIERUCCI, Flávio. **As ciladas da diferença.** In: Tempo Social Revista de Sociologia da USP, 2. USP: São Paulo, 1993.

SORJ, Bila & BRUSCHINNI, C. **Novos Olhares: mulheres e relações de Gênero no Brasil.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Marco Zero, 1994.

SCOTT, Joan. —Gênero: uma categoria útil de análise históricall, in **Revista Educação e Realidade.** Porto Alegre, 16 (2), jul./dez. 1990.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Saúde Mental
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Conceitos fundamentais de psicopatologia. A história da institucionalização da loucura. As contribuições da Psiquiatria, da Psicanálise e da Psicologia Social no campo da Saúde Mental. Os movimentos de luta antimanicomial no mundo e no Brasil. A Saúde Mental e os modelos comunitários de atendimento. A intervenção no contexto interdisciplinar.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Analisar o processo saúde - doença mental e suas incidências nos diversos eventos da vida.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender o processo saúde - doença mental.
- ♣ Compreender o sofrimento psíquico como fenômeno inerente à condição humana.
- ♣ Sensibilizar para o trabalho interdisciplinar e sua aplicação no campo da saúde mental.
- ♣ Compreender o processo de reabilitação psicossocial no contexto da reforma psiquiátrica.
- ♣ Compreender o cuidado em saúde mental no espaço da cidade e em dispositivos da rede de atenção em saúde.
- ♣ Identificar as políticas públicas desenvolvidas na área; identificar sintomas e indicativos de transtornos mentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM-IV**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BRASIL, **ANAIS da I Conferência Nacional de Saúde Mental** (1987). Brasília.

BRASIL, **ANAIS da II Conferência Nacional de Saúde Mental** (1993). Brasília.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LACERDA, F. e GUZZO, R. (orgs.). **Psicologia e Sociedade Interfaces no debate sobre a questão social**. Campinas/SP: Alínea, 2010.

LANCETTI, A. **Saúde e Loucura**. São Paulo: Hucitec. nº1, 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Mental**. FOUCAULT, Michel. **A História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

TUNDIS, S; COSTA, N. **Cidadania e Loucura: políticas de saúde mental no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1997.

WADI, Yonissa M. **Palácio para guardar doidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PEREIR A, J. F. **O que é Loucura**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

ROTELLI, F. et.al. **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 1990.

VASCONCELOS, E. **Abordagens Psicossociais**. Vol. I História, teoria e trabalho no campo. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2009.

VASCONCELOS, E. (org.) **Abordagens Psicossociais**. Vol. III perspectivas para o Serviço Social. São Paulo: HUCITEC, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10 - descrições clínicas e diretrizes diagnósticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Subjetividade Contemporânea
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Caracterização da sociedade contemporânea: a pós-modernidade, a hipermodernidade e a sociedade de consumidores. A subjetividade na atualidade. Psicopatologia e sofrimento psíquico na contemporaneidade.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Contribuir para a compreensão das particularidades da sociedade contemporânea do mundo ocidental, bem como as principais manifestações de sofrimento psíquico deste contexto.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Refletir acerca das formas de ser no contexto contemporâneo: identidade e consumo;
- ♣ Conhecer as novas configurações da sociedade de massa;
- ♣ Discutir a relação entre sedução/desejo, consumo, interatividade e publicidade;
- ♣ Compreender o sofrimento psíquico no contexto contemporâneo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

AUBERT, Nicole. **Violence du temps et pathologies hypermodernes**. Paris: Érès, 2008/2 - n° 78, p. 23 a 38.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade** de consumo. Lisboa: Edições 70, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

JERUSALINSKY, A. e FENDRIK, Silvia (orgs). **O livro negro da psicopatologia contemporânea**. São Paulo: Via Lettera, 2011.

LIPOVETSKY, Gilles. CHARLES, Sébastien. **Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2007.

MELMAN, Charles. **O Homem sem gravidade: gozar a qualquer preço; entrevistas por Jean-Pierre Lebrun**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

AUBERT, Nicole. **Violence du temps et pathologies hypermodernes**. Paris: Érès, 2008/2 - n° 78, p. 23 a 38.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade** de consumo. Lisboa: Edições 70, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LIPOVETSKY, Gilles. CHARLES, Sébastien. **Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2007.

MELMAN, Charles. **O Homem sem gravidade: gozar a qualquer preço; entrevistas por Jean-Pierre Lebrun**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Violência sexual contra crianças e adolescentes
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

A violência sexual contra crianças e adolescentes enquanto fenômeno histórico e suas determinações contemporâneas. A violência sexual e sua relação com a desigualdade social e os processos de exclusão social. Os diferentes tipos de violência sexual. O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes a partir das políticas públicas setoriais e de direito. A intervenção profissional diante dos casos de violência sexual.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Problematizar a violência sexual contra crianças e adolescentes e sua relação com as manifestações da questão social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Identificar os tipos de violência sexual contra crianças e adolescentes, conceitos, contextos, causas e consequências;
- ♣ Problematizar a importância da intervenção profissional, na prevenção e atendimento das situações de violência sexual contra crianças e adolescentes;
- ♣ Socializar o debate sobre as legislações e as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e a defesa de direitos para este segmento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Violência sexual intrafamiliar**: é possível proteger a criança? Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena Mariante. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 2000.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCHEZAN, Nair Angélica Comasseto; MENDES, Luís Marcelo (Organizadores). **Expressões de violência e seu enfrentamento no CREAS/Centro de Referência Especializado da Assistência Social**. Passo Fundo: Méritos, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. 2013.

LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 1998.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. **Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea**. In: Psicologia: Reflexão e Crítica, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública**. In: Cad. Saúde Pública vol.10 suppl.1 Rio de Janeiro 1994.

PEDERSEN, Jaina Raqueli. **Abuso sexual intrafamiliar: do silêncio ao seu enfrentamento**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Porto Alegre, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SERPA, Monise Gomes. **Primeiras experiências de exploração sexual: um estudo sobre o processo de aproximação de adolescentes a essa realidade**. Psico v.41, n.1, pp. 32-39, jan/mar. 2010.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **O Método em Marx e o Estudo da Violência Estrutural**. s/d.

_____. José Fernando Siqueira da. **Violência e Serviço Social: notas críticas**. In: Rev. Katál. Florianópolis v. 11 n. 2 p. 265-273 jul./dez. 2008.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Educação Ambiental
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 45 horas
- ♣ Carga horária prática: 15 horas
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Evolução da tomada de consciência ambiental. A gestão pública. Políticas Públicas na área ambiental. Tendências e perspectivas para educação ambiental em diferentes contextos educativos. Organização e orientação para a elaboração e apresentação de Projetos em Educação Ambiental.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer as nuances sobre educação ambiental, com vistas a potencializar processos formativos e interventivos na sociedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Dialogar sobre os problemas ambientais e sociais da atualidade.
- ♣ Analisar possíveis ações para a construção da cidadania em busca da sustentabilidade ambiental.
- ♣ Refletir sobre o papel da Universidade no âmbito da sociedade atual.
- ♣ Dialogar acerca de um panorama geral da educação ambiental, a partir do prisma histórico, abrangência, modalidades e políticas ambientais.
- ♣ Despertar nos discentes ações e desafios para processos formativos e interventivos de educação ambiental e gestão ambiental.
- ♣ Aprimorar a formação acadêmica, nos cursos de graduação, por meio da realização de práticas extensionistas e do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

DOMINGUEZ GOMEZ, Jose Andres; GAONA PEREZ, Alejandro.; VAZQUEZ AGUADO, Octavio. **Serviço social e meio ambiente**. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 135 p.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013. 96 p. (Magistério. Formação e trabalho pedagógico).

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo, SP: Cortez, 2010. 293 p.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 213 p.

SILVA, Maria das Graças e. **Educação ambiental e serviço social: o peac e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2012. 258 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ADAMS, Telmo. **Vivendo e reciclando**: associação dos recicladores de dois irmãos ajudando a preservar a natureza. São Leopoldo, RS: Oikos, 2005. 88 p.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008. 256 p.

DOURADO, Juscelino. **Reflexão e práticas em educação ambiental**: discutindo o consumo e a geração de resíduos. São Paulo, SP: Oficina de textos, 2012. 175 p.

GRUN, Mauro. **Em busca da dimensão ética da educação ambiental**. Campinas, SP: Papirus, 2007. 175 p. (Papirus educação).

_____. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. Campinas, SP: Papirus, 2012. 126 p. (Magistério: formação e trabalho pedagógico).

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação ambiental no brasil**: formação, identidades e desafios. Campinas, SP: Papirus, 2011. 249 p. (Papirus Educação).

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Repensar a educação ambiental**: um olhar crítico. São Paulo, SP: Cortez, 2009. 206 p.

_____. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009. 150 p.

PORTILHO, Fatima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo, SP: Cortez, 2005. 255 p.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 8. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010. 93 p. (Questões da nossa época, 12).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução 317 de 29 de abril de 2021**. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da Universidade Federal do Pampa. Disponível em <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-política-de-extensao.pdf>, Acesso em 02 jun. 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Cartografia Social
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 45 horas
- ♣ Carga horária prática: 15 horas
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Histórico da cartografia. Conhecimento básico de técnicas cartográficas. Conceitos de cartografia social. Fontes de informações e coleta de dados. Mapeamento participativo

e cartografia social. Interpretação e elaboração de documentos de cartografia social. Estudos de casos de cartografia social (comunidades ribeirinhas, cultura, turismo, povos indígenas, entre outros).

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender as noções básicas de cartografia e cartografia social nas mais diferentes áreas, bem como a sua aplicabilidade na formação profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer os conceitos fundamentais da cartografia e cartografia social.
- ♣ Despertar o interesse pela utilização da cartografia social nas ações cotidianas.
- ♣ Analisar e interpretar as diferentes formas de produtos da cartografia social.
- ♣ Elaborar mapas sociais a partir de temas/atores sociais/objetos com um viés interdisciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia básica**. São Paulo, SP: Oficina de textos, 2008. 143 p.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Ética e jornalismo: uma cartografia dos valores**. 2. ed. São Paulo, SP: Escrituras, 2004. 93 p. (Ensaio transversais; 16.).

JOLY, Fernand. **A cartografia**. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. 112 p.

PASSINI, Elza Yasuko. **Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de geografia**. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 215 p.

RAMOS, Cristhiane da Silva. **Visualização cartográfica e cartografia multimídia: conceitos e tecnologias**. São Paulo, SP: Ed. Unesp, 2005. 179 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ACSELRAD, H. (organizador).-- **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. 168 p. Disponível em:
http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_tematica/leitura%204/Cartografias%20Sociais%20e%20Territ%F3rio.pdf. Acesso em 20.10.2021.

_____. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010. 225 p. Disponível em:
<http://beu.extension.unicen.edu.ar/xmlui/bitstream/handle/123456789/347/ACSELRA>

D%20%28coord%29_2010_cartografia%20social%20e%20din%C3%A2micas%20territoriais.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 20.10.2021.

COSTA, N. O. da [et al]. Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. V CBEAGT, 2016. pp.73-86. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/3820/2045>. Acesso em 20.10.2021.

FREIRE, N. C. F.; FERNANDES, A. C. de A. Mapas como expressão de poder e legitimação sobre o território: uma breve evolução histórica da cartografia como objeto de interesse de distintos grupos sociais. **Portal da Cartografia**, Londrina v. 3 n. 1, 2010. P. 83 – 103. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia/article/viewFile/7536/6625> . Acesso em 20.10.2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro – RJ: IBGE. 130 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ManuaisdeGeociencias/Nocoess%20basicas%20de%20cartografia.pdf> Acesso em 20.10.2021.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. São Paulo, SP: Contexto, 2013. 142 p.

PETERMANN, Juliana. **Cartografia da criação publicitária**. Santa Maria, RS: FACOS - UFSM, 2017. 274 p.

PINTO, M. C.; ALMEIDA, A. W. B. de (Org.). **Acervo cartográfico das Comunidades Quilombolas tituladas**. Manaus: UEA Edições/ PNCSEA, 2017. 60 p. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/acervo-cartografico-das-comunidades-quilombolas-tituladas/> . Acesso em 20.10.2021.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.38, jan./jun. 2013, p.45-59. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n38/n38a04.pdf> . Acesso em 20.10.2021.

SOUZA, Jose Gilberto de; KATUTA, Angela Massumi. **Geografia e conhecimentos cartográficos: a cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas**. São Paulo, SP: UNESP, 2001. 162 p.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Capitalismo Dependente na América Latina
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:

- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Capitalismo dependente latino-americano. Categorias da Teoria Marxista da Dependência. Superexploração da força de trabalho. Impacto da dependência no Estado e nas lutas sociais na América Latina.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Introduzir a discussão sobre o desenvolvimento dependente e a superexploração do trabalho na América Latina, as principais categorias da Teoria Marxista da Dependência e os impactos no Estado e nas lutas sociais na América Latina.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Aproximar os discentes da discussão sobre a dinâmica da dependência da América Latina;
- ♣ Debater as diferentes interpretações teóricas acerca do processo de desenvolvimento na América Latina.
- ♣ Apreender as formas de superexploração da força de trabalho como elemento estruturante do capitalismo dependente latino-americano;
- ♣ Compreender como as relações de dependência impactam no Estado e nas lutas sociais na América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2013. (Coleção Pátria Grande: 2).

BORON, Atilio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2002.

CUEVA, A. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. Trad. Carlos A. Machado. São Paulo: Global, 1983. (Temas: 1).

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. **A dialética da dependência**. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDIE, João Pedro (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

BORON, Atilio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Record, 2004.

DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da Dependência: balanço e perspectivas**. Obras Escolhidas. v. 1. Florianópolis: Insular. Red. Ampl; e Atual. 2015.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da dependência: problemas e categorias uma visão histórica**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

OSORIO, Jaime. **Dependência e superexploração**. In: MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (orgs). *A América Latina e os desafios da globalização*, Rio de Janeiro: Ed. PUCRio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

OSORIO, Jaime. **Sobre Superexploração e Capitalismo Dependente**. Revista Cadernos CRH, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/k4bFtvb59dcscp75pkNZRxn/?lang=pt#>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**.

MARTINS, Carlos Eduardo Martins & VALENCIA, Adrián Sotelo. *Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria*. disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/1878>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

TRANSPADINI, Roberta. **Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente**. In: *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro. vol. 9. n. 3, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/36657/26070>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Indústria 4.0, plataformas digitais e uberização do trabalho
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

A Indústria 4.0, as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o trabalho digital; O capitalismo de plataforma e a protoforma do capitalismo; O advento do novo

proletariado de serviços no capitalismo contemporâneo; As plataformas digitais, a uberização e a precarização do trabalho.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Apresentar algumas das principais tendências que se manifestam no mundo do trabalho contemporâneo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender os impactos gerados no mundo produtivo pela expansão do trabalho digital e pela Indústria 4.0;
- ♣ Examinar as características do chamado capitalismo de plataforma e os aspectos que o aproximam daquele praticado durante a protoforma do capitalismo;
- ♣ Apreender as determinações postas pelo capitalismo contemporâneo à explosão do novo proletariado de serviços no Brasil;
- ♣ Analisar as formas de precarização do trabalho na uberização utilizada pelas plataformas e aplicativos digitais no gerenciamento e controle do trabalhador *just-in-time*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BERNARDO, João. **Tempo** – Substância do Capitalismo. In Cadernos de Ciências Sociais. Santo André. nº 1, 2005.

MARX, K. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo : Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização**: a era do trabalhador just-in-time? Revista Estudos Avançados – IEA – USP, v.34, n. 98, 2020, p.111-126.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização**: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. Psicoperspectivas, vol. 18, n. 3, novembro de 2019, p. 1-11.

ALVES, Giovanni; WOLFF, Simone. **Capitalismo global e o advento de empresas-rede**. Cadernos CRH , v. 20, p. 515-528, 2007.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Giovanni. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório**: O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. In: Revista da RET - Rede de Estudos do Trabalho. Estudos do Trabalho. Ano v, nº 8, 2011.

ALVES, Giovanni. **Crise estrutural do capital, Maquinofatura e a precarização do trabalho**: A Questão Social no Século XXI. Textos & Contextos, v. 12, n. 2, p. 221-234, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. **Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo**. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, abr./jul. 2020, p. 27-43.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. CAVALCANTI, Tiago Muniz. FONSECA, Vanessa Patriota da. **Futuro do Trabalho**: os efeitos da revolução digital na sociedade. Brasília, ESMPU, 2020.

GONSALES, Marco. Indústria 4.0: Empresas plataformas, consentimento e resistência. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, Trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Interseccionalidade e Serviço Social
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

As origens da interseccionalidade. As intersecções de gênero, raça e classe e sua indissolubilidade na moldagem de experiências desiguais. A interseccionalidade e a construção de projetos emancipatórios. As possíveis aproximações entre Serviço Social e Interseccionalidade.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Estudar as contribuições da interseccionalidade para o Serviço Social como potencialidade epistemológica constituída nas lutas sociais, no que tange a

produção do conhecimento e intervenção profissional diante das particularidades da matriz de dominação no cenário brasileiro.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer os fundamentos epistemológicos que demarcam a interseccionalidade como paradigma crítico;
- ♣ Identificar as contribuições da interseccionalidade como paradigma crítico para a compreensão e questionamento das estruturas de poder capitalista;
- ♣ Estabelecer os possíveis diálogos e tensões entre a interseccionalidade e a vertente marxista para a análise e intervenção da questão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_%28Feminismos_Plurais%29_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359>.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOQUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. São Paulo: Autêntica, 2018.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019. Disponível em: <https://www2.unifap.br/neab/files/2021/01/Empoderamento-Feminismos-Plurais-Joice-Berth.pdf>

BILGE, Sirma. Panoramas recentes do Feminismo na Interseccionalidade. **Revista Escritas do Tempo** – v. 2, n. 6, out - dez/2020– p. 238– 256. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1525/581>

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**. V.5, N.1 (2017). JAN/JUN. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf

HOOKS, Bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019. Disponível em: <https://docplayer.com.br/133877006-Teoria-feminista-da-margem-ao-centro-bell-hooks.html>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BILGE, Sirma. Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. **Revista Feminismos**. Vol.8, N.3, Set.

–Dez. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/33680/19468>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Crítico**. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afrolatinoamericano”. **Revista Isis**

Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática de liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013. Disponível em:

https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/sele%C3%A7%C3%A3o_2020.1/hooks_-_Ensinando_a_transgredir.pdf

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas Arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6969603/mod_resource/content/1/bell_hooks_O_feminismo_%C3%A9_para_todo_mundo_Pol%C3%ADticas_arrebatadoras%20%282%29.pdf

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Ações socioeducativas: características e tendências na produção bibliográfica. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.211-237, jan./jun. 2011. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/1378>

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Tópicos Especiais em Serviço Social I
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Questão Social e contemporaneidade. A produção do conhecimento nas ciências humanas e sociais. Teorias, conceitos e categorias que possuam relação com o Serviço Social.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Aprofundar de estudos e reflexões acerca das questões que perpassam a formação e o exercício profissional do Serviço Social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Possibilitar aos/as estudantes a ampliação de seus estudos por meio da inserção em componentes curriculares obrigatórios e/ou complementares em outros cursos de graduação;
- ♣ Dialogar com os conhecimentos adquiridos no âmbito do curso de Serviço Social com as diversas áreas das ciências sociais e humanas;
- ♣ Proporcionar aos/as estudantes uma formação profissional interdisciplinar, crítica e criativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

OBS.: Serão consideradas as bibliografias básicas e complementar concernentes ao componente curricular de graduação a ser aproveitado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

OBS.: Serão consideradas as bibliografias básicas e complementar concernentes ao componente curricular de graduação a ser aproveitado.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Tópicos Especiais em Serviço Social II
- ♣ Carga horária total: 30 horas
- ♣ Carga horária teórica: 30 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Teorias, conceitos e categorias que possuam relação com o Serviço Social. A realidade social e as diversas perspectivas teóricas, políticas e sociais de análise.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Propiciar estudos acerca das questões que perpassam a formação e o exercício profissional do Serviço Social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Relacionar os conhecimentos adquiridos no curso de Serviço Social com outras vertentes e áreas de conhecimento;
- ♣ Possibilitar uma formação interdisciplinar;
- ♣ Conhecer outras perspectivas teóricas para a análise da realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

OBS.: Serão consideradas as bibliografias básicas e complementar concernentes ao componente curricular de graduação a ser aproveitado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

OBS.: Serão consideradas as bibliografias básicas e complementar concernentes ao componente curricular de graduação a ser aproveitado.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: Serviço Social em Empresas Privadas e Instituições do Terceiro Setor

- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA:

Inserção e intervenção dos(as) profissionais do Serviço Social em empresas privadas e instituições do Terceiro Setor. As dimensões profissionais do Serviço Social em empresa privada e instituições do Terceiro Setor. Assessoria e Consultoria em Serviço Social.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Estudar a inserção e intervenção dos(as) profissionais do Serviço Social em empresas privadas e instituições do Terceiro Setor.

OBJETIVO ESPECÍFICOS

- ♣ Reconhecer o instrumental técnico-operativo, ético-político e teórico-metodológico dos(as) assistentes sociais em empresas privadas e instituições do Terceiro Setor.
- ♣ Refletir sobre o objeto de trabalho dos(as) assistentes sociais, assim como as expressões da questão social em empresas privadas e instituições do Terceiro Setor.
- ♣ Compreender aspetos que envolvem a assessoria e consultoria em Serviço Social.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações-privadas não governamentais. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

AMARAL, Ângela Santana; CÉSAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social – In: **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. São Paulo, Cortez: 2010.

MOTA, Ana Elizabete Mota. **A nova fábrica de Consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTA, Ana Elizabete da. **Feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa**, O - 6. ed. / 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, Renato. **Serviço social, gestão e terceiro setor: dilemas nas políticas sociais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

AMARAL, Ângela Santana; CÉSAR, Mônica. O trabalho do assistente social em fundações empresariais. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

AZEVEDO, Fernanda Caldas de. Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 318-338, abr./jun. 2014.

CESAR, Monica de Jesus. O Serviço Social nas empresas frente às tecnologias da informação e comunicação. **R. Katál.**, Florianópolis, v.25, n. 1, p. 104-113, jan./abr. 2022.

FERREIRA, Paulo. O Serviço Social nas empresas: desafios e oportunidades num campo de intervenção em transformação. **TRABAJO SOCIAL GLOBAL – GLOBAL SOCIAL WORK**, Vol. 8, nº 14, enero-junio 2018.

GIAMPAOLI, Maria Cristina. Serviço Social em empresas: consultoria e prestação de serviço. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 114, p. 266-289 abr./jun. 2013.

GOMES, Márcia Regina Botão. Consultoria social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, p. 357-380, abr./jun. 2015.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. SP: Cortez, 1998.

LIMA, Maria José de Oliveira; COSAC, Cláudia Maria Daher. Serviço Social na empresa. **Katálisis**, v.8, n.2, jul./dez., 2005.

MACHADO, Graziela Scheffer. O Serviço Social nas ONGs no campo da saúde: projetos societários em disputa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 102, p. 269-288, abr./jun. 2010.

MONTANÕ, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

NASCIMENTO, Janaína Lopes do. "Telhado de Vidro" nas ONGs: enfrentamento da questão social e desafios ao Serviço Social. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, v.9, n.27, p. 91-105.

NASCIMENTO, Janaína Lopes do. Cotidiano profissional do assistente social: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGs. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), vol. 9, núm. 1, enero-junio, 2010, pp. 66-76.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

Componente Curricular: Pesquisa Etnográfica

- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 45 horas
- ♣ Carga horária prática: 15 horas
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA:

Pressupostos históricos e conceituais da pesquisa etnográfica. Técnicas e instrumentos metodológicos da pesquisa etnográfica. Experiências etnográficas no âmbito da Saúde, Questão Urbana e Políticas Públicas.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Reconhecer os pressupostos históricos, conceituais e metodológicos da pesquisa etnográfica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar a trajetória histórica da pesquisa etnográfica;

- ♣ Verificar aspectos conceituais da pesquisa etnográfica;
- ♣ Compreender os processos metodológicos da pesquisa etnográfica;
- ♣ Debater pesquisa etnográficas oriundas do campo da saúde, da questão
- ♣ urbana e nas políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICA

ANGROSINO, Michael V. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

NEVES, Ednalva Maciel (Org.). **Textos em Ciências Sociais** – pesquisa e conhecimento na interface sociedade-saúde. João Pessoa: UFPB, 2019.

NEVES, Ednalva Maciel Neves; LONGHI, Márcia Reis; FRANCH, Mônica (Orgs). **Antropologia da Saúde: ensaios em políticas da vida e cidadania**. Brasília: ABA Publicações, 2018.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **Etnografia de Rua** – estudos de Antropologia Urbana. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam Steffen; PETERS, Roberta (Org.). **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para pesquisa de Campo** – produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CASTRO Celso; LEINER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos militares** – reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FRANCH, Mônica; ANDRADE, Maristela; AMORIM, Lara (Org.). **Antropologia em novos campos de atuação: debates e tensões**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2015.

FLICK, Uwe. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: ARTMED, 2008.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva** – um guia para pesquisa de campo. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2013.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PERRUSI, Artur, FRANCH, Mônica. Carne com carne - gestão do risco e HIV/Aids em casais sorodiscordantes no Estado da Paraíba Política & **Trabalho Revista de Ciências Sociais**, n. 37, outubro de 2012.

PORTO, Rozeli Maria. **O Corpo Marcado** - A construção do discurso midiático sobre Zika Vírus e Microcefalia. Cadernos de gênero e diversidade. Vol 03, N. 02 - Mai. - Ago., 2017.

MALUF, Sônia Weidner; SILVA, Érica Quinaglia. **Estado, Políticas e Agenciamentos Sociais em Saúde** – etnografias comparadas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **Antropologia Da e Na Cidade – interpretações sobre as formas da vida urbana**. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Região, Cultura e Códigos Culturais
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 45 horas
- ♣ Carga horária prática: 15 horas
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Compreensão epistemológica dos conceitos de cultura e Região, bem como a relação com a formação do profissional de Serviço Social. Compreensão dos conceitos norteadores de Região. Região cultural. Diálogos acerca dos códigos culturais: identificação dos códigos culturais materiais e imateriais. Movimento de renovação cultural. Cultura e globalização.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Proporcionar o diálogo entre os conceitos de região e cultura, visando compreender a delimitação do espaço e as relações nele existentes, promovendo assim o auxílio na formação dos profissionais de Serviço Social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Debater e conhecer os aspectos teóricos e conceituais de Região e Cultura.
- ♣ Identificar os códigos materiais e imateriais e a relação com a formação do profissional de Serviço Social.
- ♣ Compreender a influência da região no processo cultural.
- ♣ Dialogar sobre cultura e a diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BALLIVIAN, Jose M. Palazuelos. **Artesanato kaingang e guarani: territórios indígenas - região sul**. 1. ed. São Paulo, SP: Okios, 2011. 260 p.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: EDUFSC, 2007.

CORREA, Roberto Lobato. **Regiao e organizacao espacial**. 8. ed. São Paulo, SP: Atica, 2007. 93 p. (Principios; 53).

GRACA FILHO, Afonso de Alencastro. **Historia, regio e globalizacao**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009. 127 p. ((Colecao Historia &... Reflexoes)).

HAESBAERT, Rogerio. **Regional global: dilemas da regio e da regionalizacao na geografia contemporanea**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2010. 208 p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 16. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2007. 349 p.

MARTINS, Dora; VANALLI, Sonia. **Migrantes**. 6. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2013. 101 p. (Repensando a geografia.).

OLIVEIRA, Francisco De. **Elegia para uma re(li)giao: sudene, nordeste: planejamento e conflito de classes**. 6. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1993. 137 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL, Carlos Roberto Martins. **Sesmarias em são Sebastião de Bage: primórdios do povoamento**. Porto Alegre, RS: Renascença, 2009. 324 p.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **Globalização em tempos de regionalização: repercussões no território**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2016. 346 p.

FALCADE, Ivanira; MANDELLI, Francisco. **Vale dos vinhedos: caracterização geográfica da região**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1999. 144 p.

MARCHI, Jamur Johnas. **Plano estratégico de desenvolvimento da região fronteira oeste**. Passo Fundo, RS: Passografic, 2010. 212 p.

MARTINS, Carlos. **Globalização e regionalização**. São Paulo, SP: Loyola, 2004. 334 p.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

WHITE, Leslie A.; DILLINGHAM, Beth. **O conceito de cultura**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2009. 127 p.

2.4.10 Atividades Complementares de Graduação (ACG)

Segundo as Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas, instituídas pela resolução nº 29, de 28 de abril de

2011, a Atividade Complementar de Graduação (ACG) é definida como: Atividade desenvolvida pelo discente, no âmbito de sua formação humana e acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como a legislação pertinente (UNIPAMPA, 2011, p. 17). As atividades complementares classificam-se em 03 (três) grupos: a) Grupo I: Atividades de Ensino; b) Grupo II: Atividades de Pesquisa; c) Grupo IV: Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão. Conforme a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 337/2022, o cômputo dos 10% da carga horária total do curso será dividida nos grupos acima mencionados. As atividades de extensão, de acordo com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 317/2022 estão discriminadas no item 2.4.16 Inserção da extensão no currículo do curso.

O Curso de Serviço Social da Unipampa, Câmpus São Borja, prevê a realização de, no mínimo, 120 horas de Atividades Complementares de Graduação como requisito obrigatório para a integralização curricular e para a colação de grau. Ainda, é necessário salientar que desta carga horária total cada discente precisa cumprir uma carga horária mínima de 10% (dez por cento) em cada um dos quatro grupos citados acima, com exceção das atividades de extensão, as quais não se caracterizam como obrigatórias.

Para fins de esclarecimento, as atividades aceitas em cada grupo são as descritas abaixo:

GRUPO I – Atividades de Ensino: componente curricular de graduação, desde que aprovado pela Comissão do Curso (excluídos os Componentes Curriculares obrigatórios e os Componentes Curriculares aproveitados como CCCGs); cursos nas áreas de interesse em função do perfil de egresso; monitorias em componentes curriculares de cursos da Unipampa; participação em projetos de ensino; estágios não obrigatórios ligados a atividades de ensino; organização de eventos de ensino; participação como ouvinte em eventos de ensino, pesquisa e extensão. Para fins de registro das horas de Atividades de Ensino – Grupo I no histórico do aluno será utilizada a carga horária registrada no documento que oficializa a participação na referida atividade (certificados, comprovantes, atestados, declarações e histórico comprovando a aprovação em Componentes Curriculares).

Cada discente deverá cumprir a carga horária mínima de 12 horas nas Atividades Complementares de Graduação (ACGs) na modalidade de Ensino. Conforme descrito no item 2.4.10 essa quantidade de horas corresponde a 10% do total das 120 horas das Atividades Complementares de Graduação exigidas como requisito obrigatório para a integralização curricular e para a colação de grau. Ressalta-se que o restante das 120 horas deve ser cumprido nas demais modalidades das Atividades Complementares de Graduação.

Os critérios para validação e cômputo das Atividades Complementares de Graduação referentes ao ensino seguem de acordo com o Tabela 5. Ressalta-se que, no tange a participação em atividades, a carga horária máxima refere-se ao máximo de horas que serão validadas pelo Curso de Serviço Social nas respectivas atividades. Já no que tange a publicação e/ou apresentação de trabalhos a carga horária máxima equivale à quantidade de horas que o Curso de Serviço Social validará para cada trabalho publicado e/ou apresentado.

Tabela 5 - Atividades de Ensino

Discriminação	Carga horária máxima	Documento
Componentes Curriculares do ensino superior	Carga horária do componente curricular	Comprovante de Aprovação no componente curricular (desde que cursado após a matrícula do discente no curso).
Participação em cursos de língua estrangeira	60h	Comprovante de Aprovação
Participação em cursos de Informática	60h	Comprovante de Aprovação
Participação em monitorias	60h	Declaração do Orientador
Participação na equipe de trabalho projetos de Ensino.	60h	Declaração do professor responsável pelo projeto.
Participação como público-alvo em projeto de ensino	40h	Certificado/ Declaração do professor responsável pelo projeto
Cursos de aperfeiçoamento	60h	Comprovante/ Certificado
Projetos ou Programas Institucionais de Iniciação Científica	120h	Certificado/ Declaração do professor responsável pelo projeto ou programa
Publicação de artigo científico sobre atividades de ensino (ou com aceite final de publicação) em periódico internacional especializado, com comissão editorial.	60h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.

Discriminação	Carga horária máxima	Documento
Publicação de artigo científico sobre atividades de ensino (ou com aceite final de publicação) em periódico nacional especializado, com comissão editorial.	40h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.
Trabalho completo sobre atividades de ensino publicado em evento internacional	40h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Trabalho completo sobre atividades de ensino publicado em evento nacional	30h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Trabalho completo sobre atividades de ensino publicado em evento regional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Trabalho completo sobre atividades de ensino publicado em evento local	15h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo expandido sobre atividades de ensino publicado em evento internacional	30h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo expandido sobre atividades de ensino publicado em evento nacional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo expandido sobre atividades de ensino publicado em evento regional e local	10h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo publicado sobre atividades de ensino em evento internacional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo sobre atividades de ensino publicado em evento nacional	10h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo sobre atividades de ensino publicado em evento regional e local	5h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Apresentação de trabalhos sobre atividades de ensino (banners ou apresentação oral) em evento internacional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho e publicação ou anais do evento.
Apresentação de trabalhos sobre atividades de ensino (banners ou apresentação oral) em evento nacional	10h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho e publicação ou anais do evento.
Apresentação de trabalhos sobre atividades de ensino (banners ou apresentação oral) em evento regional e local	5h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho e publicação ou anais do evento.

GRUPO II – Atividades de Pesquisa: participação em projetos de pesquisa desenvolvidos na UNIPAMPA, ou em outra IES ou em espaço de pesquisa reconhecido legalmente como tal; publicação de pesquisa em evento científico ou publicação em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na

forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica; participação na condição de conferencista, ou painalista, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos que tratam de pesquisa, tais como grupos de pesquisa, seminários, congressos, simpósios, semanas acadêmicas, entre outros; estágios ou práticas não obrigatórios em atividades de pesquisa.

Cada discente deverá cumprir a carga horária mínima de 12 horas nas Atividades Complementares de Graduação (ACGs) na modalidade de Pesquisa. Conforme descrito no item 2.4.1.1, essa quantidade de horas corresponde a 10% do total das 120 horas das Atividades Complementares de Graduação exigidas como requisito obrigatório para a integralização curricular e para a colação de grau. Ressalta-se que o restante das 120 horas deve ser cumprido nas outras modalidades de Atividades Complementares de Graduação.

Para fins de registro das horas de Atividades de Pesquisa – Grupo II no histórico do aluno será utilizada a carga horária registrada no documento que oficializa a participação na referida atividade (certificados, comprovantes, atestados, declarações, entre outros documentos).

Os critérios para validação e cômputo das Atividades Complementares de Graduação referentes à pesquisa seguem de acordo com a Tabela 6. Ressalta-se que no tange a participação em atividades a carga horária máxima refere-se ao máximo de horas que serão validadas pelo Curso de Serviço Social nas respectivas atividades. Já no que tange a publicação e/ou apresentação de trabalhos a carga horária máxima equivale à quantidade de horas que o Curso de Serviço Social validará para cada trabalho publicado e/ou apresentado.

Tabela 6 - Atividades de Pesquisa

Discriminação	Carga horária máxima	Documento
Participação em projetos de pesquisa desenvolvidos na UNIPAMPA, ou em outra IES ou em espaço de pesquisa reconhecido legalmente como tal.	120h	Comprovante/ Atestado expedido pela instituição responsável pelo projeto.

Discriminação	Carga horária máxima	Documento
Participação na condição de conferencista, ou painelista, ou debatedor em eventos que tratam de pesquisa, tais como grupos de pesquisa, seminários, congressos, simpósios, semanas acadêmicas, entre outros.	60h	Comprovante/ Atestado expedido pela instituição responsável pela atividade.
Participação em estágios ou práticas não obrigatórios em atividades de pesquisa.	40h	Comprovante/ Atestado expedido pela instituição responsável pela atividade.
Publicação de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em periódico internacional especializado, com comissão editorial.	60h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.
Publicação de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em periódico nacional especializado, com comissão editorial.	40h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.
Trabalho completo referente à pesquisa publicado em evento internacional	40h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Trabalho completo referente à pesquisa publicado em evento nacional	30h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Trabalho completo publicado em evento regional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Trabalho completo referente à pesquisa publicado em evento local	15h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo expandido referente à pesquisa publicado em evento internacional	30h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo expandido publicado referente à pesquisa em evento nacional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo expandido publicado referente à pesquisa em evento regional e local	10h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo publicado referente à pesquisa em evento internacional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo publicado referente à pesquisa em evento nacional	10h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo publicado referente à pesquisa em evento regional e local	5h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Apresentação de trabalhos referente à pesquisa (banners ou apresentação oral) em evento internacional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho e publicação ou anais do evento.

Discriminação	Carga horária máxima	Documento
Apresentação de trabalhos referente à pesquisa (banners ou apresentação oral) em evento nacional	10h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho e publicação ou anais do evento.
Apresentação de trabalhos referente à pesquisa (banners ou apresentação oral) em evento regional e local	5h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho e publicação ou anais do evento.

GRUPO III – Atividades de Extensão: As atividades complementares na modalidade de extensão não são obrigatórias, pois considerando a resolução 317/2021 os estudantes devem cumprir 10% da carga do curso em atividade de extensão, conforme a inserção da extensão descrita no item 2.1.1 deste documento e nos anexos G e H.

Tabela 7 - Atividades de Extensão

Discriminação	Carga horária máxima	Documento
Participação em projetos e/ou atividades de extensão desenvolvidos na UNIPAMPA ou outra IES, ou em instituição governamental ou em organizações da sociedade civil com fim educativo, de promoção da saúde, da qualidade de vida ou da cidadania, do desenvolvimento social, cultural ou artístico.	120h	Comprovante/ Atestado expedido pela instituição responsável pela atividade.
Estágios e práticas não obrigatórios, em atividades de extensão	60h	Comprovante/ Atestado expedido pela instituição responsável pela atividade.
Organização e/ou participação em eventos de extensão.	40h	Comprovante/ Atestado expedido pela instituição responsável pela atividade.
Participação na condição de conferencista, ou painelistas, ou debatedor em eventos que tratam de extensão, como grupos de estudos, seminários, congressos, simpósios, semana acadêmica, entre outros.	60h	Comprovante/ Atestado expedido pela instituição responsável pela atividade.
Publicação de artigo científico referente à extensão (ou com aceite final de publicação) em periódico internacional especializado, com comissão editorial.	60h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.
Publicação de artigo científico referente à extensão (ou com aceite final de publicação) em periódico nacional especializado, com comissão editorial.	40h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.

Discriminação	Carga horária máxima	Documento
Trabalho completo referente à extensão publicado em evento internacional	40h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Trabalho completo referente à extensão publicado em evento nacional	30h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Trabalho completo referente à extensão publicado em evento regional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Trabalho completo referente à extensão publicado em evento local	15h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo expandido referente à extensão publicado em evento internacional	30h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo expandido referente à extensão publicado em evento nacional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo expandido referente à extensão publicado em evento regional e local	10h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo referente à extensão publicado em evento internacional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo referente à extensão publicado em evento nacional	10h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Resumo referente à extensão publicado em evento regional e local	5h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho ou anais de publicação do trabalho.
Apresentação de trabalhos (banners ou apresentação oral) referente à extensão em evento internacional	20h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho e publicação ou anais do evento
Apresentação de trabalhos (banners ou apresentação oral) referente à extensão em evento nacional	10h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho e publicação ou anais do evento.
Apresentação de trabalhos (banners ou apresentação oral) referente à extensão em evento regional e local	5h	Certificado de apresentação ou cópia do trabalho e publicação ou anais do evento.

GRUPO IV – Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão: Organização ou participação ou premiação em atividades de cunho cultural, social ou artístico;

participação na organização de campanhas beneficentes, educativas, ambientais ou de publicidade e outras atividades de caráter cultural, social ou artístico; premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura; representação discente em órgãos colegiados; representação discente em diretórios acadêmicos; participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico- profissional e de gestão acadêmica; participação em estágios não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica.

Cada discente deverá cumprir a carga horária mínima de 12 horas nas Atividades Complementares de Graduação (ACGs) na modalidade de Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão. Conforme descrito no item 2.4.1.1, essa quantidade de horas corresponde a 10% do total das 120 horas das Atividades Complementares de Graduação exigidas como requisito obrigatório para a integralização curricular e para a colação de grau. Ressalta-se que o restante das 120 horas deve ser cumprido nas demais modalidades das Atividades Complementares de Graduação.

Para fins de registro das horas de Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão – Grupo IV no histórico do aluno será utilizada a carga horária registrada no documento que oficializa a participação na referida atividade (certificados, comprovantes, atestados, declarações, entre outros documentos).

Cabe salientar que os casos omissos e os critérios de aproveitamento e as equivalências da carga horária nas ACG são definidos pela Comissão do Curso de Serviço Social, considerando o perfil do egresso definido neste PPC.

Os critérios para validação e cômputo das Atividades Complementares de Graduação referentes às Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão seguem de acordo com a Tabela 8. Ressalta-se que no tange a participação em atividades, a carga horária máxima refere-se ao máximo de horas que serão validadas pelo Curso de Serviço Social nas respectivas atividades.

Tabela 8 - Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão

Discriminação	Carga horária máxima	Documento
Organização ou participação ou premiação em atividades de cunho cultural, social ou artístico	40h	Comprovante/ Certificado

Discriminação	Carga horária máxima	Documento
Participação na organização de campanhas beneficentes, educativas, ambientais ou de publicidade e outras atividades de caráter cultural, social ou artístico	40h	Comprovante/Declaração da instituição responsável pela atividade.
Premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura	20h	Certificado
Representação discente em órgãos colegiados	20h	Comprovante/Atestado expedido pelo órgão colegiado
Representação discente em diretórios acadêmicos	20h	Comprovante/Atestado expedido pela Coordenação de Curso
Participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica	40h	Declaração do professor responsável
Participação em estágios não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica.	40h	Comprovante/Atestado expedido pela instituição que ofertou o estágio.

2.4.11 Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica nacional e internacional permite aos alunos de graduação cursar componentes curriculares em outras IES do País e do exterior. Ao aluno em mobilidade é garantido o vínculo com a instituição e curso de origem assim como o aproveitamento do(s) componente(s) curricular(es) registrados em seu histórico acadêmico (carga horária, frequência e nota). Entre os programas de mobilidade da instituição, estão: BRACOL, BRAMEX, CAPES-BRAFITEC e Andifes/Santander.

Os programas BRACOL (Brasil-Colômbia) e BRAMEX (Brasil-México) têm como principais objetivos fortalecer a internacionalização da atividade acadêmica, criar frentes de colaboração e reciprocidade, com o objetivo de abrir a Universidade para o mundo. Busca-se como resultado aproximar as pessoas da ciência, fortalecer o intercâmbio bilateral e propiciar aos estudantes indicados a oportunidade de acesso às culturas estrangeiras bem como contrastar com a experiência própria, adquirir uma visão mais rica e universalista da realidade e promover uma maior integração entre Brasil, Colômbia e México.

O programa CAPES - BRAFITEC consiste em projetos de parcerias universitárias em todas as especialidades de engenharia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países participantes e estimular

a aproximação das estruturas curriculares, inclusive à equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

O Programa Andifes/Santander de Mobilidade Acadêmica foi instituído mediante convênio assinado pelos respectivos representantes e permite que alunos de uma instituição cursarem componentes curriculares em outra instituição, de acordo com requisitos estabelecidos no convênio. O edital é voltado para mobilidade realizada em IFES em unidade federativa diferente da instituição de origem.

2.4.12 Aproveitamento de Estudos

Há possibilidade de aproveitamento de estudos realizados a partir de componentes curriculares cursados em outros cursos da UNIPAMPA, de áreas afins com o Curso de Serviço Social. A validação curricular desses componentes será avaliada e aprovada pela Comissão de Curso. Conforme Art. 62 da Resolução CONSUNI nº 29/2011, “O aproveitamento de estudos é o resultado do reconhecimento da equivalência de componente curricular de curso de graduação da UNIPAMPA, com um ou mais componentes curriculares cursados em curso superior de graduação, ou de pós-graduação lato sensu ou stricto sensu, autorizados ou reconhecidos”.

Para fins de validação a Comissão de Curso de Serviço Social observará os critérios, conforme estabelecido nos incisos do Art. 62 da Resolução nº29/2011:

§1º A equivalência de estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, só é concedida quando corresponder a no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e a 60% (sessenta por cento) de identidade do conteúdo do componente curricular de curso da UNIPAMPA.

§2º O aproveitamento de estudos é requerido à Comissão de Curso e deferido pelo Coordenador de Curso.

2.4.13 Migração curricular e equivalências

O quadro de migração abaixo será utilizado para os alunos ingressantes até 2022/01, que optarem pela nova matriz curricular (2023/1). Estes deverão estar cientes do acréscimo de carga horária com o intuito de totalizar 10% da carga horária do curso em atividades de extensão, bem como da possibilidade de aumento do tempo de integralização do curso. No processo de migração os estudantes deverão optar entre permanecer no currículo antigo (2016), ou não e para isso deverão preencher o

termo de anuência (ANEXO D) ou migrar para o novo currículo preenchendo o termo de migração (ANEXO E).

Tabela 9 - Migrações

Semestre em que o Componente Curricular foi ofertado até 2025/02	Componente Curricular Obrigatório (ofertado até 2022/02)	Carga horária	Proposta de alteração para a nova matriz (a partir de 2023/1)	Medida resolutive
6°	Oficinas de processos interventivos e Trabalho Multidisciplinar	60	Extensão Universitária e Cidadania Social I 30 horas teóricas 30 extensão Oferta 1º sem.	Aproveitamento de 30 horas teóricas. As 30 horas de extensão pendentes devem ser realizadas em projetos de extensão do Câmpus da Unipampa/são Borja. Já as 30 horas teóricas realizadas no componente da matriz curricular de 2016 podem ser reaproveitados em CCCG ou ACG na categoria ensino.
1°	Identidades Culturais	60	Mantém-se como Identidades Culturais 40 horas teóricas 20 horas extensão Oferta 1º Sem.	Aproveitamento de 40 horas teóricas. As 20 horas de extensão pendentes devem ser realizadas em projetos de extensão do Câmpus da Unipampa/são Borja. Já as 20 horas teóricas realizadas no componente da matriz curricular de 2016 podem ser reaproveitados em CCCG ou ACG na categoria ensino
1°	Saúde Coletiva e Saúde Mental	60	Relações Sociais de Sexo e Serviço Social 40 horas teóricas 20 horas extensão Oferta 3º sem	Aproveitamento de 40 horas teóricas. As 20 horas de extensão pendentes devem ser realizadas em projetos de extensão do Câmpus da Unipampa/são Borja. Já as 20 horas teóricas realizadas no componente da matriz curricular antiga podem ser reaproveitados em CCCG ou ACG na categoria Ensino.
6°	Estado, Classes e Movimentos Sociais	60	Extensão Universitária e Cidadania II 30 horas teóricas 30 Extensão Oferta 2º sem.	Aproveitamento de 30 horas teóricas. As 30 horas de extensão pendentes devem ser realizadas em projetos de extensão do Câmpus da Unipampa/são Borja. Já as 30 horas teóricas realizadas no componente da matriz curricular antiga podem ser reaproveitados em CCCG ou ACG na categoria ensino
2°	Direito e Legislação Social	60	Direito e Legislação Social 40 horas teóricas 20 horas extensão Oferta 1º Sem.	Aproveitamento de 40 horas teóricas. As 20 horas de extensão pendentes devem ser realizadas em projetos de extensão do Câmpus da Unipampa/são Borja. Já as 20 horas teóricas realizadas no componente da matriz curricular antiga podem ser reaproveitados

Semestre em que o Componente Curricular foi ofertado até 2025/02	Componente Curricular Obrigatório (ofertado até 2022/02)	Carga horária	Proposta de alteração para a nova matriz (a partir de 2023/1)	Medida resolutiva
				em CCCG ou ACG na categoria ensino
3º	Formação da Sociedade Brasileira e Questão Social	60	Relações Étnico-raciais na Formação Sócio-histórica Brasileira 45 teóricas e 15 extensão Oferta 2º sem.	Aproveitamento de 45 horas teóricas. As 15 horas de extensão pendentes devem ser realizadas em projetos de extensão do Câmpus da Unipampa/São Borja. Já as 15 horas teóricas realizadas no componente da matriz curricular de 2016, podem ser reaproveitados em CCCG ou ACG na categoria ensino.
4º	Transformações Societárias e Processos de Trabalho	60	Transformações Societárias e Processos de Trabalho 45 teóricas e 15 extensão Oferta 4º sem.	Aproveitamento de 45 horas teóricas. As 15 horas de extensão pendentes devem ser realizadas em projetos de extensão do Câmpus da Unipampa/são Borja. Já as 15 horas teóricas realizadas no componente da matriz curricular antiga podem ser reaproveitados em CCCG ou ACG na categoria ensino
4º	Oficinas de Processos Interventivos em Serviço Social	60	Oficinas de Processos Interventivos em Serviço Social 30 horas teóricas e 30 extensão Oferta 4º Sem.	Aproveitamento de 30 horas teóricas. As 30 horas de extensão pendentes devem ser realizadas em projetos de extensão do Câmpus da Unipampa/são Borja. Já as 30 horas teóricas realizadas no componente da matriz curricular antiga podem ser reaproveitados em CCCG ou ACG na categoria ensino.
5º	Introdução à Intervenção Profissional em Serviço Social	90	Introdução à Intervenção Profissional em Serviço Social 35 teórica e 55 extensão oferta 5º Sem.	Aproveitamento de 35 horas teóricas. As 55 horas de extensão pendentes devem ser realizadas em projetos de extensão do Câmpus da Unipampa/são Borja. Já as 55 horas teóricas realizadas no componente da matriz curricular de 2016 podem ser reaproveitados em CCCG ou ACG na categoria Ensino.
5º	Gestão Social I	60	Gestão e Serviço Social I 45 teórica e 15 extensão oferta 6º sem.	Aproveitamento de 45 horas teóricas. As 15 horas de extensão pendentes devem ser realizadas em projetos de extensão do Câmpus da Unipampa/são Borja. Já as 15 horas teóricas realizadas no componente da matriz curricular antiga podem ser reaproveitados

Semestre em que o Componente Curricular foi ofertado até 2025/02	Componente Curricular Obrigatório (ofertado até 2022/02)	Carga horária	Proposta de alteração para a nova matriz (a partir de 2023/1)	Medida resolutive
				em CCGG ou ACG na categoria Ensino.

Destaca-se que o estágio terá sua carga horária totalizada em quatro componentes de acordo com a nova matriz curricular. A totalidade dos estudantes com matrícula regular no curso deverão se matricular nos quatro componentes de estágio da nova matriz curricular. Portanto, os estudantes que não migraram para a matriz curricular nova, assim como os que optaram por migrar e os que entraram após a implantação da nova matriz devem se matricular nos seguintes componentes:

- Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social I e II;
- Supervisão Acadêmica I e II;

As Atividades complementares de graduação realizadas na modalidade extensão (ACEV ou ACEE), poderão ser reaproveitadas como carga horária de extensão vinculada à componentes curriculares obrigatórios.

2.4.14 Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social

De acordo com a Lei 11.788/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes em nível nacional, especificamente em seu Art. 2º, refere que o estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. Também no Art. 3º § 1º refere que o estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente.

No Curso de Serviço Social da UNIPAMPA, o Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório em Serviço Social é um componente previsto no Projeto Pedagógico do Curso. Este consiste na inserção discente em espaços sócio-ocupacional que possibilitem a experiência e articulação teórico-prática entre

formação e trabalho profissional, o que pressupõe supervisão direta, conforme Resolução CFESS nº 533/2008.

O Estágio Curricular Obrigatório é um componente curricular previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com regulamentação específica aprovada pela Comissão de Curso, em consonância com as normas da UNIPAMPA, com a Lei nº 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais (RESOLUÇÃO CONSUNI-UNIPAMPA nº 329, 2021).

A Resolução nº 329/2021 no Art. nº 55, refere que a oferta de estágios objetiva: I - a vivência dos discentes dentro dos campos de atuação referentes ao fazer universitário; II - o cumprimento da função social da instituição, por meio da qualificação dos discentes para o trabalho visando o bem público; III - o apoio ao trabalho realizado pelos servidores da instituição.

também refere que o objetivo geral do estágio é —oportunizar aos discentes a inserção em espaços que possibilitem a experiência pré-profissional para o exercício de uma postura ética, crítica e propositiva frente às demandas relacionadas aos seus objetos de estudo e de intervenção, caracterizando momento de aprendizagem, e fortalecendo a pesquisa técnico-científica relacionada aos problemas peculiares de cada curso, em consonância com o perfil de egresso do curso e da Universidade Federal do Pampa.

De acordo com esta normativa, o Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social, visa entre outros, a capacitação discente nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o trabalho profissional. Para tanto, conforme a Lei 8.662/1993, a Supervisão Direta de Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório consiste em atividade privativa do(a) assistente social. A supervisão direta de estágio é constituída por duas instâncias, que são distintas e ao mesmo tempo complementares: supervisão acadêmica, a qual corresponde ao professor orientador (docente da Unipampa), que é realizada por docente assistente social e supervisão de campo, por profissional assistente social vinculado ao campo de estágio. Esta modalidade prevê a participação do supervisor de campo e do supervisor acadêmico, através de acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio, conforme estabelece a Política Nacional de Estágios (ABEPSS, 2010).

Tais pressupostos estão em consonância com a Resolução UNIPAMPA/CONSUNI Nº 329 de 04 de novembro de 2021, que aprova as normas para os estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do pampa para estágios cuja unidade concedente é a Unipampa.

Em relação à supervisão acadêmica, consta na Resolução Nº 329/2021 a denominação de orientador, realizada por docente em exercício na Instituição de ensino, vinculado ao curso, que orienta as atividades do discente durante o período de estágio. Já a supervisão de campo, é denominada como supervisor, devendo ser realizada por profissional do quadro de pessoal da unidade concedente, com formação ou experiência na área de atuação do estagiário, durante o período de realização do Estágio.

O Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório em Serviço Social ocorre no período letivo escolar e segue, entre outros regulamentos, as orientações descritas na Lei 11.788/2008, Lei 8.662/1993, Resolução CFESS nº 493/2006 e 533/2008 e Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010), que prevê o mínimo de 15% de carga horária de estágio obrigatório, considerando a carga horária total do Curso. Já o Estágio Curricular Não Obrigatório, constitui-se como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, constituindo-se como Atividade Complementar de Graduação (ACG). O Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social está estruturado a partir do Regulamento de Estágios, conforme disposto no ANEXO B, deste documento.

2.4.15 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso constitui componente curricular obrigatório para fins de obtenção do título de Bacharel ou Bacharela em Serviço Social. Será considerado/a aprovado/a o/a discente que obtiver, no mínimo, nota final igual a 6,0 (seis).

Neste sentido, o Trabalho de Conclusão de Curso “deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da graduação em Serviço Social” (ABEPSS, 1996, p. 19). O TCC estrutura-se, enquanto, um estudo no qual o/a acadêmico/a sistematiza seu conhecimento por meio de uma pesquisa, levantamento bibliográfico ou relato teórico-prático. Os trabalhos de conclusão de

curso, compreendendo as três modalidades, acima indicadas, poderão ser apresentados à banca final em forma de monografia ou artigo científico. Os relatos de experiência teórico-prática devem apresentar “os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológico-operativos” (ABEPSS, 1996, p. 19), sendo estes elaborados tanto a partir da experiência de estágio ou participação em projetos de extensão.

O processo de investigação e/ou análise crítica da experiência se desenvolverá por meio da orientação de um/a docente que componha a comissão de curso de Serviço Social, visando garantir a cientificidade e cuidado ético na construção dos trabalhos. No caso dos relatos de experiências teórico-práticas, o docente orientador deverá ter graduação em serviço social para contribuir com a análise dos aspectos teórico-metodológico-operativos da profissão, conforme recomendado pela ABEPSS (ABEPSS, 1996).

A efetivação do acompanhamento e normalização dos procedimentos e avaliações do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa se darão por meio do regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (ANEXO C).

2.4.16 Inserção da extensão no currículo do curso

O curso de Serviço Social compreende a extensão universitária como oportunidade de dialogar sobre as principais expressões da questão social na comunidade que desprotegem e violam o direito de cidadania do sujeito de direitos, para posteriormente através de ações, programas e projetos requisitar a intervenção do Estado. A extensão também oportuniza o diálogo sobre expressões da questão social que emergem na comunidade por meio de resistências de coletivos sociais que reivindicam direitos de cidadania, com a finalidade de subsidiar atividades de extensão na perspectiva de contribuir com o fortalecimento da organização política de tais segmentos sociais.

Nesta região em que se desenvolve o curso, observa-se significativamente a precarização das políticas sociais públicas; a precarização das condições de trabalho dos/as assistentes sociais, com destaque para a instabilidade dos vínculos empregatícios; o número reduzido de profissionais para atuar em políticas públicas, o que estimula o curso a desenvolver programas, ações e projetos de extensão que

complementam a curricularização. Tem-se nesta região da fronteira oeste fortes traços de subalternidade, resquícios de um retrato deixado pela colonização.

O Curso de Serviço Social da Unipampa em modalidade presencial e perspectiva interdisciplinar, visa qualificar as/os futuras/os profissionais para apreender as múltiplas expressões da questão social e a intervirem de forma crítica, criativa e competente em diferentes frentes de trabalho, seja em âmbito estatal, privado ou terceiro setor.

Atualmente o curso é composto por doze professores com graduação e o ingresso anual de estudantes comporta aproximadamente cinquenta estudantes. O programa será coordenado anualmente por um professor com a colaboração dos demais professores Assistentes Sociais. O programa será desenvolvido preferencialmente para alunos matriculados entre o primeiro e o quarto semestre letivo. Ao fim de cada semestre será realizada avaliação das atividades para subsidiar o planejamento do próximo semestre. Sob a coordenação de um docente supervisor de extensão, os professores irão dialogar e planejar com os alunos sobre os segmentos populacionais com os quais os matriculados irão planejar a abordagens para fins de melhor coordenar as ações.

A reunião de planejamento realizada pelos docentes para organização das ações do Unipampa Cidadã para cada semestre objetiva apreender o universo de possibilidades que expressam o modo de vida¹³ da comunidade de São Borja cuja necessidades de atendimento são mais prioritários. Nessa reunião também será planejada as modalidades atividades de capacitação dos estudantes para trabalhar aspectos relacionados à escuta sensível¹⁴ e a estratégias de aproximação com os segmentos populacionais.

A capacitação dos estudantes a cada início de semestre terá foco no desenvolvimento da escuta sensível e de estratégias de abordagem que variam de acordo com as circunstâncias. As abordagens objetivam que os estudantes

¹³ O modo de vida é decorrente das experiências concretas dos sujeitos, corresponde as estratégias de sobrevivência articuladas em determinadas condições de vida (THOMPSON, 1981).

¹⁴ A escuta sensível supõe uma inversão na atenção. (...) O "outro que escuta" não tem de dizer "a verdade" nem tem de proclamar "é preciso". Deve simplesmente escutar e responder adequadamente a demanda (...) (BARBIER, 1993, p. 209-216)

desenvolvam a relação com a população da comunidade e reconheçam demandas e potencialidades locais partir da inserção em instituições definidas pelo Curso de Serviço Social. Nesse movimento de territorialização¹⁵, os estudantes vão conhecendo e estabelecendo relações com o território e com o modo de vida local e concomitantemente vão desenvolvendo habilidades fundamentais para o trabalho profissional. A finalidade da abordagem planejada conjuntamente entre professores e discentes e executada pelos segundos é a vinculação dos estudantes com a comunidade e o reconhecimento das condições e do modo de vida da população do território local.

Nessa perspectiva, considera-se que o fato de os estudantes iniciarem o trabalho no primeiro semestre do curso não causa prejuízo à abordagem, visto que ela, a priori não requer conhecimentos conceituais aprofundados, mas sim capacidade de se voltar para a escuta do outro, habilidade que será trabalhada com os estudantes na fase de planejamento da ação. Os resultados dessas inserções em extensão universitária poderão subsidiar problematizações em sala de aula ampliando as possibilidades do desenvolvimento do ensino, assim como poderão também ser impulsionadores de outros projetos de pesquisa e extensão.

A matriz curricular do Curso de Serviço Social atende as Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas/ACEV em 10 Componentes curriculares obrigatórios entre o primeiro e o quinto semestre de graduação, o que corresponde 250 horas. Atende as Atividades de Extensão Específicas/ACEE a partir do Programa Unipampa Cidadã e Serviço Social, correspondendo a 60 Horas distribuídas em projetos e ações com planejamento coletivo. Para tanto, tem-se no anexo (Anexos G e H) o regimento da inserção da extensão para o Curso de Serviço Social.

¹⁵ Territorialização corresponde ao modo como os sujeitos estabelecem suas relações em determinados territórios que são atravessados por processos econômicos, sociais e culturais (SANTOS, 1989). Por exemplo, a articulação de um grupo de mulheres que se reúne para falar sobre as opressões que vivenciam nas relações conjugais, constitui-se como um movimento que expressa a territorialização dos sujeitos que estabelecem relações de apoio para sobreviver em um território atravessado por um processo cultural que corresponde ao machismo. No entanto, a territorialidade não se expressa somente em relações de apoio que potencializam os sujeitos para o enfrentamento das opressões vividas. Ela também pode reproduzir violência, por exemplo, quando os meninos saem a soco na escola, eles expressam a territorialização em suas relações.

Neste contexto, o curso de Serviço Social frente ao processo de inserção na extensão tem como objetivos:

Objetivo Geral:

- ♣ Promover interação entre a Unipampa e a comunidade são-borjense, a fim de contribuir com a produção e disseminação de conhecimentos essenciais para a formação profissional do Serviço Social, buscando incidir no desenvolvimento social da comunidade local.

Objetivos Específicos:

- ♣ Aproximar a comunidade são-borjense da Unipampa, possibilitando sua participação por meio de ações integradas e compartilhadas;
- ♣ Construir, manter e fortalecer um elo permanente entre o curso de Serviço Social com a comunidade;
- ♣ Dialogar sobre as principais expressões da questão social da comunidade, considerando o movimento dialético da realidade e as interações socioculturais.
- ♣ Preparar profissionais a partir de uma teoria social crítica, que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- ♣ Orientar profissionais comprometidos/as com a direção social e política do Projeto Profissional;
- ♣ Capacitar profissionais para a apreensão do significado social da profissão e para o desvendamento das possibilidades de intervenção contidas na realidade;
- ♣ Subsidiar profissionais com bases teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa;
- ♣ Formar profissionais comprometidos/as com os valores e princípios norteadores do Código de Ética Profissional;
- ♣ Instruir profissionais com clareza das competências e atribuições à apreensão e intervenção nas expressões da questão social, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais;
- ♣ Proporcionar a formação de profissionais a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, fomentando problematizações acerca das particularidades da questão social na realidade regional da Fronteira Oeste.
- ♣ Como resultados dessa curricularização almeja-se:

- ♣ Materialização do papel social da Universidade em participar e contribuir com a resolutividade das principais demandas sociais da comunidade;
- ♣ Fortalecimento da presença da universidade no cotidiano da comunidade local;
- ♣ Contribuir para futuros projetos de Extensão e Pesquisa.

2.5 METODOLOGIAS DE ENSINO

Metodologias de Ensino-Aprendizagem e Avaliação

No Processo de Ensino-Aprendizagem do Curso de Serviço Social é fundamental ter-se métodos que façam do aluno não só um espectador da aula expositiva, mas um discente crítico em relação ao conteúdo, permitindo que dúvidas e problemas de aprendizagem sejam sanados.

Freire (1996, p. 12) dispõe sobre ensino-aprendizagem afirmando que: "quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado [...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender".

A reflexão acima revela a importância da troca de conhecimentos para formação de um discente crítico. Por isso a rigorosidade metódica, na qual o docente, norteando-se por este saber, deve reforçar a capacidade crítica do aluno/a auxiliando-o a tornar-se criador, investigador, inquieto, curioso, humilde e persistente.

A concepção que norteia o processo avaliativo de ensino e aprendizagem considera o aprendizado como resultante da construção do conhecimento mediado pela articulação teórico-metodológica-práticos, ético-política e técnico-operativa, com vistas a uma formação profissional de qualidade, comprometida com o projeto ético político do Serviço Social.

Assim, há ênfase na avaliação contínua e sistemática com o objetivo de diagnosticar a situação da aprendizagem, em relação à programação curricular, com critérios bem definidos aos alunos/as. O documento que estabelece os critérios acadêmicos, no âmbito da Universidade, está materializado na Resolução 29/2011. A qual estabelece a média mínima para aprovação seis (6,0) com no mínimo 75% de frequência. Ressalta-se que o docente dispõe de autonomia para determinar número de avaliações, conforme especificidades do componente curricular.

Não obstante, menciona-se a existência de várias técnicas e instrumentos de avaliação do ensino-aprendizagem e de desenvolvimento acadêmico geral. Para avaliar o ensino-aprendizagem do acadêmica/o existem seis técnicas básicas e uma variedade de instrumentos de avaliação apresentados na tabela a seguir:

Tabela 10 - Instrumentos de avaliação

TÉCNICA	INSTRUMENTOS	OBJETIVOS BÁSICOS
Observação	Registro de Observação Fichas Anedotário Diário de Campo	Acompanhar o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos alunos.
Inquirição	Questionário Inventário Escala de Atitudes Entrevistas Reuniões Sociograma Grupos de Trabalhos; Seminários; Rodas de Conversa; Oficinas;	Compreender as percepções, sentimentos e necessidades dos alunos.
Pesquisa	Produção Textual (Artigos, Pôster, Resumos, Resenhas, Fichamentos etc.); Relatórios (Técnico, de Viagem); Leituras; Exercícios; Registros; Análise Fílmica; Projetos (Intervenção e Pesquisa); Planos de Trabalho; Visita Técnica; Estudos Socioeconômicos, Laudos e Pareceres Técnicos; Tecnologias Digitais (Moodle, Rede Sociais, Site, Blogs e Softwares, Recursos. Digitais de Áudio, Vídeos e Fotografia.	Promover a argumentação, a crítica, a análise e a autonomia do aluno.
Autoavaliação	Registro da autoavaliação	Desenvolver a percepção sobre si mesmo em relação ao que é capaz de realizar no contexto.
Portfólio	Registros pessoais e das aulas	Possibilitar registros e as experiências significativas do aluno.
Testagem	Prova Oral Prova Escrita: Dissertativa Objetiva	Coletar informações sobre as aprendizagens do aluno nos aspectos analítico-descritivos.

Fonte: tabela sintética produzido por Jaqueline Carvalho Quadrado com base na pesquisa de diversos autores (2016).

Exemplificam-se, a seguir, os instrumentos mais utilizados em cada modalidade de avaliação:

- Para a avaliação diagnóstica: pode-se utilizar o teste diagnóstico, a ficha de observação ou qualquer outro instrumento elaborado pelo professor.
- Para a avaliação formativa: têm-se as observações, os exercícios, os questionários, as pesquisas e o portfólio.

- Para a avaliação somativa: os dois tipos de instrumentos mais utilizados são as provas objetivas e as provas dissertativas.

Essa divisão entre técnicas e instrumentos de avaliação da aprendizagem e de desenvolvimento acadêmico geral serve apenas para ilustrar o agrupamento das diferentes técnicas e instrumentos. Pois, na prática, ambos os aspectos são relacionados e avaliados ao mesmo tempo.

Destaca-se ainda, que a lista de técnicas e instrumentos não tem a pretensão de ser exaustiva, ilustra, tão somente, a amplitude de possibilidades que os docentes possuem para avaliar a aprendizagem dos alunos, como também proporcionar durante o desenvolvimento do componente curricular uma ampla possibilidade de estudos e atividades de recuperação ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

Quando identificado alunos com necessidades educacionais especiais, o corpo docente construirá juntamente com a equipe multiprofissional do NUDE do Câmpus um plano de trabalho que contemple as ações estratégicas de atendimento às demandas dos alunos.

É importante destacar que no conjunto de ferramentas e instrumentos de ensino e aprendizagem o corpo docente utiliza tecnologias digitais: ex., moodle, redes sociais, site, blogs, e-mails e softwares, recursos digitais de áudio e vídeos.

2.5.1 Interdisciplinaridade

A proposta pedagógica está organizada no sentido de articular os saberes de diversas áreas do conhecimento, favorecendo aos discentes a investigação e a intervenção a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Salienta-se que, o PPC possui base epistemológica marxiana e marxista que se alia a interdisciplinaridade como estratégia para articulação entre teoria e prática, construindo dessa forma conexões críticas entre os ramos do conhecimento científico.

A interdisciplinaridade encontra-se transversalizada no currículo, onde a formação integra o conhecimento científico das áreas sociais, culturais e socioambientais que são imprescindíveis para a aprendizagem, construção e socialização do conhecimento partir de uma cosmovisão que congrega a multiplicidade de saberes.

As ações interdisciplinaridades estão presentes nos projetos de ensino, pesquisa e extensão (item 2.1) , nos estágios supervisionados em Serviço Social e nas bibliografias que compõem a matriz curricular do curso de Serviço Social.

2.5.2 Práticas Inovadoras

As práticas inovadoras que atendem às necessidades acadêmicas, do PDI e do PPC do curso de Serviço Social da Unipampa são apresentadas da seguinte forma:

Eixo de ação	Práticas inovadoras na região, no âmbito do curso e no contexto educacional
Comunicação, Formação e Aprimoramento Profissional no Serviço Social	<p>O projeto de extensão intitulado “AceSSo: Comunicação, Formação e Aprimoramento Profissional no Serviço Social” é uma nova proposta coletiva do curso de Serviço Social da Unipampa/São Borja, que amplia as ações do projeto de extensão “Manutenção de Vínculos e Aprimoramento Profissional em Tempo de Pandemia”, realizado no durante o mês de maio de 2020. Esta proposta tem como objetivo manter o vínculo com os/as discentes do curso de Serviço Social/Unipampa e profissionais da área de Serviço Social da região da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, neste período de pandemia (COVID-19), assim como possibilitar a publicização do curso e da Universidade em âmbito nacional. Portanto, esse projeto de extensão, também abrangerá um novo eixo de ação, o da comunicação, que permitirá fomentar o acesso às informações relacionadas ao processo pandêmico e o Serviço Social, assim como das ações e atividades remotas e online do curso de Serviço Social (graduação, pós-graduação e grupos de pesquisa) durante o período da Pandemia. No eixo formação e aprimoramento profissional, serão realizadas atividades facultativas e remotas na modalidade online, por meio de Lives. Os temas das Lives estarão vinculados às discussões na área do Serviço Social, assim como as especificidades que emergem diante da circunstância da Pandemia. O desenvolvimento das ações também será por eixo: a) eixo comunicação: criar-se-á uma referência para divulgação e interlocução das ações docentes; elaboração de material para divulgação de notas, boletins, bancas de TCC, entre outros; e, b) eixo formação e aprimoramento profissional: planejamento, organização, divulgação e execução das Lives; elaboração de formulário consultivo para discentes e profissionais sobre a temáticas das Lives e atividades remotas online; e, envio dos atestados de participação.</p>
Internacionalização do currículo	<p>No curso de Serviço Social da Unipampa, por meio da pesquisa busca-se o entendimento do espaço fronteiriço. O projeto intitulado “Proteção Social na América Latina: as (contra) reformas e os seus desdobramentos em territórios de fronteira” tem como objetivo analisar os sistemas de proteção social, a partir das políticas de saúde, assistência e previdência social no Brasil, Argentina e Uruguai, correlacionado com as repercussões no mundo trabalho. Já o projeto intitulado “As Veias do Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina: os caminhos da desigualdade e pobreza” tem como objetivo estudar e pesquisar a América do Sul, todavia mais detalhadamente quatro países (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai), no intuito de explicitar possíveis contradições entre o crescimento econômico e social na Região, considerando as particularidades das repercussões dos ajustes estruturais executados em cada país sob a lógica das orientações do Consenso de Washington.</p>
Formação profissional voltada às políticas sociais	<p>Outras práticas desenvolvidas pelo Curso de Serviço Social da Unipampa referem-se às atividades com foco na formação dos profissionais que atuam diretamente com o segmento da Primeira Infância com o objetivo de possibilitar a criação e a materialização de um conjunto de ações qualificadas conforme os princípios e diretrizes da Política Nacional da Primeira Infância. Também realiza-se a assessoria em Políticas Sociais, com o objetivo de atender demandas de formação de profissionais cujos espaços ocupacionais envolvam a gestão, a implementação e a avaliação das políticas sociais, no intuito de fortalecer a intersetorialidade, o controle social e os respectivos atendimentos prestados à população de São Borja-RS. Outra ação inovadora a ser considerada, refere-se à pesquisa sobre o trabalho do(a) Assistente Social no âmbito da gestão do SUAS na região das Missões.</p>

Saúde Mental	Outra prática do curso de Serviço Social da Unipampa para contribuir com os municípios da região em que está inserido refere-se a pesquisa das interfaces da rede de atendimento assistencial aos dependentes de crack na região das Missões e Fronteira Oeste. O referido estudo é relevante para indicação de vulnerabilidades, assim como de melhorias nos serviços de intervenção realizados, e a ampliação de políticas públicas para o atendimento da população. Outra ação diz respeito a Redução de Danos por meio do projeto de extensão executado de modo articulado com o movimento social Girassol na operacionalização de seu trabalho com profissionais do sexo e jovens na cidade de São Borja.
Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva	A promoção da saúde tem se configurado em uma das estratégias mais recorrentes, por parte de Universidades, que visam reforçar seu papel como Universidades Promotoras de Saúde (UPS) a partir das diretrizes estabelecidas em documentos internacionais, com o fim de promover o desenvolvimento humano e melhorar a qualidade de vida das pessoas que nelas estudam e trabalham. Dessa forma, o projeto “Pegada Segura” promove práticas educativas em saúde sexual e saúde reprodutiva, constituindo-se como ferramenta para promoção e divulgação de informações, especialmente, as/aos estudantes ingressantes de escolas públicas ou através de ações afirmativas, visando a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).
Eventos de Ensino, Pesquisa e Extensão	<p>Outras ações promovidas pelo Curso de Serviço Social da Unipampa, são os eventos de iniciação científica ou não, e que servem de espaço de debate e reflexão sobre temas relevantes para a formação e o exercício profissional dos (das) assistentes sociais. São eventos de ensino, pesquisa e/ou extensão que além do envolvimento de docentes e discentes do Curso de Serviço Social seja na organização ou como ouvintes, contam com a participação de discentes e docentes de outros cursos da Unipampa, ou de outras Instituições de Ensino Superior. Além disso, são eventos em que participam assistentes sociais do município de São Borja, assim como outros profissionais e trabalhadores do município e da região, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> - I Seminário Serviço Social na Fronteira: "Memória e resistência aos 50 anos do golpe que instituiu a ditadura militar brasileira; - II Seminário Serviço Social na Fronteira: Direitos Humanos e Violência Contra as Mulheres; - I Fórum Internacional de Serviço Social: trabalho, políticas sociais e fronteiras; - I Seminário (Des)Fazendo Saberes na Fronteira: Identidade, Diversidade e Direitos Humanos; - II Seminário (Des)Fazendo Saberes na Fronteira: Gêneros, Sexualidades, Feminismos; - III Seminário (Des)Fazendo Saberes na Fronteira, como a temática “Lutas e (RE)Existências”; - I Seminário da pessoa com deficiência em cena.

Iniciação Teatral	<p>Outra prática inovadora a ser mencionada é a Oficina de Iniciação Teatral que tem como proposta aplicar atividades nas quais os alunos possam desenvolver suas habilidades de expressão oral e corporal, tendo como pressuposto teórico a noção de arte como forma de expressão da cultura e como forma de interação e desenvolvimento intelectual e social do sujeito, de modo que eles possam interatuar para transformar a realidade do meio no qual estão inseridos. Esse projeto de extensão conta com atividades nas quais os alunos exerçam a reflexão, a criticidade e a criatividade, por meio da leitura de textos de gênero teatral e proporciona momentos nos quais os alunos podem produzir o seu próprio texto, visto que não há fenômeno teatral sem a conjunção ator, texto e público: um ator interpreta um texto para um público. O teatro fortalece o processo de ensino-aprendizagem, ao estimular a criatividade, a interdisciplinaridade, o trabalho coletivo e a pesquisa, desenvolvendo aspectos sociais, afetivos, éticos e cognitivos, ao mesmo tempo em que reflete e relaciona as questões que envolvem o seu cotidiano com a realidade social mais ampla.</p>
Direitos da Criança e do Adolescente	<p>A fim de contribuir com a defesa dos direitos da criança e do adolescente no município de São Borja e região, o curso de Serviço Social da Unipampa tem realizado atividades de extensão por meio do projeto “Observa Pampa”. Trata-se de uma proposta interdisciplinar com equipe de trabalho formada por professores, TAES e discentes do Curso de Serviço Social e áreas afins. O projeto tem como objetivos fomentar o trabalho junto a adolescentes e jovens, no que se refere à garantia de direitos e políticas públicas e dinamizar processos de mobilização social, com vistas à criação e/ou ampliação de espaços de controle social de políticas públicas para adolescentes e jovens no município de São Borja. Já o projeto de extensão intitulado “Rodas de conversa: em debate a violência sexual contra crianças e adolescentes” tem como objetivo promover a participação ativa de crianças e adolescentes no debate educativo e formativo sobre a temática do abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes, a fim de contribuir com a prevenção e garantia dos direitos sexuais destes sujeitos. Da mesma forma, os projetos de pesquisa sobre as formas de violação de direitos de crianças e adolescentes vão ao encontro de demandas existentes tanto no município de São Borja, como nos demais municípios da região. O projeto de pesquisa intitulado “A cartografia da violência contra crianças e adolescentes no cenário são-borjense” tem como objetivo investigar as características da violência contra crianças e adolescentes no município de São Borja, no período de 2013 a 2018/1, por meio da análise dos prontuários de atendimento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Já o projeto de pesquisa “As Expressões da Violência contra Crianças e Adolescentes e seu Enfrentamento pela Rede de Proteção em São Borja/RS” tem como objetivo analisar a partir da realidade do município de São Borja/RS, como as ações da rede de proteção vem se materializando para a promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes em situação de violência intrafamiliar. O projeto de pesquisa “A rede de proteção diante das situações de exploração sexual de crianças e adolescentes no município de Uruguaiana/RS” tem como objetivo analisar as estratégias de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, a fim de contribuir na qualificação do trabalho realizado pela rede de proteção às crianças e adolescentes. Por fim, o projeto “A participação das escolas no enfrentamento das situações de violência sexual contra crianças e adolescentes no município de São Borja/RS” tem como objetivo analisar de que forma os profissionais da educação podem participar do processo de identificação e enfrentamento das situações de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.</p>

Pessoa com deficiência	Outras práticas realizadas pelo Curso de Serviço Social da Unipampa que cumprem um papel relevante para São Borja e região se referem a pesquisa voltada às pessoas com deficiência, com destaque para o projeto intitulado “A inclusão social da(s) Pessoa(s) com Deficiência na região da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul”. Objetivo do projeto é investigar como ocorre o atendimento às Pessoas com Deficiência nos Municípios da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, a partir da Política Pública de Educação, visando contribuir para a promoção dos direitos que Incluem as Pessoas com Deficiência na sociedade brasileira, particularmente na região da Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Uruguai).
Envelhecimento	O envelhecimento e os direitos das pessoas idosas também têm sido objeto de investigação no Curso de Serviço Social da Unipampa, contribuindo assim para qualificar o debate sobre esta temática em São Borja e na região. Pode ser citados o projeto de pesquisa intitulado “Envelhecimento e Desafios para Mercado de Trabalho”, cujo objetivo é analisar as particularidades que emergem em Região de Fronteira no que diz respeito aos desafios de inserção no mercado de trabalho daqueles que envelhecem. Já o projeto de pesquisa “Grupo de Risco e Proteção Social: em discussão o atendimento das pessoas idosas em decorrência da situação pandêmica” tem como objetivo mapear as principais medidas de proteção social adotadas pelo Estado, no atendimento das pessoas idosas em decorrência da situação pandêmica, a fim de dar visibilidade a necessidade de utilização de marcadores sociais que não homogenizem o envelhecimento.
Controle Social e Conselhos de Direitos	Esta é outra temática em que o Curso de Serviço Social da Unipampa tem realizado esforços para contribuir com São Borja e região. É possível citar o projeto de pesquisa intitulado “Conselhos de Direitos: em análise o controle social em região de fronteira” que tem como objetivo pontuar as possibilidades e desafios no tocante à materialização das atividades a serem executadas no âmbito dos Conselhos de Direitos, perpassando indicações quanto à importância do(a) profissional do Serviço Social nesse espaço de intervenção nos Conselhos de Direito de municípios da fronteira oeste do Rio Grande do Sul: São Borja, Alegrete, Santana do Livramento e Uruguaiana. No tocante à extensão, o projeto intitulado “Serviço Social e Conselho Tutelar: Mediações necessárias para a integralidade da atenção à crianças e adolescentes?” busca, por meio da assessoria técnica do Serviço Social ao Conselho Tutelar, possibilitar a democratização dos direitos das crianças e adolescentes, contribuindo assim, para o fortalecimento dessa instituição junto a rede de proteção e a comunidade local.
Precarização do Trabalho	A temática da precarização do trabalho tem sido objeto de debate e reflexão no Curso de Serviço Social em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Contudo, citamos dois projetos de pesquisa em que o referido tema comparece como objeto de investigação. O projeto de pesquisa intitulado “Desvelando as relações de precarização do trabalho do Assistente Social nos municípios de Ijuí e Uruguaiana” analisa as formas de manifestação da precarização do trabalho destes profissionais nas respectivas localidades. Já o projeto de pesquisa intitulado “De obra em obra: uma análise sobre a precariedade do trabalho na construção civil” analisa as implicações das formas de contratação e das condições de trabalho na precariedade do trabalho na construção civil no município de São Borja – RS.

Cultura de Paz	A reflexão sobre a Cultura de Paz é outra prática que pode ser considerada inovadora no município de São Borja e região. Ela ocorre em consonância com as diretrizes da Unipampa para o enfrentamento da discriminação, violência física ou psicológica, assim como do assédio moral ou sexual. No Curso de Serviço Social da Unipampa essa temática está presente em atividades de ensino, pesquisa e extensão. O projeto de pesquisa intitulado “Cultura de Paz e Justiça Restaurativa em São Borja: Implantação e Monitoramento” tem por objetivo pesquisar o processo de monitoramento da Justiça Restaurativa no Município de São Borja através do Centro de Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania/CEJSC. No tocante a extensão é possível citar o projeto intitulado “Cultura de Paz e Métodos Autocompositivos” que objetiva dialogar a Educação em Direitos Humanos para a promoção de uma Cultura de Paz a partir dos métodos autocompositivos no Município de São Borja e Região da Fronteira Oeste.
Gênero e Violência Contra a Mulher	O debate dessas sobre gênero e a violência contra a mulher tem qualificado tanto o processo de formação, quanto o exercício profissional dos(das) assistentes sociais. Trata-se de temáticas que têm conquistado espaço no Curso de Serviço Social da Unipampa, sendo objetos de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Um exemplo é o projeto de pesquisa intitulado “Fronteiras das relações de gênero em contexto escolar” objetiva um olhar investigativo do tema em questão e que envolve adolescentes de escolas públicas em uma pesquisa-ação de inspiração etnográfica nas escolas-campo de extensão e de práticas de estágio, buscando (re)desenhar a extensão e o estágio em Serviço Social, articulado à pesquisa, como aprendizados de intervenção na realidade das escolas públicas em São Borja. Já o projeto de pesquisa intitulado “Monitoramento da Violência contra a mulher na cidade de São Borja-RS” tem por objetivo geral mapear e analisar a rede protetiva a mulheres em situação de violência, no município de São Borja-RS, a fim de contribuir na qualificação dos serviços realizados nesta Cidade, subsidiando as autoridades competentes no desenvolvimento de ações de caráter preventivo, controle e responsabilização. O projeto de pesquisa intitulado “Revista íntima: uma possível prática de violação dos direitos das mulheres” desenvolvido com os funcionários do Presídio Estadual de São Borja e com as mulheres que realizaram visitas aos presos, nos respectivos anos de 2013 e 2014 e que tem como finalidade estudar a questão das mulheres que com a privação de liberdade de seus familiares, acabam submetendo-se nos dias de visita, ao procedimento de busca pessoal ou mais especificamente de revista íntima, em prol da segurança. Por fim, outra prática exitosa é o Programa de Extensão intitulado “MULHERES SEM FRONTEIRAS: Articulando a Rede no Enfrentamento e Atendimento à Violência Contra a Mulher no Município de São Borja- RS”, cujo objetivo é instigar ações socioeducativas sobre os direitos sociais das mulheres e seu protagonismo no acesso às políticas públicas, contribuindo para a articulação da atuação da rede de enfrentamento e atendimento a violência contra a mulher.

2.5.3 Acessibilidade Metodológica

Destaca-se que a Unipampa vem se preocupando com o uso de tecnologias de informação e comunicação acessíveis uma vez que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova York (2007) e promulgada como Emenda à Constituição do Brasil pelo Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009, determinou que as estruturas curriculares, em qualquer etapa, nível ou modalidade de formação, devem fazer a previsão de adaptações razoáveis, que se constituem como modificações e ajustes necessários e adequados que não

acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. O mesmo documento inclui a recusa de:

Adaptação razoável como - discriminação por motivo de deficiência e afirma, em seu preâmbulo, que discriminação dessa natureza configura violação da dignidade e do valor inerentes ao ser humano. Não se trata, portanto, de simplificar ou de baratear o currículo, mas torná-lo abrangente o suficiente para acolher outras formas de saber e de fazer que constituem a humanidade e que perpassam o mundo do trabalho e as diferentes profissões no mundo globalizado.

Deste modo, a implementação de uma estrutura curricular flexível está diretamente relacionada à acessibilidade pedagógica e atitudinal que, por sua vez, viabiliza o acesso ao currículo por parte dos/as estudantes que apresentam deficiências ou necessidades educacionais especiais advindas de outras condições de desenvolvimento pessoal.

Em conformidade a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 328/2021, ao discente com deficiência será garantida a flexibilidade do percurso formativo, no que diz respeito à escolha de componentes curriculares a serem cursados e a certificação destas escolhas ao final do percurso formativo trilhado, as orientações sobre o percurso formativo flexível deverão ser registradas na pasta do discente.

Este acesso ao currículo se dá por meio de adequações nos elementos pedagógicos, a saber:

- ♣ adequação dos materiais didático-pedagógicos;
- ♣ adequação dos mobiliários e equipamentos;
- ♣ adequação de objetivos;
- ♣ adequação de conteúdos;
- ♣ adequação de metodologia;
- ♣ adequação na avaliação, e
- ♣ adequação da temporalidade das atividades.

A acessibilidade pedagógica e atitudinal tem como fundamento os princípios do Desenho Universal para Aprendizagem em seus três aspectos centrais: os meios de representar informações, os meios para expressar o conhecimento e os meios de

envolvimento na aprendizagem (ROSE, MEYER, 2002). Os conteúdos fazem parte do conjunto dos elementos curriculares. Considerando a importância dos mesmos para a formação dos estudantes, a acessibilidade deve ser provida por dispositivos/estratégias de acesso, com a inserção de adequações:

- a) na introdução/apresentação dos conteúdos: utilização de recursos materiais diversificados; utilização de diferentes formas de apresentação do conteúdo (visual, sonora, tátil, gráfica, lúdica, por experimentação etc.);
- b) apresentação dos conteúdos por meio de recursos de tecnologia assistiva (TA);
- c) complementação de estudos com base em monitoria e/ou trabalho colaborativo em sala de aula (mediação do conhecimento por pares).

Desse modo, o entendimento é o de que um currículo flexível não elimina ou debilita a oferta de seus conteúdos, mas os torna acessíveis aos estudantes, de acordo com suas características de desenvolvimento pessoal e acadêmico. Do mesmo modo, evita-se a introdução de conteúdos meramente individualizados, tendo como referência uma simples diferenciação curricular. Para efetivar o acesso aos conteúdos, deve existir coerência entre a metodologia, o uso de tecnologias da informação e comunicação e das tecnologias assistivas, elementos essenciais para a acessibilidade ao currículo que, por sua vez, extrapola a noção de um simples rol de conteúdo.

De acordo com os pressupostos do PDI 2019-2023, a Unipampa reafirma o compromisso com a inclusão social e com o reconhecimento da diversidade como direito e como fonte de enriquecimento das experiências a serem vivenciadas através do currículo. As metodologias ativas de construção do conhecimento possibilitam essa construção e têm como base as premissas fundamentais da acessibilidade pedagógica e atitudinal, que pressupõe as diferentes formas de acessar, construir, vivenciar e expressar o conhecimento. Além das pessoas que não enxergam, não ouvem ou que possuem uma deficiência física ou intelectual, para as quais o acesso aos espaços físicos e à informação se dá de diferentes formas, também há pessoas que, aparentemente, não possuem nenhuma deficiência, mas que se beneficiam de formas alternativas de abordagem do conhecimento acadêmico.

Portanto, busca-se configurar uma metodologia que seja suficientemente flexível para atingir a todos. Assim, a metodologia propicia a construção do

conhecimento e deve levar em conta as diferentes origens e vivências dos sujeitos da aprendizagem e as formas diferenciadas de como esses sujeitos dão significado às informações acadêmicas. Por isso, é importante planejar todas as situações de ensino aprendizagem a partir de estratégias metodológicas que propiciem aos acadêmicos vivenciarem o currículo de diferentes formas e o mais próximo possível dos conhecimentos que constituem a sua bagagem cultural. Do ponto de vista da inclusão, a acessibilidade metodológica facilita o acesso ao conteúdo programático e ao conhecimento de maneira geral.

A Unipampa tem como compromisso a inclusão educacional de seus estudantes materializada pelo trabalho do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA). Esse trabalho é realizado de modo transversal, intersetorial e multidisciplinar na universidade, alcançando de modo ramificado todas as unidades acadêmicas, setores da Reitoria e Pró-Reitorias. Para tanto, além do grupo de servidores próprios do NInA/Reitoria, o Núcleo conta com uma rede de servidores (Interfaces NInA) para área da inclusão e acessibilidade nos dez *campi*, os quais atuam como facilitadores/mediadores no processo de articulação entre as demandas existentes no Câmpus e o NInA.

O NInA é o setor responsável pela articulação de ações visando ao desenvolvimento e execução das políticas de inclusão e acessibilidade na Unipampa. São ações variadas, conforme as áreas da acessibilidade e políticas internas, a saber:

- a) formação continuada de docentes e técnico-administrativos em educação;
- b) orientação, cooperação e planejamento junto aos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE) em cada Câmpus;
- c) aquisição de recursos de acessibilidade;
- d) realização de levantamentos de dados e acompanhamento pedagógico dos alunos com deficiência na instituição (AEE – atendimento educacional especializado);
- e) fomento e planejamento da acessibilidade arquitetônica e da infraestrutura, na comunicação e informação, nos projetos pedagógicos dos cursos, em materiais pedagógicos e recursos de apoio à aprendizagem, entre outras ações.

A política de apoio ao estudante é efetivada por meio dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE); tal setor é constituído por técnico

administrativos de apoio pedagógico e da assistência estudantil, que efetivam a operacionalização das ações de atendimento educacional especializado e acompanhamento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Dentre as ações de apoio realizadas aos estudantes, destacam-se:

- a) programa de monitores/tutores NInA-NuDE, de periodicidade anual;
- b) ações de atendimento educacional especializado: conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas: I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.
- c) O discente com altas habilidades/superdotação poderá ter abreviada a duração dos seus cursos, conforme o artigo 64 da Resolução 29 CONSUNI. Também poderá cursar componentes curriculares para aprofundamento, no próprio curso ou outro curso de graduação (através de mobilidade acadêmica), incluindo componentes que estejam fora do semestre seriado. § 3º A escolha de componentes curriculares deverá considerar, prioritariamente, as habilidades do(a) discente. § 4º O discente que optar pelo percurso formativo flexível terá garantida a quebra de pré-requisito.
- d) Art. 1º O tempo máximo para integralização do curso de graduação deverá ser equivalente ao tempo mínimo do curso, acrescido de 100%. Art. 5º O tempo máximo de integralização disposto nesta resolução não se aplica a alunos com deficiência, tendo estes direito à dilatação do tempo máximo, de acordo com o art. 1º da Resolução no 05, de 26 de novembro de 1987, do Conselho Federal de Educação (CFE), atual Conselho Nacional de Educação.

Assim, o apoio ao discente tem como meta eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência. A abrangência do conceito garante que não se restringe somente a recursos em sala de aula, mas estende-se a todos os

ambientes de aprendizagem, propiciando o acesso e a participação efetiva de todos os estudantes e durante todo o tempo. Assim, as tecnologias da informação e comunicação (TIC) aumentam, melhoram ou mantêm capacidades funcionais dos alunos com deficiência. Geralmente são projetadas especificamente para ajudar as pessoas com deficiência a superar barreiras no seu meio e no aumento das suas oportunidades para a independência.

Os usuários a que se destinam as TIC são geralmente as pessoas com deficiência, não sendo, porém, exclusividade deste público-alvo, pois beneficiam a todos os estudantes. As TIC são projetadas, equipadas e adaptadas de acordo com as características dos estudantes, considerando suas dificuldades/limitações para acesso ou construção do conhecimento, assim como suas habilidades reais ou potenciais.

Exemplos de tecnologias da informação e comunicação acessíveis são: materiais didáticos e pedagógicos acessíveis (livros, desenhos, mapas, gráficos e jogos táteis, em LIBRAS, em Braille, em caracteres ampliados, com contraste visual, imagéticos, digitais, entre outros); mouses e acionadores, teclados com colmeias, sintetizadores de voz, linha Braille, entre outros; recursos ópticos; pranchas de comunicação alternativa e aumentativa (CAA), engrossadores de lápis, ponteira de cabeça, plano inclinado, tesouras acessíveis, quadro magnético com letras imantadas, etc.

As TICs constituem-se, portanto, importantes ferramentas para os ambientes de aprendizagem no que diz respeito às dificuldades de muitas pessoas com necessidades educacionais especiais no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Trata-se de uma ajuda eficaz no processo de construção dos conhecimentos. De acordo com o site do NInA, A UNIPAMPA, Câmpus São Borja, conta com os seguintes recursos de tecnologias da informação e comunicação: Impressora Braille Juliet Pro; 1 Impressora laser HP M1120 MFP; Notebooks; 8 Mesas acessíveis para cadeiras de rodas; 1 Teclado numérico; Gravadores digitais; Lupa eletrônica ALLADIN; Cadeira para obesos; Licenças do software leitor de telas Jaws; 1 Scanner Ledorll; Software boardmaker.

A avaliação é a fase do processo de ensino-aprendizagem na qual se observa a expressão do conhecimento construído pelo estudante. Se os sujeitos acessam, constroem e vivenciam o conhecimento de diferentes formas, sua aprendizagem é

potencializada quando mais de uma estratégia de expressão é proporcionada de forma associada. Esse pressuposto deve nortear o processo de avaliação.

Por exemplo, se em uma turma nem todos os alunos podem se expressar através da fala, o seminário oral não poderia ser a única forma de expressão dos conhecimentos/avaliação nessa turma; da mesma forma, nem todos os alunos escrevem com a mesma destreza ou com os mesmos instrumentos.

Portanto, o processo de avaliação prescinde de diferentes formas de expressão: pode-se propor que cada grupo ou cada aluno escolha a forma que melhor domina ou propor variados instrumentos avaliando a todos, atribuindo nota ou conceito de acordo com a potencialidade de cada um, visando uma avaliação formativa.

Ao propor uma variedade de instrumentos/formas de expressão que contemplem as diferenças dos alunos de uma turma é possível garantir a equidade do processo, mesmo quando se utiliza a média aritmética das notas para avaliação do desempenho. É preciso considerar que a atividade avaliativa é também uma atividade de aprendizagem, portanto, as diferentes formas de verificação de um dado conhecimento (conteúdo) se constituem como novas oportunidades de aprendizagem para todos. Além disso, processos de verificação do conhecimento colaboram com a avaliação mais ampla do estudante, proporcionando o desenvolvimento do autor regulação e da metacognição por meio da autoavaliação.

São exemplos de ações/formas de apoio a serem previstas:

a) adaptações em provas e testes:

- oferta de provas em versão braille;
- auxílio de tecnologia assistiva/equipamento adaptativo;
- orientação por meio de sinalização;
- leitura oral dos testes para os alunos;
- tempo extra para realização dos testes;
- intervalos nas sessões dos testes;
- possibilidade de respostas ditadas para um tutor/assistente;
- realização do teste em outro local fora da sala de aula;
- realização do teste ou prova em mais de um dia ou ocasião;

- aplicação de testes orais e/ou escritos manualmente ou com suporte de alguma tecnologia;
- demonstração prática;
- uso de testes gravados;
- uso de imagens;
- aplicações no ambiente real;
- realização de instruções em passos/etapas (escritas/sinalizadas/verbais);
- utilização de apoio escrito para as instruções orais;
- utilização de instruções por sinais;
- provimento de sugestões extras;
- permissão para gravação ou digitação das instruções;
- utilização de prova transcrita para o braille;
- leitura de prova pelo professor (função de leitor);
- registro de respostas por meio de reglete/punção ou máquina de escrever Braille;
- utilização de arquivos digitalizados dos instrumentos avaliativos (provas, trabalhos etc.) em notebook ou computador, dentre outros.

De acordo com o Decreto N° 7.611/2011, às condições de acessibilidade da Unipampa estão sob a responsabilidade do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), segue a descrição breve de ações já desenvolvidas visando o cumprimento da Legislação:

Para atender aos requisitos previstos nos artigos 205 e 206, inciso I da Constituição Federal de 1988, a universidade adotou, como política de acesso, a cota de 3% para estudantes com deficiência, incentivando o ingresso deste público-alvo ao ensino superior. Para garantir a acessibilidade de alunos e servidores surdos, a UNIPAMPA realizou 2 (dois) concursos públicos de seleção de Intérpretes de LIBRAS (Editais nº 39/2013 e nº 237/2013). Ainda nesta área, com a finalidade de garantir o ensino e fomento de LIBRAS pela instituição, foram realizados 2 (dois) concursos públicos para docentes, sendo ofertadas 9 vagas totais, conforme editais n. 107/2013 e 51/2014.

Considerando o decreto nº 5.296/2004: quanto ao atendimento prioritário e imediato, o NInA realizou um encontro de formação no mês de março de 2015, junto com a PROGRAD, esclarecendo e pontuando os aspectos deste decreto, implementando uma ação conjunta para os fluxos deste atendimento na Universidade (secretarias acadêmicas, Núcleos de Desenvolvimento Educacional e coordenações de cursos).

A NBR 9050/2004, da ABNT e Lei Nº 10.098/2000: quanto à parte física e estrutural da Unipampa, identificaram os pontos que necessitavam de uma intervenção arquitetônica emergencial. Nesse sentido, foram realizadas adaptações físicas para o recebimento de elevadores, plataformas elevatórias e adequações de banheiros e rampas. Em 2014, foram adquiridos bebedouros de água de pressão PNE para todas as unidades acadêmicas e administrativas, cadeiras para obesos, mesas adaptadas para cadeirantes, modelo estudante e modelo de refeitório, para estarem disponíveis nos Restaurantes Universitários (compras realizadas com o recurso do Programa Incluir). Os espaços externos foram projetados pela equipe da Coordenadoria de Obras, prevendo construção de calçadas para circulação de pedestres, rebaixamento de calçadas com rampa, instalação de piso tátil direcional e de alerta e sinalização de estacionamento para cadeirante.

A Lei nº 10.098/2000, art. 17 a art. 19: deu base ao novo site da Unipampa, implantado em janeiro de 2015, o mesmo respeita um conjunto de recomendações proposto pelo Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), contendo mecanismos que permitem utilização de leitores de tela, teclas de atalho, alto contraste, possibilitando que pessoas com dificuldades motoras, deficiências visuais e auditivas possam utilizar o site com maior comodidade. Os sites com layout antigo, ainda não estão adequados a estes modelos, serão progressivamente atualizados para atender essas recomendações. A ACS (Assessoria de Comunicação Social), por sua vez, realiza as seguintes medidas em relação à acessibilidade:

- lançamento do novo portal: fotografias postadas em notícias têm texto em comunicação alternativa, com descrição de imagem, de modo a permitir acesso para pessoas com deficiência visual;
- criação de manual de atendimento para o setor de Jornalismo, com orientação quanto ao atendimento acessível e produção de notícias acessíveis;

- produção de vídeo institucional (vídeo —Fronteiras Invisíveis), com janela de tradução em Libras; a partir deste, há planejamento para novos vídeos institucionais com essa funcionalidade;
- publicação de notícias no site (Câmpus São Borja, em caráter experimental), com notícias traduzidas em LIBRAS, sob supervisão de docente surdo.
- O decreto n. 7611/2011, embora previsto na legislação, ainda não está discriminado em diretrizes educacionais nacionais. A Unipampa vem implementando, em caráter experimental, o Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência realizado por meio dos NuDE (Núcleo de Desenvolvimento Educacional), nos *campi*. Tal atendimento tem sido estruturado de duas formas pontuais:
 - a) com organização e oferta no âmbito das unidades acadêmicas: por meio da atuação de pedagogos, assistentes sociais e programa de monitoria/tutoria [discente];
 - b) com participação do NInA em estudos de casos de alunos com deficiência [flexibilizações curriculares], por demanda das unidades acadêmicas.

Em 2014, foram realizados atendimentos específicos aos casos de: 03 alunos com deficiência visual/cegueira nos *campi* Bagé e Câmpus Itaqui; e aluna com deficiência intelectual no Câmpus Uruguaiana. Ainda quanto ao AEE, o NInA lançou os editais nº 69/2014 e nº 38/2015, com o objetivo de selecionar monitores para auxiliarem os NuDE. Para demonstrar esforço coletivo ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, a Unipampa promove ações de formação continuada (em serviço) para os servidores técnico-administrativos e docentes. No ano de 2014, promoveu os seguintes cursos:

- Acessibilidade física, para servidores e monitores das dez unidades acadêmicas e servidores da Proplan – setor de Obras;
- Cursos de LIBRAS para servidores em cinco unidades acadêmicas;
- Curso de Inclusão e Acessibilidade, para servidores interface NInA- NuDE e monitores das dez unidades acadêmicas;
- Curso sobre Tecnologia Assistiva e educação inclusiva, para servidores e monitores das dez unidades acadêmicas;

- Oficina de Deficiência Visual/Cegueira para os campi Bagé e Itaqui, nos temas linguagem Braille, apresentação de materiais pedagógicos e mobilidade.

Assim fica evidente que a Unipampa de forma geral vem fortalecendo possibilidades de atendimento aos discentes que têm necessidades educacionais especiais, conforme as Resoluções CONSUNI/UNIPAMPA n. 328/2021 que orienta os procedimentos referentes à acessibilidade no âmbito das atividades acadêmicas, científicas e culturais da UNIPAMPA, a instituição de percursos formativos flexíveis para discentes com deficiência e discentes com altas habilidades/superdotação e Resolução CONSUNI/UNIPAMPA Nº 240/2019, referente ao tempo máximo de integralização curricular, a qual prevê, no art. 5º, a dilatação do tempo de integralização para alunos com deficiência.

2.5.4 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem

O conjunto de ferramentas e instrumentos em tecnologia digital para o ensino e aprendizagem que são utilizadas pelo corpo docente são:

- Moodle Presencial;
- Redes Sociais (twitter, instagram, facebook etc.)
- Softwares;
- Recursos digitais de áudio e vídeo (podcast, filmes, documentários, músicas etc.)
- E-mails, formulários eletrônicos;
- Conteúdos disponibilizados em páginas e sites;
- Web conferência para a realização de lives.

2.6 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Avaliação do Projeto Pedagógico

O projeto pedagógico encontra-se em processo permanente de avaliação, por meio de alguns espaços constituídos no curso de Serviço Social, os quais permitem constituir metodologias específicas para a avaliação dos processos acadêmicos em relação ao ensino e aprendizagem na dimensão político-pedagógica e administrativa-

organizacional. E por espaços externos de avaliação do processo de ensino e aprendizagem no Serviço Social.

A avaliação externa do curso observará a sistemática estabelecida pelo SINAES, Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, com base em três processos: avaliação da instituição, avaliação do desempenho dos estudantes e avaliação do curso de graduação.

O Curso de Serviço Social participa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). A avaliação do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA é concebida como um processo coletivo, contínuo e indispensável ao seu aperfeiçoamento, com vistas à adequação das ações pedagógicas, constituindo-se num ciclo retroalimentador da qualificação do ensino buscada pelo Curso. Este converge ao processo de avaliação proposto pela UNIPAMPA no âmbito institucional, de curso e de acompanhamento de seus egressos.

A avaliação institucional é conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unipampa. A mesma foi criada pela portaria nº697, de 26 de março de 2010 e caracteriza-se por ser um órgão colegiado permanente que tem como atribuição o planejamento, a condução dos processos de avaliação interna, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP conforme a lei do SINAES (10.861/2004).

A CPA/UNIPAMPA assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sendo composta por Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos *campi* e, por uma Comissão Central de Avaliação (CCA).

A autoavaliação do curso é realizada conforme disposto na Lei nº 10.861/2004, que aborda o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Por sua vez, os resultados das avaliações institucionais e externas são utilizados para reflexão de conteúdos nos programas dos Componentes Curriculares, alterações na matriz curricular, indicadores de atividades que alimentam a atualização do Programa de Formação Continuada de Professores, a política de egressos e de formação continuada, dentre outros.

As ações de avaliação do curso são de responsabilidade da Comissão do Curso e NDE, articulado com a CLA e a CPA/UNIPAMPA sob pressupostos do Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023). Todo o processo de avaliação tem como base os objetivos pré-estabelecidos e a mensuração dos resultados obtidos em função dos meios disponibilizados.

Deste modo, variáveis como qualificação, titulação, regime de trabalho, infraestrutura de pesquisa, biblioteca, acessibilidade etc., que são de responsabilidade das IES, devem ser também referenciais para todo o processo de avaliação. Neste sentido, na autoavaliação são também considerados aspectos administrativos, acadêmicos e de infraestrutura oferecidos pela Universidade, considerando-se especialmente a biblioteca, os laboratórios de ensino e as salas de aula, com o intuito de se obter o melhoramento desses espaços físicos.

O NDE, particularmente, tem como finalidade acompanhar e avaliar o processo de implementação do projeto pedagógico. De modo a assegurar a inter-relação entre os conteúdos dos componentes curriculares, entre estes e os demais, organizados no núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, no núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e no núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

O processo de autoavaliação do curso de Serviço Social está voltado para o estudo de um conjunto de ações processuais objetivando sistematizar e trabalhar os dados obtidos da análise avaliativa dos indicadores centrais que envolvem a organização didático-pedagógica do curso. A avaliação da qualidade da organização didático-pedagógica do curso envolve as seguintes dimensões e/ou variáveis de análise:

- a) A estrutura organizacional e a gestão administrativa do curso, com ênfase especial à sua prática de gestão;
- b) Os professores, os alunos e a equipe de suporte técnico-administrativa;
- c) A relação pedagógica professor/a–aluno/a–professor/a;
- d) O currículo proposto, suas relações com as exigências sociais e profissionais e o desenvolvimento real de seus componentes: conteúdos programáticos e critérios de seleção, perfil esperado do futuro profissional, capacidades, competências e habilidades, métodos de ensino e de avaliação da aprendizagem, materiais curriculares, atividades pedagógico-

científicas, com especial destaque para as atividades de pesquisa e de extensão, às atividades profissionais, às atividades culturais, ao estágio curricular supervisionado e ao trabalho de conclusão de curso;

- e) O envolvimento coletivo da comunidade do curso no processo de autoavaliação e no planejamento da tomada de decisões para a elaboração dos planos de ação e dos planos de trabalho para a melhoria da qualidade do curso;
- f) Análise da autoavaliação para rever as diferentes dimensões deste processo;
- g) (f) O processo de autoavaliação do curso visa o conhecimento apurado das condições materiais do curso (tempo, espaço, recursos humanos e financeiros) para o alcance do pleno desenvolvimento de seu projeto pedagógico.

A implementação do processo de autoavaliação do curso ocorre, simultaneamente, ao desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional, ao desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico do Curso, ao Programa de Avaliação Institucional e à realidade do curso constatada pelas informações provenientes da Avaliação Externa.

Dessa forma, no processo de autoavaliação do curso são trabalhados, pedagogicamente, os dados (quantitativos e qualitativos) coletados tanto pelo Programa de Avaliação Institucional quanto pela Avaliação Externa e que dizem respeito à sua matriz curricular, às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e condições gerais de funcionamento.

2.7 APOIO AO DISCENTE

Alguns programas desenvolvidos no Câmpus São Borja fazem parte de políticas institucionais geridas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) em articulação com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e materializados através de ações dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE) em cada Câmpus. Para o atendimento das demandas discentes, ações institucionais, que visam o atendimento pedagógico ao discente são desenvolvidos através do Programa de Acompanhamento ao Estudante da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), elaborado em conjunto com o Núcleo de

Pedagogia Universitária/PROGRAD, o NuDE (Núcleo de Desenvolvimento Educacional), Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores de Cursos. À PRAEC cabe mais especificamente trabalhar com o projeto de acompanhamento pedagógico aos beneficiários do Plano de Permanência.

De acordo com a resolução 84 de 30 de outubro de 2014, a política de assistência estudantil da UNIPAMPA, através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), em conjunto com as equipes gestoras e executivas de cada Câmpus, desenvolvendo programas, projetos e ações. Neste contexto:

Art. 1º A Assistência Estudantil, por meio de suas ações, visa criar condições para garantir o acesso e a permanência dos estudantes na Instituição, de forma a atender a comunidade universitária multicampi na perspectiva da inclusão social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Art. 2º As ações dessa política institucional obedecem aos princípios da inclusão social, da isonomia nos processos de seleção, da garantia dos direitos da comunidade discente e da autonomia política nas instâncias consultivas e deliberativas da Universidade.

O planejamento e a execução da assistência estudantil, visam melhorar as condições de acesso e de permanência dos acadêmicos na universidade, bem como contribuir com a qualificação do processo pedagógico, em uma perspectiva de formação plena e cidadã. De maneira articulada com outros setores da instituição, consta na resolução 84/2014 que são oferecidos os seguintes programas:

Plano de Permanência (PP): auxilia os estudantes de graduação, em vulnerabilidade socioeconômica, situação esta que pode comprometer a continuidade de seus estudos. O PP visa melhorar o desempenho acadêmico e prevenir a evasão e retenção. O plano é constituído pelos programas:

- a) Programa de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa – contribui para o provimento das necessidades de refeição diária do aluno. Segundo a resolução 84/2014, são duas modalidades do Programa de Alimentação Subsidiada: Auxílio Alimentação (destina-se a contribuir com as despesas provenientes da necessidade de refeição diária do aluno); e Alimentação Subsidiada, em sete Câmpus, atualmente oito restaurante Universitários funcionando e três em fase de implantação. Este Programa atende os

beneficiários do Plano de Permanência que acessam o RU com o valor da refeição totalmente subsidiado pela universidade. No Câmpus São Borja os(as) alunos(as) podem acessar o Restaurante Universitário (RU);

- b) Programa de Moradia Estudantil João-de-Barro: para atender os alunos cuja residência é externa ao do município de seu Câmpus ou que não residam em região urbana pertencente ao município de seu Câmpus e que necessitam fixar residência em região urbana no município de seu Câmpus;
- c) Programa de Apoio ao Transporte: contribui com as despesas de transporte vinculadas às atividades acadêmicas regulares, e se estende aos alunos da zona rural. Os auxílios têm reajuste anual, e o aluno que ingressar neste Plano poderá receber os benefícios até se formar, desde que continue atendendo aos critérios acadêmicos e socioeconômicos, por meio de comprovação periódica junto ao assistente social de sua unidade. São realizadas edições anuais de seleção para entrada de beneficiários no Plano. A avaliação para a concessão do benefício é feita pela equipe técnica da PRAEC, que conta com assistentes sociais nos dez *Campi* da Universidade.
- d) Programa de Auxílio-Creche: consiste na concessão de auxílio financeiro aos estudantes de graduação presencial em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oriundos da rede pública de educação e que possuam filhos em idade até 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e (29) vinte e nove dias.
- e) O Programa de Apoio ao Ingressante: consiste na concessão de auxílio financeiro, de natureza eventual e provisória, aos estudantes ingressantes em cursos presenciais de graduação, provindos de localidades diversas às da cidade-sede da Unidade Acadêmica a que estejam vinculados, e que se encontram em situação comprovada de vulnerabilidade socioeconômica. É destinado aos estudantes ingressantes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, não residentes no município onde está situada a sua unidade acadêmica ou não residam em região urbana pertencente ao município do seu Câmpus, mas que precisarão fixar residência no município de seu Câmpus. O PAI consiste em repasse financeiro de parcela única, para apoiar a instalação destes alunos nas cidades dos campi da UNIPAMPA, em despesas iniciais relacionadas à instalação do estudante no campi de origem de seu curso. Uma vez instalado, o estudante pode ser atendido por outras modalidades de benefício oferecidas pela UNIPAMPA. Para participar do

processo seletivo deste benefício, o aluno deve estar matriculado e apresentar documentos que comprovem o atendimento aos requisitos do edital (publicado junto ao edital do Plano de Permanência), além do formulário específico corretamente preenchido. Além da avaliação técnica, há também o suporte das assistentes sociais por unidade acadêmica no mapeamento das possíveis ofertas de moradias.

- f) O Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA), é realizado em parceria com as Pró-Reitorias acadêmicas, e permite que os acadêmicos, previamente inscritos e selecionados, adquiram experiência em uma das quatro modalidades de formação acadêmica (Iniciação à Pesquisa, Iniciação à Extensão, Iniciação ao Ensino (Monitoria e Projetos de Ensino) e iniciação à Práticas Acadêmicas Integradas articulando ensino, pesquisa e extensão, o que contribui para a sua manutenção financeira e permanência acadêmica. Os valores das bolsas deste programa se equiparam aos dos principais órgãos de fomento e se desenvolvem em modalidades de 12h/semanais e 20h/semanais, onde o processo de seleção dos projetos se dá de forma articulada nas respectivas comissões de ensino, pesquisa e extensão.
- g) O Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos (PAPE) visa contribuir para o custeio de despesas inerentes à participação em eventos. O valor do auxílio depende da localidade do evento e do período de participação do discente. O auxílio se destina à participação de discente na condição de apresentador de trabalho e/ou para representação institucional, atende também alunos que representam a Universidade em comissões que exigem a representação estudantil, assim como em áreas específicas em que é exigida a representação da UNIPAMPA no conjunto das outras universidades.
- h) Programa de Monitoria Indígena e Quilombola: consiste no acompanhamento dos estudantes indígenas aldeados e quilombolas, através de três linhas gerais: acolhimento pelos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE - formados por Pedagogos, Assistentes Sociais e Técnicos em Assuntos Educacionais); apoio pedagógico, principalmente pelo acompanhamento de monitor e tutor do curso em que o discente está matriculado, e auxílios para manutenção (instalação, alimentação, moradia e transporte); e atenção especial à

interculturalidade, por meio do desenvolvimento de atividades acadêmicas relacionadas à temática indígena e quilombola.

- i) Programa de Apoio Social e Pedagógico/PASP, faz parte do conjunto de atividades na área de Ações Afirmativas - com a intenção de dar suporte às atividades desenvolvidas pelos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDEs) e pelas Comissões Multidisciplinares de Acessibilidade das unidades acadêmicas na realização de atendimento direto a alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem por ordem diversas, desta forma, busca concretizar as políticas de Ações Afirmativas na UNIPAMPA.
- j) Programa de Acompanhamento ao Estudante: configura-se como uma proposta de acompanhamento e apoio aos estudantes desde o ingresso na Universidade – acolhimento, permanência e desenvolvimento da formação acadêmica. O principal objetivo é desenvolver e promover o protagonismo dos estudantes da Unipampa no processo de ensino-aprendizagem para uma educação de qualidade e para sua formação enquanto sujeito de sua própria história na universidade. No Programa são desenvolvidos três Projetos:(a) Projeto de Acolhimento aos Estudantes Ingressantes;(b) Projeto Inserção no Contexto Local e o Convívio com as Diferentes Culturas; e (c) Projeto de Acompanhamento aos Estudantes. Nesse último, por sua vez, são desenvolvidos cinco (05) subprojetos e, dentre estes, três (03) estão relacionados ao Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) e à acessibilidade e atendimento educacional especializado:
 1. Evasão e retenção [responsabilidade PROGRAD];
 2. Apoio Social e Pedagógico [responsabilidade PRAEC-PROGRAD];
 3. Acompanhamento ao Desempenho do Estudante [responsabilidade PROGRAD e NInA];
 4. UNIPAMPA Acessível [responsabilidade NInA];
 5. NInA em Rede[responsabilidade NInA].

O Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da Unipampa coordena ações de e para inclusão e acessibilidade na Universidade, que incluem formação continuada de docentes e de técnicos, orientação aos NuDE para estruturação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), aquisição de recursos de acessibilidade como impressoras Braille, leitores de livros para as bibliotecas de todos os Câmpus,

mobiliário adaptado, recursos eletrônico de tecnologia assistiva e comunicação alternativa, dentre outros. Propõe também uma política para a instituição que abrange acessibilidade arquitetônica, na comunicação e na informação, nos projetos pedagógicos dos cursos, nos materiais pedagógicos e recursos acessíveis.

Na perspectiva da inclusão e acessibilidade, uma ação central na consolidação desta política interna na universidade é o desenvolvimento do Programa Incluir: acessibilidade na educação superior (MEC/SECADI/SESu), que orienta a estruturação de trabalho de inclusão e acessibilidade a nível nacional para as instituições federais e disponibiliza recursos financeiros para investimento em ações relacionadas diretamente com ações na área da inclusão e acessibilidade.

A Unipampa assume a inclusão e acessibilidade como política institucional em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) com um capítulo que contempla o atendimento às pessoas com deficiência, retrata esse compromisso e baliza o caminho a ser trilhado em toda a universidade:

Com relação à acessibilidade, além de ser indispensável garantir a acessibilidade física, de acordo com as normas técnicas, é necessário sensibilizar a comunidade acadêmica quanto aos direitos e deveres no desenvolvimento de espaços acessíveis e inclusivos, além de realizar uma política institucional de acessibilidade e inclusão que garanta o direito de todos à participação plena nesta Universidade. A Política de Acessibilidade e Inclusão deverá atender os acadêmicos com deficiência para que participem, integralmente, das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como para atender os servidores e membros da comunidade externa. (PDI 2019-2013, p. 98-99).

É papel do NInA, em articulação com as demais Unidades da Universidade, consiste em eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência - Decreto n.7.691/2001 -, (PDI UNIPAMPA, 2019- 2023).

As principais atividades do NInA são: identificar, cadastrar e planejar o ingresso, a permanência e a formação dos acadêmicos com deficiência e demais necessidades educacionais especiais; criar mecanismos que possibilitem flexibilidade e inovação dos componentes curriculares nos cursos da Unipampa; realizar levantamento das condições de infraestrutura e de acessibilidade para a proposição de adequações nas várias áreas dos *campi*; desenvolver ações de sensibilização, orientação e mobilização e formação aos docentes, dirigentes servidores técnico-administrativos dos dez *campi* da Instituição, almejando a construção de uma efetiva política inclusiva.

O Projeto Unipampa Acessível visa promover o acesso à informação e aos espaços por parte dos estudantes, servidores e comunidade em geral. Compromete-se a abordar aspectos como infraestrutura arquitetônica, projetos pedagógicos dos cursos, atendimento ao público, sítio eletrônico, acervo cultural e pedagógico; O Projeto NInA em Rede visa manter um fluxo constante de informações sobre Acessibilidade, Legislação pertinente à Educação Especial aplicada à Educação Superior e formas de Atendimento Educacional Especializado entre as equipes responsáveis por conduzir as ações de inclusão e acessibilidade em todas as unidades da UNIPAMPA, constituindo uma rede integrada; e o Projeto de Acompanhamento ao Desempenho do Estudante (PADE) Promover a permanência e o sucesso acadêmico de todos estudantes, assegurando as condições necessárias para a efetiva aprendizagem.

Estão sendo desenvolvidas também ações com vistas à construção de moradias estudantis, disponibilização de espaços para alimentação com refeição subsidiada, bem como a ampliação das ações e dos programas e o fortalecimento da organização estudantil.

A Unipampa recebe atualmente recursos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), normatizada pelo Decreto Nº 7.234/2010. Além disso, anualmente a UNIPAMPA destina recursos próprios para a área.

Em âmbito institucional, conta-se com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA Nº 300/2020, que estabelece o Programa Institucional de acompanhamento e enfrentamento dos índices de retenção e evasão, para contribuir para a permanência e o sucesso dos discentes na integralização dos cursos.

O PET - O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação. O estudante e o professor tutor recebem apoio financeiro de acordo com a Política Nacional de Iniciação Científica.

Destaca-se ainda o apoio à mobilidade acadêmica nacional e internacional, através dos Programas Brasil-Colômbia (BRACOL), Programa Brasil-México

(BRAMEX), Programa Capes - BRAFITEC e Programa ANDIFES/SANTANDER. Também são firmados acordos com outras instituições de ensino superior internacionais, com o objetivo de promover a mobilidade acadêmica internacional.

2.7.1 Protagonismo Discente

Os/as Discentes do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA desde a emergência do Curso estiveram envolvidos em diversas representações estudantis em nível local, regional e nacional. Também participam da Comissão de Curso, Conselho de Câmpus.

A atuação dos/as discentes se dá também por meio da participação na Comissão de Curso de Serviço Social, tendo uma representação que é eleita por meio de assembleias realizadas pelo público discente.

Ressalta-se que a participação do/a estudante neste espaço é de fundamental importância, uma vez que este se caracteriza enquanto lócus de escuta e mediação das reivindicações encaminhadas pelos estudantes do Serviço Social à Comissão de Curso. Neste espaço também são discutidas e construídas as propostas para as melhorias na formação profissional, possuindo também o papel de socializar informações e decisões que foram acatadas pelo colegiado do curso, fortalecendo a autonomia e o protagonismo discente.

Além disso, este mesmo público também está representado pelo Diretório Acadêmico de Serviço Social (DASS-UNIPAMPA) que foi criado em 30 de dezembro de 2011. Salienta-se que, o DASS trava politicamente lutas pela garantia da qualidade da formação profissional, combate às opressões, respeito à diversidade cultural, sexual e étnica bem como a defesa e fortalecimento dos movimentos sociais, reconhecendo a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) como entidade máxima de representação dos/as estudantes de Serviço Social.

A atuação dos/as discentes se dá também por meio do Movimento Estudantil reconhecido nacionalmente. Assim os estudantes estão representados pelo Diretório Acadêmico de Serviço Social – DASS UNIPAMPA, o qual trava politicamente lutas pela garantia da qualidade da formação profissional, combate às opressões, cultura, movimentos sociais, reconhecendo a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO como entidade máxima de representação dos estudantes de Serviço Social.

O Movimento Estudantil e a Categoria Discente do Serviço Social da UNIPAMPA, além da participação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão estão envolvidos diretamente na organização de eventos da categoria.

2.8 GESTÃO DO CURSO A PARTIR DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Metodologia de trabalho do processo de autoavaliação

O Curso de Serviço Social - Bacharelado, busca aperfeiçoar sua metodologia de trabalho para o processo de autoavaliação, estruturado num paradigma de avaliação que se revele, potencialmente fértil, na perspectiva de contribuir com a melhoria do curso.

A metodologia de trabalho adotada pelo processo de autoavaliação pauta-se por uma filosofia avaliativa centrada na participação e na colegialidade da gestão do curso, cuja tarefa é empreender uma análise autorreflexiva da totalidade das vertentes da realidade curricular e seu entorno sociocultural, buscando alternativas pedagógico-científicas para o aperfeiçoamento constante de sua estrutura e processo de desenvolvimento curricular.

Nesse sentido, e especificamente no que concerne à avaliação interna do curso, são contempladas as variáveis e respectivos indicadores institucionais, cujo diagnóstico é realizado pela Comissão Própria de Avaliação- CPA da Unipampa, bem como outras vertentes de análise que poderão surgir durante o desenvolvimento curricular do curso e do próprio processo de autoavaliação.

Após a sistematização do resultado do diagnóstico, das variáveis e indicadores considerados emergentes face a especificidade do curso, estes serão trabalhados por meio da seguinte metodologia:

1. Reuniões de trabalho para elaboração do planejamento do processo de autoavaliação do curso para o ano letivo correspondente e para a identificação de variáveis e indicadores porventura não contemplados pelo Sistema de Avaliação Institucional.
2. Participação dos protagonistas do processo de autoavaliação do curso nos Painéis promovidos pela Comissão de Avaliação Institucional para

conhecimento das informações e dos dados colhidos sobre a realidade do curso.

3. Reuniões específicas para conhecimento detalhado das informações e dos dados apresentados pelo diagnóstico da situação real do curso: pontos fortes e pontos fracos (incluem-se aqui dados e informações coletados pelo próprio curso, Comissão de Avaliação Institucional e pela avaliação externa) e análise conjunta das variáveis e indicadores contemplados no diagnóstico dos diferentes componentes curriculares do curso.
4. Aplicação dos Instrumentos de Avaliação elaborados pelo próprio curso e não contemplados pelo processo de avaliação institucional e pela avaliação externa. Trata-se aqui de Instrumentos de Avaliação que abordam as dimensões específicas do curso.
5. Reuniões para a elaboração conjunta de Planos de Trabalho com base nos resultados da avaliação institucional, da avaliação externa e da autoavaliação promovida pelo próprio curso (componentes curriculares que caracterizam a especificidade do curso).
6. Desenvolvimento e avaliação contínua dos Planos de Trabalho para a melhoria permanente do curso e sua capacidade de inovação e de reflexão crítica.
7. Encontros envolvendo o corpo docente, o corpo discente e a equipe de suporte técnico-administrativo, para proceder por meio de uma atitude crítica e autorreflexiva à análise do processo de autoavaliação empregado pelo curso no período letivo correspondente.

Numa perspectiva processual, essas atividades e reuniões de trabalho são realizadas no transcorrer do semestre letivo, cujo cronograma de atividades é estabelecido no início de cada ano letivo, para a elaboração do planejamento do processo de autoavaliação do curso.

Neste, busca-se imprimir uma metodologia que contemple uma unidade e segmento de tempo concreto em relação ao qual se distinguem três fases para um paradigma que resulte num processo de autoavaliação global: (a) avaliação inicial (condições existentes, fundamentação e necessidades); (b) avaliação de processo (variáveis que envolvem todo o processo de desenvolvimento curricular nos contextos

político-administrativo, de gestão e de realização); (c) avaliação de resultados (ponderação dos resultados definidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC)).

O processo de autoavaliação do curso é um processo permanente e, é realizado anualmente, por meio da aplicação de um formulário que envolve todos os segmentos do curso – discentes, docentes e técnicos administrativos - elementos que otimizem o planejamento e/ou redirecionamento das atividades do curso, conforme a tabela Instrumento de Avaliação dos Componentes Curriculares:

Tabela 11 - Instrumento de Avaliação dos Componentes Curriculares

Componentes Curriculares:	Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Insuficiente
Importância do Componente Curricular à formação profissional					
Apresentação do Plano de Ensino					
Atingiu os objetivos nas aulas					
Conteúdos propostos pelo Componente Curricular					
Contemplou o conteúdo da ementa do componente nas aulas					
Metodologia utilizada nas aulas					
Bibliografia utilizada nas aulas					
Carga horária cumprida nas aulas					
Pontualidade do(a) docente					
Assiduidade do(a) docente					
Criatividade nas aulas					
Infraestrutura em que o Componente Curricular foi realizado					
Apropriação do/a acadêmico/a em relação aos conteúdos trabalhados no Componente Curricular					
Articulação do Componente Curricular com outros componentes curriculares já cursados pelo acadêmico no curso					
Oportunidades de participação dos/as acadêmicos/as na definição de aspectos relacionados à proposta do Componente Curricular					
Acesso à bibliografia utilizada no Componente Curricular (xerox, livros etc.)					

Proposições Gerais:

Os dados de maior relevância gerados a partir dessa autoavaliação são expostos à comunidade através de relatórios apresentados na Comissão de Curso, publicizados para a comunidade acadêmica.

O processo de autoavaliação empregado caracteriza-se, assim, como um ciclo que toma corpo e se justifica como um processo conjuntivo-formativo. Este visa implementar medidas concretas para o constante aperfeiçoamento da organização didático-pedagógica do curso.

3 EMENTÁRIO

Ementário dos componentes curriculares obrigatórios:

1º SEMESTRE**IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- ♣ Componente Curricular: Introdução ao Serviço Social
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

A formação profissional em Serviço Social. O Serviço Social como profissão. O assistente social na divisão sociotécnica do trabalho. A legislação profissional e os fundamentos éticos da profissão. As condições sócio-históricas do surgimento e do processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil. O Serviço Social e sua participação no processo de produção e reprodução das relações sociais. Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social. O Serviço Social na atualidade. Os órgãos de representação da categoria profissional (CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO);

OBJETIVO GERAL

- ♣ Possibilitar aos acadêmicos uma compreensão inicial sobre o processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil, bem como de sua participação no

processo de produção e reprodução das relações sociais, considerando os diferentes espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Evidenciar como se configura o ensino universitário e, especificamente, o curso de graduação em Serviço Social;
- ♣ Analisar o processo sócio-histórico de surgimento e de profissionalização do Serviço Social e suas (re)configurações;
- ♣ Problematizar o Serviço Social inserido na divisão social e técnica do trabalho, como uma profissão regulamentada e partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais;
- ♣ Identificar os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social;
- ♣ Problematizar as características do Serviço Social na atualidade;
- ♣ Apresentar os órgãos de representação da categoria profissional e a legislação profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ESTEVÃO, Ana Maria R. **O que é Serviço Social**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Primeiros passos, 111).

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35 ed. SP: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 11. Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **80 anos de Serviço Social no Brasil**: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

BULLA, Leonia Capaverde. **Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro**. In: Revista Virtual Textos & Contextos, nº 2, dez. 2003.

BULLA, L. C. **O contexto histórico da implantação do Serviço Social no Rio Grande do Sul**. Textos & Contextos. Porto Alegre: PPGSS/PUCRS, 2008.

CFESS/CRESS. **Assistente Social: um guia básico para conhecer um pouco mais sobre esta categoria profissional**. Disponível em:
<<http://www.cfess.org.br/arquivos/deliberacao3comunica-material-midia-POSNACIONAL-final.pdf> >

CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão** - volume 2. Brasília, 2020.

GENTILLI, Raquel. **Representações e práticas**; identidade e processo de trabalho no Serviço Social. 2. Ed. São Paulo: Veras, 2006.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na cena contemporânea**. IN: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M.V. **Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social**. IN: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Maria Lúcia Martinelli. **O Serviço Social e a Consolidação de Direitos**: desafios contemporâneos. In: Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. X, n. 12, dez. 2011.

YAZBEK, M.C. **O significado sócio-histórico da profissão**. IN: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Trabalho e Questão Social
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

O trabalho como elemento fundante do ser social; a produção capitalista e a Questão Social como resultante da contradição entre capital e trabalho; os processos de alienação do trabalho; as teses contemporâneas sobre o fim da centralidade do trabalho e sobre a nova Questão Social.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Oportunizar aos discentes o entendimento do trabalho como categoria fundante do ser social, e da relação do modo de produção capitalista com a Questão Social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender o trabalho a partir de sua dimensão contraditória;
- ♣ Identificar os processos de alienação do trabalho;
- ♣ Compreender a gênese da relação entre a produção material e a práxis política os processos de alienação;

- ♣ Identificar a mediação do modo de produção capitalista com a Questão Social;
- ♣ Apreender criticamente as teses contemporâneas acerca do fim da centralidade do trabalho e da “nova” Questão Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo, SP: Cortez ; 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ANTUNES, Ricardo. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Trab. educ. saúde** [online]. 2003, vol.1, n.2, p.229-p.237. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/jGSb8jWJPtWKnTjcHw8B7Cn/?format=pdf&lang=pt>

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2012.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2002

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo, SP: Cortez, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista.** São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social:** um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria questão social em debate.** 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

POLANYI, K. **A grande transformação:** as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Câmpus, 2012.

SANTOS, Josiane. **Particularidades da Questão Social no Capitalismo Brasileiro.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social da Faculdade Federal do Rio de Janeiro.

Temporalis/Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social. Ano. 2, n.3 (jan/jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001, Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Sociologia
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Configuração da sociologia enquanto ciência. Seus precursores clássicos, junto com seu itinerário conceitual- explicativo: Marx, Comte, Durkheim e Weber. A atualidade ou não destas contribuições para a análise da sociedade contemporânea.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Analisar o contexto histórico e a formação da Sociologia como ciência, possibilitando o olhar sociológico na contemporaneidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Discutir o contexto histórico de formação da sociologia, identificando as transformações sociais, econômicas, políticas e intelectuais que tornaram possível o surgimento desta ciência.
- ♣ Analisar o papel da sociologia, como forma de consciência nas sociedades modernas, discutindo a importância para a vida do homem em sociedade;
- ♣ Identificar e analisar as diferentes perspectivas de construção do objeto de investigação sociológica no pensamento de Durkheim, Weber e Marx, focalizando suas interpretações sobre a formação e desenvolvimento das sociedades modernas.
- ♣ Conhecer o itinerário conceitual- explicativo: Marx, Comte, Durkheim e Weber, visando compreender os fenômenos sociais presentes em todas as fases de expansão, do modo de produção capitalista na modernidade tardia, estabelecendo uma conexão com os dilemas contemporâneos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

COMTE, August. **Curso de Filosofia Positiva**; Discurso Preliminar sobre o Conjunto do Positivismo; Catecismo Positivista. 4 ed. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

DURKHEIM, Émile et al. **Introdução ao Pensamento Sociológico**: Coletânea de textos organizada por Ana Maria de Castro e Edmundo Fernandes Dias. São Paulo: Centauro, 2001.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret: 2008.

_____. **Da divisão social do trabalho**. São Paulo. Martins Fontes, 2010

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro, 2007.

_____. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: BoiTempo, 2012.

Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo/Rio de Janeiro: BoiTempo/Editora UFRJ, 2011

_____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: BoiTempo, 2011

_____. **Manuscritos econômicos –filosóficos**. São Paulo: BoiTempo, 2008

_____. **O 18 de Brumário**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____. **O capital**: crítica de economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais**. São Paulo: ática, 2006

_____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

_____. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011

_____. **Economia e Sociedade**: fundamentos da Sociologia Compreensiva -vol2. Brasília: UnB, 2009

_____. **Metodologia das ciências sociais-parte 2**. São Paulo: Cortez, 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas**: Uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 2007.

COLLINS, Randon. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2008.

GIDDENS, Anthony. & TURNER, Jonatham. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

GERTH, Hans H & MILLS, Wright (org.) WEBER. **Ensaio de sociologia**. 5ª edição. Rio de Janeiro.

CHALMERS, A.F. **O que é ciência afinal?** São Paulo, Brasiliense, 1993.

COHN, Gabriel. **Sociologia**: Para Ler os Clássicos. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.

CUIN, C-H & GRESLE, F. **História da Sociologia**. Lisboa, Dom Quixote, 1995.

- DOWBOR, Ladislaw; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo- Edgar A. (org.). **Desafios da Globalização**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DURKHEIM, E. **A Divisão do Trabalho Social**. Lisboa, Presença, 1984.
- _____. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo, Nacional, 1987.
- _____. **A Ciência Social e a Acção**. Lisboa, Bertrand, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada**. São Paulo, Pioneira 1976.
- _____. Florestan. (org.). **K. Marx, F. Engels: história**. S. Paulo, Ática, 1984. para o estudo de formação e desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1980.
- FORACCHI, M. & MARTINS, J. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- GALLIANO, A.G. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Harbra, 1986.
- GIDDENS, A. **Capitalismo e Moderna Teoria Social**. Lisboa, Presença, 1994.
- GIDDENS, A. & TURNER, J. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. S. Paulo, Loyola, 1996.
- JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**. Guia Prático da Linguagem Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- KALBERG, Stephen. **Max Weber: uma introdução**. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.
- LALLEMENT, Michel. **História das Ideias Sociológicas**. Das origens a Max Weber. Petrópolis, Vozes, 2003.
- LIMA, Ricardo R. A. de & SILVA, Ana Carolina S. R. e. **Introdução à Sociologia de Max Weber**. Curitiba, Ed. Ibpe, 2009.
- LÖWY, M. **Ideologia e Ciência Social**. São Paulo, Cortez, 1993.
- _____. **As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo, Busca Vida, 1987.
- MACRAE, Donald G. As ideias de Weber. **Coleção Mestres da Modernidade**. São Paulo: Cultrix, 1985.
- MARCELLINO, Nelson C. (Org.) **Introdução às ciências sociais**. Campinas, Papyrus, 1987.
- MARTINS, Carlos B. **O que é Sociologia?** São Paulo, Brasiliense, 2006.
- MARQUES, J. Luiz. **O Marxismo**. Passado e presente. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.
- MARX, K. **O Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro, Cátedra, 1985.
- _____. **O Capital. Crítica da Economia Política**. São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Hucitec, 1984.

SANTOS, B.V. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 1989. SIMMEL, Georg. Sociologia. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. Nº 34. São Paulo, Ática, 1983.

_____. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

WEBER, M. Sociologia: **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo, Ática, 1982.

_____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo, pioneira, 1987.

_____. **Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Brasília, Ed.UnB, 1991.

_____. **História Geral da Economia**. São Paulo, Centauro, 2006.

VELHO, O.G., Palmeira, M., Bertelli, A. R. (orgs.). **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Identidades Culturais
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 40 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão: 20 horas

EMENTA

Elementos epistemológicos da antropologia social e/ou cultural, de maneira introdutória, quanto ao conceito e objeto de estudo. De modo a construir uma reflexão sobre o imaginário, as representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais, com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais. Ações extensionistas, conforme disposto no inciso II do Art. 6º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 317/2021, vinculadas a projeto de extensão com ênfase na diversidade das identidades culturais.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Oferecer um quadro analítico das identidades culturais expressas na realidade brasileira e nas particularidades regionais e, das condicionantes que põem ao exercício profissional do Assistente Social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Relacionar Identidade e expressões culturais regionais e expressões multiculturais.
- ♣ Analisar questões étnico-raciais, família e gênero na cultura brasileira;
- ♣ Refletir sobre a relação da Cultura com o serviço social.
- ♣ Estimular a integração e o diálogo construtivo e transformador com todos os setores da sociedade.
- ♣ Incentivar a comunidade acadêmica a atuar na promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. **Comunicação, cultura e cidadania dos quilombolas**. Jundiaí, SP: Paco, 2015. 178 p.

CHAUI, Marilena de Souza. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2006. 147 p.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 1997.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 16. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2007. 349 p.

WHITE, Leslie A.; DILLINGHAM, Beth. **O conceito de cultura**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2009. 127 p

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. **Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural**. São Paulo, SP: SENAC São Paulo, 2002. 179 p. (Livre pensar; 13.).

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 04 set. 2019.

DAMATTA, Roberto. O que é o Brasil?. Rio de Janeiro: Rocco, 2004. DAMATTA. **Relativizando: Uma introdução à antropologia social**. São Paulo: Rocco Ed. 2005.

DIOGENES, Gloria. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. 2. ed. São Paulo, SP: Annablume, 2008. 247 p.

GOMES, Mercio Pereira. **Antropologia: ciência do homem filosofia da cultura**. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2011. 237 p.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 4. ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 2008. 295 p.

MURRIE, Zuleika de Felice. **Ciências humanas e suas tecnologias: livro do estudante : ensino médio**. Brasília, DF: MEC INEP, 2002. 202 p.

PAIVA, Raquel org. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo, SP: Vozes, 2009. 219 p.

RIBEIRO, Helcio Pupo. **Caminhos da cultura**. Bauru, SP: Edusc, 1997. 252 p.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, Joao Rocha. **Brasil: almanaque de cultura popular : todo dia e dia**. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 2009. 253 p.

SILVA, Petronilha Beatriz Goncalves E. **Experiencias étnico-culturais para a formação de professores**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011. 116 p. (Cultura Negra e Identidades).

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **Antropologia: o homem e a cultura**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991. 328 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução 317 de 29 de abril de 2021**. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da Universidade Federal do Pampa. Disponível em <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf>, Acesso em 02 jun. 2021.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Extensão Universitária e Cidadania I
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 30 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão: 30 horas

EMENTA

História da Universidade Brasileira. Conceito de extensão universitária. A indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão Universitária. Diretrizes para as ações de extensão. A extensão Universitária na Unipampa.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Aprofundar o significado da Extensão Universitária e suas implicações no processo de formação acadêmico-profissional com vistas à transformação social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender o significado da Universidade Pública;
- ♣ Aprofundar a responsabilidade e a função social da Extensão Universitária;
- ♣ Refletir a indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão no processo de formação profissional;
- ♣ Aprofundar as normativas da Unipampa para a extensão Universitária;
- ♣ Desenvolver atividades e projetos de Extensão Universitária em abordagem multi e interdisciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução CNE/CES nº 7**, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.

KUHN, T.S. **A estrutura das revoluções científicas**. 6ªed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. 257p.

SANTOS, B.S. **Universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004. 120p. (Coleção questões da nossa época; v. 120).

WOLFF, R. P. **O ideal da universidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (Universitas), 1993.

UNIPAMPA - **Instrução normativa nº 18**, 05 de agosto de 2021.

UNIPAMPA - **Resolução 2317/2021**.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte; Coopmed, 2007. 112p. (Coleção Extensão Universitária; v.6).

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. 2000/2001.

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus; Editus, 2001. 65p. (Coleção Extensão Universitária; v. 1). 5.

_____. **Extensão e Flexibilização Curricular**. Porto Alegre: Porto Alegre; UFRGS; Brasília; MEC/SESu, 2006. 91p. (Coleção Extensão Universitária; v.4). 7.

PEREIRA, L. D. **Contrarreforma, ensino superior público e Serviço Social: quais impactos na formação?** Revista Em Pauta (UERJ). 2019, nº 44.

SILVA, Enio Waldir da. **Fortalecendo a cultura Cidadã dos estudantes - um dos papéis da extensão na universidade**. In: SÍVERES, Luiz. **A extensão universitária como princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber, 2013.

SOUZA, A.L.L. **A história da Extensão Universitária**. Campinas, SP: Editora Alinea, 2000. 138p

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Conferência mundial sobre educação superior**. v. 14. Paris: UNESCO, 1998. Relatório final.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Direito e Legislação Social
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 40 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão: 20 horas

EMENTA

Introdução ao Estudo do Direito. Teoria geral dos direitos fundamentais. A Constituição Federal do Brasil e as legislações específicas que sustentam as políticas sociais. Os Direitos de cidadania e sua aplicação na ação profissional de assistentes sociais. Instrumentos de garantia de direitos para Criança e Adolescente, Idoso, Mulher, Deficientes, Indígenas e Negros. Os Órgãos e a Rede de Proteção. Ações extensionistas, conforme disposto no inciso II do Art. 6º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 317/2021, vinculadas a projeto de extensão com ênfase nos direitos de cidadania.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender o significado do Direito e das normas jurídicas que ordenam a vida em sociedade, identificando os direitos e as garantias fundamentais considerando os direitos sociais e a legislação aplicável à atuação do profissional de serviço social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Identificar a concepção de Direito e sua relação com o serviço social;
- ♣ Compreender a formação histórica, conceito e elementos constitutivos do Estado;
- ♣ Identificar os instrumentos jurídicos de proteção aos direitos da criança e adolescente, do idoso, da mulher, dos deficientes, dos indígenas e dos negros;

- ♣ Reconhecer e identificar a Rede de Proteção aos Direitos Humanos conhecendo os instrumentos básicos para o acesso aos direitos garantidos.
- ♣ Formar profissionais na perspectiva da garantia de direitos como respostas às demandas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BEHRING, Elaine R. SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. Questão Social e Direitos. In: **CFESS: Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Brasília DF: Senado Federal, 2013.

FLORES, Joana das. Mulheres e diáspora africana: A formação do Estado Penal na justiça brasileira. In: VIEIRA, Monique Soares; Oliveira, Simone Barros de.; Costa, Renata Gomes da. (ORG) **Diálogos interseccionais sobre desigualdades e resistências**. São Borja: Unipampa, 2021. E-Book: EPUB, 288 p.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **CFESS: Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2009.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRANCATO, Ricardo Teixeira. **Instituições de Direito Público e de Direito Privado**. 14ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. [compilação] Armando Casimiro Costa, Irary Ferrari, Melchíades Rodrigues Martins. 37ª Ed. São Paulo: LTr, 2010.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>.

_____. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>.

_____. **Lei Maria da Penha**. Lei N.º11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

_____. **Lei 7.853 publicada em 27 de outubro de 1989 que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social**, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

_____. Lei 6001 de 19 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre o Estatuto do Índio**.

_____. Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial**; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008. 304 p.

BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo, SP: Editora 34, 2008.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O Cidadão de Papel**: a infância e a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 21ª. Ed. São Paulo: Ática, 2006.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. Políticas Públicas e Serviço Social: Questões emergentes. In: OLIVEIRA, Simone Barros de; CANTINI, Adriana Hartemink, PESSÔA, Elisângela Maia. 108 (Orgs.) **Direitos Humanos em perspectiva**: análise interdisciplinar. Rio de Janeiro: Lunen Juris, 2014. Páginas 69-94.

SOUSA, Mônica Teresa Costa. WAQUIM, Bruna Barbieri. Do direito de família ao direito das famílias: A repersonalização das relações familiares no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**. Ano 52 Número 205 jan./mar. 2015.

2º SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Leitura e Produção Textual.
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 30 horas
- ♣ Carga horária prática: 30 horas
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

O processo de comunicação científica, texto, contexto e situação; Normas acadêmicas de produção textual, citações, referências, estrutura, formatação; planejar e redigir trabalhos científicos, estilo, linguagem; A prática de construção de Artigos, resenhas, resumos, fichamentos; Organização da vida de estudo na universidade, aproveitamento das aulas; Leitura proveitosa, análise do texto, fases, objetivo e procedimento, partes da análise de textos; Técnicas de estudos, seminário; análise de documentários, filmes vídeos didáticos.

OBJETIVO GERAL

- ♣ consonância com as normas acadêmicas de produção textual, citações, referências, estrutura, formatação; planejar e redigir trabalhos científicos, estilo,

linguagem; A prática de construção de Artigos, resenhas, resumos, fichamentos; Organização da vida de estudo na universidade, aproveitamento das aulas; Leitura proveitosa, análise do texto, fases, objetivo e procedimento, partes da análise de textos; Técnicas de estudos, seminário; análise de documentários, filmes vídeos didáticos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender os processos de comunicação científica, texto, contexto e situação.
- ♣ Normas acadêmicas de produção textual, citações, referências, estrutura, formatação.
- ♣ Desenvolver práticas de planejamento e redação dos trabalhos científicos, considerando estilo e linguagem.
- ♣ Aprender as práticas de construção de Artigos, resenhas, resumos, fichamentos.
- ♣ Ajudar os acadêmicos na organização da vida de estudo na universidade, aproveitamento das aulas; Leitura proveitosa, análise do texto, fases, objetivo e procedimento, partes da análise de textos.
- ♣ Estudar técnicas de estudos, seminário; análise de documentários, filmes vídeos didáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006. 174 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007. 315 p.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era da informática**. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2008. 308 p.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 321 p.

REY, Luís. **Planejar e redigir trabalhos científicos**. 2. ed. São Paulo, SP: Edgard Blucher, 2003. 318 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

AQUINO, Italo de Souza. **Como escrever artigos científicos**: sem arrodeio e sem medo da abnt. 8. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 126 p.

BAQUERO, Marcello. **A pesquisa quantitativa nas ciências sociais**. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade/UFRGS, 2009. 97 p.

BASTOS, Lília da Rocha. **Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertações e monografias**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2003. xii, 222 p.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005. 351 p.

CANDIOTTO, Cesar; BASTOS, Cleverson Leite; CANDIOTTO, Kleber B. B. **Fundamentos da pesquisa científica: teoria e prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 165 p.

DE MELO NETO, José Francisco. **Extensão Universitária: bases ontológicas**. Extensão universitária: diálogos populares, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 200 p.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 182 p.

SERRA NEGRA, Carlos Alberto; SERRA NEGRA, Elizabete Marinho. **Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 218 p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2006. 335 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, SP: Atlas, 2007. 175 p.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Economia Política e Serviço Social
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

As bases históricas da passagem do feudalismo ao capitalismo e a necessidade/possibilidade de surgimento da Economia Política. Crítica da Economia Política. As categorias fundamentais da produção capitalista, segundo a crítica marxiana. A lei geral da acumulação capitalista. Características e tendências do Imperialismo e do capitalismo contemporâneo.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Oferecer uma análise teórica da dinâmica do modo de produção capitalista, a exploração da força de trabalho e os fundamentos do Serviço Social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Possibilitar uma introdução ao debate das principais categorias da crítica da economia política de forma articulada com outros conteúdos trabalhados na formação profissional.
- ♣ Adensar a reflexão sobre a composição orgânica do capital e suas implicações nos desdobramentos da acumulação capitalista.
- ♣ As transformações contemporâneas no padrão de acumulação e suas implicações nos mecanismos de regulação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl, **O capital: crítica de economia política**. Livro 1, v. 1. 29. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011.

MANDEL, Ernesto; SALAMA, Pierre; VALIER, Jaques. **Introdução à teoria econômica marxista**. Editora Sundermann, São Paulo, 2006.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CARCANHOLO, Reinaldo A. **Capital: essência e aparência**. São Paulo, SP : Expressão Popular, 2011. 2 v.

COUTINHO, M. C. **A Crítica da Economia Política: Teoria e Atualidade**. Crítica Marxista (Roma), Campinas, v. 10, p. 122-132, 2000.

CARCANHOLO, R. A. **Sobre a ilusória origem da mais-valia**. Crítica Marxista (São Paulo), São Paulo, v. 16, p. 76-95, 2003.

GRESPLAN, Jorge. **Marx crítico da teoria clássica do valor**. Crítica Marxista (São Paulo), São Paulo, v. 12, p. 59-76, 2001.

GRESPLAN, Jorge. **A crise na crítica à economia política**. Crítica Marxista (Roma), São Paulo, v. 10, p. 94-110, 2000.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. S. Paulo, Abril, 1983.

MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia política**. 4. ed. São Paulo, SP: WM Martins Fontes, 2011. 405p.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social I
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

O que são fundamentos. Bases sociopolíticas dos fundamentos do Serviço Social. A Revolução Industrial. Os fundamentos da gênese do Serviço Social mundial. A mirada científica da profissão nos Estados Unidos e a relação com a filantropia inglesa. A realidade latino-americana nas primeiras décadas do Século XX. Os fundamentos da gênese do Serviço Social latino-americano. A expansão do Serviço Social na América Latina e a influência europeia.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Problematizar a centralidade dos fundamentos na formação profissional em Serviço Social, de modo a apreender as bases que sustentam seu vínculo estrito com a realidade social em âmbito mundial e latino-americano.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conceituar o que são fundamentos do Serviço Social e suas bases sociopolíticas;
- ♣ Analisar as mudanças sociais, econômicas, políticas e demográficas instituídas com a Revolução Industrial;
- ♣ Apreender o vínculo que a profissão estabelece com e na realidade social;
- ♣ Debater a gênese do Serviço Social em âmbito mundial e latino-americano;
- ♣ Problematizar a necessidade social da profissão e sua relação com as matrizes do conhecimento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ARANDA, Miguel Miranda. **De la caridade a la ciência**. Pragmatismo, Interacionismo Simbólico y Trabajo Social. 2ªEd. Zaragoza: Mira Editores, 2009.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 8ªEd. São Paulo: Cortez, 2007.

CLOSS, Taisa Texeira. **Fundamentos do Serviço Social**: um estudo a partir da produção da área. Curitiba: Editora CRV, 2017. Janeiro: InterSaberes, 2017.

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe**: conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais. São Paulo: Editora Papel Social, 2019.

MARTINELLI, M.L. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 16ªEd. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. 2ªEd. São Paulo: Cortez, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DAMASCENA, Monique, Brozoni. REIS, Carlos Nelson dos. RODRIGUES, Milena Dorneles. A origem histórica do trabalho como direito. IN: GUILHERME, Rosilaine Coradini. BERWIG, Solange Emilene. FERREIRA, José Wesley. **Políticas Sociais e trabalho**: debates contemporâneos. 2021. 199 p. E-book, disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/riu/6477>

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 2, 2000.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. 4º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2ªEd. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Fundamentos Ontológicos do Ser Social
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

As esferas ontológicas, o salto ontológico e o ser social como complexo de complexos. O pôr teleológico como a categoria ontológica central do trabalho, e este, como

modelo de toda práxis social. O trabalho, a teleologia, a objetivação e a exteriorização. O trabalho e as formas superiores da prática social. O trabalho e sua relação com totalidade social e a reprodução social. O processo de trabalho, o processo de trabalho capitalista e o processo de produção do capital. O estranhamento como fenômeno social

OBJETIVO GERAL

♣ Oferecer um espaço de reflexão sobre a categoria trabalho como elemento do processo civilizatório humano-genérico e a forma desenvolvida que assume no modo de produção capitalista, o trabalho abstrato.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

♣ Entender o trabalho como momento predominante da gênese e desenvolvimento do ser social enquanto generalidade humana, da totalidade social.

♣ Situar o trabalho e o pôr teleológico no interior da práxis social e suas formas superiores.

♣ Apreender a relação do trabalho vivo com a força de trabalho e o processo de trabalho.

♣ Analisar como a cooperação simples e a divisão manufatureira do trabalho operam a subsunção formal do trabalho e o estranhamento social no processo de trabalho capitalista.

♣ Conhecer as determinações postas pelo sistema de máquinas e a grande indústria à subsunção real do trabalho operada no processo de produção do capital.

♣ Analisar o estranhamento como descompasso entre o desenvolvimento das capacidades humanas e o desenvolvimento da personalidade humana.

♣ Problematizar o caráter necessário do conhecimento sobre a categoria trabalho e sua transformação em trabalho abstrato pelo capitalismo com elemento da crítica dos profissionais de Serviço Social ao processo de produção e reprodução das relações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. Trad. de Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. – 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Temas de Ciências Humanas.** Trad. de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.

MARX, Karl, **O capital: crítica de economia política.** 29. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011 Livro 1, v. 1.

MARX, Karl, **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2008, 175 p.

NETTO, Jose Paulo. **Economia política: uma introdução crítica /5. ed.** São Paulo, SP: Cortez, 2009, 258 p.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas.** Trad. Joao Maia. - 7. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho.** 2ª edição – Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho – V. 2: Escritos de Marx e Engels.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

FORTES, Ronaldo Vielmi. **As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho: modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora crítica da ideia da centralidade do trabalho em Lukács.** Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas. n. 22. out./2016.

LESSA, Sergio. **O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade.** m Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 2, pp. 20-33, CEAD-UNB, 1999.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukacs .** 3. ed. Ijuí, Unijuí, 2007 231p.

MÉSZÁROS, Istvan. **A teoria da alienação em Marx.** Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Proteção Social
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:

- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Gênese do Sistema de Provisão e Proteção Social/Seguridade Social. Concepção e desenvolvimento das políticas sociais no contexto de formação do Estado capitalista. A constituição da cidadania a partir das relações entre Estado e sociedade civil.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Analisar o desenvolvimento histórico da proteção social, as concepções teóricas e ideológicas dessa proteção como direito, no contexto da relação contraditória entre desenvolvimento econômico e mudanças sociais e políticas, considerando as economias capitalistas avançadas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Referenciar historicamente as formas de proteção social pré-capitalistas;
- ♣ Aclarar o significado da proteção social no capitalismo sob diferentes perspectivas teóricas, ideológicas e políticas;
- ♣ Compreender as medidas de proteção social desenvolvidas no modo de produção capitalista e suas diferentes modalidades de regulação, de dominação e de relações contraditórias entre Estado, Sociedade e Mercado;
- ♣ Evidenciar as determinações econômicas, sociais e políticas, que estão na base das teorias e ideologias e, os tipos diversificados de proteção social nas diferentes fases do capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

CASTEL, Robert. *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política social: temas & questões**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BEVERIDGE, William. **O Plano Beveridge: Relatório sobre o Seguro Social e Serviços Afins**. Tradução de Almir de Andrade. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943.

- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e modernidade**. In Perspectivas. São Paulo, v. 22, p. 41-59, 1999. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2087/1709>
- DI GIOVANNI, Geraldo. **Sistema de proteção social**: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M. A. de (org.). Reforma do Estado e política de emprego. Campinas-SP: IE/UNICAMP, 1998.
- VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. O sentido de igualdade e bem-estar em Marx. **Revista Katálysis**, v. 16, n. 1, p. 37-46. jan./jun. 2013. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000100004/24882>
- PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. A Questão Social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da Sociedade Civil. **Revista Ser Social**. nº 6, p.119-132, 2000. Disponível em:
https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12852/11225
- POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Câmpus, 2012.
- SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Relações étnico-raciais na formação sócio-histórica brasileira.
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 45 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão: 15 horas

EMENTA

O Brasil colônia. A herança colonial do patrimonialismo e a relação com as questões étnicas. Aspectos conceituais, históricos e políticos das relações étnico-raciais no Brasil. Presença/ausência do negro e do indígena na questão social brasileira. Lutas e resistências negras e indígena no Brasil. Políticas afirmativas para populações étnicas. A questão étnico-racial na prática dos assistentes sociais. Ações

extensionistas, conforme disposto no inciso II do Art. 6º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 317/2021, vinculadas a projeto de extensão com ênfase sobre a questão étnico-racial na prática dos assistentes sociais.

OBJETIVO GERAL

♣ Aprofundamento da formação sócio-histórica brasileira, mediante uma abordagem crítica, acerca das questões étnicas-raciais no Brasil, potencializando a formação em Serviço Social, com aprofundamento multicultural e multidisciplinar, tomando como desafio possibilidades democráticas de tratar as relações étnico-raciais no cotidiano da prática profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Dialogar com os conceitos identidade negra, identidade indígena.
- ♣ Aprofundar à discussão do racismo, preconceito racial, discriminação racial e democracia racial.
- ♣ Relacionar a constituição e institucionalização dos estudos étnicos na contemporaneidade.
- ♣ Refletir sobre os diferentes grupos sociais e étnicos.
- ♣ Aprofundar a educação para as relações étnico-raciais.
- ♣ Refletir o exercício profissional do Assistente Social para a promoção da igualdade racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaira, 2020. Recurso digital Formato: e-book.

AZEVEDO, Thales de. **Democracia Racial: Ideologia e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade nacional**. Brasiliense: São Paulo, 1994.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil** [recurso eletrônico] / Jessé Souza. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021. Recurso digital Formato: e-book.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território Negro em Espaço Branco**: Estudo Antropológico de Vila Bela. Editora Brasiliense. São Paulo, SP, 1988.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Direitos humanos, educação e interculturalidade**: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação, v. 13, p. 45-56, 2008.

DCNERER (Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana). **Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008**.

GOMES, Nilma Lino. **Para Entender o Negro no Brasil de Hoje**: História, Realidades, Problemas e Caminhos. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004. – (Coleção Viver, Aprender).

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. Trad. Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: Diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Povo Negro**: Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Elisa L. **O sortilégio da cor**: Identidade, raça e gênero no Brasil.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**. Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2019.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Extensão Universitária e Cidadania II
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 30 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão: 30 horas

EMENTA

Aspectos conceituais à cerca da cidadania na teoria democrática. Direitos de cidadania e participação social e política. Serviço Social ética e Cidadania. Diretrizes nacionais para a extensão universitária. A extensão Universitária na Unipampa para o exercício da cidadania, conforme disposto no inciso II do Art. 6º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 317/2021.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Promover reflexões sobre cidadania e ética no exercício da extensão universitária no processo de formação profissional em Serviço Social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Dialogar com os conceitos de ética e cidadania;
- ♣ Aprofundar a importância da proteção humana à luz da ética e da garantia de direitos;
- ♣ Apresentar a extensão universitária como oportunidade para o exercício da cidadania;
- ♣ Desenvolver atividades e projetos de Extensão Universitária em abordagem multi e interdisciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Câmpus, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARTINELLI, M.L. **Serviço Social - Identidade e Alienação**. Editora Cortez, São Paulo, 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

GENTILLI, Raquel. **Representações e Práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Veras, 1998.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA Fórum de Pró-Reitores de **Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC Brasil, 2000 / 2001**.

SANTOS, Bonaventura de Souza (org). **Democratizar a democracia: os caminhos da Democracia Participativa**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Maria O. S. **Formação Profissional do Assistente Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

3º SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social II
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas

- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

A realidade política, econômica e social do Brasil nos anos 1930. O surgimento da questão social, industrialização, urbanização, novos sujeitos políticos e as particularidades da questão social no Brasil. Capitalismo dependente, modernização conservadora pós 64 e transição a democracia, modernização conservadora e positivismo. Os fundamentos da gênese do Serviço Social brasileiro. A relação com as experiências Francesa e Belga. A perspectiva norte-americana e o movimento hegemônico norte-americano a partir da II Guerra Mundial. O Movimento de Reconceituação latino-americano. Reatualização do Conservadorismo e a fenomenologia.

OBJETIVO GERAL

♣ Analisar as particularidades da gênese do Serviço Social brasileiro ao Movimento de Reconceituação, no intento de apreender seu movimento sócio-histórico, as correspondentes matrizes do conhecimento do social e a interlocução da profissão com a realidade social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Apreender o movimento hegemônico norte-americano exercido em âmbito mundial nos anos 1940 e o modo com que reatam no Serviço Social brasileiro;
- ♣ Analisar o movimento de questionamento impresso na profissão na segunda metade do Século XX e o ceifamento expresso pelo cenário político da época.
- ♣ Estudar a realidade política brasileira e os reflexos sobre a questão social;
- ♣ Compreender a modernização conservadora pós 64 e a transição democrática;
- ♣ Apreender a institucionalização da questão social pelo Estado brasileiro no início do século XX e a gênese da profissão no Brasil;
- ♣ Problematizar as tendências e influências expressas na origem na profissão e os rebatimentos na intervenção profissional;
- ♣ Aprofundar o Movimento de Reconceituação latino-americano e suas particularidades no Serviço Social brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 4ª Ed, Ano IX. São Paulo: Cortez, 1993.

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais**. São Paulo: Editora Papel Social, 2019.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 35ªEd. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 6ªEd. São Paulo: Cortez, 2011.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e Projetos Profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. Campinas: Papel Social, 2013.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. 4ª Ed. São Paulo: Global, 2008.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

SANTOS, J. **Questão Social: Particularidades no Brasil**. São Paulo. Ed. Cortez, 2008.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Ética Profissional e Serviço Social
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Fundamentos da ética e moral. Conceitos fundamentais à compreensão da Ética e da vida moral. A moralidade capitalista e as implicações para as intervenções do Serviço Social. A natureza ética da profissão e os códigos de ética do Serviço Social Brasileiro. O projeto ético-político do Serviço Social e a contextualização do código de ética atual.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Aprender os conceitos fundamentais de ética e moral e da moralidade capitalista, bem como o processo de consolidação do projeto ético-político, tendo como estudo os diferentes códigos de ética profissional em análise crítica das implicações éticas para o Serviço Social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender conceitualmente as implicações éticas e morais, bem como a moralidade capitalista;
- ♣ Conhecer os diferentes códigos de Ética Profissional na história do Serviço Social Brasileiro;
- ♣ Estudar o significado do projeto ético-político profissional em interface ao Código de Ética atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BARROCO, M. L. **Ética – fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BONETTI, Dilséa A. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CFESS (org.). **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

FERNANDES, Neide, A. **Sigilo e ética do/a Assistente Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CARDOSO, Priscila, F. G. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil**. Papel Social: Campinas, 2013.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução n. 493**, de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf.

CFESS (org.). **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

CHAUI, Marilene. **Convite a filosofia**. Rio de Janeiro, Ática, 2006.

FERNANDES, Neide, A. **Sigilo e ética do/a Assistente Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

MATOS, Maurílio Castro. **Serviço Social, Ética e Saúde - reflexões para o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *In*: CFESS-ABEPSS-CEAD/UNB. **Crise contemporânea**,

questão social e Serviço Social. Módulo I. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CEAD, 1999. p. 93-109. Disponível em: http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf.

OLIVEIRA, Robson de; SANDER, Cristiane Ética profissional e as instituições empregadoras: uma análise a partir do código de ética da assistente social. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 1-12, jul.-dez. 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/36917>

PAIVA, Beatriz & SALES Mione. **A nova Ética Profissional: Práxis e princípios.** In: BONETTI, Dilséa, SILVA, Marlise, SALLES, Mione & GONELLI, Vália, M. M. (org). Serviço Social e Ética - Um convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 1996, p. 174-208.

SOUZA, Adrianycce A. Silva de, SANTOS, Silvana M. M. dos; CARDOSO, Priscila. Ética e Serviço Social: um itinerante caminhar. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 33-61, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4847>

TEIXEIRA, Joaquina Barata. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Relações Sociais de Sexo e Serviço Social
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 40 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão: 20 horas

EMENTA

As relações sociais de sexo como construções sócio-históricas do sexo. A teoria e a prática feminista. As intersecções de gênero, raça, classe, sexualidade, geração e território e sua indissolubilidade na moldagem de experiências desiguais. O feminismo e o marxismo. As aproximações históricas do feminismo brasileiro com o feminismo francês, negro e latino-americano. A renovação crítica do Serviço Social e a incorporação das discussões sobre feminismo e diversidade sexual na formação profissional. A divisão sexual e racial do trabalho e o Serviço Social. O Estado

Patriarcal e seus reflexos sobre as políticas sociais. Ações extensionistas, conforme disposto no inciso II do Art. 6º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 317/2021, vinculadas ao projeto de extensão com ênfase nas relações sociais de sexo na contemporaneidade.

OBJETIVO GERAL

♣ Estudar as relações sociais de sexo na particularidade da sociedade brasileira e como o marxismo influi para a investigação e intervenção crítica dos/as assistentes sociais diante aos processos de opressão, exploração e subjugação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

♣ Apreender a cultura patriarcal, o racismo e a desigualdade como eixos estruturantes da sociedade brasileira;

♣ Analisar as intersecções de gênero, raça, classe, geração, sexualidade e território na matriz de dominação;

♣ Problematizar as relações entre o Estado Patriarcal, as políticas sociais e o trabalho dos/as assistentes sociais;

♣ Estudar o processo de incorporação das discussões sobre feminismo e diversidade sexual na formação profissional;

♣ Discutir as teorias envolvidas nas vertentes do feminismo francês, negro e latino-americano e suas repercussões para o Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da identidade**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais. **Feminismo, Diversidade e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

GUILLAUMIN, Colette; TABET, Paola; MATHIEU, Nicole-Claude. **O Patriarcado Desvendado: Teorias de Três Feministas Materialistas**. SOS Corpo: Recife, 2014. Disponível em:

<http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/pesquisa/grupo-de-estudos-e-pesquisa-sobre-violencia-contra-as-mulheres-racismo-e-patriarcado/textos-das-reunioes-julho-dezembro-2020/reuniao-8-9>

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LA DOARE, Helene; SENOTIER, Daniele (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf

SAFFIOTTI, H. I. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p. 95-139.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans**: Exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate. 2020. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroSeminarioTrans2015-Site.pdf>

CISNE, Mirla. **Marxismo**: uma teoria indispensável à luta feminista. Disponível em: <https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: Conhecimento, Consciência e a Política de Empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Pensamento Feminista**: Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista_-conceitos-fundamentais-bazar-do-tempo-_2019_.pdf

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/870526/mod_resource/content/0/Heloisa-Buarque-de-Hollanda-Pensamento-feminista-brasileiro_-forma%C3%A7%C3%A3o-e-contexto-Bazar-do-Tempo-_201.pdf

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEVREUX, Anne-Marie. Teoria das relações sociais de sexo: Um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Revista Sociedade e Estado**. N. 20 (3). Dez 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MMP766vNSt4kG5fQskyxrMD/?lang=pt>

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Educação em Direitos Humanos
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

A constituição histórica dos Direitos Humanos. Os Instrumentos Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. Fundamentos da educação para uma cultura dos Direitos Humanos. A democracia e o exercício da Cidadania. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Os Direitos Humanos e o Serviço Social.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender a relação entre educação, Direitos Humanos e a atuação do assistente social, considerando a legislação internacional e nacional para a atuação do profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Aprofundar a constituição histórica dos Direitos Humanos e sua relação com o serviço social;
- ♣ Compreender as legislações Internacionais e nacional de proteção dos direitos humanos;
- ♣ Apreender a relação entre direitos humanos e as políticas sociais;
- ♣ Reconhecer a educação como processo de fortalecimento e materialização dos direitos humanos;
- ♣ Refletir sobre o Projeto Ético-político do Serviço Social e sua relação com os direitos humanos;
- ♣ Instigar o exercício da democracia no processo de trabalho do Assistente social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 8ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2008.

FLORES, Joaquin Herrera. Dignidade da luta. Direito e Práxis. Vol.02, nº 01, 2011.

RAYO Tuvilla José. **Educação em direitos humanos**: rumo a uma perspectiva global. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.

MENDES, Naldemir Maria. **Cidadania**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 42 p. (Dialogando e refletindo; 5).

OLIVEIRA, Simone Barros de; CANTINI, Adriana Hartemink, PESSOA, Elisângela Maia. (Orgs.) **Direitos Humanos em perspectiva**: análise interdisciplinar. Rio de Janeiro: Lunen Juris, 2014.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, S.B.; Vieira ; BRUM, L. S. **Cultura de Paz**: Aspectos históricos e conceituais. TEXTOS & CONTEXTOS (PORTO ALEGRE), v. 20, p. 1-12, 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Direitos Humanos e Serviço Social**. Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social. Série Formação Profissional nº 01. Depósito Legal 145 880/99. Lisboa: dezembro 1999.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Introdução ao Método na Teoria Social
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

A dialética transcendental. A dialética hegeliana. Totalidade e história. Marx e resgate crítico da dialética de Hegel. Método dialético de Marx e suas categorias fundamentais. A teoria e o ponto de vista ontológico. Do abstrato ao concreto e a apreensão da universalidade, singularidade e particularidade. Indicações para uma análise dialética da sociedade.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Contribuir para a apreensão dos fundamentos do materialismo histórico e dialético.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Apresentar as diferenças entre a dialética transcendental de Kant e a dialética hegeliana.
- ♣ Compreender a crítica materialista ao idealismo;
- ♣ Estudar os fundamentos e as categorias do materialismo histórico e dialético;
- ♣ Oferecer elementos para uma análise histórica, materialista e dialética da realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução: Fernando Costa Mattos. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Tradução de Paulo Meneses; Karl-Heinz Effen; José Nogueira Machado. 9. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2014.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: Feuerbach: a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital; Tradução de Rubens Enderle. - São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política; Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

NETTO, José Paulo (org). Georg Lukács. **Sociologia**. São Paulo: Ática, p. 25-56, 1981.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CIRNE LIMA, Carlos. **Dialética para principiantes**. Porto Alegre: Escritos, 2017.

GRESPLAN, Jorge. **A dialética do avesso**. Crítica Marxista. São Paulo, v. 14, p. 26-47, 2002.

IANNI, Octavio. **A construção da categoria**. Aula ministrada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo: PUC-SP, 1985. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 397-416, abr. 2011.

KONDER, Leandro. **Em torno de Marx**. São Paulo, SP: Boitempo, 2010. 133 p.

KONDER, Leandro, **O que é dialética**. 28.ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1998.

LESSA, Sérgio. **O revolucionário e o estudo**: Por que não estudamos? São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. **Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos**: enfrentando o desafio de conhecer a realidade. **Revista Emancipação**, ano 6, n. 1. p. 25-40, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. Expressão Popular.

SANT'ANA, Raquel Santos; SILVA José Fernando Siqueira da. **O método na teoria social de Marx**: e o Serviço Social? Brasília (DF), Temporalis. Ano 13, n. 25, p. 181-203, jan./jun. 2013.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Marx no século XXI**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

4º SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Transformações Societárias e Processos de Trabalho
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 45 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão: 15 horas

EMENTA

O desenvolvimento histórico da modernidade do capital. A condição de proletariado e o trabalho estranhado. As formas do salariedade e as transformações no mundo do trabalho: do taylorismo/ fordismo à acumulação flexível do toyotismo. A precariedade e as dimensões da precarização do trabalho. A uberização, o proletariado do setor de serviços e o autogerenciamento do trabalhador . O Serviço Social e a nova morfologia do trabalho no Brasil. Ações extensionistas, conforme disposto no inciso II do Art. 6º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 317/2021, vinculadas a projeto de extensão com ênfase no trabalho humano.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Refletir sobre as transformações que vêm ocorrendo do mundo do trabalho, as características assumidas pelo salariedade precário e as consequências dessa realidade para o trabalho dos assistentes sociais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Relacionar as particularidades assumidas pela da modernidade do capital as formas de ser da condição de proletariado.
- ♣ Caracterizar as formas do salariedade, com enfoque especial para as diferenças entre o salariedade fordista-keynesiano e o salariedade precário.
- ♣ Caracterizar o toyotismo e as inovações sociais inscritas no processo de reestruturação produtiva.
- ♣ Fundamentar a categoria precariedade enquanto condição ontológica da força de trabalho como mercadoria e a precarização como seu processo de manifestação.
- ♣ Identificar as ideologias que traduzem a teoria do capital humano e sua articulação com a lógica do toyotismo, as políticas neoliberais e os modos de vida periféricos caracterizando a formação e reprodução de mercado de trabalho como o brasileiro.

- ♣ Analisar as consequências da nova morfologia do trabalho no Brasil para o mercado de trabalho profissional e as condições laborativas dos assistentes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

- ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- Antunes, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.
- COGGIOLA, Osvaldo. **História do Capitalismo**: Das Origens até a Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Brasil Publishing, 2015.
- COGGIOLA, Osvaldo. **A Segunda Guerra Mundial**: causas, estrutura, consequências. São Paulo: Livraria da Física, 2015.
- HARVEY, David, **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2007.
- MÉSZÁROS. István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1. ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

- ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN; Rafael. **Uberização e plataformização do trabalho no Brasil**: conceitos, processos e formas. Sociologias, Porto Alegre, ano 23, n. 57, p. 26-56, mai-ago 2021.
- ABÍLIO, Ludmila C. **Uberização**: a era do trabalhador just-in-time? Revista Estudos Avançados – IEA – USP, v.34, n. 98, p.111-126, 2020.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital**: A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização.
- ALVES, Giovanni Antonio Pinto; SELEGRIN, Esdras Fred Rodrigues. **A condição de proletariedade**: esboço de uma analítica existencial da classe do proletariado/Londrina, Mediações, v. 16, n.1, p. 71-90, Jan./Jun. 2011.
- ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. In. **Revista da RET Rede de Estudos do Trabalho**. Estudos do Trabalho. Ano v, nº 8, 2011.
- ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, Maquinofatura e a precarização do trabalho: A Questão Social no Século XXI. **Textos & Contextos**, v. 12, n. 2, p. 221-234, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho no Brasil**: Reestruturação e precariedade. Revista Nueva Sociedad, Especial em português, junho de 2012.
- MARQUES, Léa (org.). **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2021.
- BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**: Ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 2000.

MESZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Choque teórico da politecnia**. Trab Educ Saúde. 2003; 1(1):131-52.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Pesquisa em Serviço Social I
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 45 horas
- ♣ Carga horária prática: 15 horas
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Conhecimento científico e senso comum. A pesquisa na produção do conhecimento em Serviço Social. Os desafios da pesquisa no Serviço Social. A dimensão investigativa da profissão. Método e processo de construção do conhecimento com ênfase na teoria social crítica. Os diferentes tipos de pesquisa.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Realizar uma reflexão sobre as concepções do conhecimento científico e senso comum bem como estudar o método crítico na pesquisa em Serviço Social, a dimensão investigativa e os tipos de pesquisa com reflexões sobre a importância e dos desafios da pesquisa no Serviço Social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Aprender sobre conhecimento científico e senso comum;
- ♣ Estudar o método crítico na pesquisa em Serviço Social;
- ♣ Compreender os desafios na pesquisa no Serviço Social e sua importância para formação profissional;
- ♣ Conhecer os tipos de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

NETO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In. **Serviço Social: direitos sociais e demandas profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009.

Disponível em:

<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. São Paulo: Cortez. 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência** – introdução do jogo e suas regras. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ARAÚJO, Luciene; GÓIS, Gilcélia Batista de; FREITAS, Gleidiane Almeida de; SOUZA, Mariana Gleyce de Oliveira Silva. **Serviço Social e Pesquisa Científica: uma relação vital para a formação profissional**. R. Katál., Florianópolis, v.23, n. 1, p. 81-89, jan./ab. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/T9XKT7zBYthsVXs3LMPCzch/?format=pdf&lang=pt>

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. Particularidades da Pesquisa em Serviço Social. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálisys**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 46-54 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/LbRYxCkMz6jrFxmV7S45PXQ/abstract/?lang=pt>

CHIZZOTTI Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. Cortez: São Paulo, 2010.

FRAGA, Cristina K. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4Ktm9MXBs6RhQPb4Wg7wgBD/?format=pdf&lang=pt>

FAZENDA, Ivani (org.) et. al. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortês, 2010.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In. **Serviço Social: direitos sociais e demandas profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009. Disponível em: https://www.poteresocial.com.br/livro_para_download-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais/

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v.10, esp. p. 73-82, 2007. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300008>

LIMA, Telma Regina Sasso de; MIOTO Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento: a pesquisa bibliográfica. **Katál.**,

Florianópolis, v.10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/abstract/?lang=pt>

MARCONI, Marina de A; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método, criatividade**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARTINELLI, Maria L; LIMA, Neusa C.; MONTEIRO, Amor A; DINIZ, Rodrigo. **A história oral na pesquisa em Serviço Social da palavra ao texto**. São Paulo: Cortez, 2019.

MAURIEL, A. P.; GUEDES, O. DE S. Desafios da Pesquisa Na Formação do Assistente Social: Um Olhar a partir da experiência do curso “ABEPSS-ITINERANTE”. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 13-32, jan./jun. 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/Acer/Downloads/diego_tabosa,+01-DESAFIOS+DA+PESQUISA+NA+FORMA%C3%87%C3%83O+\(2\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/diego_tabosa,+01-DESAFIOS+DA+PESQUISA+NA+FORMA%C3%87%C3%83O+(2).pdf)

MORAES, Carlos Antônio de Souza. As metodologias de pesquisa ativas e suas contribuições para o trabalho do assistente social na área da Saúde. **Serviço Social e saúde**, Campinas, SP, v. 18 p.1 -28, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8656605#:~:text=Os%20resultados%20da%20pesquisa%20indicam,espa%C3%A7os%20institucionais%20e%20garantindo%20a>

MORAES, Carlos Antônio de Souza. Pesquisa em Serviço Social: concepções críticas. **R. Katál**. Florianópolis, v.20, n.3, p.390-399, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/9cqrvxrpyXFtmnfgmkjx9wN/?lang=pt#:~:text=A%20concep%C3%A7%C3%A3o%20geral%20de%20pesquisa,profissional%20delineado%20por%20tais%20diretrizes>.

PRATES. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012. Disponível em:

https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa Ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

O Brasil a partir do final dos anos 1970. Os desafios da renovação do Serviço Social diante da Ditadura Militar. A perspectiva de Intenção de Ruptura e o marxismo. O Serviço Social e o processo de redemocratização do Brasil. O Serviço Social sob uma ótica teórico-crítica: projeto de formação profissional; as dimensões formativas; projeto profissional; o trabalho do Assistente Social na mirada do Século XXI. Os desafios profissionais diante do conservadorismo reacionário que assola a sociedade.

OBJETIVO GERAL

♣ Problematizar as transformações impressas no Serviço Social brasileiro a partir da redemocratização brasileira e interlocução com a matriz marxiana em suas fontes diretas, a fim de apreender o significado sócio-histórico da profissão, bem como a direção social e política expressa na formação e trabalho profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

♣ Analisar a Intenção de Ruptura com o conservadorismo como uma guinada histórica na profissão e o atrelamento a um projeto societário emancipatório;

♣ Discutir o reordenamento da formação profissional em Serviço Social e suas dimensões formativas a partir dos anos 1980;

♣ Problematizar a consecução de um projeto ético-político contra-hegemônico e as lutas estabelecidas pela categoria para sua ampla defesa;

♣ Analisar os desafios interpostos ao trabalho profissional nas últimas décadas, com ênfase à precarização nos diferentes espaços ocupacionais e ao conservadorismo reacionário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ALVES, Giovani. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. Ed.** São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 17ª Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Proposta Básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, N. 50, ano XVII, abril, São Paulo: Cortez, 1996, p. 143-172.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 325-334, set./dez. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Marxismo e Serviço Social**: uma aproximação. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 18 n. 2, 2018.

IAMAMOTO, M. V. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista em Pauta**, n.21, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katálisis.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. 2020

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão** - volume 2. Brasília, 2020.

YAZBEK, M C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS, ABEPSS. **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Política Social
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Política social no Brasil contemporâneo. O público e o privado na análise das Políticas Sociais.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Contribuir para a compreensão da particularidade brasileira no processo de constituição e desenvolvimento das Políticas Sociais, que impulsionadas pela Constituição Federal de 1988 vem alcançando centralidade na agenda social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Desenvolver reflexão histórica e conceitual sobre a relação Estado e Políticas Sociais, na particularidade brasileira, com atenção ao processo de contrarreforma neoliberal.
- ♣ Fornecer instrumentos para a compreensão das relações entre política social e Serviço Social, na sociedade capitalista contemporânea.
- ♣ Aclarar a perspectiva pública e a privada na análise das Políticas Sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

LAURELL, Asa Cristina. (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo, Cortez, 2012.

SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

VIEIRA, Evaldo. **Os Direitos Sociais e a Política Social**. 3ª ed., São Paulo, Cortez, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BEHRING, ELAINE Rosseti. **Política social no capitalismo tardio**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso. (Orgs.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. A política social da seguridade social no Brasil. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: https://www.poderesocial.com.br/livro_para_download-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais/

COSTA, Nilson do Rosário. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. In **Ciência & Saúde Coletiva**, 14 (3), 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/tyv7DMFkKkdbXMcb9vj3Vng/?format=pdf&lang=pt>

COSTA, Lucia Cortes Da. **Os impasses do estado capitalista: uma análise sobre a reforma do estado no brasil**. São Paulo, SP: Cortez; 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo, Cortez, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 3: Política Social. Brasília: CEAD/UnB, 1999.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. Brasil: as alterações institucionais no período recente e o novo governo. In: **Revista Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 18, n. 2, p. 225-239, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/36288/19488>

NETTO, José Paulo. FHC e a Política Social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O Desmonte da nação**: balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (orgs.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. Cortez: São Paulo, 2009.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da Questão Social no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, Jul./set., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/jfqY4MqJPmNRqRRyFtTbZTJ/?format=pdf&lang=pt>

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Oficinas de Processos Interventivos em Serviço Social
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 30 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão: 30 horas

EMENTA

O trabalho do Assistente Social. As possibilidades de intervenção nos diferentes espaços sócio-ocupacionais nas diferentes expressões da questão social. Compreensão crítica das práticas desenvolvidas. Técnicas e intervenção embasadas no materialismo histórico e dialético. Ações extensionistas, conforme disposto no inciso II do Art. 6º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 317/2021, vinculadas a

projeto de extensão com ênfase no trabalho do Assistente Social em múltiplos espaços sócio-ocupacionais.

OBJETIVO GERAL

♣ Possibilitar a apreensão dos limites e possibilidades postas ao trabalho dos assistentes sociais e o entendimento da articulação das dimensões técnico-operativa, teórico- metodológica e ético-política durante a intervenção profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Apresentar as possibilidades e limites do trabalho do assistente social;
- ♣ Identificar as intervenções dos assistentes sociais, construídas através da compressão crítica da realidade;
- ♣ Aprender o trabalho profissional em equipes multidisciplinares.
- ♣ Compreender e avaliar as intervenções profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais;
- ♣ Construir intervenções profissionais a partir da articulação das dimensões técnico- operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas.
- ♣ Compreender à articulação teórico-prática do trabalho profissional a partir de experiências em projetos de extensão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

GUERRA, Y. A Instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação** profissional. São Paulo: Cortez, 2005.

KOSIK. K. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**. Cortez, São Paulo. 2017. 8ª ed.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BOAL, A. **Estética do Oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FAERMANN, L. A. **Uma análise sócio-histórica sobre a instrumentalidade profissional no serviço social**. 2017. Disponível em:
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18493>

FERREIRA, J. W. Questão Social e Intervenção Profissional dos Assistentes Sociais. Revista Textos e Contextos. <https://www.redalyc.org/p>

LEFEBVRE. H. **Lógica Formal e Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MOREIRA, C. F. N. O trabalho com grupos em Serviço Social– a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica. São Paulo: Cortez, 2013.

PRATES, J. C. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Porto Alegre, 2003.

TURCK, M. G. M. G. **O lugar do método na formação e na intervenção profissional.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Porto Alegre, PUCRS, 2008.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Sociologia Brasileira
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Estuda as contribuições teóricas da Sociologia no Brasil, os principais períodos de sua institucionalização como componente curricular acadêmico, e os ensaístas. As recepções de tradições sociológicas europeias e norte-americana pela sociologia brasileira, assim como a situação atual da Sociologia, os principais campos de pesquisa, os novos temas e novas abordagens que vieram a ser propostos para a explicação e/ou compreensão da situação social brasileira.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Proporcionar aos alunos uma visão da construção do Brasil a partir das relações de poder entre os povos que formam a identidade nacional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Referenciar historicamente as principais obras, questões e debates intelectuais fundamentais e estruturadoras de uma compreensão sobre as transformações sociais do Brasil;
- ♣ Aclarar a formação da identidade nacional – a partir da síntese romântica entre liberalismo e indianismo – e, igualmente, da transformação radical na estrutura e na produção de discursos e projetos sociais, literários e políticos para o Brasil, relacionada com a recepção positivismo e com os movimentos intelectuais de contestação da - geração de 1870;

- ♣ Evidenciar as contribuições culturais e sociais dos portugueses, negros, indígenas e imigrantes no processo de construção da identidade nacional;
- ♣ Desenvolver a Sociologia crítica: o negro na sociedade de classes, a revolução Brasileira (a evolução política do Brasil e a Revolução Burguesa), subdesenvolvimento e dependência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CARDOSO, Fernando H. e Faletto, Enzo. **Desenvolvimento e Dependência na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1973.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre, Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1969.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

IANNI, Octávio. **Sociologia e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1975.

PRADO Júnior Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. São Paulo, Livraria Martins, 1942.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BONFIM, Manuel. **América Latina: Males de Origem (1905)**. Topbooks Editora, Rio de Janeiro, 1993.

BOSI, Alfredo. **A formação das ideias no contexto colonial**. In: Pensamento Brasileiro. Instituto Rio Branco, Roma/ Brasília, 1995. capítulo I.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. **Brancos e Negros em São Paulo**. 3a. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1971.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo, Ed. Nacional, 1980.

CARDOSO, Fernando H. IANNI, Otávio. 1960. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis**. São Paulo: Cia Editora Nacional.

IANNI, Otávio. **Tendências do pensamento brasileiro**. In: Tempo Social, 2000.

_____. **Enigmas da Modernidade-Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERNANDES, Florestan. **Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

LIEDKE FILHO, Enno D. **A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios**. IN: Sociologia na América Latina, ALAS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo (1983)**. São Paulo, Instituto Progresso Editora, 1949.

MICELLI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

ROMERO, Sílvio. **O Brasil Social e os Elementos que o Plasmaram**. In: História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1901.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Ideias importadas: um falso problema?** in Cadernos do IPRI. Tema de Atualidade Brasileira II – FUNAG, 1994.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas**. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1988.

SIMONSEN, Mario Henrique. **Gradualismo x Tratamento de Choque**. Rio de Janeiro, APEC, 1970.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Sete Teses Equivocadas sobre a América Latina**. In DURAND, J. C. G. Sociologia do Desenvolvimento I. R. J.: Zahar Ed., 1969.

5º SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Instrumentalidade em Serviço Social
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Processos de trabalho em que se insere o assistente social, instrumental teórico-metodológico, técnico-operativo, ético-político. Dimensão investigativa da profissão. Processos interventivos individuais, grupais e comunitários. Conhecimento, entrevista, observação, visitas domiciliares, estudo e parecer social, documentação.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender a intervenção e o uso da instrumentalidade a partir da inserção do Assistente Social em processos de trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender a inserção do Assistente Social nos processos de trabalho;
- ♣ Apropriar-se da construção da instrumentalidade para o exercício profissional;

- ♣ Apreender e exercitar o uso de instrumentos e técnicas;
- ♣ Reconhecer as ações profissionais, os fundamentos teóricos e as habilidades necessárias frente às expressões da questão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FREIRE, Lucia M.B. **O Serviço Social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional.** São Paulo: Cortez, 2003.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche.** São Paulo: Cortez, 2008

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social: cotidiano e formação alternativa na área da saúde.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MIOTO, Regina. C. T. **Perícia Social: proposta de um percurso operativo.** In Revista Serviço Social e Sociedade nº 67. Especial, Temas Sócio-Jurídicos. São Paulo: Cortez, 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

AMARO, Sarita. **Visita domiciliar.** Guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre: AGE Editora, 2003.

BENJAMIN, Alfred. **A entrevista de ajuda.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e Poder Institucional.** São Paulo: Cortez, 1993.

GRANEMANN, Sara. Processo de trabalho e serviço social. In: **Capacitação em serviço social e política social: MOD 2,** Brasília: CEAD, 1999.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE Nº 45.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE nº 56.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE nº 61. Ano XX. nov. 1999.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Gestão e Serviço Social I
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 45 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão: 15 horas

EMENTA

Concepção de gestão. Modelos de gestão. Gestão participativa. Gestão social e a sua importância na democratização do Estado e da sociedade. A gestão nas esferas do 1º, 2º e 3º setor. A gestão na intervenção do assistente social.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Introduzir os acadêmicos do Serviço Social nas discussões sobre gestão nas instituições públicas e privadas a partir das competências profissionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar a gestão social nos diversos campos de atuação do Serviço Social.
- ♣ Apreender a natureza das instituições.
- ♣ Apreender sobre o Instrumental teórico-metodológico para a gestão.
- ♣ Compreender a gestão como competência profissional para o Serviço Social.
- ♣ Criar espaços de diálogo entre as instituições sociais, acerca dos processos de gestão.
- ♣ Promover reflexões à cerca do desenvolvimento humano e social.
- ♣ Articular gestão social e extensão universitária para promoção de políticas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ANDRADE, Renato. **Serviço Social e Terceiro setor**: dilemas nas políticas sociais. São Paulo: Saravia, 2015.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social** - Intencionalidade e Instrumentação: uma visão abrangente da moderna teoria das organizações. Veras e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

BIERRENBACH, Maria Ignês R.S. **Política e Planejamento social no Brasil**: 1956-1978. São: Cortez, 1987.

CFESS. **Lei N. 8.662**. Regulamenta a Profissão de Serviço Social. Brasília: CFESS, 1993.

MAIA, Marielene. **Gestão Social** – Reconhecendo e construindo as referenciais. Revista Virtual Textos e Contextos. Nº 4, ano IV, Dez 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ANDIN, Danilo. **Planejamento como Prática educativa**. 9 ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BOBBIO, N. Estado, **Governo e Sociedade** – Para uma teoria geral da Política. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. ANA LÚCIA BOMFIM, Erica Bordine. COSTA. Roberta Justina. **Gestão Social contemporânea**: a dialética do público e do privado. A face

privada na gestão das políticas públicas [recurso eletrônico]. / organizadores Ana Lúcia Suárez Maciel e Erica Bomfim Bordin. – Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2014.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social**: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

RICO, Elisabete de Mello; RAICHELIS, Raquel. **Gestão social**, uma questão em debate. São Paulo: Educ, 2002.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Pesquisa em Serviço Social II
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 45 horas
- ♣ Carga horária prática: 15 horas
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Fundamentação e Estruturação de Projeto de Pesquisa Científico. Estudo das Técnicas e elaboração de instrumentos de Coleta de Dados. Indicação das Questões éticas na metodologia da pesquisa social. Análise de conteúdo e elaboração de relatório de pesquisa.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Elaborar projeto de Pesquisa segundo metodologia científica com foco em pesquisa social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Assinalar as principais formas de técnica de coleta de dados.
- ♣ Elaborar principais tipos de instrumento de coleta de dados.
- ♣ Estudar documentos que garantam ética em pesquisa que envolvam seres humanos.
- ♣ Analisar dados coletas em pesquisa de campo com base na análise de conteúdo.
- ♣ Elaborar relatório de pesquisa a partir de análise de conteúdo realizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social – métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SORIANO, Raul Rojas. **Manual de Pesquisa Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALCOFORADO, Mirtes Guedes. Elaboração de projetos de pesquisa. In. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS. **Resolução Nº 510**, DE 07 DE ABRIL DE 2016. Dispõe sobre pesquisa com seres humanos na área de Ciências Humanas e Sociais. Disponível EM:

<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

CHIZZOTTJ, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. Cortez: São Paulo, 2006.

FAZENDA, Ivani (org.) et. al. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortês, 2010.

LUCKESJ, Carlos C. **Fazer Universidade: Uma proposta metodológica**. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MORAES, Carlos Antônio de S; JUNCÁ, Denise C de M; SANTOS, Katarine de S. Para quê, para quem, como? Alguns desafios do cotidiano da pesquisa em serviço social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 103, p. 433-452, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/xmxV63hSSr9rD3w8b4yVYZh/?lang=pt>.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 31^o ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SILVA, José Fernando Siqueira. **Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social**. In: Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 282-297. jul./dez. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2319>

SPOSATI, Aldaíza. **Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social**. In: Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 15-25 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/vdTf77kKdcRQKfjKY9qrgjF/abstract/?lang=pt>

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Seguridade Social I – Assistência Social
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Constituição histórica da assistência social na sociedade brasileira. Implementação do Sistema Único de Assistência Social: diretrizes, princípios e operacionalização. Gestão e Controle Social da Política de Assistência Social. Política de Assistência Social e os desafios contemporâneos.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Analisar o processo histórico e de estruturação da política de assistência social no Brasil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Apreender o processo histórico de constituição da assistência social, considerando a perspectiva assistencialista à política pública de seguridade social.
- ♣ Estudar a trajetória legislativa da política de assistência social.
- ♣ Refletir sobre os processos de gestão e controle social no âmbito da política de assistência social.
- ♣ Reconhecer o processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS tendo como base de discussão objetivos, princípios, diretrizes e operacionalização.
- ♣ Discutir os desafios, ambiguidades, centralidade na família e intersetorialidade da política de assistência social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?**. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTO, Berenice Rojas. YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva; RAICHELIS, Raquel. **O Sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social:** ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social:** um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 2008.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social –** caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BEHRING, Elaine Rosseti, BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social na Pandemia da COVID-19:** proteção para quem? . Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Wbf86mT4vwX6HvnSyRy3kkD/?format=pdf&lang=pt>

BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** Brasília, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Brasília, 2004.

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). **Lei Nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993.**

COUTO, Berenice Rojas. **Assistência Social: direito ou bem-estar?** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 124, p.665-677, out/dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0665.pdf>

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline (Orgs.). **Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH/SUAS: Anotada e Comentada –** Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS:** um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. **A Assistência Social na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras:** uma questão de análise. São Paulo: Cortez, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. **Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social.** Revista Serviço Social e Sociedade nº 77. Ano XXV Março de 2004.

TEIXEIRA, Solange Maria Teixeira. **Família na Política de Assistência Social:** avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. Rev. Pol. Públ. São Luis, v. 13, n. 2, p. 255-264 jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/4769/2787>

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Introdução à Intervenção Profissional em Serviço Social
- ♣ Carga horária total: 90 horas

- ♣ Carga horária teórica: 35 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão: 55 horas

EMENTA

Conhecimentos sobre as bases do estágio profissionalizante. Documentação, contradições e possibilidades nos processos de análise da realidade. Aproximação teórico-prática dos campos de estágio. Tríade do estágio profissionalizante – aluno, supervisor acadêmico, supervisor de campo.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Apresentar diferentes áreas de atuação do Assistente Social a partir dos Campos de Estágios.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Apresentar características dos Campos de estágio.
- ♣ Analisar processos de intervenção a partir de instrumentais e técnicas.
- ♣ Observar in loco diferentes perspectivas de inserção do estagiário.
- ♣ Apreensão sobre os documentos de estágio em serviço social.
- ♣ Conhecer os campos de estágio credenciados.
- ♣ Experiência profissional com à tríade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ABEPSS. **Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético- político** In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 79. São Paulo: Cortez: 2004.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Temporalis, Brasília, DF, v. 1, n. 17, jan.-jul. 2009.

BURIOLLA, Marta A.F. **Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez, 2001. CFESS, RESOLUÇÃO Nº 533, de 29 de setembro de 2008.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ABEPSS. **Parâmetros para organização dos Fóruns de supervisão de estágios em Serviço Social**. 2018.

BARBOSA, Ana Maria Giusti. **O importante papel do estágio no desenvolvimento de competências**. IN.: Revista Agora. Ano 1, n 1, out. 2004.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.788, dispõe sobre o estágio de estudantes e altera o artigo 428 da CLT**. Planalto, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Estágio Supervisionado Meia formação não garante um direito**. Cartilha. 2014. Disponível em:<
http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf>

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Fundamentos da Psicologia
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Psicologia, ciência e senso comum; a dimensão subjetiva do sujeito a partir da desnaturalização da dicotomia indivíduo x sociedade; fundamentos das principais teorias psicológicas; a psicologia social e comunitária; Abordagens psicossociais e o trabalho interdisciplinar; concepções de normalidade psíquica através da avaliação crítica dos conceitos de saúde e doença; o aparelho psíquico.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Apresentar a psicologia científica a partir de suas principais teorias.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Apresentar a psicologia a partir dos princípios da ciência;
- ♣ Sensibilizar para a compreensão das dicotomias próprias do pensamento positivista;
- ♣ Compreender as abordagens psicossociais;
- ♣ Desenvolver a compreensão das diferentes formas de entendimento do ser humano através das distintas correntes teóricas;
- ♣ Apresentar criticamente as concepções de normalidade psíquica a partir da compreensão do que se configura como saúde/doença;

- ♣ Conhecer o funcionamento do aparelho psíquico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BOCK, Ana. Mercês Bahia et al. **Psicologias: Uma Introdução ao Estudo da Psicologia**. 13 ed. São Paulo: Saraiva. 1999.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. **Psicologia: Uma nova introdução**. São Paulo: EDUC. 1999.

VASCONCELOS, Eduardo. **Abordagens Psicossociais**. Vol. I – História, teoria e trabalho no campo. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

HERRMANN, Fábio, **O que é psicanálise?** 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. **Psicologia: Uma nova introdução**. São Paulo: EDUC. 1999.

FOUCAULT, Michel. **Problematização de Sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na civilização**. Em, *Sigmund Freud - Obras Completas*. (Tradução de Paulo César de Souza) (Vol. 18, pp. 13 – 122). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obra original publicada em 1930).

SILVA, Rosane Neves da. **A invenção da psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

6º SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Seguridade Social II – Saúde
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

A saúde no Brasil. A discussão da reforma sanitária e reforma psiquiátrica. O Sistema Único de Saúde: modelo de atenção, financiamento, gerenciamento e controle social. A consolidação do Sistema Único de Saúde, impasses e perspectivas, gestão e operacionalização. Prestação e administração de serviços sociais na área da saúde. A prática profissional do assistente social na esfera da saúde pública e privada.

OBJETIVO GERAL

♣ Conhecer a história das políticas de saúde: determinantes políticos, socioeconômicos, ambientais e institucionais, no âmbito da relação Estado e Sociedade. Aprender a Reforma Sanitária, e psiquiátrica e o vínculo do Serviço Social no processo de redemocratização do Brasil, universalização da saúde, e construção de uma política pública direito do cidadão e dever do Estado. Compreender as políticas de saúde no contexto da Seguridade Social: interfaces com a Previdência e Assistência Social (intersetorialidade), a inserção do assistente social nos espaços de trabalho na política de saúde.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Refletir sobre a Saúde em termos conceituais, histórico, político, ambiental e econômico, bem como da relação entre o Estado, Saúde e Sociedade.
- ♣ Estudar sobre a reforma sanitária brasileira;
- ♣ Conhecer a legislação do Sistema Único de Saúde;
- ♣ Estudar sobre saúde mental e o movimento da reforma psiquiátrica;
- ♣ Aprender sobre o trabalho do Serviço Social na saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. **Lei n. 8.080 de 19 de set. de 1990.** Dispões sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRAVO, M. I. **Serviço Social e Reforma Sanitária:** lutas sociais e práticas profissionais. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Saúde.** Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuario_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em: 14 de fev. de 2021.

MOTA, Ana Elizabete et.al. **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo, SP: Cortez, 2006. 408 p.

VASCONCELOS, A. M. **A prática do Serviço Social:** cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo, Cortez, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BISNETO, José Augusto. Uma análise prática do Serviço Social em Saúde Mental. **Serviço Social & Sociedade.** n.82, Ano XXVI- São Paulo: Cortez, Jun. 2006.

BRASIL. **Lei n. 8.142 de 28 de dez. de 1990.** Dispõe sobre a participação na comunidade na gestão no Sistema Único de Saúde - SUS - e sobre as

transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

BRASIL. **Portaria 399/GM de 22 de fevereiro de 2006**. Divulga o pacto pela saúde 2006.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Reflexões sobre a construção do Sistema Único de Saúde (SUS): o modo singular de produzir política pública. In: **Serviço Social & Sociedade**.n.87. Ano XXVII, São Paulo: Cortez, Set. 2006.

COHN, Amélia. **Saúde no Brasil: políticas e organizações de serviços**. São Paulo. Cortez: CEDEC, 1999.

COSTA, M. D. H. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. In. **Revista serviço Social & sociedade**. São Paulo: Cortes, n. 62, 2000.

SCOREL. S. **Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.

MATOS, M. C. O debate do Serviço Social na saúde nos anos 90. **Rer. Ser. Sov. Soc.** n.74, Ano XXIV, jul 2003.

BRAVO, M.I.S. **Questão da saúde e serviço social: as práticas profissionais e as lutas no setor**. Tese de Doutorado. DPTO PUC:SP, 1991.

PAIM, Jairnilson Silva. **A crise da Saúde pública e a utopia da saúde coletiva**. Salvador: Casa da qualidade, 2000.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social: Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.). **Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Gestão e Serviço Social II
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Modelos de gestão. Gestão participativa. Ciclo de planejamento – diagnóstico, monitoramento, avaliação e sistematização. Processo de planificação: programas, projetos e planos. Apreensão crítica dos marcadores sociais da opressão na articulação teórico-prática dos instrumentos de trabalho na gestão de políticas sociais.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer modelos de gestão social, com ênfase à gestão participativa, e exercitar o processo de Planificação em Serviço Social, com vistas a contribuir para o processo de monitoramento, avaliação e sistematização de políticas sociais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer os modelos de gestão e funções.
- ♣ Apreender o modelo de gestão participativa.
- ♣ Aprofundar o processo de planificação nas políticas públicas.
- ♣ Monitorar, avaliar e sistematizar as ações dos projetos de intervenção de Estágio em Serviço Social.
- ♣ Compreender a atuação do Serviço Social na gestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social** – Intencionalidade e Instrumentação. São Paulo. Veras, 2000.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luís Felipe. **Gênero, raça, classe:** opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **MEDIAÇÕES, LONDRINA, V. 20 N. 2, P. 27-55, JUL./DEZ. 2015.**

COHEN, E. (org). **Avaliação de projetos sociais.** 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Avaliação e Monitoramento de Políticas e Programas Sociais Revendo Conceitos Básicos. **Kátalysis**, v.05, nº 02, Julho/Dez, 2002. Florianópolis/SC. 141-152.

EIXEIRA, J. B. Formulação, administração e execução de políticas públicas. CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social I
- ♣ Carga horária total: 180 horas
- ♣ Carga horária teórica:
- ♣ Carga horária prática: 180 horas

- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Inserção do (a) acadêmico (a) em campo de estágio, com supervisão de campo e supervisão acadêmica. As diferentes expressões da questão social, objeto de trabalho profissional. A realidade social, de fronteira e institucional. Os diferentes espaços sócio-ocupacionais no âmbito público e privado. Identificação das demandas sociais, institucionais e profissionais. Apreensão das requisições ao trabalho dos (as) assistentes sociais. Articulação teórico-prática no processo de formação e exercício profissional, a partir de referências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão. Apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade. Ênfase na elaboração da análise institucional e no planejamento do processo interventivo.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Possibilitar a inserção dos/as estagiário/as em campos de Estágio em Serviço Social I, com vistas a qualificar a articulação teórico-prática na formação e exercício profissional em Serviço Social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Realizar a observação sistemática sobre a realidade social, de fronteira e institucional em que o/a estagiário/a estiver inserido/a.
- ♣ Problematizar as demandas postas ao Serviço Social, considerando as referências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão.
- ♣ Identificar as demandas institucionais, necessidades e demandas dos usuários e as possibilidades de intervenção profissional.
- ♣ Fortalecer a articulação entre formação e exercício profissional e da dimensão teórico-prática na identificação, apreensão e análise das expressões da questão social.
- ♣ Identificar a partir dos processos de intervenção do/a assistente social o instrumental técnico-operativo.
- ♣ o instrumental técnico-operativo utilizado pelo/a assistente social nos processos de intervenção.
- ♣ Acompanhar e intervir nos processos de trabalho do/a assistente social nos campos de estágio, públicos e privados.

- ♣ Exercitar a interdisciplinaridade, considerando as realidades e demandas institucionais.
- ♣ Qualificar o processo de apropriação e sistematização das demandas institucionais e do Serviço Social mediante diários de campo, plano de estágio discente e análise institucional do campo de Estágio em Serviço Social I.
- ♣ Aprender sobre o processo de planejamento da intervenção profissional do Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BISNETO, José Augusto. A análise institucional no processo de renovação do Serviço Social no Brasil. In: VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Saúde Mental e Serviço social**. São Paulo: Cortez, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social de 1993**. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Lei N. 8.662**. Regulamenta a Profissão de Serviço Social. Brasília: CFESS, 1993.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009. SERRA, Rose (Org.). **Espaços Ocupacionais e Serviço Social** – ensaios críticos. Judiaí. Paco Editorial: 2012.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Processos de trabalho do assistente social elaboração de documentação: implementação e aplicabilidade**. Porto Alegre: Graturck, 2006. RIOS, Terezinha. **Ética e Competência**. São Paulo: Cortez, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: Intencionalidade e Instrumentação**. São Paulo. Veras, 2000.

BRASIL, **Lei n 11.788/2008**. Dispõe sobre o estágio para estudantes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Atuação e assistentes sociais no Sóciojurídico. **Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**. Volume 4. Brasília: DF, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CFESSsubsidios_sociojuridico2014.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Volume 3. **Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas 151 Sociais**. Brasília: DF, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOSAS-EDUCACAO.pdf . Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. **Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**. Volume 2. Brasília: DF, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. **Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**. Volume 1. Brasília: DF, 2009. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio**. Brasília: DF, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigeida.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução 533/08**: dispõe sobre a regulamentação da supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social**. Brasília: DF, 2007. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CartilhaFinalCFESSCFPset2007.pdf>. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução 493/06**: dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Lei 8662/93**. Lei de Regulamentação da Profissão. Porto Alegre: 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS**. Nº 273 de 13 de março de 1993. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. A Entrevista nos processos de trabalho do assistente social. In. **Revista Textos e Contextos**, V.6, Nº 2. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/2315>. Acesso em 31 de março de 2015.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso; DAL PRA, Keli Regina Dal Prá. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. In. **Revista Textos e Contextos**, V.6, Nº 1. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/1048>. Acesso em 31 de março de 2015.

PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração marxiana. In. **Revista Textos e Contextos**, N. 2. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/948/728>. Acesso em 31 de março de 2015.

UNIPAMPA. **Regulamento de Estágios Supervisionados do Curso de Serviço Social**. São Borja, 2016.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Supervisão Acadêmica I
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Supervisão acadêmica do Estágio Curricular obrigatório I. Articulação teórico-prática no processo de formação e exercício profissional, a partir de referências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão. Sistematização da experiência de estágio a partir dos princípios formativos da profissão. Apreensão crítica dos processos sociais e particulares como totalidade histórica. Ênfase na elaboração da análise institucional e no planejamento do processo interventivo.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Promover por meio da Supervisão Acadêmica, a apreensão crítica por parte do/a discente sobre a realidade social, o espaço socio-ocupacional, os usuários e o trabalho profissional do Serviço Social, a partir da mediação teórico-prática, considerando as dimensões, os princípios e os valores que orientam o agir dos/as assistentes sociais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Problematizar as demandas institucionais, profissionais e dos usuários e as possibilidades de intervenção para os/as assistentes sociais;
- ♣ Fortalecer a indissociabilidade entre formação e exercício profissional
- ♣ Explorar o instrumental técnico-operativo utilizado pelo/a assistente social nos processos de intervenção;
- ♣ Estimular a interdisciplinaridade como componente da formação e trabalho profissional;
- ♣ Analisar as demandas institucionais e do serviço social mediante diários de campo, plano de estágio discente e análise institucional do campo de Estágio em Serviço Social I.
- ♣ Elaborar o Projeto de Intervenção demonstrando apreensão crítica da realidade social e institucional e as demandas dos usuários, considerando as particularidades da região de fronteira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2002.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2011

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

SERRA, Rose (Org.). **Espaços Ocupacionais e Serviço Social – ensaios críticos**. Judiaí. Paco Editorial: 2012.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. São Paulo: Cortez, 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

_____. **Monitorando & Avaliando Mudanças**. Rev. Eletrônica Portas, v.2, n.2, p.10-17, jun.2008. <http://www.acicate.com.br/portas/monitorando.pdf>. Acesso em 16 de março de 2015.

BRASIL, **Lei n 11.788/2008**. Dispõe sobre o estágio para estudantes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Atuação e assistentes sociais no Sóciojurídico. **Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**. Volume 4. Brasília: DF, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CFESSsubsidijs_sociojuridico2014.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Volume 3. **Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas 151 Sociais**. Brasília: DF, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOSAS-EDUCACAO.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. **Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**. Volume 2. Brasília: DF, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. **Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**. Volume 1. Brasília: DF, 2009. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio**. Brasília: DF, 2010. Disponível: http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução 533/08**: dispõe sobre a regulamentação da supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social**. Brasília: DF, 2007. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CartilhaFinalCFESSCFPset2007.pdf>. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução 493/06**: dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Lei 8662/93**. Lei de Regulamentação da Profissão. Porto Alegre: 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS. Nº 273 de 13 de março de 1993**. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

GOIN, Mariléia; MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; PEDERSEN, Jaina Raqueli. (Org.). **Estágio Supervisionado em Serviço Social: os (des) caminhos nos diferentes espaços sócio-ocupacionais**. 1ed. Jaguarão, RS: Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura- CLAEC, 2018.

MOREIRA, Carlos. Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em Serviço Social – a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica**. São Paulo: Cortez, 2013.

SERRA, Rose (Org.). **Espaços Ocupacionais e Serviço Social – ensaios críticos**. Judiaí: Paco Editorial: 2012

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Processos de trabalho do assistente social elaboração de documentação: implementação e aplicabilidade**. Porto Alegre: Graturck, 2006.

RIOS, Terezinha. **Ética e Competência**. São Paulo: Cortez, 2010.

UNIPAMPA. **Regulamento de Estágios Supervisionados do Curso de Serviço Social**. São Borja, 2016.

7º SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Acumulação capitalista e Desigualdades Sociais
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

A substantivação do valor no capital. O capital industrial e suas formas funcionais. Desmaterialização progressiva da riqueza capitalista. Capital portador de juros. Capital fictício. Títulos da dívida pública e ações. Renda futura. Financeirização e dominância financeira. A “questão social” e a hegemonia das finanças.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Possibilitar, de forma introdutória, a compreensão da lógica de valorização do capital fictício e sua relação com a “questão social”.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Entender como os desdobramentos da forma-valor em diferentes categorias se articulam com o capital fictício.

- ♣ Apreender as divergências teóricas sobre as determinações da forma do capital portador de juros para o capital fictício.
- ♣ Relacionar a crise estrutural do capital à disfuncionalidade do capital fictício para o modo de produção capitalista.
- ♣ Identificar as características assumidas pela “questão social” em face da lógica de incessante crescimento do capital financeiro.
- ♣ Refletir sobre a relação intrínseca entre a exclusão e desigualdade social na sociedade capitalista e suas repercussões nas intervenções do Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CARCANHOLO, Reinaldo A. **Capital**: essência e aparência. 1. Ed. v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CARCANHOLO, Reinaldo & NAKATANI, Paulo. “**O capital especulativo parasitário**: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização”, Ensaio FEE, v. 20, n. 1, Porto Alegre, 1999.

FONTES, Virgínia. **Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1996,

GENTILI, Pablo. **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Vozes, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo, SP: Paulus, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo, SP: Boitempo, 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: Lógica, Contradições e Possibilidades. In: **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política. v.1, n.3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Questão social no Brasil**: relações sociais e desigualdades. Consciência Social. Revista digital de Trabajo Social. Vol. 2, Nro. 3. Carrera de Licenciatura en Trabajo Social. Facultad de Ciencias Sociales. UNC. pp. 27-44, 2018.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

PAULANI, Leda Maria. “**Autonomização das formas sociais e crise**”, Crítica Marxista, n. 29, pp. 25-31, Campinas, 2009.

PALLUDETO, Alex Wilhans Antonio & ROSSI, Pedro. “**O capital fictício: revisitando uma categoria controversa**”, Texto para discussão 347, Unicamp – Instituto de Economia, Campinas, agosto 2018.

SABADINI, Mauricio de Souza. **Especulação financeira e capitalismo contemporâneo**: uma proposição teórica a partir de Marx. Economia e Sociedade, v. 22, n. 3 (49), pp. 583-608, Campinas, dez. 2013.

SABADINI, Mauricio de Souza. “Sobre o conceito de capital financeiro”, **Temporalis**, ano 15, n. 30, pp. 1-24, Brasília, jul./dez. 2015.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Seguridade Social III – Previdência Social
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

A constituição do sistema de proteção social e o Sistema de Seguridade Social no Brasil. A trajetória histórica da previdência e sua estrutura organizacional e mecanismos de gestão, funções e beneficiários na atualidade. Análise das políticas de previdência, orçamento e sustentabilidade na previdência social. Impactos da seguridade social na redução das desigualdades sociais no contexto e reforma da previdência social. Os indicadores previdenciários. O Serviço Social na produção e no redimensionamento do conhecimento teórico-prático da política de previdência.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Apreender a trajetória histórica da Previdência Social nas sociedades capitalistas, e suas particularidades na realidade Brasileira.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Analisar as políticas de Previdência Social.
- ♣ Conhecer a estrutura organizacional, mecanismos de gestão, serviços, auxílios e benefícios, assim como o impacto da seguridade social na redução das desigualdades sociais.
- ♣ Refletir sobre o Serviço Social na Previdência Social, na produção e no redimensionamento do conhecimento teórico-prático da política de previdência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. **Matriz teórico-metodológica do Serviço Social na Previdência Social.** - Brasília: MPAS, 1995. Disponível em <http://cresspr.org.br/wp-content/uploads/arquivos/matrizteoricometodologicassprevsociall.pdf>

BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis (Orgs.). **Serviço Social na previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da Previdência e da Assistência nos anos 80 e 90.** SP: 5 ed. Cortez, 2008.

SADER, E.; GENTILE, P. (orgs). **Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** RJ: 7 ed. , Paz e Terra, 2007.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BEHRING, Eliane Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (Orgs.). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas.** São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **R. Katál.**, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021 ISSN 1982-025. Disponível em: periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/75361/46569 ou DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75361>

DILIGENTI, Marcos Pereira; ARAUJO, Ricardo Souza. **Nova Previdência: o austericídio neoliberal sob a ótica da teoria marxista da dependência.** Revista Textos e Contextos, PUCRS. Porto Alegre, 2019.

DIRETRIZES DE AÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO INSS. CFESS, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessFenasps-DiretrizesINSS.pdf>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Políticas sociais: acompanhamento e análise.** Brasília: Ipea, 2021.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza, et.al. **Crise do capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 130, p. 467-486, set./dez. 2017.

MACEDO, Alano Carmo. MOREIRA, Joana Idayanne Silveira. **Serviço Social na previdência social: gênese, desenvolvimento e perspectivas contemporâneas.** SER Social, Brasília, v. 19, n. 40, p. 31-48, jan.-jun./2017.

MARQUES, Rosa Maria [Et. al.]. **A Previdência Social no Brasil.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

MATIJASCIC, Milko. KAY, Stephen J. Reforma da Previdência Social Brasileira e a Experiência Internacional: custeio, benefícios, capitalização, mercado de trabalho e demografia. **Revista NECAT** – Ano 8, nº15 Jan-Jun/ 2019.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Mauri Antônio da. **Análise crítica da proposta de reforma da previdência social no Brasil entre os anos 2016 e 2018**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 135, p. 213-230, maio/ago. 2019.

SOUZA, Edvânia Ângela de. ANUNCIACÃO, Luís. **Narrativas de sofrimento e trabalho profissional do Serviço Social da Previdência Social em tempos de indústria 4.0**. Serv. Soc. Soc. no.138 São Paulo May/Aug. 2020 Epub May 29, 2020. Disponível online: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.210>

SPOZATI, Aldaiza. **Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil**. Ciênc. saúde coletiva online. 2018, vol. 23, n.7, pp. 2315-2325. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.10202018>.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso I
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Elaboração de projeto da monografia visando a construção do trabalho de conclusão de curso, a partir do referencial teórico-metodológico e aspectos éticos, observando as exigências do trabalho científico.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Refletir sobre temática definida sob orientação, elaborar o projeto para o trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Sistematizar o conhecimento construído durante o curso;
- ♣ Elaborar projeto de TCC I;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1992.
LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

UNIPAMPA. **Regulamento interno do curso de Serviço Social para tcc.** Curso de Serviço Social. Disponível em:
<http://cursos.UNIPAMPA.edu.br/cursos/servicosocial/files/2011/08/Regulamento-TFG.pdf>

UNIPAMPA. **Manual de normalização de trabalhos científicos.** Disponível em:
<http://portais.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/sisbi/files/2014/10/Manual-de-Normalização-3.-ed.-20131.pdf>

UNIPAMPA: **Template para trabalhos de conclusão de curso da Universidade Federal do Pampa.** Disponível em:
<http://portais.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/sisbi/programa-de-capacitacao/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CURY, Carlos Roberto. **Educação e contradição:** elementos metodológicos para uma teoria crítica fenômeno educativo. 6.ed. São Paulo: Cortez,1995.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Técnicas de Pesquisa:** Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.

SALVADOR, Angelo, D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica.** Porto Alegre: Sulina, 1981.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica:** a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez,1996.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social II
- ♣ Carga horária total: 180 horas
- ♣ Carga horária teórica:
- ♣ Carga horária prática: 180 horas
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Inserção do (a) acadêmico (a) em campo de estágio, com supervisão de campo e supervisão acadêmica. As diferentes expressões da questão social, objeto de trabalho profissional. A realidade social, de fronteira e institucional e os diferentes espaços sócio-ocupacionais no âmbito público e privado. Apreensão crítica das demandas sociais, institucionais e profissionais e requisições ao trabalho dos (as) assistentes sociais. Articulação teórico-prática no processo de formação e exercício profissional, a partir de referências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão. Ênfase na execução, monitoramento e avaliação do Projeto de Intervenção e do Processo de Estágio. Apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade.

OBJETIVO GERAL

♣ Possibilitar a inserção do/a estagiário em campo de Estágio em Serviço Social II, com vistas a qualificar a articulação teórico-prática na formação e exercício profissional em Serviço Social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

♣ Apreender, problematizar e qualificar o objeto de intervenção expresso na análise institucional e projeto de intervenção.

♣ Fortalecer a articulação entre formação e exercício profissional.

♣ Explorar o instrumental técnico-operativo utilizado pelo assistente social nos processos de intervenção.

♣ Acompanhar e intervir nos processos de trabalho em conjunto com os/as assistentes sociais nos campos de estágio, públicos e privados.

♣ Exercitar a interdisciplinaridade, considerando as realidades e demandas institucionais.

♣ Qualificar o processo de apropriação e sistematização das demandas institucionais e do serviço social mediante diários de campo, plano de estágio discente e elaboração de relatório final de estágio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BISNETO, José Augusto. A análise institucional no processo de renovação do Serviço Social no Brasil. In: VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Saúde Mental e Serviço social**. São Paulo: Cortez, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Serviço**

Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009. SERRA, Rose (Org.). **Espaços Ocupacionais e Serviço Social** – ensaios críticos. Judiaí. Paco Editorial: 2012.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Processos de trabalho do assistente social elaboração de documentação:** implementação e aplicabilidade. Porto Alegre: Graturck, 2006.

RIOS, Terezinha. Ética e Competência. São Paulo: Cortez, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

_____. Monitorando & Avaliando Mudanças. **Rev. Eletrônica Portas**, v.2, n.2, p.10-17, jun.2008. <http://www.acicate.com.br/portas/monitorando.pdf>. Acesso em 16 de março de 2015.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social** – Intencionalidade e Instrumentação. São Paulo. Veras, 2000.

BRASIL, Lei n 11.788/2008. **Dispõe sobre o estágio para estudantes e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em 31 de março de 2015.

BARROCO, Maria Lúcia. Serviço Social e Pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos. In: **Temporalis**, Ano IX, Nº17. Brasília: ABEPSS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Atuação e assistentes sociais no Sóciojurídico. **Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais.** Volume 4. Brasília: DF, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CFESSsubsidios_sociojuridico2014.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Volume 3. **Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais.** Brasília: DF, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOSAS-EDUCACAO.pdf . Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. **Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais.** Volume 2. Brasília: DF, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. **Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais.** Volume 1. Brasília: DF, 2009. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio.**

Brasília: DF, 2010. Disponível:

http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução 533/08:** dispõe sobre a regulamentação da supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social.**

Brasília: DF, 2007. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/CartilhaFinalCFESSCFPset2007.pdf>. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução 493/06:** dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Lei 8662/93.** Lei de Regulamentação da Profissão. Porto Alegre: 2005. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS. Nº 273** de 13 de março de 1993. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. A Entrevista nos processos de trabalho do assistente social. In. **Revista Textos e Contextos**, V.6, Nº 2. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/2315>. Acesso em 31 de março de 2015.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRA, Keli Regina Dal Prá. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. In. **Revista Textos e Contextos**, V.6, Nº 1. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/1048>. Acesso em 31 de março de 2015.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. In: **Revista Textos e Contextos**, v.11, nº1. Porto Alegre, jan./jul. 2012, p.116-128. Disponível

em:<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/11647/8056>. Acesso em 31 de março de 2015.

PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração marxiana. In. **Revista Textos e Contextos**, N. 2. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Disponível

em:<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/948/728>. Acesso em 31 de março de 2015.

PRATES, Jane Cruz. O planejamento da pesquisa social. In: **Temporalis** n° 7, Porto Alegre, ABEPSS.

UNIPAMPA. **Regulamento de Estágios Supervisionados do Curso de Serviço Social**. São Borja, 2016.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Supervisão Acadêmica II
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Supervisão acadêmica do Estágio Curricular obrigatório II. Articulação teórico-prática no processo de formação e exercício profissional, a partir de referências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão. Ênfase na execução, monitoramento e avaliação do Projeto de Intervenção e do Processo de Estágio. Apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Promover por meio da Supervisão Acadêmica a apreensão das contradições e complexidade da realidade social, estimulando os/as discentes à intervenção qualificada, ética e comprometida com os princípios e valores da profissão, no intuito de propiciar a formação de um perfil crítico de assistentes sociais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Problematizar o objeto de intervenção expresso na análise institucional e projeto de intervenção.
- ♣ Refletir sobre as possibilidades de intervenção a partir da identificação das demandas, necessidades, recursos e contradições do espaço sócio-ocupacional.
- ♣ Fortalecer a indissociabilidade entre formação e exercício profissional.
- ♣ Aprender sobre o instrumental técnico-operativo utilizado pelo/a assistente social nos processos de intervenção.
- ♣ Estimular a interdisciplinaridade, considerando as realidades e demandas institucionais.

- ♣ Relacionar a realidade macrosocietária com as particularidades que se expressam na realidade institucional, profissional e do contexto de vida da população usuária.
- ♣ Qualificar o processo de apropriação e sistematização das demandas institucionais e do serviço social mediante diários de campo, plano de estágio discente e elaboração de relatório final de estágio.
- ♣ Aprender sobre os processos de execução, monitoramento e avaliação do projeto de intervenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2002.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2011

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

SERRA, Rose (Org.). **Espaços Ocupacionais e Serviço Social – ensaios críticos**. Judiaí. Paco Editorial: 2012.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. São Paulo: Cortez, 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

_____. **Monitorando & Avaliando Mudanças**. Rev. Eletrônica Portas, v.2, n.2, p.10-17, jun.2008. <http://www.acicate.com.br/portas/monitorando.pdf>. Acesso em 16 de março de 2015.

BRASIL, **Lei n 11.788/2008**. Dispõe sobre o estágio para estudantes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atuação e assistentes sociais no Sóciojurídico. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**. Volume 4. Brasília: DF, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CFESSsubsidijs_sociojuridico2014.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Volume 3. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas 151 Sociais**. Brasília: DF, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOSAS-EDUCACAO.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. **Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**. Volume 2. Brasília: DF, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. **Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**. Volume 1. Brasília: DF, 2009. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio**. Brasília: DF, 2010. Disponível: http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução 533/08**: dispõe sobre a regulamentação da supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social**. Brasília: DF, 2007. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CartilhaFinalCFESSCFPset2007.pdf>. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução 493/06**: dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Lei 8662/93**. Lei de Regulamentação da Profissão. Porto Alegre: 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em 31 de março de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS. Nº 273 de 13 de março de 1993**. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 31 de março de 2015.

GOIN, Mariléia; MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; PEDERSEN, Jaina Raqueli. (Org.). **Estágio Supervisionado em Serviço Social**: os (des) caminhos nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. 1ed. Jaguarão, RS: Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura- CLAEC, 2018.

MOREIRA, Carlos. Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em Serviço Social** – a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica. São Paulo: Cortez, 2013.

SERRA, Rose (Org.). **Espaços Ocupacionais e Serviço Social** – ensaios críticos. Judiaí: Paco Editorial: 2012

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Processos de trabalho do assistente social elaboração de documentação**: implementação e aplicabilidade. Porto Alegre: Graturck, 2006.

RIOS, Terezinha. **Ética e Competência**. São Paulo: Cortez, 2010.

UNIPAMPA. **Regulamento de Estágios Supervisionados do Curso de Serviço Social**. São Borja, 2016.

8º SEMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso II
- ♣ Carga horária total: 60 horas
- ♣ Carga horária teórica: 60 horas
- ♣ Carga horária prática:
- ♣ Carga horária de extensão:

EMENTA

Elaboração e apresentação do trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Executar e finalizar um projeto de pesquisa que resultará no trabalho final de conclusão de curso, sob orientação de um docente responsável cumprindo todas as etapas de um trabalho científico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Apresentar o tema investigado como um Trabalho de Conclusão de Curso;
- ♣ Executar e finalizar o plano de trabalho estabelecido junto com o orientador, para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso;
- ♣ Executar e finalizar o percurso metodológico frente à questão de pesquisa, sob orientação do docente orientador;
- ♣ Realizar o Trabalho de Conclusão de Curso; Apresentar para Banca examinadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos de graduação. São Paulo: Atlas, 2003.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1992.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

UNIPAMPA. **Regulamento interno do curso de Serviço Social para tcc**. Curso de Serviço Social. Disponível em:

<http://cursos.UNIPAMPA.edu.br/cursos/servicosocial/files/2011/08/Regulamento-TFG.pdf>

UNIPAMPA. **Manual de normalização de trabalhos científicos**. Disponível em: [ttp://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/sisbi/files/2014/10/Manual-de-Normalização-3.-ed.-20131.pdf](http://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/sisbi/files/2014/10/Manual-de-Normalização-3.-ed.-20131.pdf)

UNIPAMPA: **Template para trabalhos de conclusão de curso da Universidade Federal do Pampa**. Disponível em:

<http://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/sisbi/programa-de-capacitação/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CURY, Carlos Roberto. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica fenômeno educativo**. 6.ed. São Paulo: Cortez,1995.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

SALVADOR, Angelo, D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1981.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: Utopia e realidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo Cortez,1996.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1995.

4 GESTÃO

A interface administrativa direta do curso de Serviço Social é a administração do Câmpus São Borja a qual articula-se com a estrutura organizacional da universidade conforme seu estatuto e regimento.

Constituem a administração acadêmica do Câmpus:

- a) O Conselho do Câmpus: órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito do Câmpus. Integrado por membros da direção do Câmpus (presidente - diretor do Câmpus, coordenador acadêmico, coordenador administrativo), coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu, representantes de categorias (representante docente, representantes discentes, representante TAE) e representantes das comissões locais (representante da comissão de extensão, representante da comissão de pesquisa).
- b) Direção: integrada por diretor, coordenador acadêmico e coordenador administrativo.
- c) Coordenação Acadêmica: integrada pelo coordenador acadêmico; coordenadores de curso do Câmpus; Núcleo de Desenvolvimento Educacional - NuDE; comissões locais de ensino, de pesquisa e de extensão; secretaria acadêmica; Biblioteca do Câmpus; laboratórios de ensino, de pesquisa e de informática e outras dependências dedicadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Destaca-se que as Comissões de Ensino, de Pesquisa e de Extensão: são órgãos normativos, consultivos e deliberativos independentes no âmbito de cada área (ensino, pesquisa e extensão) que têm por finalidade planejar e avaliar e deliberar sobre as atividades de ensino, de pesquisa e extensão de natureza acadêmica, respectivamente, zelando pela articulação de cada uma das atividades com as demais. São compostas por docentes, técnicos administrativos e representantes discentes.
- d) Coordenação Administrativa: integrada pelo Coordenador Administrativo; Secretaria Administrativa; Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças; Setor de Compras, Material e Patrimônio; Interface Pessoal; Planejamento e Infraestrutura; Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação do Câmpus; e o Setor de Frota e Logística.

As atribuições da administração acadêmica do Câmpus, bem como da coordenação do curso e comissão de curso são regidas pelo estabelecido no Regimento da Universidade.

4.1 RECURSOS HUMANOS

Desde sua criação em 2006, o curso de Serviço Social da UNIPAMPA já foi coordenado por 09 Professores, sendo eles: Dra. Caroline Goerck, Dra. Elisângela Maia Pessoa, Dr. Jorge Alexandre da Silva, Dra. Mariléia Goin e Dr. Jocenir de Oliveira Silva, Dr^a Jaina Raqueli Pedersen, Dr. José Wesley Ferreira e Dr^a Jaqueline Carvalho Quadrado. O curso é atualmente coordenado pela professora Monique Soares Vieira, Bacharela, Mestre e Doutora em Serviço Social, bem como pelo coordenadora substituta professora Solange Emilene Berwing, Bacharel, Mestre e Doutora em Serviço Social.

Como instância decisória, o Curso conta com a sua Comissão de Curso, que atualmente é formada pelos seguintes docentes: Profa. Dra. Jaina Raqueli Pedersen, Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva, Prof. Dr. Jocenir de Oliveira Silva, Profa. Dra. Elisângela Maia Pessoa, Profa. Dra. Jaqueline Carvalho Quadrado, Profa. Dra. Simone Barros de Oliveira, Profa. Dra. Solange Emilene Berwig, Prof. Dr. José Wesley Ferreira, Profa. Dra. Monique Soares Vieira, Profa. Dra. Rosilaine Coradini Guilherme, Profa. Dra. Monique Bronzoni Damascena, Prof. Dr. Walter Firmo de Oliveira Cruz e Prof. Dr. Roberto Barboza Castanho. Também integra a Comissão de Curso, um(a) aluno(a) representante discente e um(a) assistente em administração do Câmpus São Borja.

4.1.1 Coordenação de Curso

O curso de Serviço Social da UNIPAMPA é atualmente coordenado pela professora Monique Soares Vieira, Bacharela, Mestre e Doutora em Serviço Social, bem como pelo coordenadora substituta professora Solange Emilene Berwing, Bacharel, Mestre e Doutora em Serviço Social.

4.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Conforme Art. 1º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 97, de 19 de março de 2015, que institui o Núcleo Docente Estruturante e estabelece suas normas de funcionamento, “o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada Curso de Graduação

é proposto pela Comissão de Curso, sendo o Núcleo responsável pela concepção, pelo acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do respectivo projeto pedagógico” (UNIPAMPA, 2015, p.1).

Em 2011, quando houve a avaliação do curso pelo MEC, o NDE era constituído por 10 professores, sendo 07 com formação em Serviço Social e 03 com formação em outras áreas. Destes, 03 professoras Assistentes Sociais participaram da implantação do PCC do curso de Serviço Social. Atualmente o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Serviço Social é formado por seis (07) professores, sendo eles: Simone Barros de Oliveira, Monique Soares Vieira, Solange Emilene Berwig, José Wesley Ferreira, Jorge Alexandre da Silva, Rosilaine Coradini Guilherme e Elisângela Maia Pessoa, todos com regime de 40 horas – Dedicção Exclusiva – DE, sendo todos assistentes sociais.

A Resolução nº 97, de 19 de março de 2015 da UNIPAMPA institui e estabelece as normas de funcionamento do NDE:

Art. 1º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada Curso de Graduação é proposto pela Comissão de Curso, sendo o Núcleo responsável pela concepção, pelo acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do respectivo projeto pedagógico.

Art. 2º O NDE tem caráter consultivo e propositivo em matéria acadêmica, tendo as seguintes atribuições:

- I. elaborar, acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- II. propor procedimentos e critérios para a autoavaliação do Curso, prevendo as formas de divulgação dos seus resultados e o planejamento das ações de melhoria;
- III. conduzir os processos de reestruturação curricular para aprovação na Comissão de Curso, sempre que necessário;
- IV. atender aos processos regulatórios internos e externos;
- V. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso e para os demais marcos regulatórios;
- VI. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação e de sua articulação com

a pós-graduação, bem como das exigências do mundo do trabalho, sintonizadas com as políticas próprias às áreas de conhecimento;

- VII. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;
- VIII. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo.

Parágrafo único. As proposições do NDE são submetidas à apreciação e deliberação da Comissão de Curso.

Art. 3º O Núcleo Docente Estruturante é composto por um mínimo de 05 (cinco) docentes pertencentes ao corpo docente do Curso, atendidos os seguintes critérios:

- I. ser indicado pela Comissão de Curso;
- II. ter, ao menos, 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação stricto sensu;
- III. ter, ao menos, 20% (vinte por cento) dos seus membros em regime de trabalho de tempo integral.

Art. 4º O tempo de vigência de mandato para o NDE deve ser de, no mínimo, 03 (três) anos, sendo adotadas estratégias de renovações parciais de modo a haver continuidade no pensar do Curso.

Art. 5º Quando da composição ou alteração do NDE, estas devem ser aprovadas pelo Conselho do Câmpus, que, através de seu representante máximo, deve enviar, para o Gabinete da Reitoria, a Ata de constituição do Núcleo, prevendo o mandato dos membros, para designação formal via portaria.

Art. 6º O Núcleo Docente Estruturante deve ter um Presidente e um Secretário escolhidos pelos pares, para um mandato de 03 (três) anos.

Art. 7º Cabe a cada NDE elaborar o seu regimento definindo as atribuições do Presidente e do Secretário, bem como estabelecendo as diretrizes para convocação e quórum, além da forma que devem ser conduzidas as reuniões.

Art. 8º O NDE reúne-se, ordinariamente, no mínimo, 02 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

Internamente o curso possui um regimento próprio denominado Regimento Interno do Núcleo Docente Estruturante (NDE). O mesmo está organizado em seis

capítulos, sendo que o primeiro estabelece a finalidade do Regimento do NDE, o segundo faz referência à composição e funcionamento do NDE, o terceiro apresenta as atribuições do NDE, o quarto descreve as atribuições do/a presidente e do/a secretário/a do NDE, o quinto estabelece a forma de organização das reuniões do NDE, o sexto trata sobre as disposições finais do Regimento do NDE (Anexo A).

4.1.3 Comissão do Curso

Conforme Art. 102 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 5, de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade, “a Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas” (UNIPAMPA, 2010, p.26). É constituída por docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos doze meses, representantes discente e técnico.

O curso de Serviço Social da UNIPAMPA é atualmente coordenado pela professora Monique Soares Vieira, Bacharela, Mestre e Doutora em Serviço Social, bem como pela coordenadora substituta professora Solange Emilene Berwig, Bacharel, Mestre e Doutora em Serviço Social. Desde sua criação em 2006, o curso já foi coordenado por 09 Professores, sendo eles: Dra. Caroline Goerck, Dr^a. Elisângela Maia Pessoa, Dr. Jorge Alexandre da Silva, Dra. Mariléia Goin e Dr. Jocenir de Oliveira Silva, Dr^a Jaina Raqueli Pedersen, Dr. José Wesley Ferreira e Dr^a Jaqueline Carvalho Quadrado.

Como instância decisória, o Curso conta com a sua Comissão de Curso, que atualmente é formada pelos seguintes docentes: Profa. Dra. Jaina Raqueli Pedersen, Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva, Prof. Dr. Jocenir de Oliveira Silva, Profa. Dra. Elisângela Maia Pessoa, Profa. Dra. Jaqueline Carvalho Quadrado, Profa. Dra. Simone Barros de Oliveira, Profa. Dra. Solange Emilene Berwig, Prof. Dr. José Wesley Ferreira, Profa. Dra. Monique Soares Vieira, Profa. Dra. Rosilaine Coradini Guilherme, Profa. Dra. Monique Bronzoni Damascena, Prof. Dr. Walter Firmo de Oliveira Cruz e Prof. Dr. Roberto Barboza Castanho. Também integra a Comissão de Curso, um(a) aluno(a) representante discente e um(a) assistente em administração do Câmpus São Borja.

4.1.4 Corpo docente

A seguir, são apresentados os docentes que atuam no curso, sua formação, componentes curriculares que lecionam, as experiências de exercício no ensino superior, na educação básica, na educação a distância e as experiências profissionais. Atualmente o quadro docente é composto por 11 docentes específicos do Curso e dois de áreas complementares (base de 2021/01). Este quadro de professores complementares pode se modificar a cada semestre.

Relação do corpo docente

- ♣ Docente: Profa. Dra. Elisângela Maia Pessôa
- ♣ Formação: Pós-doutora em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (2019). Graduada em Serviço Social pela Universidade do Contestado (1999), Especialista em Serviço Social e Políticas Sociais (2001) e em Práticas Sociais com Famílias (2003). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS (2007) e Doutora em Serviço Social, pelo mesmo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS (2010).
- ♣ Experiências:
 - Ensino Superior: Trabalhou como Perita do Judiciário Federal de Santo Ângelo, Assistente Social da Empresa Aurora, Prefeitura Municipal de Belmonte (SC) São Luiz Gonzaga (RS) e Santo Antônio das Missões (RS). Atuou como Coordenadora do Curso de Serviço Social da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Coordenadora de Estágios em Serviço Social e docente. Atuou como Fundadora da empresa Absoluta Consultoria Social, atendendo demandas interventivas no âmbito social de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em relação a projetos sociais, balanço social e responsabilidade social. Na Universidade Federal do Pampa atuou como Coordenadora Acadêmica do Câmpus São Borja e Coordenadora do Curso de Serviço Social. Atua como professora associada do Curso de Serviço Social da Unipampa. Professora colaboradora no Curso de Ciência Política no Câmpus São Borja. Atua como avaliadora ad hoc PROEXT MEC e INEP. Desenvolve projetos

de pesquisa no âmbito da saúde e envelhecimento. Avaliadora do INEPE visitas in loco avaliação de curso de graduação

- ♣ Docente: Prof.^a Dr.^a Simone Barros de Oliveira
- ♣ Formação: Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2018) com ênfase em Políticas Públicas para Mulheres Quilombolas Possui Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004), Mestrado (2007) e Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009)
- ♣ Experiências:
 - Ensino Superior: Professora Associada da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA. Presidente da Comissão Local de Pesquisa Câmpus São Borja (2019-2020). Tem experiência em Gestão Social, em políticas públicas para a Educação, com ênfase em Educação para a Paz, atuando nos seguintes temas: cultura de paz, violência, Comunicação Não-Violenta, Círculos de Construção de Paz, Justiça Restaurativa, Mediação e Conciliação Judicial. Professora colaboradora nos Cursos de Ciências Humanas, Ciência Política e Direitos do Câmpus São Borja. Presidente do NDE do Curso de Serviço Social.
 - Profissionais: Colaboradora - MECSISu, Mediadora, Conciliadora e facilitadora Judicial pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Lider do Grupo de Pesquisa Educação Direitos Humanos e Fronteira.

- ♣ Docente: Prof.^a Dr.^a Monique Bronzoni Damascena
- ♣ Formação: Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa - Unipampa (2010). Mestra em Serviço Social/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2013), Doutora em Serviço Social/ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2017). Pós-doutora em Serviço Social/ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2019).
- ♣ Experiências:

- Ensino Superior: Professora colaboradora no Curso de Ciência Política no Câmpus São Borja. É integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social - GTFOPPS/Unipampa.
-
- ♣ Docente: Prof.^a Dr.^a Jaqueline Carvalho Quadrado
 - ♣ Formação: Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (1998), Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001) e Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (2014).
 - ♣ Experiências:
 - Ensino Superior: Professora dos Cursos de Graduação Ciências Sociais - Ciência Política, Direito e Serviço Social da Universidade Federal do Pampa/RS. Professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (PPGPP). Professora colaboradora no Curso de Ciência Política e Curso de Direito no Câmpus São Borja. Líder e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gênero, Ética, Educação e Política/CNPq. Temas de estudos e pesquisas: gênero, feminismos, sexualidades, violências, sistema de segurança pública e prisional, democracia e mídias digitais.
-
- ♣ Docente: Prof.^a Dr.^a Monique Soares Vieira
 - ♣ Formação: Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (2010). Mestre (2013) e Doutora (2015) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós-Graduada em Impactos da Violência na Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (2012).
 - ♣ Experiências:
 - Ensino Superior: Professora Adjunta do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa. Professora colaboradora no Curso de Ciência Política no Câmpus São Borja. Professora colaboradora no Curso de Ciências Humanas e Curso de Direito no Câmpus São Borja. Coordenadora do curso de Serviço Social (Unipampa) Pesquisadora nos seguintes grupos: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ética, Violência e Direitos Humanos NEPEVEDH/PUCRS), Grupo de Estudos

e Pesquisa em Educação, Direitos Humanos e Fronteira, Laboratório de Políticas Públicas e Território Fronteiriços e Grupo de pesquisa em Políticas sociais, questão social e relações de exploração/opressão. Foco de estudo: expressões contemporâneas da violência, desigualdades, criminalização da pobreza, infância, adolescência, parentalidades e famílias.

- ♣ Docente: Prof.^a Dr.^a Solange Emilene Berwig
- ♣ Formação: Graduada em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA (2010), Especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA (2013), Mestre e Doutora em Serviço Social e Política Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC/RS. Doutorado Sanduíche pela Universidad de Ciencias Sociales Y Artes (UARCYS) Chile.
- ♣ Experiências:
 - Ensino Superior: Professora adjunta do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA (desde 2014), Coordenadora substituta do curso de Serviço Social (2021 - 2022). Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA (desde 2020). Vice-líder do grupo de pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina. Membro do GT Seguridad Social y Sistema de Pensiones CLACSO.
- ♣ Docente: Prof.^a Dr.^a Jaina Raqueli Pedersen
- ♣ Formação: Graduada em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) (2007). Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) (2010/2014).
- ♣ Experiências:
 - Ensino Superior: Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase na temática de violência (contra crianças, adolescentes e mulheres).

- ♣ Docente: Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva
- ♣ Formação: Graduado em Social pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) (2005). Mestre (2008) e Doutor (2015) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS).
- ♣ Experiências:
 - Ensino Superior: Trabalha principalmente os temas: Qualificação profissional e precarização do trabalho

- ♣ Docente: Prof. Dr. Jocenir de Oliveira Silva
- ♣ Formação: Graduado em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra 2004). Especialista em Gestão de Políticas da Saúde Familiar e Comunitária (Ulbra 2006). Mestre em Serviço Social Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) (2009). Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) 2015.
- ♣ Experiências:
 - Ensino Superior: Experiência docente no Curso de Serviço Social da Universidade de Cruz Alta UNICRUZ, Universidade Luterana Brasil - ULBRA no Câmpus de Cachoeira do Sul
 - Profissionais: Trabalhou como Assistente Social na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Carazinho (2005-2008), Assistente Social Estatutário na Prefeitura Municipal de Carazinho (2010) e Assistente Social da Unidade de Reabilitação Física de Ijuí (2010/2011).

- ♣ Docente: Prof. Dr. José Wesley Ferreira
- ♣ Formação: Graduado em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil, especialização em Saúde da Família e Comunidade pelo Programa de Residência Integrada em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição. É mestre e doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- ♣ Experiências:

- Ensino Superior: Trabalhou como docente no curso de Serviço Social da Faculdade do Sul/Bahia e nos cursos de Serviço Social e Sociologia da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. É professor adjunto do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pampa. Tem experiência na área de Serviço Social e Saúde Coletiva, com atuação nos seguintes temas: Questão Social, Intervenção Profissional, Formação Profissional em Serviço Social, Processos de Trabalho, Violência e Clínica Ampliada

- ♣ Docente: Prof. Dr. Walter Firmo de Oliveira Cruz
- ♣ Formação: Graduado em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1992),) Especialização pela mesma instituição em Filosofia do Conhecimento e da Linguagem (1995). Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003). Doutor em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília.
- ♣ Experiências:
 - Ensino Superior: Professor Adjunto na Universidade Federal do Pampa (RS) e membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Tem experiência na área de psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: narcisismo, gênero e subjetividades contemporâneas.

- ♣ Docente: Prof. Dr. Roberto Barboza Castanho
- ♣ Formação: Possui graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2000), mestrado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Santa Maria (2003) com parte realizada na Università Degli Studi di Udine - em Udine na Itália, na linha de pesquisa de Sensoriamento Remoto. Realizou o Doutorado em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2006), já na Universidad de Buenos Aires - UBA, efetuou os estudos de Pós-doutorado em Ciências Humanas y Sociales (2013) da Facultad de Filosofía y Letras, cuja pesquisa esteve centrada na comparação da forma de ensino na Argentina com o Brasil.

♣ Experiências:

- Ensino Superior: Auxiliou na criação do Curso de Graduação em Geografia da FACIP, no ano de 2006, bem como participou da Proposta de criação do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal PPGEP, no ano de 2014. Atuou na Universidade Federal de Uberlândia de 2006 até 2021, como docente no curso de Graduação em Geografia, no Câmpus Pontal, na cidade de Ituiutaba - MG. Atualmente é professor Associado IV da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, Câmpus de São Borja - RS, no Curso de Graduação de Serviço Social. Participa como docente no Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGEP. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geoprocessamento Aplicado a Mapeamentos Ambientais - NEPEGAMA (Grupo de pesquisa certificado pelo CNPq, foi fundado a partir de uma proposta aprovada pelo FINEP, denominada na FACIP - Faculdade de Ciências Integradas do Pontal) como CT INFRA 1, juntamente com outros docentes de diversas áreas do ICHPO.
- Profissionais: Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geoprocessamento, atuando principalmente nos seguintes temas: Cartografia, Cartografia Temática, Ensino de Cartografia, Sistema de Informações Geográficas, Sensoriamento Remoto, Fotointerpretação, meio ambiente, geografia agrária, agricultura sustentável e desenvolvimento regional. Foi Professor Substituto na UFSM. Parecerista da Revista Sociedade & Natureza, Horizonte Científico, Hygeia, Espaço em Revista, Caminhos da Geografia e Cuadernos de Geografía - Revista Colombiana de Geografía. Componente do conselho editorial da revista Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium. Coordenou o Laboratório de Cartografia do ICHPO - LABCARTO, onde são desenvolvidas atividades de pesquisa, ensino e extensão, entre outras atividades. As atividades de Pesquisa, Ensino e Extensão versam sobre os mais variados temas de cunho geográfico, com ênfase em relações que venham a desenvolver a vertente do ensino nas mais diversas esferas, seja no ensino médio, através de projetos envolvendo esse nível de aprendizado ou no ensino superior. Atuou ainda, como

um dos Coordenadores do Programa Institucional de Iniciação à Docência, subprojeto Multidisciplinar núcleo Geografia/História Câmpus Pontal. Com a atuação no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, a partir do segundo semestre de 2021, propôs a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas Transfronteiriças em Cartografia Socioambiental - GEPETRACS, cuja atuação busca contribuir no desenvolvimento científico e tecnológico em escala local, regional, nacional e internacional com a interface das temáticas de investigações acadêmicas que os pesquisadores, discentes e técnicos desenvolvem junto as instituições parceiras e seus docentes, discentes e técnicos administrativos. Participa como pesquisador do Núcleo de Estudos em Geografia, Agricultura e Alimentação (NUGAAL), da UFSM.

- ♣ Docente: Prof.^a Dr.^a Rosilaine Coradini Guilherme
- ♣ Formação: Graduada em Serviço Social pela Universidade Franciscana, Santa Maria - RS, Mestre em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas-RS, Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.
- ♣ Experiências:
 - Ensino Superior: Professora no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - Câmpus São Borja-RS. Líder do grupo de pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina/ CNPq - Universidade Federal do Pampa. Experiência como docente/tutora no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Universidade Franciscana e no Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde da Universidade Federal do Pampa. Desde 2007 desenvolve práticas extensionistas, sendo que atualmente coordena Projeto de Extensão no âmbito da Formação e Assessoria em Políticas Sociais em nível municipal. Integra o grupo de pesquisa em Economia do Bem Estar Social do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social - NEPES da PUCRS. Tem experiência na área de Serviço Social atuando

principalmente nos seguintes temas: proteção social, políticas sociais, participação e controle social, assistência social, sistema único de assistência social, saúde, pobreza e políticas de transferência de renda. Estuda as determinações e relações entre o Estado, o mercado e a sociedade no âmbito da proteção social, particularizando as especificidades dos territórios latino-americanos e dos países que integram o bloco econômico MERCOSUL.

O referido corpo docente conta com o atendimento pedagógico mediante O Núcleo de Pedagogia Universitária/PROGRAD e o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) em cada Câmpus, com assessoramento do coordenador de curso e do coordenador acadêmico. Além disso, deve prever avaliação do desempenho didático dos docentes com a participação dos discentes, sob a responsabilidade da Comissão de Curso, segundo a Resolução nº 80/2014.

4.1.5 Corpo Discente

O Curso de Serviço Social da Unipampa *Câmpus* São Borja possui em 2021/02 um total de cento e oitenta (180) alunos matriculados e trezentos e cinquenta e sete (357) alunos já colaram grau desde o início das atividades do Curso.

4.2 RECURSOS DE INFRAESTRUTURA

Neste item são descritos os dois tipos de infraestrutura utilizadas no Câmpus, sendo que uma é geral e que eventualmente é utilizada pelo curso de Serviço Social e outra é utilizada pelo curso de forma direta.

Por se tratar de uma Universidade recentemente inaugurada e em processo de ampliação, algumas instalações estão sendo construídas como salas de aula, salas de estudo, biblioteca e espaços administrativos. Além dos dois prédios já prontos, alguns laboratórios ainda estão em processo licitatório ou de finalização e há licitação de outros prédios (incluindo o da biblioteca) – no novo espaço físico adquirido para ampliação do Câmpus São Borja, numa área de aproximadamente 16 hectares. Há investimentos contínuos na estruturação e ampliação da estrutura, pois a instituição faz parte do Reuni (Programa de Reestruturação do Ensino Superior do MEC).

Fazem parte da prática discente os laboratórios de Rádio, Vídeo, TV, Fotografia, Produção gráfica, Pesquisa de Opinião e de informática. Cada um deles

tem um sistema de atendimento, que são prioritários às demandas dos Componentes Curriculares dos cursos. Os laboratórios de informática são disponibilizados aos alunos em diferentes períodos do dia, facilitando a utilização do mesmo pelos discentes, pois não é necessário o agendamento durante os períodos que excedam o uso feito pelos Componentes Curriculares, a seguir os equipamentos de uso geral, também utilizados pelo Serviço Social.

4.2.1 Espaços de trabalho

Sala da Coordenação de curso de Serviço Social:

A metragem é de 7,65m² e fica localizada na Sala 1204. Atende os estudantes, mas mais diversas demandas

Sala dos professores do Serviço Social:

A Sala dos Professores fica localizada na Sala 1203 e a metragem é de 102,40m². Temos 3 gabinetes de professores, um localizado no prédio 1 52,20 metros e mais 2 gabinetes localizados no prédio 2 com 52,20 metros cada.

4.2.2 Biblioteca

A Biblioteca do Câmpus São Borja, é uma biblioteca de caráter universitário, especializada na área de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. O acervo visa exclusivamente suprir as demandas de informação dos alunos, professores e funcionários do Câmpus, estando aberta também para consulta, a toda comunidade.

A biblioteca de São Borja conta com uma bibliotecária e 4 assistentes para atender o público do Câmpus São Borja e comunidade.

Em agosto de 2021 foi entregue o prédio 5, onde a biblioteca passa a ocupar o térreo do mesmo, com espaços planejados para todas as atividades fim, com área total de 524,94 m². O acervo ocupa 336,08 m², sala de estudos com 93,78 m² podendo acomodar até 62 pessoas, sala de estudo em grupo 1 com 15,39 m² acomodando até 10 pessoas, sala de estudo em grupo 2 com 7,16 m² acomodando até 4 pessoas, sala de estudo em grupo 3 com 9,23 m² acomodando até 6 pessoas, área de atendimento ao público 32,60 m², sala de processamento técnico com 19,70 m², almoxarifado com 5,50 m², Copa com 5,50 m². A estrutura do espaço atende a cadeirantes.

O acervo da biblioteca é de livre acesso, atendendo tanto a comunidade universitária como o público em geral. O empréstimo domiciliar é um serviço exclusivo para alunos, professores e funcionários da instituição. Aos usuários externos é possibilitado somente consultas no local, podendo também acessar a biblioteca através da internet para fazer consultas ao acervo. Os usuários da instituição podem realizar pesquisa ao acervo através do site da biblioteca, bem como renovar obras emprestadas, reservar material e solicitar Empréstimo entre as bibliotecas da Unipampa.

O acervo é composto por livros, e-books, folhetos, periódicos através do Portal da CAPES, multimídias e obras de referência, conta com a plataforma de e-books *Minha Biblioteca* com aproximadamente 9.699 títulos disponibilizados a partir do sistema de bibliotecas Pergamum.

A Unipampa conta com Repositório Institucional, onde é armazenada a produção científica da instituição.

O horário de atendimento da Biblioteca é das 8h às 21h30min.

Abaixo seguem informações detalhadas sobre o acervo:

Títulos: **9.877**

Exemplares: **41.106**

Dados Quantitativos do Acervo por Área do Conhecimento (CNPq)

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Exatas e da Terra	103	536
Ciências Biológicas	66	301
Engenharias	14	29
Ciências da Saúde	137	440
Ciências Agrárias	16	54
Gestão Ambiental	1	3
Ciências Sociais Aplicadas	3574	13835
Ciências Humanas	3833	19970
Linguística, Letras e Artes	1921	5073
Multidisciplinar	172	767

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Áreas de Conhecimento – Ensino Médio	20	49
Outros	20	49
TOTAL	9877	41106

Fonte: PERGAMUM, Estatísticas - Levantamentos bibliográficos - MEC - Por área do CNPq (240)

Dados Quantitativos do Acervo de Livros por Área do Conhecimento (CNPq)

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Exatas e da Terra	99	525
Ciências Biológicas	62	291
Engenharias	13	28
Ciências da Saúde	107	389
Ciências Agrárias	13	43
Ciências Sociais Aplicadas	3022	12971
Ciências Humanas	3624	19618
Linguística, Letras e Artes	1817	4921
Multidisciplinar	145	740
Outros	15	24
TOTAL	8917	39550

Fonte: PERGAMUM, Estatísticas - Levantamentos bibliográficos - MEC - Por área do CNPq (240)

Dados Quantitativos do Acervo de Folhetos por Área do Conhecimento (CNPq)

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Biológicas	2	8
Ciências da Saúde	14	20
Ciências Sociais Aplicadas	20	37
Ciências Humanas	16	39
Linguística, Letras e Artes	1	1
Multidisciplinar	1	1
TOTAL	54	106

Fonte: PERGAMUM, Estatísticas - Levantamentos bibliográficos - MEC - Por área do CNPq (240)

Dados Quantitativos do Acervo de Dissertações e Teses por Área do Conhecimento (CNPq)

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Engenharias	1	1
Ciências Sociais Aplicadas	11	11
Ciências Humanas	9	9
Linguística, Letras e Artes	1	1
TOTAL	22	22

Fonte: PERGAMUM, Estatísticas - Levantamentos bibliográficos - MEC - Por área do CNPq (240)

Dados Quantitativos do Acervo de Monografias e TCCs por Área do Conhecimento (CNPq)

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências da Saúde	1	2
Ciências Sociais Aplicadas	348	558
Ciências Humanas	26	50
Linguística, Letras e Artes	2	4
TOTAL	377	614

Fonte: PERGAMUM, Estatísticas - Levantamentos bibliográficos - MEC - Por área do CNPq (240)

Dados Quantitativos do Acervo Multimídia

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Exatas e da Terra	3	10
Ciências Biológicas	1	2
Ciências da Saúde	8	22
Ciências Sociais Aplicadas	64	149
Ciências Humanas	77	172
Linguística, Letras e Artes	96	142
Multidisciplinar	03	03
Áreas de Conhecimento – Ensino Médio	05	25
Outros	05	25
TOTAL	262	550

Fonte: PERGAMUM, Estatísticas - Levantamentos bibliográficos - MEC - Por área do CNPq (240)

Dados Quantitativos do Acervo de Periódicos

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS
Ciências Exatas e da Terra	1
Ciências Biológicas	3
Ciências da Saúde	3
Ciências Agrárias	1
Ciências Sociais Aplicadas	30
Ciências Humanas	29
Linguística, Letras e Artes	4
TOTAL	71

Fonte: PERGAMUM, Estatísticas - Levantamentos bibliográficos - MEC - Por área do CNPq (240)

A Unipampa tem acesso remoto ao Portal de Periódicos CAPES, fazendo parte da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), que é uma rede gerida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), o que vem a suprir as necessidades de atualização que o periódico realiza. Para as comunidades que fazem parte da CAFe, o acesso remoto é feito na seção **Meu Espaço**.

4.2.3 Laboratórios

4.2.3.1 Laboratório de criação e produção gráfica (Sala 1303)

O Laboratório de Criação e Produção Gráfica conta com um espaço físico de 70,72 m². É um local que está destinado como laboratório de Agência I e Agência II do Curso de Comunicação Social – habilitação Publicidade e Propaganda. É também utilizado para edição de fotos dos Componentes Curriculares de Fotografia, para edição de áudio e vídeo dos Componentes Curriculares de Produção Eletrônica e também nos Componentes Curriculares de Criação e Produção Gráfica. Os alunos e docentes contam com os seguintes equipamentos e materiais: 01 ar condicionado de janela de 18.000 btus; 01 ar condicionado split de 42.000 btus; 02 armários alto c/ duas portas; 01 auto falante c/amplificador; 41 cadeiras; 01 carrinho configurável

p/equipamento; 01 carteira escolar; 20 computadores; 20 estabilizadores; 02 gaveteiros volantes; 02 mesas de reunião; 20 mesas p/computador; 19 monitores de computador; 01 projetor multimídia benq ms513pb; 01 quadro escolar branco, med. 2,75 x 1,30m; 01 tela de projeção retrátil; 01 televisor de plasma, 42".

4.2.3.2 Laboratório de informática (Sala 2101)

O Laboratório de Informática estrutura-se em um espaço físico de 56,80m². Uso geral e recurso de acesso digital aos acadêmicos que não possuem outros meios de acessibilidade para pesquisas. É também utilizado para edição, criação e digitação de trabalhos. Atualmente, o laboratório de informática conta com os seguintes equipamentos e materiais: 01 ar-condicionado piso teto - 18.000 btus; 01 condicionador lg inverter; 22 cadeiras; 01 carteira escolar; 13 computadores; 03 estabilizador bmi 1000 va; 02 estabilizadores enermax 3200va; 04 mesas de reunião; 15 mesas para computador; 12 monitores de computador; 02 nobreak 1,5 kva nhs.

4.2.3.3 Laboratório de redação (Sala 1307)

O Curso também conta com mais um laboratório de redação devidamente instalado em uma área de 76,96 m². Este laboratório dispõe os seguintes equipamentos: 02 ar condicionados de janela 18.000 btus; 01 ar condicionado split 42.000 btus; 01 armário alto 2 portas; 01 auto-falante com amplificador; 48 cadeiras; 01 carrinho configurável para equipamento; 01 carteira escolar; 20 computadores; 20 estabilizadores; 01 mesa de reunião; 20 mesas p/computador; 19 monitores p/computador; 01 projetor multimídia benq ms513pb; 01 quadro escolar branco, med. 2,75 x 1,30m; 01 tela de projeção retrátil; 01 televisor de plasma, 42"; 02 ventiladores de coluna.

4.2.3.4 Estúdio de Rádio (Sala 1304)

O estúdio de Rádio é composto por estúdios de locução, gravação e de edição. O estúdio de locução com a metragem de: 3m x 4m e 80cm x 3m e 35cm de altura. O estúdio de gravação e edição com: 3m e 10 cm x 4 metros e 80 cm x 3 m e 35 cm de altura, sendo que os dois ambientes possuem proteção acústica completa, com Sonex, em todas as paredes - exceto no teto. Cada estúdio possui uma porta seriada com chapa de aço carbono para proteção acústica, isto é antirruído, vão de passagem de 900x2100, folha de 40mm, com degrau no piso, sem visor e fechaduras em chave

e maçanetas em inox. O estúdio conta com visor acústico de vidros duplos de 8mm, quadro em chapa de aço carbono e câmara interna desidratada. O estúdio de locução possui 7 tomadas com 3 saídas cada uma, um terminal para conexão à internet e um interruptor de iluminação. Este laboratório ainda oferece uma mesa redonda fórmica, para realização de debates, com 5 cadeiras; Uma mesa escolar com cadeira; duas mesas fórmicas retangulares com quatro cadeiras cada. O estúdio de gravação e edição possui 7 tomadas, um terminal para conexão à internet e um interruptor de iluminação; duas mesas fórmicas para computador; duas cadeiras giratórias; três armários e um gaveteiro. A seguir, a relação dos equipamentos do estúdio de Rádio: 02 ar condicionados split 12.000 btus; 03 armários altos com duas portas; 14 cadeiras; 01 caixa acústica; 02 carteiras escolares; 01 compressor de voz; 02 computadores; 2 descansos de pés; 02 equalizadores gráficos; 01 gaveteiro volante; 01 kit microfone de mão s/fio; 01 kit microfone de lapela; 01 mesa de som Yamaha; 06 mesas; 16 microfones; 01 monitor de áudio; 02 monitores para computador; 01 nobreak 1,5 kva nhs; 01 notebook; 01 processador de efeitos; 02 racks p/periféricos ask; 10 suportes p/microfone; 01 telefone ip; 02 estabilizadores; 01 compressor de fones de ouvido; 01 caixa monitor ksk.

4.2.3.5 Laboratório de Vídeo

O laboratório de vídeo situa-se em uma sala de 6 metros x 4 metros e conta com um técnico e a seguinte estrutura e equipamentos. Segue abaixo a relação de Equipamentos do laboratório. Espaço e equipamentos utilizados pelo curso, onde dois tipos de equipamentos são de uso do conjunto do Câmpus e os demais de uso exclusivo do serviço social. A sala contém os seguintes equipamentos: 14 adaptadores universais de áudio; 02 aparelhos de rádio intercomunicador; 01 ar condicionado split 12.000 btus; 01 armário alto 2 portas; 01 armário baixo; 01 auto falante com amplificador; 13 cadeiras; 03 câmeras filmadoras sony; 04 computadores imac; 01 computador lenovo; 01 descanso de pés; 02 estabilizadores de tensão 1000 va; 01 estante slit face dupla; 05 fones de ouvido profissional sennheiser hs251 ii; 01 gaveteiro volante; 01 gravador walkmann de vídeo hdv; 09 mesas para escritório; 04 microfones de lapela sony; 04 microfones de mão sem fio; 05 microfones sennheiser; 01 monitor hp; 01 nobreak 1,5 kva; 01 nobreak tb 3kva com software; 01 projetor multimídia, marca Epson; 01 quadro branco p/sala de aula; 01 suporte rode; 01

suporte tripé modelo universal; 01 tablet ipad; 01 tela de projeção; 01 telefone voip; 01 vara direcional, vara de bum; 02 tripés manfrotto.

4.2.3.6 Estúdio de TV

O estúdio serve como Laboratório para Produção Eletrônica em Vídeo e auxiliar nos demais componentes curriculares do Curso de Comunicação Social – habilitação Publicidade e Propaganda que façam uso de produção em vídeo. Tamanho do estúdio de televisão: Área: 208,97 metros quadrados. Dimensões: 16m X 13 m. Altura: 7,2 metros, com 05 salas para controle do estúdio, assim distribuídos: Ilha de edição 01: 15,47 metros quadrados; Ilha de edição 02: 15,47 metros quadrados; Sala de locução e técnica divididas em tamanhos iguais: 9,72 metros quadrados; Sala para laboratório de vídeo: 19,92 metros. O estúdio de televisão possui os seguintes equipamentos: 01 adaptador universal de áudio; 01 ar condicionado split 18.000 btus; 01 carteira escolar; 04 cadeiras servidores; 02 caixas acústicas monitor ativo de áudio; 01 computador imac; 01 conjunto switcher sony mvs 3000; 03 câmeras filmadoras sony; 02 estantes slit face dupla; 01 gravador de dvd; 01 gravador walkmann de vídeo hdv; 02 mesas de reunião; 01 mesa para computador; 01 mesa de som Yamaha; 01 mesa digitalizadora profissional; 01 microfone leson; 05 monitores de edição de vídeo; 05 nobreak 1,5 kva, nhs; 02 suportes rode; 01 tablet ipad; 01 telefone voip; 01 tv lcd led —40"; 01 vara direcional, vara de bum; 01 video tape recorder hd; 01 switch d-link.

4.2.3.7 Laboratório de Fotografia

O laboratório de fotografia conta com amplo espaço de ensino e equipamentos novos para utilização acadêmica. O estúdio tem 10 metros por 6 metros, tendo uma boa profundidade de campo na concepção da imagem. Fundo infinito de 2,5 metros por 3,5 metros e: 02 ar condicionados piso teto - 18.000 btus; 02 armários altos 2 portas; 03 armários metálicos; 01 atek – ventilador turbo; 01 atek – mesa média articulada; 03 bancos para laboratório; 10 cadeiras; 19 câmeras fotográficas digitais; 02 carteiras escolares; 02 computadores imac; 01 computador lenovo; 02 descansos para pés; 25 flash; 01 fotômetro; 02 gaveteiros volantes com quatro gavetas; 01 iluminador vle 300; 01 kit de estúdio de fotografia completo luz continua; 01 kit de fotografia completo tipo fotoflash; 12 lentes objetivas; 05 mesas de escritório fixas; 01 mesa de leitura redonda; 01 mesa de desenho; 01 netbook; 01 notebook; 02 nobreaks 1,5 kva; 04 rebatedores de luz; 04 refletores tipo Fresnel; 02 refletores iluminadores;

01 scanner Epson; 01 telefone voip; 03 tripés de mesa manfrotto; 07 tripés de luz alumínio desmontável; 04 tripés profissionais atek; 04 tripés profissionais manfrotto; 02 tripés wf w803; 01 tv lg lcd —32ll; 01 monitor acer.

4.2.3.8 Laboratório de Pesquisa de Opinião Pública e Social Professor Daniel Angel Burgueño Etcheverry

O Laboratório de pesquisa de opinião é vinculado a todas aquelas atividades de ensino ligadas ao uso da análise de banco de dados, construção e aplicação de questionários, pesquisas qualitativas e quantitativas. Uma sala de espelhos (laboratório) e computadores com software de análise estatística são utilizados nas atividades. Fundamentalmente, o Laboratório permitirá o desenvolvimento de práticas de pesquisa quantitativa, conforme as exigências didáticas e os projetos político-pedagógicos dos Cursos do Câmpus São Borja. Embora ligado principalmente ao tipo de pesquisa quantitativa, o Laboratório pretende considerar e incluir na sua realização o aporte fundamental da pesquisa qualitativa. Para o Curso de Comunicação Social – habilitação Publicidade e Propaganda será utilizado no Componente Curricular Obrigatório de — Pesquisa de Opinião e Mercado, para os trabalhos da Agência Experimental e projetos de extensão e pesquisa. Segue abaixo relação de equipamentos e materiais: 02 armários de aço; 01 auto falante com amplificador; 53 cadeiras; 04 carteiras; 05 computadores lenovo; 01 descanso de pés; 06 estabilizadores de tensão; 01 estação de trabalho; 01 gaveteiro volante; 05 mesas reunião redondas; 02 mesas reunião 10 lugares; 01 mesa de som Yamaha; 01 mesa para computador; 06 monitores led; 01 monitor lenovo; 01 nobreal 1,5 kva; 01 painel cego 20,08 m + 01 porta; 2 quadros escolares; 01 telefone voip; 01 ventilador de coluna; 01 condicionador fujitsu 42.000; 01 condicionador lg inverter.

4.2.3.9 Agências Integradas de Comunicação

Em face da necessidade e relevância de uma maior integração dos acadêmicos do Curso de Comunicação Social – habilitação Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Pampa com o mercado de trabalho e, conseqüentemente, com os públicos-alvo (organizações não governamentais, órgãos públicos, instituições escolares, entre outros), além da importância de realizar trabalhos práticos para a própria Universidade, optou-se por estruturar um Laboratório de Práticas em Publicidade e Propaganda denominada Mazaah! Agência Experimental de

Propaganda. Trata-se, portanto, de um espaço de aplicação prática das técnicas e teorias aprendidas em sala de aula. O projeto se caracteriza como um espaço complementar de ensino para que os discentes tenham uma primeira aproximação da prática profissional ainda na Universidade. Fundamental tanto para a sua inserção no mercado de trabalho, mas principalmente pelo desenvolvimento da sua capacidade de associar os conteúdos trabalhados em sala de aula em um ambiente prático, contribuindo assim para o processo aprendizagem.

A Agência Experimental atende a duas instâncias: a pedagógica e a da produção institucional. (1) a instância pedagógica considera que a Agência é, em essência e em primeiro plano, um espaço pedagógico, conforme solicitam os indicadores de avaliação do Curso. Desta forma, procura-se promover o conceito de que a agência é esse espaço laboratorial e de experiências para todos os alunos do curso de Publicidade e Propaganda e não apenas para um número reduzido de estagiários. A partir desse conceito, instiga alunos e professores da área a atuarem em projetos, práticas e ações publicitárias concernentes aos Componentes Curriculares em que trabalham, utilizando o espaço e infraestrutura do laboratório nos horários de aula e, também, no horário diurno de funcionamento da Agência; (2) a instância da produção institucional compreende que a Agência Experimental de Publicidade e Propaganda, mesmo que desenvolvendo práticas laboratoriais, têm a oportunidade de ter como cliente os cursos da UNIPAMPA Câmpus São Borja, além de demandas não atendidas pelos Componentes Curriculares de Agência I e II (do 6º semestre e do 7º semestre, respectivamente).

A Agência conta com estrutura física e de pessoal, contando com 10 (dez) bolsistas voluntários e 05 (cinco) professores orientadores. Segue abaixo a relação de equipamentos e materiais: SALA 1305 – Agências Integradas de Comunicação: ar-condicionado split 42.000 btus; 03 armários alto com 2 portas; 16 cadeiras; 02 carteiras; 13 computadores hp; 01 descanso de pés; 11 estabilizadores; 02 gaveteiros 02 gavetas; 02 mesas em —III; 14 mesas p/computador; 01 mesa de reunião grande; 13 monitores hp; 02 nobreak; 01 painel cego 16,56 m + 01 porta; 01 quadro escolar branco; 01 tela projeção retrátil; 02 telefones voip.

4.2.3.10 Salas de reuniões

Fica localizada na Sala 2106 e na sala 1202, a metragem é de 24,85m², e possui os seguintes equipamentos: 20 cadeiras, 2 mesas de reunião, 1 mesa de escritório, 1 Datashow, 1 armário duas portas e 1 Split.

4.2.3.11 Sala do Diretório Acadêmico

A Sala fica localizada na 2107 e a metragem é de 15,16m², e possui os seguintes equipamentos: 1 armário, 2 portas, 1 access point wireless, 1 mesa escritório, 1 carteira escolar, 1 cadeira escolar, 2 mesas redondas, 1 cadeira universitária, 1 longarina 3 lugares, 4 cadeiras plásticas, 1 micro-ondas e 1 Split.

4.2.3.12 Espaços utilizados pelo curso de Serviço Social

Na sequência segue a relação dos espaços, equipamentos e materiais utilizados cotidianamente pelo curso de Serviço Social: salas de aula do Serviço Social com as medidas das salas de aula utilizadas pelo curso de Serviço Social, espaços onde acontecem aulas, rodas de conversas, oficinas:

Sala 2202 - 101,75m²; 75 lugares; 02 quadros brancos; 04 ar-condicionado tipo split; 01 projetor multi média 01 computador.

Sala 2309 – 60,0 m²; 50 lugares; 01 quadro branco; 02 ar-condicionado tipo split 01; projetor multi media; 01 computador.

Sala 2201- 50,0 m²; 40 lugares; 01 quadro branco; 02 ar-condicionado tipo split 01; projetor multi media; 01 computador.

Sala 2206: 45,0 m²; 40 lugares; 01 quadro branco; 02 ar-condicionado tipo split 01; projetor multi media; 01 computador.

Sala 1205: 12,0 m² (coordenação de curso); 02 lugares; 01 computador; 01 ar tipo split.

Sala 3215: 32,0 m² (gabinete professores); 04 estações de trabalho; 04 computadores; 01 ar-condicionado tipo split.

Sala 3213: 32,0 m² (gabinete professores); 04 estações de trabalho; 04 computadores; 01 ar-condicionado tipo split.

4.2.3.13 Laboratório de foto: 56,40 m²

O laboratório possui os seguintes equipamentos: 35 Câmeras fotográficas; Grid de iluminação; Mesa para fotografias; 02 computadores para edição 01 TV; 02 ar-condicionado tipo split; 04 armários.

4.2.3.14 Laboratório de TV

O laboratório possui os seguintes equipamentos: 01 estúdio 208,00 m²; 01 sala para edição de imagens: 20,0 m²; 01 sala para guarda e empréstimo de equipamentos: 15,5 m² ; 01 sala para controle de iluminação e imagem: 15,5 m²; Equipamentos disponíveis TV: 02 Câmeras de vídeo; 08 computadores; 05 ar-condicionado tipo split; Grid de iluminação; Mesa de corte e edição de imagem.

4.2.3.15 Estúdio de Rádio: 30 m²

O laboratório possui os seguintes equipamentos: 02 computadores; 01 mesa de áudio e demais equipamentos que compõem a bancada microfones; 02 ar-condicionado tipo split.

4.2.3.16 Salas disponíveis para o Curso

Sala 1307: 77,0 m² (laboratório PP); 20 computadores; 01 ar-condicionado tipo split; 01 quadro branco; 01 projetor multimídia.

Sala 1303: 70,7 m² (Laboratório Jornal); 20 computadores; 01 ar-condicionado tipo split; 01 quadro branco; 01 projetor multimídia.

Sala 2101: 47,5 m² (Laboratório de informática); 14 computadores; 02 ar-condicionado tipo split.

4.2.3.17 Laboratório de Orientação, Supervisão e Práticas em Serviço Social:

O laboratório é utilizado para os Componentes Curriculares de Oficinas, supervisão de estágio, orientação de TCC, orientação de projetos de pesquisa e de extensão, atividades de simulação. A Sala é localizada na 2302 e a metragem é 11,70m². É o lugar que garante o sigilo, espaço de informações confidenciais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, 2006.

ABESS/CEDEPSS. **Caderno ABESS n. 07**. Caderno Especial: Formação Profissional: trajetórias e desafios. Cortez, São Paulo: 1996.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050/2004**. Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL, **Lei n. 10.098, de 9 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Ata VII Reunião do Comitê de Ajudas Técnicas – CAT CORDE / SEDH / PR** realizada nos dias 13 e 14 de dezembro de 2007. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.infoesp.net/CAT_Reuniao_VII.pdf>. Último Acesso em 23/08/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis n10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Brasília, 2011.

BRASIL. **Decreto Federal nº 89.758**, de 06/06/84 e Portaria 121, de 02/10/84. Dispõe sobre a matrícula de cortesia, em cursos de graduação, em Instituições de Ensino Superior, de funcionários estrangeiros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares de Carreira e Organismos Internacionais, e de seus dependentes legais, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União. Brasília, DF, out, 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.662/93**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

BRASIL. **Resolução CFESS N.º 273/93** de 13 março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 11.788** de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.

BRASIL. **Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, DF, p. 25, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Consolida a Lei Orgânica de Assistência Social. Diário Oficial da União. Brasília, DF: dez.1998.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto-lei nº7.690**, de 2 De Março de 2012. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação. Diário Oficial da União. Brasília, DF, mar, 2012.

BRASIL. **Resolução nº15** de Março de 2002. Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Brasília, DF, jan, 2002.

BRASIL. **Lei 9.131**, de 25 de novembro de 1995. Parecer CNE/CES 492/2001. Parecer CNE/CES 1.363/2001. Orienta a formulação do projeto pedagógico e as Diretrizes curriculares para os cursos de Museologia.

BRASIL. **Decreto-lei nº7.690**, de 2 de Março de 2002. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, mar, 2002.

BRASIL. **Lei 11.640** de 11 de janeiro de 2008. Consolida a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, como Fundação Universidade Federal do Pampa, de natureza pública, uma instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade.

BRASIL. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>

BRASIL. **Lei nº 11.640**, de 11 de janeiro de 2008: institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Coordenação Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior. **Documento orientador das comissões de avaliação in loco para instituições de educação superior com enfoque em acessibilidade**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/documentos_orientadores/2016/documento_orientador_em_acessibilidade_avaliacao_institucional.pdf>. Acesso em 12 fev. 2021.

CAST. **Desenho Universal para Aprendizagem**. Disponível em: <https://www.cast.org/impact/universal-design-for-learning-udl>. Acesso em 12 fev. 2021.

CFESS. **Resolução nº 533**, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

CFESS. **Resolução 493 de 2006**. Regulamenta o exercício profissional do assistente social e dá outras providências.

Congresso Nacional. **Projeto de Lei nº 7.204/06**. Propõe a criação da UNIPAMPA.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=S%E3o+Borja> Acesso em 16/12/2014, às 13:14.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. Editora EGA, 1996.

GUINDANI, Evandro Ricardo; GUINDANI, Yáscara Michele Nelves Koga; NASCIMENTO, Sandro Ben Hur Gonçalves do. **A Educação frente à realidade socioeconômica: assimetrias entre a fronteira e região central do Estado do Rio Grande do Sul**. In: III Seminário Internacional de Ciências Sociais – Ciência Política. Buscando o Sul: Política, Sociedade, Educação e suas Fronteiras. Universidade Federal do Pampa, Câmpus São Borja, 2014.

INEP. **Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa**. Disponível em: < <http://inep.gov.br/web/guest/educacao-superior/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao/glossario>>. Acesso em 22 set. 2021.

_____. **Instrumentos de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Disponível em: < <http://inep.gov.br/instrumentos>>. Acesso em 22 set. 2021.

MARTINS, Bruna Braga. Trabalho de Conclusão de Curso. **Refletindo sobre a questão das cotas raciais e sociais no âmbito da Universidade Federal do Pampa Câmpus São Borja RS**. Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2016.

QUADRADO, Jaqueline Carvalho. **Quadro sintético**: produzido com base na pesquisa de diversos autores. 2016.

REUNI, **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Brasília, 2007.

ROSE D. H. e MEYER, A. **Teaching Every Student in the Digital Age: Universal Design for Learning**. 2002. Disponível em www.cast.org/teachingeverystudent/ideas/tes/. Acesso em: 29/03/2016.

UNIPAMPA. **Projeto Institucional da UNIPAMPA**, 2009.

UNIPAMPA. **Resolução 246/2019**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023).

UNIPAMPA. **Universidade Federal do Pampa**. www.google.com.br/search?q=mapa+de+inserção+da+unipampa, Acesso em: 23/08/2016.

UNIPAMPA. **Resolução nº 84 de 30 de outubro de 2014**. Universidade Federal do Pampa - Câmpus São Borja-RS, 2014.

UNIPAMPA. **Resolução Consuni/Unipampa nº294 de 30 de novembro de 2020** que regulamenta o Acompanhamento de Egressos da Universidade Federal do

Pampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2020/12/res--294_2020-acompanhamento-de-egressos-certo.pdf Acesso em : 19 de mar. 2021.

UNIPAMPA. **Resolução Consuni/Unipampa nº 329**, de 04 de novembro de 2021, que aprova as normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para Estágios cuja concedente é a Unipampa. Disponível em https://unipampa.edu.br/cacapava/sites/cacapava/files/documentos/nova_norma_de_estagio.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução CONSUNI nº 5**, de 17 de junho de 2010: aprova o Regimento Geral da Universidade. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 29**, de 28 de abril de 2011: aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/08/res--29_2011-normas-basicas-de-graduacao-alterada-pela-res--249.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 97**, de 19 de março de 2015: institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e estabelecer suas normas de funcionamento. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2010/06/res--97_2015-nde1.pdf>. Acesso em 10 set. 2019.

_____. **Resolução nº 253**, de 12 de setembro de 2019. Aprova a Estrutura Organizacional e as Normas para Atividades e Organização do Calendário Acadêmico da Unipampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/09/resolucao-no-253_2019-atividades-academicas-de-graduacao.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Resolução nº 260**, de 11 de novembro de 2019. Aprova as normas para ingresso no ensino de graduação na Unipampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/11/res--260_2019-normas-ingresso_no_ensino_de_graduacao.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Bagé: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246_2019-pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 317/2021, que regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da

_____. **Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 328/2021**, a qual aprova as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da Universidade Federal do Pampa.

_____. **Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 337/2022**, que altera a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 29, de 28 de abril de 2011, Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas.

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO A: REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIPAMPA

ANEXO B: REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIPAMPA

APÊNDICE A: PLANO DE ESTÁGIO DO(A) ESTAGIÁRIO(A)- ESTÁGIO I e II

APÊNDICE B: ROTEIRO PARA DIÁRIO DE CAMPO - ESTÁGIO I
e II

APÊNDICE C: ANÁLISE INSTITUCIONAL- ESTÁGIO I

APÊNDICE D: PROJETO DE INTERVENÇÃO- ESTÁGIO I

APÊNDICE E: FICHA DE FREQUÊNCIA DE SUPERVISÃO DE CAMPO- ESTÁGIO I e II

APÊNDICE F: FICHA DE FREQUÊNCIA DE SUPERVISÃO ACADÊMICA- ESTÁGIO I e II

APÊNDICE G: ACOMPANHAMENTO PROFESSOR ORIENTADOR- ESTÁGIO I e II

APÊNDICE H: - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES PELO(A) ESTUDANTE - ESTÁGIO I

APÊNDICE I: RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO II DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

APÊNDICE J: – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE ESTÁGIO PELA PARTE CONCEDENTE (EMPRESA/INSTITUIÇÃO)- ESTÁGIO I e II

APÊNDICE K: – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE ESTÁGIO PELA PARTE CONCEDENTE (UNIPAMPA)- ESTÁGIO I e II

APÊNDICE L: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO – TCE

ANEXO C: REGULAMENTO INTERNO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

APÊNDICE A: Do regulamento de TCC – FLUXO DE ABERTURA DE PROCESSO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS DE TCC II NO SEI – SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO

APÊNDICE B: Do regulamento de TCC – ROTEIRO PARA PROJETO DE PESQUISA

APÊNDICE C: Do regulamento de TCC

ANEXO D: TERMO DE ANUÊNCIA

ANEXO E: PEDIDO DE MIGRAÇÃO DE MATRIZ CURRICULAR DE CURSO DE GRADUAÇÃO

ANEXO F: CRITÉRIOS PARA QUEBRA DE PRÉ-REQUISITOS

ANEXO G: REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ANEXO H: PROGRAMA UNIPAMPA CIDADÃ

ANEXO I: REGULAMENTO PARA INSERÇÃO DA EXTENSÃO

ANEXO A: REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA/ UNIPAMPA

Normatiza o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso Superior de Serviço Social nos termos da Resolução da UNIPAMPA nº 97, de 19 de março de 2015, em Reunião Ordinária da Comissão de Curso, realizada no dia 21 de junho de 2021, no uso das atribuições, delibera pela atualização do Regimento Interno do NDE do Curso de Serviço Social UNIPAMPA.

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º O presente Regimento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um grupo de trabalho estabelecido na Resolução da UNIPAMPA nº 97, de 19 de março de 2015, com objetivo acompanhar, revisar e atualizar, em caráter permanente, o processo de formação profissional com base no Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social.

Art. 3º A composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Serviço Social é proposta pela Comissão de Curso de Serviço Social em reunião ordinária, e será constituído, pelo:

- I- Coordenador do Curso em exercício;
- II- Mínimo de 05 (cinco) professores do corpo docente do curso, com experiência na área de formação em Serviço Social, com titulação de doutor e com regime de trabalho de dedicação exclusiva.

Art. 4º A indicação dos representantes docentes será feita pela Comissão de Curso para um mandato de 03 (três) anos, com possibilidade de recondução.

Art. 5º O Núcleo Docente Estruturante deve ter um Presidente e um Secretário escolhidos pelos pares, para um mandato de 03 (três) anos.

Parágrafo Único. Quando da composição ou alteração do NDE, essas devem ser aprovadas pelo Conselho do Câmpus que através de sua presidência deve enviar, para o Gabinete da Reitoria, a Ata de constituição do Núcleo, prevendo o mandato dos membros, para designação formal via portaria.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 6º O NDE tem caráter consultivo e propositivo em matéria acadêmica, tendo as seguintes atribuições:

- I- Atualizar sempre que necessário o Projeto Pedagógico do curso, subsidiando a formulação de concepções e fundamentos do curso e garantindo a qualidade do processo de formação;
- II- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para deliberação na Comissão de Curso;
- III- Supervisionar as formas de avaliação do curso subsidiando a Comissão do mesmo;
- IV- Propor ao colegiado de curso uma reunião pedagógica semestral com vistas a qualificar os planos de ensino e processos didáticos pedagógicos.
- V- Contribuir na análise de componentes curriculares quando solicitado pelo colegiado de curso com vistas ao fortalecimento do processo de formação acadêmica.
- VI- Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando e acompanhando práticas didático-pedagógicas de acordo com as demandas da Comissão de Curso.
- VII- Propor procedimentos e critérios para a autoavaliação do Curso, prevendo as formas de divulgação dos seus resultados e o planejamento das ações de melhoria;
- a) VIII-Atender aos processos regulatórios internos e externos;
- VIII- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Serviço Social;

- IX- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação e de sua articulação com a pós-graduação, bem como das exigências do mundo do trabalho, sintonizadas com as políticas próprias às áreas de conhecimento;
- X- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;
- XI- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- XII- Propor e conduzir as reuniões pedagógicas em conjunto com a coordenação de curso e demais membros e comissões do Curso.

Parágrafo Único. As proposições do NDE são submetidas à apreciação e deliberação da Comissão de Curso.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 7º Compete ao Presidente do Núcleo:

- I- convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- II- representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- III- encaminhar as deliberações do Núcleo;
- IV- coordenar a integração com os demais Colegiados e setores da instituição;
- V- receber e encaminhar demandas da Coordenação de Curso de Serviço Social.

Art. 8º O/a Secretário/a do NDE tem as seguintes atribuições:

- I- Fazer o registro em ata das reuniões do NDE;
- II- Zelar pela documentação do NDE (portarias, resoluções, atas, memorandos).

CAPÍTULO V

DAS REUNIÕES

Art. 9º O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por autoconvocação ou por convocação do Presidente no mínimo, 02 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, sempre que convocado.

Art. 10º As decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

Art 11º. O secretário é responsável por secretariar e lavrar as atas.

Art 12º. O não comparecimento a 03 (três) reuniões do NDE, sem justificativa formal, implicará no desligamento e substituição imediata do docente.

Art 13º. A convocação ordinária deverá ser feita, com no mínimo 48 horas de antecedência.

Art. 14º. As reuniões serão validadas com a presença de 50% do quórum.

Art 15º. Para deliberações no âmbito das atribuições do NDE é necessário 50% de aprovação dos membros.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 16º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art 17º. O presente Regimento entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário, pelo Curso de Serviço Social da Unipampa.

São Borja, 21 de junho de 2021.

Comissão do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA

**ANEXO B: REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO
OBRIGATÓRIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIPAMPA**



**REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO
OBRIGATÓRIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIPAMPA**

SÃO BORJA, SETEMBRO DE 2021

CAPÍTULO I - DA NATUREZA E DOS ASPECTOS LEGAIS

Art. 1º. Este regulamento normatiza as atividades de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA, mediante a realização de convênios¹⁶ com instituições públicas e privadas, concedentes de estágio.

Art. 2º. O Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório em Serviço Social, fundamenta-se na legislação vigente, conforme disposto na Lei nº 11.788/2008: Dispõe sobre o estágio de estudantes, Lei 8.662/1993: Dispõe sobre a Profissão de Assistente Social, Política Nacional de Estágios da ABEPSS (2010), Resolução CFESS nº 273/1993: Código de Ética dos Assistentes Sociais, Resolução CFESS nº 493/2006: Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, Resolução CFESS nº 593/2008: Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social, Resolução Consuni/Unipampa nº 329, de 04 de novembro de 2021: Aprova as normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para Estágios cuja concedente é a Unipampa, Resolução CONSUNI-UNIPAMPA nº 29/2011: Aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, Instrução Normativa nº 213/2019, que estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e demais orientações constantes no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social e Política Local de Estágios em Serviço

¹⁶ Conforme prevê a Resolução Consuni/Unipampa N° 329/2021: Art.11. Para realização de estágio obrigatório ou não obrigatório, é necessária a celebração de Termo de Compromisso de Estágio, sendo o convênio facultado conforme a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. § 1º O convênio será realizado somente nos casos em que for exigido pela parte concedente do estágio. § 2º Deverá ser utilizado o modelo de convênio disponibilizado pela UNIPAMPA, podendo ser empregado o modelo disponibilizado pela parte concedente desde que este seja aprovado pela Procuradoria Federal junto à UNIPAMPA. § 3º O Convênio ou Acordo de Cooperação não substitui a exigência de firmar o Termo de Compromisso de Estágio (TCE).

Social, as quais objetivam explicitar as condições teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para sua realização.

Art. 3º. As referências contidas neste Regulamento de Estágios estão em consonância com a legislação em vigor, conforme descrito no Art. 2º e visam à materialização dos princípios, diretrizes e orientações político-pedagógicas, contidas na Política Local de Estágios do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA.

Art. 4º. O Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

- I. Matrícula e frequência regular atestados pela instituição de ensino.
- II. Celebração de Termo de Compromisso entre estagiário(a), Unidade Concedente e a Instituição de Ensino.
- III. Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio, de acordo com a área de conhecimento e aquelas previstas no Termo de Compromisso.

Art. 5º. A jornada de atividade em estágio será definida em comum acordo entre a Instituição de Ensino e a Unidade Concedente sendo descrita no Termo de Compromisso de Estágio, compatível com as atividades escolares e não devendo ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais:

- I. A jornada de atividades em estágio deverá compatibilizar-se com o horário acadêmico do(a) estagiário(a) e com o horário do campo de estágio.
- II. O período de realização do estágio corresponde ao calendário acadêmico vigente.
- III. O campo de estágio deverá proporcionar ao estagiário(a) atividades que possibilitem a aprendizagem social, cultural e profissional considerando-se as legislações que orientam a formação e trabalho profissional em Serviço Social.
- IV. O(a) estagiário(a) e Unidade Concedente deverão comunicar à UNIPAMPA, situações de interrupção, conclusão ou eventuais modificações no Termo de Compromisso.

Art. 6º. Os Campos de Estágio ou Unidades Concedentes de Estágio são as Instituições Públicas, Privadas, Movimentos Sociais e Organizações do Terceiro Setor, que desenvolvem Programas, Projetos e Serviços na área do Serviço Social, no município de São Borja e região, compatíveis com as exigências curriculares e pedagógicas do Curso de Serviço Social e da legislação vigente.

Art. 7º. Os Projetos de Extensão são reconhecidos como campos de Estágio, desde que tenham registro institucional na UNIPAMPA e que estejam em consonância com o que estabelece o Art. 2º §3º da Lei 11.788/2008, com a Resolução Consuni/Unipampa nº 329, de 04 de novembro de 2021, com a Resolução CONSUNI-UNIPAMPA nº 29/2011:, com a Resolução 29, de 28 de abril de 2011 da UNIPAMPA e com os Arts. 4º e 5º da Lei 8.662/1993, sob a orientação direta de um docente e supervisão de um profissional de Serviço Social, conforme disposto no Art. 2º da Resolução CFESS nº 533/2008. A inclusão do estágio no currículo tem papel importante e privilegiado porque visa o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, além de promover a aproximação com o ambiente de trabalho.

O estágio curricular obrigatório possui carga horária e registro de notas próprios e, quando incluído no PPC é pré-requisito para aprovação e obtenção do diploma; o estágio obrigatório requer um supervisor acadêmico assistente social do corpo docente da Universidade e de um supervisor de campo assistente social da unidade concedente do estágio. A partir disso, o desenvolvimento do estágio obrigatório em atividades de extensão somente poderá ocorrer uma vez considerados os elementos elencados anteriormente e atendidas todas as exigências legais para a realização de estágio curricular obrigatório indicadas na legislação.

Art. 8º. Para que os Projetos de Extensão sejam reconhecidos como campos de Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social devem ser observados que:

- I. Os objetivos e funções desempenhadas pelo Serviço Social estejam em conformidade com os Art. 4º e 5º da Lei de Regulamentação da Profissão.

- II. Os projetos e planos de intervenção do estágio devem ser articulados ao trabalho do Serviço Social, considerando a análise e a apropriação crítica do contexto socioinstitucional.
- III. O(a) supervisor(a) de campo poderá ser o(a) docente envolvido(a) na atividade de extensão ou assistente social vinculado(a) a equipe executora do projeto, devidamente registrado no Conselho Profissional - CRESS.
- IV. Não haja acúmulo nas funções de supervisor(a) de campo (unidade concedente) e de supervisor(a) acadêmico(a) (professor orientador). O(a) docente, ao assumir a função de supervisor(a) acadêmico(a) de um grupo de estudantes, não poderá acumular a função do supervisor de campo junto aos mesmos.
- V. Os programas ou projetos devem estar cadastrados no sistema de informação de projetos de ensino, pesquisa e extensão da UNIPAMPA.

Art. 9º. O Curso de Serviço Social estabelece como prioridade a execução de estágios com as Unidades Concedentes relacionadas no Art. 6º. Em situações do não preenchimento das vagas demandadas no semestre, haverá abertura de campo de estágios em Projetos de Extensão, conforme dispõe o Art. 7º e 8º deste Regulamento.

§1º: A oferta do componente de Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social é realizada anualmente e, na modalidade semestral, em casos excepcionais de doença, de reprovação por nota ou de provável formando(a).

§2º: Quando da ocorrência das situações descritas no §1º a deliberação sobre o ingresso semestral ou não fica a cargo da Comissão de Curso.

Art. 10. A Supervisão Direta de Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório constitui-se atividade privativa do(a) assistente social, conforme Lei 8.662/1993.

Art.11. Os campos de estágio, conforme Art. 6º e 7º, devem ter no seu quadro funcional, profissional assistente social, com registro junto ao Conselho Regional de Serviço Social e no pleno exercício profissional, conforme disposto na Lei 8.662/1993.

Parágrafo Único: São instrumentos do processo de conveniamento institucional de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social, a minuta de convênio de estágio e termo de compromisso de estágio, conforme fluxos institucional, e de acordo com normas estabelecidas na Resolução Consuni/Unipampa nº 329, de 04 de novembro de 2021.

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES

Art. 12. O Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social tem por finalidades:

- I. Inserção discente em espaços sócio-ocupacionais que possibilitem a experiência e articulação teórico-prática entre formação e trabalho profissional.
- II. Desenvolvimento de uma postura ética, crítica e propositiva frente às demandas relacionadas aos objetos de estudo e de intervenção.
- III. Qualificação dos processos de trabalho no qual o(a) assistente social se insere.
- IV. Fortalecimento da articulação teórico-prática no âmbito da formação e do trabalho profissional.
- V. Capacitação discente nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o trabalho profissional.

CAPÍTULO III – DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES

Art. 13. Em consonância com a Política Nacional de Estágios da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2010) a materialização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social deve assegurar os seguintes princípios:

- I. Consonância com os princípios ético-políticos, explicitados no Código de Ética dos assistentes sociais de 1993, que se constituem como os valores norteadores do projeto profissional do Serviço Social brasileiro.
- II. Indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.
- III. Articulação entre formação e exercício profissional.

- IV. Indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e supervisão de campo.
- V. Articulação entre Universidade e a sociedade
- VI. Unidade entre teoria-prática.
- VII. Fortalecimento da interdisciplinaridade.
- VIII. Articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO IV – DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 14. O Estágio Curricular Obrigatório, como componente curricular está previsto no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA.

§1º: A inserção do/a estudante em campo de estágio curricular fica condicionada à existência das vagas disponibilizadas pelas unidades concedentes de estágio.

§2º: Em situações de não disponibilidade de vagas de estágio de acordo com as demandas do semestre, o critério de organização das vagas existentes será o ranqueamento, conforme o Sistema de Informação Educacional (SIE) da UNIPAMPA.

Art. 15. O Estágio Curricular Obrigatório se configura a partir da inserção do(a) discente no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo(a) para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão direta, do profissional do campo de estágio - supervisor(a) de campo - e profissional docente - supervisor(a) acadêmico(a).

Art. 16. A carga horária de Estágio Curricular Obrigatório segue a legislação vigente, que prevê 15% da carga horária do Curso para atividades de estágio e é composta por 480 horas, divididas em dois semestres de 240 horas cada. Deste total são 360 horas de atividades no campo de estágio, e 120 horas de supervisão acadêmica (Supervisão Acadêmica I – 60h e Supervisão Acadêmica II – 60h).

§1º: O Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social está organizado, na matriz curricular, em dois semestres, iniciando-se no 6º semestre e concluindo-se no 7º semestre.

§2º: O Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório em Serviço Social I compreende a inserção do(a) estagiário(a) no campo de estágio, observação e

início dos processos interventivos, de acordo com as demandas do Serviço Social, no campo de estágio, com supervisão direta.

§3º: Para o ingresso no componente de Supervisão Acadêmica I (CCO que possui a carga horária teórica de Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social I) , o/a discente deverá ter concluído os seguintes componentes: Introdução ao Serviço Social, Fundamentos Ontológicos do Ser Social, Trabalho e Questão Social, Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social I, II e III, Ética Profissional e Serviço Social, Proteção Social, Política Social, Transformações Societárias e Processos de Trabalho, Instrumentalidade em Serviço Social e Introdução à Intervenção Profissional em Serviço Social

§4º: Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social II compreende a continuidade dos processos interventivos, de acordo com as demandas do Serviço Social, execução, monitoramento e avaliação do Projeto de Intervenção, com supervisão direta.

§5º: Para ingresso no componente curricular de Supervisão Acadêmica II (CCO que possui a carga horária teórica de Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social II), o discente deverá ter concluído os seguintes componentes curriculares: Introdução ao Serviço Social, Fundamentos Ontológicos do Ser Social, Trabalho e Questão Social, Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social I, II e III, Proteção Social, Política Social, Transformações Societárias e Processos de Trabalho, Instrumentalidade em Serviço Social, Introdução à Intervenção Profissional em Serviço Social, Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social I e Supervisão Acadêmica I.

Art. 17. A supervisão direta de estágio é constituída por duas instâncias, que são distintas e ao mesmo tempo complementares: a) supervisão acadêmica e b) supervisão de campo.

Art. 18. A orientação e acompanhamento efetivo do estagiário é realizada por docente em exercício na Instituição de ensino, vinculado ao curso em que o estagiário está matriculado. Conforme Resolução Consuni/Unipampa nº 329/2021, Art. 24: a orientação e acompanhamento efetivo do estagiário é realizada por docente em exercício na Instituição de ensino, vinculado ao curso em que o estagiário está matriculado. Art. 27. A supervisão do estágio é realizada

por profissional do quadro de pessoal da unidade concedente, com formação ou experiência na área de atuação do estagiário, durante o período integral de realização do estágio.

§1º: Denomina-se Supervisor(a) Acadêmico(a) o(a) profissional assistente social docente, do Curso de Serviço Social e Supervisor(a) de Campo o(a) profissional vinculado(a) a instituição concedente de estágio.

§2º: A supervisão direta de estágio deverá assegurar momentos coletivos de supervisão na universidade e campo de estágio e trabalho em tríade, com a participação do(a) supervisor(a) de campo, supervisor(a) acadêmico(a) e estagiário(a).

Art. 19. A supervisão direta de estágio deve ser realizada pelo(a) professor supervisor, e pelo(a) profissional supervisor de campo, através da reflexão, acompanhamento, sistematização e análise das atividades teórico-práticas, considerando-se os critérios estabelecidos nos instrumentos de supervisão acadêmica e de campo.

Art. 20. A supervisão direta de estágio, acadêmica e de campo, deverá prever o acompanhamento da prática discente no campo de estágio, em seus diferentes níveis, através de supervisões individuais, em grupo, visitas institucionais, reuniões com coletivas, em tríade, oficinas temáticas, fóruns locais e estadual de estágio, seminários, entre outros.

§1º: Cada professor(a) supervisor(a) ministrará os componentes de Supervisão Acadêmica I e II, em turmas com no máximo quinze acadêmicos(as) cada.

§ 2º: Os instrumentos que compõem o processo de supervisão direta de Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social são indicados nos apêndices do regulamento de estágio.

Art. 21. A supervisão de campo ocorre no próprio campo de estágio, a partir do Plano de Estágio do(a) estagiário(a).

Parágrafo Único: Para a supervisão de campo deve se levar em conta a carga horária do(a) supervisor(a) de campo, as peculiaridades do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais, sendo que o limite máximo não

deverá exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho (Resolução CFESS 533/2008, Art. 3º, Parágrafo Único).

CAPÍTULO III – DO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 22. O Estágio Curricular Não Obrigatório é atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, constituindo-se como Atividade Complementar de Graduação (ACG), conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA.

§ 1º: Em hipótese alguma a realização do Estágio Curricular Não Obrigatório substituirá o Estágio Curricular Obrigatório.

§ 2º: As vagas de Estágio Curricular Não Obrigatório em Serviço Social serão disponibilizadas de acordo com a capacidade de oferta das unidades concedentes de estágio e de disponibilidade do corpo docente, no semestre vigente.

Art. 23. Conforme o art. 10 da Resolução 329/2021, pode realizar Estágio não obrigatório, inclusive na UNIPAMPA quando for a Unidade Concedente, o discente que atender na integralidade os seguintes requisitos:

- I- estar em situação regular, de matrícula e frequência, no curso com o qual possui vínculo;
- II- ter cursado o primeiro semestre e ter obtido aprovação em, no mínimo, 60% (sessenta por cento dos créditos matriculados);
- III- não ter reprovado por frequência e por nota em mais de 60% da carga horária dos componentes curriculares em que estava matriculado no semestre regular imediatamente anterior ao que está sendo solicitado o estágio.

Parágrafo Único: Esta modalidade de estágio, no âmbito do Serviço Social, deve ser ofertada em consonância com as diretrizes previstas na Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010), em condições adequadas, que possibilite a supervisão de campo e supervisão acadêmica, com vistas à garantia da qualidade desta atividade no processo de formação profissional.

Art. 24. A supervisão direta de Estágio Curricular Não Obrigatório é constituída por duas instâncias, que são distintas e ao mesmo tempo complementares: supervisão acadêmica e supervisão de campo.

§1º: Denomina-se Supervisor(a) Acadêmico(a) o(a) profissional docente, do Curso de Serviço Social e Supervisor(a) de Campo o(a) profissional vinculado(a) a instituição concedente de estágio.

§2º: A supervisão de campo ocorre no próprio campo de estágio, a partir do Plano de Estágio do(a) estagiário(a).

Art. 25. A supervisão direta, acadêmica e de campo, de Estágio Curricular Não Obrigatório, deverá prever o acompanhamento da prática discente no campo de estágio, observando as seguintes atribuições:

- I. Planejar, juntamente com o(a) estagiário(a), acompanhar, organizar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades do Estágio.
- II. Avaliar as instalações da parte concedente do Estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando e controlar o número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de Estágio.
- III. Orientar técnica e pedagogicamente os(as) alunos(as) no desenvolvimento de todas as atividades do Estágio.
- IV. Receber e analisar o controle de frequência, relatórios e outros documentos dos(as) estagiários(as).
- V. Encaminhar ao interface de estágio vinculado à Coordenação Acadêmica do Câmpus os documentos relacionados aos Estágios, conforme fluxo institucional.
- VI. Zelar pela celebração e pelo cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio, em conjunto com a Coordenação Acadêmica do Câmpus.
- VII. Prestar informações adicionais quando solicitado.

CAPÍTULO IV – GESTÃO DO PROCESSO DE ESTÁGIO

Art. 26. Comissão de Estágios

- I. A Comissão de Estágios em Serviço Social tem caráter consultivo em matéria de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social.

- II. A Comissão de Estágios será composta por representantes discentes, docentes e supervisores de campo.
- III. De acordo com a Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010) e Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, esta Comissão ter por atribuições:
 - a) Identificar as demandas de estágio e campos conveniados¹⁷ e não conveniados que apresentam condições de oferta de estágio.
 - b) Planejar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social.
 - c) Propor a abertura e fechamento de campos de estágio, considerando os princípios da Política Local de Estágio, as demandas discentes e a disponibilidade do corpo docente.
 - d) Organizar espaços de participação da tríade – supervisores(as) acadêmicos(as), supervisores(as) de campo e estagiários(as) - em eventos formativos e informativos como seminários, rodas de conversa, oficinas pedagógicas, fóruns de supervisão, entre outros, considerando-se as demandas identificadas nos campos de estágio e no processo de supervisão direta.
 - e) Publicizar e possibilitar o acesso de discentes, professores(as) e supervisores(as) do material produzido pela Coordenação de Estágios, supervisores(as) e estagiários(as) relativo a estágio e áreas temáticas, de interesse desses segmentos.
 - f) Organizar, em conjunto com os supervisores(as) acadêmicos(as), a apresentação dos campos de estágio e/ ou experiências de práticas profissionais, objetivando a democratização de

¹⁷Ver Resolução Consuni/Unipampa N° 329/2021: Art.11 - Para realização de estágio obrigatório ou não obrigatório, é necessária a celebração de Termo de Compromisso de Estágio, sendo o convênio facultado conforme a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. § 1º O convênio será realizado somente nos casos em que for exigido pela parte concedente do estágio

experiências entre os(as) estudantes, principalmente os(as) ingressantes no componente de Estágio.

- IV. As demandas que requerem posicionamento coletivo do Curso de Serviço Social deverão ser encaminhadas pela Comissão de Estágios à Comissão de Curso para deliberação.

Art. 27. Coordenador(a) de Estágio

- I. O(a) coordenador(a) de estágio será escolhido por seus pares, exercendo a função por um período de um (1) ano, em gestão compatível com a coordenação do Curso.
- II. São atribuições do(a) coordenador(a) de estágio:
 - a) Coordenar a Comissão de Estágios em Serviço Social.
 - b) Zelar, em conjunto com a Comissão de Estágios e do Curso de Serviço Social, pela elaboração e implementação da Política de Estágio do Curso de Serviço Social.
 - c) Realizar contatos com as instituições campos de estágio e assistentes sociais, obedecendo aos critérios para abertura, ampliação ou manutenção das vagas de estágio, de acordo com a Política Local de Estágios, objetivando o planejamento da oferta de Estágio Curricular Obrigatório.

Parágrafo único: Em casos especiais, o(a) estudante, professor(a) ou assistente social que tenha interesse em alguma instituição para campo de estágio, deverá dirigir-se a Coordenação de Estágio, em tempo hábil, para que a mesma efetue análise quanto à abertura do campo de estágio.

- a) Encaminhar os(as) estagiários(as) nos campos de estágio, de acordo com as vagas oferecidas, considerando os prazos previstos no cronograma de estágio do semestre.
- b) Informar os campos de estágio sobre qualquer alteração curricular ou carga horária, que venha a interferir no desempenho do(a) discente.
- c) Promover reuniões com os supervisores acadêmicos, supervisores de campo, bem como estagiários, para discussão de questões relativas ao desenvolvimento do estágio.

- d) Organizar fluxos em vista de um sistema atualizado de documentação e cadastramento referente aos estágios.
- e) Encaminhar a listagem dos campos de estágio, nomes e contatos dos(as) supervisores(as) acadêmicos(as) e de campo para o CRESS – 10ª Região.
- f) Promover reuniões entre os(as) docentes objetivando democratização e discussão das questões referentes ao Estágio Obrigatório e Não Obrigatório; troca de informações e experiências; busca de unidade nos encaminhamentos referentes aos estágios; articulação do processo de estágio com a proposta curricular.
- g) Propor/rever modelos de documentação voltados à supervisão direta de estágio.
- h) Discutir e encaminhar, em conjunto com o(a) supervisor(a) acadêmico(a) e supervisor(a) de campo, o desligamento ou a transferência de estagiários(a), desde que seja detectado problemas relacionados à extinção de programas/ projetos.
- i) Fomentar, coordenar e articular o Fórum Local de Supervisão, em articulação com o Fórum Estadual.

Art. 28. Fórum Local de Supervisão de Estágio

- I. O Fórum Local de Supervisão constitui-se como espaço de educação permanente, no âmbito do Serviço Social, que tem por objetivo fomentar a troca de experiências, articulação teórico-prática e construção do conhecimento, considerando os diferentes saberes compartilhados entre supervisores(as) de campo, supervisores(as) acadêmicos(as), estagiários(as), estudantes de Serviço Social, gestores e administradores da universidade, bem como, das demais instituições relacionadas ao estágio.
- II. O Fórum objetiva qualificar a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social a partir da troca de experiências e do debate sobre o processo de supervisão na formação e trabalho profissional.
- III. De acordo com a Política Nacional de Estágios (ABEPSS, 2010), considerando as particularidades locais, são finalidades do Fórum:

- a) Fortalecer o estágio como momento estratégico de formação dos assistentes sociais.
- b) Propiciar espaço político–pedagógico de formação, em tríade, com a participação de supervisores(as) e estagiários(as).
- c) Promover um espaço de discussão sobre as vivências do estágio curricular obrigatório.
- d) Proporcionar a organização de docentes, supervisores(as) de campo e acadêmicos(as), para o enfrentamento das questões relativas à formação e trabalho profissional.
- e) Fomentar a discussão sobre o estágio em Serviço Social, tomando como referências os regulamentos jurídicos-políticos e normativas da área do Serviço Social.
- f) Contribuir para o aprimoramento do processo de supervisão direta de estágio.
- g) Problematizar questões que envolvam a dimensão ética, teórico-metodológica e técnico-operativa do estágio, prevendo possíveis respostas coletivas às situações cotidianas.

Art. 29. Oficinas Pedagógicas de Estágio

- I. As Oficinas Pedagógicas de Estágio constituem-se como espaço de formação permanente, no processo de supervisão direta de estágio em Serviço Social.
- II. As oficinas têm por objetivo qualificar o processo de inserção do(a) acadêmico(a) no campo de estágio e a elaboração, execução, monitoramento e avaliação do projeto de intervenção, com vistas a contribuir para o alcance do perfil do egresso do Curso de Serviço Social.
- III. As Oficinas Pedagógicas poderão ser realizadas ao longo do processo de estágio.

CAPÍTULO V - ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Art. 30. São atribuições dos(as) Supervisores(as) Acadêmicos(as) de Estágio em Serviço Social

- I. Orientar os(as) supervisores(as) de campo e estagiários(as) sobre a Política Local de Estágios do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA, inserindo o debate atual do estágio e seus desdobramentos no processo de formação profissional.
- II. Orientar os(as) estagiários(as) na elaboração do Plano de Estágio, conjuntamente com os(as) supervisores de campo, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social e com as demandas específicas do campo de estágio.
- III. Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos(as) estagiários(as) do Curso de Serviço Social, na Unipampa, por meio de encontros sistemáticos, com horários previamente estabelecidos, e no local de desenvolvimento do estágio, quando da realização das visitas sistemáticas aos campos de estágio, contribuindo na efetivação da supervisão direta e de qualidade, juntamente com o supervisor de campo.
- IV. Auxiliar o(a) estagiário(a) no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho profissional.
- V. Receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelos(as) estagiários(as), conduzindo a supervisão embasada em pressupostos teóricos, éticos, políticos, técnico-operativos que contribuam com uma formação integral.
- VI. Organizar e participar de reuniões, encontros, seminários, oficinas pedagógicas, fóruns de supervisão e outras atividades que se fizerem necessárias, com os supervisores de campo, na Universidade, para atualizações acerca de demandas à profissão, qualificação do processo de formação e exercício profissional e o aprofundamento teórico sobre temáticas pertinentes à efetivação da supervisão direta.
- VII. Acompanhar a trajetória acadêmica do(a) estagiário(a), no que se refere ao processo de estágio, por meio da documentação específica exigida pelo processo didático de aprendizagem da

Universidade, conforme orientações previstas no Regulamento Interno dos Estágios Supervisionados Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social.

- VIII. Fornecer, à Coordenação de Estágios, os documentos necessários para compor a documentação de cada estagiário(a).
- IX. Receber e analisar o controle de frequência, relatórios e demais documentos solicitados para avaliação dos(as) acadêmicos(as) em cada nível de estágio.
- X. Avaliar o(a) estagiário(a) emitindo parecer sobre sua frequência, desempenho e atitude ético-crítica e técnico-política no exercício do estágio, atribuindo o respectivo conceito ou nota.
- XI. Encaminhar à Coordenação de Estágios, relato de irregularidade ou demanda específica sobre a atuação dos campos, para efeito de realização de visita institucional.

Art. 31. São atribuições dos(as) Supervisores(as) de Campo de Estágio em Serviço Social

- I Comunicar à Coordenação de Estágios da UNIPAMPA, o número de vagas de estágio.
- II Certificar se o campo de estágio está em conformidade com as competências e atribuições específicas, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, objetivando a garantia das condições necessárias para o que trabalho profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética, requisitos fundamentais ao processo de formação do(a) estagiário(a).
- III Oportunizar condições institucionais para o desenvolvimento das competências e habilidades do(a) estagiário(a), assumindo a responsabilidade direta das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição conveniada.
- IV Disponibilizar ao(à) estagiário(a) a documentação institucional e de temáticas específicas referentes ao campo de estágio.
- V Participar efetivamente na elaboração do Plano de Estágio dos(as) estagiários(as) supervisionados(as), de acordo com o Projeto

Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNIPAMPA, em parceria com o(a) supervisor(a) acadêmico(a).

- VI Realizar encontros sistemáticos, com periodicidade definida (semanal ou quinzenalmente), individuais ou grupais com os(as) estagiários(as), para acompanhamento das atividades de estágio e discussão do processo de formação profissional e seus desdobramentos, bem como de estratégias pertinentes ao enfrentamento das questões inerentes ao cotidiano profissional.
- VII Participar efetivamente do processo de avaliação continuada do(a) estagiário(a), juntamente, com o(a) supervisor(a) acadêmico(a); quando da avaliação semestral, emitir relatório de acordo com instrumental qualitativo conforme documentos indicados pelo interface de estágio.
- VIII Participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação e atualização, seminários, oficinas pedagógicas, fóruns de supervisão e demais atividades promovidas pela Comissão de Estágios da Unipampa, para o devido estabelecimento da unidade imprescindível ao processo pedagógico inerente ao estágio.
- IX Encaminhar as sugestões e dificuldades à Comissão de Estágios da Unipampa e contatar com os supervisores(as) acadêmicos(as), Coordenador(a) de Estágios ou Coordenador(a) de Curso quando julgar necessário.
- X Manter o controle atualizado da folha de frequência do(a) estagiário(a), observando a carga horária exigida no respectivo nível de estágio e atestando o número de horas realizado pelo(a) estagiário(a).
- XI Atender às exigências de documentação e avaliação solicitadas pela Coordenação de Estágio da UNIPAMPA.
- XII Decidir, juntamente com a Coordenação de Estágios e supervisão acadêmica, sobre os casos de desligamento de estagiários(as).
- XIII Avaliar a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio.

Art. 32. São atribuições do(a) estagiário(a)

- a) Observar e zelar pela vaga de estágio, considerando o cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão, os regulamentos que orientam o Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social e as normas da instituição campo de estágio.
- b) Ao/a estagiário(a) cabe a responsabilidade de zelar pela sua vaga de estágio, obtida primeiramente pela Coordenação e/ou Comissão de Estágio.
- c) O descumprimento do acordo pedagógico implicará na perda da vaga de estágio.
- d) O(a) estagiário(a) que descumprir o acordo pedagógico ficará com a responsabilidade de obter nova vaga de estágio em observância aos prazos estabelecidos no cronograma de estágio.
- e) Informar ao supervisor(a) acadêmico(a), ao(a) supervisor(a) de campo e/ou ao(a) Coordenador(a) de Estágios, conforme o caso, qualquer atitude individual, exigência ou atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão, alicerçados no projeto ético-político, no projeto pedagógico do curso ou nas normas institucionais do campo de estágio.
- f) Contribuir na indicação de campos de estágio, com vistas à abertura de novo campo de estágio.
- g) Apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional ou, especificamente, o melhor desenvolvimento de suas atividades.
- h) Agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio, requisitando apoio aos supervisores, de campo e acadêmico(a), frente a um processo decisório ou atuação que transcenda suas possibilidades.
- i) Comunicar e justificar com antecedência ao(a) supervisor(a) acadêmico(a), ao(a) supervisor(a) de campo e/ou ao coordenador(a) de estágios, conforme o caso, quaisquer alterações, relativas à sua frequência, entrega de trabalhos ou atividades previstas.

- j) Apresentar ao(a) coordenador(a) de estágio, no início do período, atestado de vacinação, no caso de realizar seu estágio em estabelecimento de saúde.
- k) Realizar seu processo de estágio em consonância com o projeto ético- político profissional.
- l) Reconhecer o componente curricular de Supervisão Acadêmica I e II como processo e elemento constitutivo da formação profissional, cujas estratégias de intervenção constituam-se na promoção do acesso aos direitos pelos usuários.
- m) Participar efetivamente das supervisões acadêmicas e de campo, tanto individuais como grupais, realizando o conjunto de exigências pertinentes à referida atividade.
- n) Comprometer-se com os estudos realizados nos grupos de supervisão de estágio, com a participação nas atividades concernentes e com a documentação solicitada.

CAPÍTULO VI – DA AVALIAÇÃO

Art. 33. O processo de avaliação do Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social prevê os seguintes documentos e instrumentos avaliativos:

- I. Estágio Curricular Obrigatório I: Plano de Estágio do(a) Estagiário(a); Diários de Campo; Análise Institucional; Projeto de Intervenção; Ficha de Frequência de Supervisão de Campo e Supervisão Acadêmica; Relatório de avaliação do desempenho de estágio pela parte concedente; Relatório de acompanhamento do orientador (a); Relatório de execução de atividades pelo(a) estudante.
- II. Estágio Curricular Obrigatório II: Plano de Estágio do(a) Estagiário(a); Diários de Campo; Ficha de Frequência de Supervisão de Campo e Supervisão Acadêmica; Relatório de avaliação do desempenho de estágio pela parte concedente; Relatório de acompanhamento do orientador (a) e Relatório Final de Estágio do estagiário(a).

Parágrafo Único: A avaliação do Estágio Curricular Obrigatório segue as normas institucionais, de avaliação de componentes curriculares, conforme Resolução CONSUNI nº 29/2011.

Art. 34. O processo de avaliação do Estágio Curricular Não Obrigatório em Serviço Social prevê os mesmos documentos e instrumentos avaliativos do estágio obrigatório, exceto o diário de campo.

Parágrafo Único: A avaliação dos instrumentos constantes no Art. 33 constituem-se requisitos para a validação do Estágio Curricular Não Obrigatório, como Atividade Complementar de Graduação (ACG).

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Casos omissos neste Regulamento de Estágios, em caráter extraordinário, poderão ser deliberados pela Comissão de Estágios e Comissão de Curso de Serviço Social, quando solicitado.

APÊNDICES DO REGULAMENTO DE ESTÁGIOS

APÊNDICE A: PLANO DE ESTÁGIO DO(A) ESTAGIÁRIO(A)- ESTÁGIO I e II

I – IDENTIFICAÇÃO:

Instituição:

Nome do(a) estagiário(a):

Supervisor de Campo:

Supervisor Acadêmico:

- I. APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO (descrever brevemente o território onde se localiza a entidade, as políticas públicas com o qual se vincula e os objetivo da entidade
- II. OBJETIVOS DO(A) ESTAGIÁRIO(A): observar o nível de estágio I ou II, considerando-se as atribuições do(a) estagiário(a)
- III. METODOLOGIA DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO (descrever todas as atividades a serem desenvolvidas pelo(a) estagiário(a) no campo de estágio, incluindo as ações do projeto de intervenção quando do Plano de Estágio II).

IV – REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

APÊNDICE B: ROTEIRO PARA DIÁRIO DE CAMPO - ESTÁGIO I e II**DIÁRIO DE CAMPO - Nº _____**

1. Data: / / Local:
2. Nome da(s) atividade(s) desenvolvida(s):
3. Objetivo da(s) atividade(s)
4. Participantes: (descrever o número, sexo, características étnico-raciais, segmentos sociais, entre outros...)
5. Descrição da atividade e metodologia de trabalho desenvolvida (considerando as atribuições privativas e competências profissionais dos/as assistentes sociais):
6. Encaminhamentos:
7. Articulação teórico-prática (de acordo com as bibliografias abordadas no curso)
8. Avaliação do(a) acadêmico(a): (relevância da atividade, desafios, percepções, observações, sugestões, entre outros...)

APÊNCIDE C: ANÁLISE INSTITUCIONAL- ESTÁGIO I

- I. APRESENTAÇÃO (apresentação geral da análise considerando suas partes constitutivas).
- II. ANÁLISE INSTITUCIONAL
 - 2.1 Histórico da Instituição: contexto onde está inserida (características do território), data de criação, lei de criação, estatuto, regimento, política ao qual se vincula, entre outros). Estrutura Geral da Instituição (organograma quando existir e sistema de gestão).
 - 2.2 Objetivos da Instituição (missão, visão etc. quando existir)
 - 2.3 Demandas institucionais: perfil do público usuário da instituição, principais demandas de atendimento, serviços prestados (programas, projetos e benefícios)
 - 2.4 Recursos Institucionais: recursos humanos (destaque para a forma de constituição das equipes de trabalho: concursados, contratados, assessorias ou consultorias externas); recursos materiais (infraestrutura, equipamentos, materiais pedagógicos etc.); recursos financeiros (financiamento público, recursos da iniciativa privada, parcerias, orçamento etc.)

III – O SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO

Histórico do Serviço Social na instituição, características e demandas de trabalho, objetivos do trabalho do Assistente Social e instrumental utilizados

IV- DESVELAMENTO DO OBJETO

1. Identificação das expressões da questão social (Descrevê-las e caracterizá-las).
2. Desafios presentes no processo de intervenção: destaque as dificuldades apresentadas no trabalho do/a assistente social
3. Identificação de atividades possíveis de serem realizadas no projeto de intervenção: considerando os itens anteriores, destaque as atividades que podem ser desenvolvidas diante das expressões da questão social.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

VI- REFERÊNCIAS

APÊNDICE D: PROJETO DE INTERVENÇÃO- ESTÁGIO I

I DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome do Projeto:

Órgão / Instituição:

Acadêmico/a responsável:

Supervisor/a de Campo:

Supervisor/a Acadêmico/a:

II INTRODUÇÃO: (apresentação do campo de estágio, apresentação geral do projeto considerando e suas partes constitutivas)

III JUSTIFICATIVA: Justificar a relevância do objeto escolhido considerando aspectos do âmbito social, acadêmico e do exercício profissional.

IV OBJETIVOS:

Objetivo Geral: Corresponde a um objetivo de maior abrangência, por isso deve responder as questões: O que? Para que?

Objetivos Específicos: Também denominado de operacionais, objetiva operacionalizar a intervenção.

V REFERENCIAL TEÓRICO:

Identificar as categorias teóricas e adensá-las, considerando os objetivos específicos.

VI METODOLOGIA:

Explicitar e adensar teoricamente o método e categorias constitutivas, que orientam a elaboração do projeto.

Abordagens, técnicas e instrumentos a serem utilizados.

Avaliação e monitoramento (compreende avaliação dos resultados obtidos com o desenvolvimento do projeto)

VII CRONOGRAMA

VIII RECURSOS:

Humanos

Materiais

Financeiros

IX REFERÊNCIAS:

APÊNDICE E: FICHA DE FREQUÊNCIA DE SUPERVISÃO DE CAMPO- ESTÁGIO I e II

Nome do(a) Estagiário(a):

Instituição Campo de Estágio:

Supervisor(a) de Campo:

Mês/Ano: _____ Total de horas feitas no mês: _____

DIA	HORA DE CHEGADA	HORA DE SAÍDA	TOTAL DE HORAS	RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ASSINATURA DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

São Borja: _____ / ____ / ____.

 Assinatura e carimbo do(a) Supervisor(a) de Campo

APÊNDICE F: FICHA DE FREQUÊNCIA DE SUPERVISÃO ACADÊMICA- ESTÁGIO I e II

Nome do(a) Estagiário(a): _____

Instituição Campo de Estágio: _____

Supervisor(a): _____

Acadêmico(a): _____

DIA/MÊS	TOTAL DE HORAS	RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ASSINATURA DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

São Borja: ____ / ____ / ____.

 Assinatura do(a) Supervisor(a) Acadêmico

APÊNDICE G: ACOMPANHAMENTO PROFESSOR ORIENTADOR- ESTÁGIO I e II**ACOMPANHAMENTO PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A)****ESTAGIÁRIO**

Nome:.....E_mail:

Endereço:.....Bairro:.....CEP:

Cidade:..... UF:.....CI nº :.....CPF:.....

Telefone: Regularmente matriculado (a) no semestre do curso de..... Câmpus:.....Matrícula nº

Estágio curricular: Obrigatório () Não obrigatório ()

Instituição:

Período de estágio:.....

Datas de entregas dos relatórios (a cada 6 meses):

Estagiário	Parte Concedente
1º (data entrega do relatório)	1º (data entrega do relatório)
2º	2º
3º	3º
4º	4º

Houve compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no TC:

Sim Não

Justifique: _____

Acompanhamento e avaliação:

Estágio: () aprovado () reprovado **Nota final:** _____

Obs.:

1. A parte concedente de estágio deverá ser comunicada, no início do período letivo, os horários das aulas e as datas de realização de avaliações acadêmicas.
2. O número de estagiários deve estar dentro do permitido pela Lei 11.788/08.

....., dede 2021.

Supervisor(a) Acadêmico(a)

(nome)

Visto:

Acadêmico(a)

APÊNDICE H - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES PELO(A) ESTUDANTE - ESTÁGIO I

ESTAGIÁRIO(A)

Nome:		E-mail:	
Endereço:		Bairro:	CEP:
Cidade:	UF:	Telefone:	
CI nº:		CPF:	
Semestre:		Curso:	
Câmpus:		Matrícula nº:	
Estágio curricular: <input type="checkbox"/> Obrigatório <input type="checkbox"/> Não Obrigatório			

UNIDADE CONCEDENTE

Razão social:			
Endereço:		Bairro:	CEP:
Cidade:	UF:	Telefone:	
CNPJ:		Ramo de atividade:	
Supervisor Estágio:		Cargo:	

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Razão social: Universidade Federal do Pampa-Unipampa			
Endereço:		Bairro:	CEP:
Cidade:	UF:	Telefone:	
CNPJ: 09.341.233/0001-22		Coordenado(a) Acadêmico(a):	
Supervisor(a) acadêmico(a):		Câmpus: São Borja-RS	

Relato das atividades desenvolvidas pelo estagiário:

Avaliação:

1. **Principais aprendizagens:**

2. **Problemas enfrentados:**

3. **Sugestões para o professor orientador e para a UNIPAMPA:**

....., de de 20....

ESTAGIÁRIO(A):

UNIPAMPA- SUPERVISOR(A) ACADÊMICO(A):

UNIDADE CONCEDENTE-
SUPERVISOR(A) DE CAMPO:

APÊNDICE I: RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO II DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

I. CAPA

II. FOLHA DE ROSTO

III. SUMÁRIO

IV. INTRODUÇÃO

Síntese sobre o que se trata o referido documento, bem como apresentação sintética da estrutura e do conteúdo que será abordado no relatório.

DESENVOLVIMENTO

Atividades desenvolvidas e a execução do projeto de intervenção.

Atividades desenvolvidas no decorrer do Estágio I e II (para além da execução projeto de intervenção).

Descrição e problematização sobre o projeto de intervenção

Descrições sobre a avaliação final do projeto de intervenção considerando as metas e resultados previstos e alcançados

Análise crítica sobre os resultados alcançados e elaboração de propostas para a instituição e para o Serviço Social

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprendizados, desafios, pontos relevantes, dificuldades encontradas e perspectivas.

APENDICE J – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE ESTÁGIO PELA PARTE CONCEDENTE (EMPRESA/INSTITUIÇÃO)- ESTÁGIO I e II

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA PARTE CONCEDENTE- DADOS DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

Nome:		E-mail:	
Endereço:		Bairro:	CEP:
Cidade:	UF:	Telefone:	
CI nº:		CPF:	
Semestre:		Curso:	
Câmpus:		Matrícula nº:	
Estágio curricular: <input type="checkbox"/> Obrigatório <input type="checkbox"/> Não Obrigatório			

UNIDADE CONCEDENTE

Razão social:			
Endereço:		Bairro:	CEP:
Cidade:	UF:	Telefone:	
CNPJ:		Ramo de atividade:	
Supervisor Estágio:		Cargo:	

Relato das atividades desenvolvidas pelo estagiário:

Avaliação:

1. Principais contribuições do estagiário:

2. Recomendações para o desenvolvimento do estagiário:

....., de de 20.....

UNIDADE CONCEDENTE

Supervisor(a) de campo

UNIPAMPA

Coordenador(a) Acadêmico(a)

Estagiário(a)

Orientador (a)

Supervisor(a) acadêmico(a)

APENDICE K – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE ESTÁGIO PELA PARTE CONCEDENTE (UNIPAMPA)- ESTÁGIO I e II

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA PARTE CONCEDENTE

ESTAGIÁRIO

Nome:		E-mail:	
Endereço:		Bairro:	CEP:
Cidade:	UF:	Telefone:	
CI nº:		CPF:	
Semestre:		Curso:	
Câmpus:		Matrícula nº:	
Estágio curricular: <input type="checkbox"/> Obrigatório <input type="checkbox"/> Não Obrigatório			

UNIDADE CONCEDENTE/SETOR DA UNIPAMPA

Razão social: Fundação Universidade Federal do Pampa			
Endereço (Câmpus):		Bairro:	CEP:
Cidade:	UF:	Telefone:	
CNPJ: 09.341.233/0001-22		Ramo de atividade:	
Supervisor Estágio:		Cargo:	

Relato das atividades desenvolvidas pelo estagiário:

Avaliação:

1- Principais contribuições do estagiário:

2- Recomendações para o desenvolvimento do estagiário:

....., de de 20.....

Vistos:

UNIDADE CONCEDENTE

Supervisor(a) de campo

UNIPAMPA

Coordenador(a) Acadêmico(a)

Estagiário(a)

Orientador(a)

Supervisor(a) acadêmico(a)

APÊNDICE L: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO – TCE

Fundamento Legal – Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Com base na legislação vigente, as partes a seguir nomeadas acordam e estabelecem entre si as cláusulas e condições que regerão este Termo de Compromisso de Estágio.

ESTAGIÁRIO

Nome:

Endereço:

Cidade:

UF:

Bairro:

CEP:

Telefone:

E-mail:

CI Nº:

CPF:

Semestre:

Curso:

Câmpus:

Matrícula:

Estágio Curricular:

UNIDADE CONCEDENTE

Razão social:

CNPJ:

Ramo da Atividade:

Endereço:

Cidade:

UF:

Bairro:

CEP:

Telefone:

E-mail:

Representante Legal:

Cargo

Supervisor/a de Estágio:

Cargo:

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Razão social:

Câmpus:

CNPJ:

Endereço:

Cidade:

UF:

Bairro:

CEP:

Telefone:

E-mail:

Representante Legal:

Cargo

Supervisor/a Acadêmico/a:

CLAÚSULAS DO TCE:

CLAÚSULA 1ª – OBJETO

Esse TCE decorre e fica vinculado ao Convênio, instrumento jurídico facultativo às instituições de ensino conforme o Artigo 8º da Lei 11.788/08, celebrado entre a UNIPAMPA e a UNIDADE CONCEDENTE, e tem por finalidade proporcionar experiência prática na linha de formação do Estagiário, em complemento e aperfeiçoamento do seu curso.

CLAÚSULA 2ª – VIGÊNCIA

O presente TCE vigorará de __/__/__ a __/__/__ podendo ser prorrogado por igual período. A cada 06 (seis) meses, o —ESTAGIÁRIO, obrigatoriamente, comprovará sua aprovação escolar e frequência regular no período anterior, sob pena de rescisão do TCE a que se refere esta cláusula.

CLAÚSULA 3ª – LOCAL, ATIVIDADES, JORNADA E RECESSO

As atividades a serem desenvolvidas durante o estágio, objeto do presente TCE, constarão no Plano de Estágio construído pelo ESTAGIÁRIO em conjunto com a UNIDADE CONCEDENTE e orientado por professor da UNIPAMPA.

O Plano de Estágio do estagiário deverá ser incorporado ao TCE por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante, (Art. 7º, parágrafo único da Lei nº 11.788/08).

As atividades não podem exceder a seis (06) horas diárias, perfazendo um total de no máximo trinta (30) horas semanais, e deve ser realizado em período compatível com o seu horário escolar, e serão desenvolvidas pelo ESTAGIÁRIO no setor da UNIDADE CONCEDENTE.

Nos períodos de férias acadêmicas, a jornada de estágio será estabelecida de comum acordo entre o ESTAGIÁRIO e a UNIDADE CONCEDENTE.

É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

CLAÚSULA 4ª – SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS

Na vigência do presente TCE, o ESTAGIÁRIO será incluído na cobertura do Seguro Contra Acidentes Pessoais, nos Termos do Inciso IV e do parágrafo único do Art. 9º

da Lei nº 11.788/08, sob responsabilidade da UNIPAMPA, apólice nº 1008200508911 - Unimed, conforme Certificado Individual de Seguro, fornecido ao estagiário.

CLÁUSULA 5ª – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Nos termos do disposto no Art. 3º da Lei nº 11.788/08 o estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o ESTAGIÁRIO, a UNIDADE CONCEDENTE e a UNIPAMPA.

CLÁUSULA 6ª – DA BOLSA E AUXÍLIO TRANSPORTE

O estágio será não remunerado, conforme permite o Art. 12º da Lei nº 11.788/08, devendo, porém, objetivar a complementação do ensino e da aprendizagem profissional do aluno.

A concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como o auxílio transporte é compulsória somente na hipótese de estágio curricular não obrigatório.

CLÁUSULA 7ª – ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA UNIDADE CONCEDENTE

- a. Celebrar esse termo de compromisso com a UNIPAMPA e o educando, zelando por seu cumprimento;
- b. Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- c. Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- d. Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- e. Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- f. Enviar à UNIPAMPA, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.
- g. Comunicar à UNIPAMPA dados básicos sobre o andamento do estágio, bem como irregularidades que justifiquem intervenção;
- h. Subsidiar a UNIPAMPA com informações que propiciem o aprimoramento do sistema acadêmico e do próprio estágio;
- i. Comunicar a UNIPAMPA em caso de prorrogação ou rescisão deste TCE ou, também, em caso de efetivação do estudante;
- j. Propiciar ao ESTAGIÁRIO, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente em suas férias escolares. O recesso deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação, e os dias de recesso previstos serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Do ESTAGIÁRIO

- a) Estar regularmente matriculado na UNIPAMPA, em semestre compatível com a prática exigida no estágio;
- b) Cumprir fielmente a programação do estágio comunicando a UNIPAMPA qualquer evento que impossibilite a continuação de suas atividades;
- c) Atender as normas internas da UNIDADE CONCEDENTE, principalmente às relativas ao estágio, que declara, expressamente, conhecer, exercendo suas atividades com zelo, exatidão, pontualidade e assiduidade;
- d) Comunicar à UNIPAMPA e à UNIDADE CONCEDENTE, conclusão, interrupção ou modificação deste TCE, bem como fatos de interesses ao andamento do estágio;
- e) Responder pelo ressarcimento de danos causados por seu ato doloso ou culposo a qualquer equipamento instalado nas dependências da UNIDADE CONCEDENTE durante o cumprimento do estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;
- f) Participar de todas as atividades inerentes à realização dos estágios (reuniões de trabalho, avaliação, planejamento, execução, entre outras);
- g) Desempenhar com ética e dedicação todas as atividades e ações que lhe forem designadas;
- h) Cumprir a programação estabelecida para o estágio, comunicando em tempo hábil a eventual impossibilidade de fazê-lo;
- i) Comunicar à UNIPAMPA, qualquer fato relevante sobre seu estágio;
- j) Elaborar e entregar ao orientador de estágio designado pela UNIPAMPA, para posterior análise da UNIDADE CONCEDENTE e/ou da UNIPAMPA, relatório(s) sobre seu estágio, na forma, prazo e padrões estabelecidos;
- k) Cumprir o horário estabelecido nesse TCE.

Da UNIPAMPA

- a) Coordenar, orientar e responsabilizar-se, para que a atividade de estágio curricular seja realizada como procedimento didático-pedagógico;
- b) Observar o cumprimento da legislação e demais disposições sobre o estágio curricular;
- c) Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

- d) Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- e) Exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- f) Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- g) Elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
- h) Comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

CLÁUSULA 8ª – INTERRUPTÃO DA VIGÊNCIA

A interrupção da vigência ocorrerá por:

- a) Não cumprimento do convencionado neste TCE;
- b) Colação de grau de nível superior, reprovação, abandono ou mudança de curso ou trancamento de matrícula pelo ESTAGIÁRIO;
- c) Interrupção de vigência do TCE com a UNIPAMPA;
- d) Abandono do estágio;
- e) Pedido de substituição do ESTAGIÁRIO, por parte da UNIDADE CONCEDENTE do estágio;
- f) Manifestação, por escrito, de qualquer das partes.

CLÁUSULA 9ª – FORO

As partes elegem o foro de Bagé/RS, com expressa renúncia de outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão emergente do presente TCE.

E por estarem de comum acordo com as condições do TCE, as partes o assinam em 04 vias de igual teor.

São Borja, _____ de _____ de _____.

UNIDADE CONCEDENTE UNIPAMPA

ESTAGIÁRIO(A)

**ANEXO C: REGULAMENTO INTERNO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL PARA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



**REGULAMENTO INTERNO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL PARA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



São Borja, setembro de 2021

SUMÁRIO

1. Apresentação
2. Diretrizes do trabalho de conclusão de curso
3. Objetivos do trabalho de conclusão de curso
4. Pré-requisitos
5. Banca de trabalho de conclusão de curso
 - 5.1 Constituição das bancas
 - 5.2 Troca de Orientadores/as
 - 5.3 Procedimentos Organizativos
6. Das atribuições da coordenação do processo de trabalho de conclusão de curso
7. Das competências dos/as orientadores/as de trabalho de conclusão de curso
8. Das competências dos/as orientandos/as do trabalho de conclusão de curso
9. Avaliação do trabalho de conclusão de curso
10. Recursos
11. Referências
12. Apêndices

12.1 Apêndice A - Fluxo de abertura de processo e inserção de documentos de TCC II no sei – sistema eletrônico de informação

12.2 Apêndice B – Roteiro de Projeto de Pesquisa

1 APRESENTAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC consiste em um trabalho científico que tem por objetivo apresentar a apreensão do conhecimento adquirido durante a graduação em Serviço Social. É por meio deste trabalho que o/a aluno/a apresentará a análise crítica de determinado tema ao campo do Serviço Social, com rigor metodológico e científico. O TCC é um componente obrigatório do curso de Serviço Social da Unipampa, para obtenção do título de bacharel ou bacharela em Serviço Social.

A efetivação do acompanhamento, materialização dos procedimentos e avaliações do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa ocorrerá por meio do presente Regulamento Interno.

Segundo as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social, o Trabalho de Conclusão de Curso estrutura-se em um estudo no qual o/a acadêmico/a sistematiza o conhecimento resultante de um processo “investigativo originário de uma indagação teórica [...] Este processo de sistematização, quando resultar de experiência de estágio, deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológico-operativos” (ABEPSS, 2002, p. 19).

O Trabalho de Conclusão de Curso deve ser elaborado respeitando a normatização e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. No curso de Serviço Social da Unipampa – poderá constituir-se numa monografia ou artigo científico sob a orientação de um/a docente da comissão de curso, avaliado por banca examinadora e regido por regulamento próprio e pelas normas institucionais vigentes.

O presente regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso apresenta as diretrizes, objetivos, pré-requisitos do TCC bem como os requisitos para constituição da banca de defesa e o processo de avaliação dos trabalhos indicando as atribuições dos/as orientadores/as e orientandos/as.

2 DIRETRIZES DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso expressa um processo de síntese da graduação em Serviço Social no qual o tema do Trabalho de Conclusão de Curso será de livre escolha do/a orientando/a em diálogo com orientador/a. A conclusão e defesa do TCC constitui atividade obrigatória para obtenção do título de Bacharel ou Bacharela em Serviço Social.

O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido em 120 (cento e vinte horas) no sétimo e oitavo semestres do curso, assim distribuídos: Trabalho de Conclusão de Curso I – 60h (sessenta horas) e Trabalho de Conclusão de Curso II – 60h (sessenta horas) sendo que ambos os componentes são ministrados por meio de orientação realizadas em forma de encontros presenciais ou plataformas online, orientação individual ou coletivas com os respectivos orientadores/as, tendo como resultado a produção, elaboração e conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso.

A estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser organizada das seguintes formas: monografia ou artigo científico, compondo relato teórico prático, pesquisa ou levantamento bibliográfico. Ressalta-se que o conteúdo tanto da monografia, como do artigo

científico, deve respeitar os parâmetros éticos da profissão. Em tratando-se de relato teórico-prático deverá estar vinculado ao campo de estágio ou projeto de extensão no qual se inseriu o/a orientando/a.

O Trabalho de Conclusão de Curso, em matéria específica de Serviço Social, será orientado por docentes graduados/as em Serviço Social, sendo as demais temáticas orientadas por docentes que compõem a comissão de curso, graduados ou não em Serviço Social. A organização quanto ao número de orientandos/as por docente será feita a partir da coordenação de curso, com aprovação da Comissão do Curso de Serviço Social, considerando-se a disponibilidade equitativa de carga horária dos/as docentes para este trabalho e a afinidade das temáticas.

1 - OBJETIVOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA possui os seguintes objetivos:

- Sistematizar conhecimentos teóricos, práticos e críticos no âmbito de ensino, pesquisa ou extensão valorizando as dimensões da profissão.
- Elaborar o projeto ou proposta – quando se trata de relato teórico-prático ou levantamento bibliográfico - de Trabalho de Conclusão de Curso em forma de monografia ou artigo científico.
- Demonstrar postura ética, crítica e reflexiva nas dimensões das competências teórica-metodológica, técnico-operativa e ético-política da profissão.
- Produzir conhecimento no âmbito do Serviço Social possibilitando ao/as orientando/as de Serviço Social desenvolvimento de reflexões formuladas nos espaços sócio-ocupacionais de estágio e projetos de extensão.

2 – PRÉ-REQUISITOS

Constituem pré-requisitos para o/a orientando/a ingressar no componente de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC:

- O/a orientando/a deverá estar matriculado em Trabalho de Conclusão de Curso I e posteriormente Trabalho de Conclusão de Curso II.
- O/a orientando/a deverá ter concluído os Componentes Curriculares de Estágio em Serviço Social I e posteriormente Estágio em Serviço Social II.

- Para cursar Trabalho de Conclusão de Curso I o/a acadêmico/a deverá ter cursado os seguintes componentes do curso de Serviço Social: Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Ontológicos do Ser Social; Trabalho e Questão Social; Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social I, II e III, Ética Profissional e Serviço Social, Política Social; Transformações societárias e processos de Trabalho; Introdução à Intervenção Profissional em Serviço Social; Proteção Social; Pesquisa em Serviço Social I e II; Estágio em Serviço Social I.
- Para cursar Trabalho de Conclusão de Curso II os/as orientandos/as deverão ter cursado Trabalho de Conclusão de Curso I, não poderão estar cursando TCC I e TCC II no mesmo semestre.
- Casos omissos serão resolvidos pela comissão de curso.

2 – ORIENTAÇÃO E BANCA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

1 A constituição das bancas

As bancas serão públicas – exceto em excepcionalidades acordadas em comissão de curso quando necessário – sendo as mesmas, constituídas por três membros, sendo que podem compor a banca de avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação da Universidade Federal do Pampa do Curso de Serviço Social, os/as seguintes membros:

- Docente Orientador/a da comissão de Curso de Serviço Social
- Pelo menos um docente da comissão de Curso de Serviço Social
- Um convidado interno ou externo a Unipampa, sendo docente ou profissional com pelo menos a titulação de especialista.

Destaca-se que nenhum integrante da banca de avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso poderá ter qualquer grau ou vínculo de parentesco com o/a orientando/a que estiver defendendo o Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social.

As bancas serão organizadas pela coordenação de curso em conjunto com a comissão de curso a partir de cronograma de entrega dos trabalhos. A indicação dos/as docentes que irão orientar os trabalhos de TCC I e II será aprovada em comissão de curso, tendo como parâmetros os seguintes critérios:

1. Distribuição equitativa entre os/as orientadores/as do Curso de Serviço Social;
2. Preferencialmente afinidade com as temáticas de estudo e pesquisa dos/as orientadores/as;

A redistribuição, afastamento, licenças de orientadores/as ou ainda solicitações de troca de orientador/a, culminará em nova escolha de orientador/a respeitando os critérios estabelecidos neste Regulamento. Casos omissos quanto à composição das bancas poderão ser discutidos em comissão de curso.

1 TROCA DE ORIENTADORES/AS

A troca de orientador/a poderá ser analisada mediante os seguintes procedimentos:

1. O/a orientando/a que deseja a troca de orientador/a deverá primeiramente realizar um diálogo conjunto com seu orientador/a, a fim de convergirem sobre os motivos e possibilidades de alternância de orientação;
2. O/a orientando após diálogo com o/a orientador/a deverá formalizar a troca de orientador ao supervisor de TCC e a coordenação de curso para que se proceda a substituição.
3. A troca de orientador/a deverá respeitar a distribuição equitativa de TCC entre os docentes do curso de Serviço Social.

2 PROCEDIMENTOS ORGANIZATIVOS

- A nota de TCC I será atribuída exclusivamente pelo/a orientador/a, sem a necessidade de realização de banca com participação de outros docentes ou profissionais.
- As notas atribuídas em TCC II considerando-se a parte escrita e apresentação oral serão atribuídas pelos/as três membros que compõem a banca examinadora.
- O resultado final da avaliação da banca examinadora será informado, via oral, pela banca ao término das considerações finais e formalizada por meio de Ata de Defesa , publicada via SEI, para ciência do/a orientando/a.
- Todos os TCCs defendidos no âmbito da UNIPAMPA devem ser disponibilizados em formato digital na biblioteca, inseridos em processos no SEI – Sistema Eletrônico de Informações (ver apêndice A) para serem incluídos no repositório digital da referida universidade, conforme Resolução 106, de 27 de agosto de 2015.
- Serão disponibilizados para consulta na Biblioteca da Unipampa os trabalhos aprovados pela banca examinadora, que tiverem nota igual ou superior a 6,0

(seis) e atenderem às sugestões de alterações propostas mediante termo próprio para esse fim.

O trabalho do TCC II será individual, escrito conforme as normas da Universidade Federal do Pampa, atendendo os seguintes requisitos:

- Monografias: no mínimo 45 e no máximo 100 laudas digitadas, excluindo-se elementos pré-textuais, anexos, apêndices e ilustrações que eventualmente sejam incluídas
- Artigo científico: deverá conter no mínimo 25 e no máximo 30 laudas excluindo-se elementos pré-textuais, anexos, apêndices e ilustrações que eventualmente sejam incluídas.

Destaca-se que o processo de coordenação dos TCCs ficará sob a responsabilidade da coordenação de curso, que deverá organizar um cronograma das etapas do TCC II, no qual será inserida a data da entrega do trabalho ao/a orientador/a. O cronograma ainda deverá estipular prazos e datas do TCC II quanto à data da realização da banca e data de envio da versão final do TCC a biblioteca. O cronograma será aprovado pela comissão de curso de Serviço Social.

Os trabalhos de TCC II, deverão ser entregues ao/a orientador/a de acordo com prazo estabelecido entre ambos, considerando a necessidade de um prazo mínimo de 7 dias para envio aos convidados da banca e a realização da mesma.

Os orientandos/as terão 15 dias, após a realização da banca, para proceder as correções e enviar ao/a orientador a versão final do trabalho de conclusão de curso. A entrega dos trabalhos no prazo estabelecido é de inteira responsabilidade do/a orientando/a. Os trabalhos entregues fora do prazo estabelecido acima, poderão não ser aceitos pelo orientador/a.

A apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser realizada entre 10 e 20 minutos. Posteriormente, os/as membros que compõem a banca, incluindo o/a orientador/a, terão até 10 minutos (cada um) para apresentar suas reflexões, indagações e contribuições. O/a orientando/a deverá responder, em até 10 minutos, aos questionamentos dos integrantes da banca, conforme recomendação do/a orientador/a realizada no início da abertura dos trabalhos. O tempo de realização das bancas será de até uma hora e meia.

O fluxo de abertura do processo de defesa de TCC II e inserção de documentos no Sistema de Informação Eletrônico – SEI, será estabelecido pela Coordenação Acadêmica do Câmpus São Borja conforme Apêndice A do referido regulamento. O/a orientador/a deverá acompanhar o processo no SEI, quanto às assinaturas do discente e dos convidados da

banca e posteriormente envio do TCC à biblioteca. Qualquer situação que impeça o andamento do processo, deverá ser contactada a Coordenador de curso e/ou Coordenação Acadêmica do Câmpus.

Os trabalhos deverão ser disponibilizados para consulta na biblioteca – exceto aqueles que indicarem arquivamento em termo específico -, considerando as orientações descritas neste regulamento e as normas da biblioteca da Universidade Federal do Pampa.

3 - DAS COMPETÊNCIAS DOS/AS ORIENTADORES/AS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

- a. Orientar os Trabalhos de Conclusão de Curso que lhes forem distribuídos;
- b. Orientar a elaboração do projeto ou proposta de TCC I;
- c. Analisar e avaliar a produção sistemática do/a orientando/a;
- d. Apresentar sugestões teórico-metodológicas ao/a orientando/a;
- e. Indicar em conjunto com o/a orientando/a constituição da Banca Examinadora;
- f. Participar da Banca Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso sob sua orientação
- g. Acompanhar e realizar a inclusão dos documentos no Sistema de Eletrônico de Informação - SEI conforme fluxo estabelecido pela Coordenação Acadêmica.
- h. Efetuar controle de frequência dos/as orientando/as nas atividades que compreendem a elaboração e finalização do TCC I e II, de acordo com o cronograma de horário, elaborado em comum acordo entre acadêmico e orientador/a.
- i. Comunicar a Coordenação de curso toda e qualquer situação que possa comprometer, de alguma forma, o processo de elaboração, bem como, a conclusão do trabalho;
- j. Avaliar junto ao/a orientando/a se o TCC está em condições de ser submetido à banca de avaliação.

5 - DAS COMPETÊNCIAS DOS/AS ORIENTANDOS/AS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

1. Desenvolver o TCC, sob orientação do/a orientador/a designado/a;
2. Elaborar o projeto ou proposta de TCC I sob a orientação do/a orientador/a.

3. Entregar ao/a orientador/a versão final do TCC tanto para avaliação da banca, quanto posteriormente, após correções para inserção do SEI;
4. Responsabilizar-se pela produção de TCC quanto a questão de plágio;
5. Cumprir prazos definidos pela coordenação processo de TCC e orientadores/as
6. Comparecer às orientações e reuniões referente processo de TCC
7. Elaborar, revisar e reformular laudas conforme indicações do/a orientador/a;
8. Submeter o TCC à revisão de português e regras do manual de normatizações técnicas da Unipampa
9. Proceder às correções do TCC conforme sugestões da Banca Avaliadora;
10. Comparecer à banca examinadora na data, hora e local estabelecido para defesa do TCC;
11. Cumprir 75% da carga horária indicada para TCC I e II;
12. Comunicar ao/a orientador/a de TCC I e II toda e qualquer situação que possa comprometer, de alguma forma, o processo de elaboração do trabalho, bem como a sua conclusão.

6– AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Quanto aos critérios para Avaliação do TCC, serão estruturados em dois momentos sendo estes a defesa oral e o conteúdo do TCC. Na exposição oral, serão considerados a apresentação da introdução, desenvolvimento e fechamento do trabalho, bem como a capacidade de compreender, reavaliar e responder às questões propostas pela Banca.

No conteúdo do TCC será considerada a apresentação da estrutura geral do trabalho; a revisão bibliográfica, fundamentação teórica e o desenvolvimento lógico de ideias; a capacidade de situar o problema apresentado dentro do contexto social mais amplo e de perceber o trabalho profissional com os condicionantes e limites do referido contexto; a capacidade de investigar a realidade social, considerando o desenvolvimento das habilidades técnico-operativas e/ou teórico-metodológicas e/ou o compromisso ético-político; apresentação de resultados, contribuições e apresentação de propostas, por fim normas de formatação e correção de português.

A nota final será a média das notas atribuídas na Avaliação Final, sendo que a exposição oral tem peso 2,0 e o conteúdo do trabalho peso 8,0. O Parecer final dos avaliadores/as do TCC será contemplado pela nota do/a orientador/a e membros convidados através do uso da ficha de avaliação.

Os componentes da banca poderão observar os seguintes critérios para atribuírem nota final ao acadêmico:

- Clareza na exposição, argumentação e coerência nas respostas a banca;
- Recursos Utilizados na Apresentação;
- Controle do tempo;
- Relevância acadêmica, social e profissional;
- Coerência lógica;
- Revisão bibliográfica e das demais fontes consultadas;
- Referencial teórico sobre o tema ou reflexão teórico-prática com base na revisão bibliográfica na área do Serviço Social e afins.
- Clareza da inserção do Assistente Social nos processos de trabalho e objetivos da intervenção profissional diante do tema ou reflexão quando se tratar de trabalho teórico-prática.
- Proposições sob a realidade problematizada.
- Correção gramatical, coerência e fluidez textual;
- Atendimento as normas do manual de normalizações da Unipampa;

7 - RECURSOS:

No prazo de 24 horas úteis, contados a partir da publicação da nota final da defesa em Banca, o/a orientando/a poderá solicitar a revisão da avaliação da banca examinadora, mediante requerimento a ser enviado a Secretaria Acadêmica interessada a coordenação de curso que procederá aos encaminhamentos necessários.

REFERÊNCIAS

CÓDIGO DE ÉTICA. In: **Coletânea de Leis**, CRESS 10ª Região – Gestão 1999/2002, Porto Alegre.2002.

LEI DE DIRETRIZES E BASE DE EDUCAÇÃO. In: **Coletânea de Leis**, CRESS 10ª Região. Porto Alegre. Gestão 1999/2002,

LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL. In: **Coletânea de Leis**, CRESS 10ª Região. Porto Alegre. Gestão 1999/2002.



APÊNDICE A do regulamento de TCC – FLUXO DE ABERTURA DE PROCESSO E INSERÇÃO DE DOCUMENTOS DE TCC II NO SEI – SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO

1. Inicialmente a coordenação de curso consultará, por meio de formulário, os/as orientadores/as sobre as informações das bancas.
2. Depois enviará à coordenação de acadêmica as informações das bancas, para abertura dos processos;
3. A coordenação do Curso abrirá o processo no SEI para inserção dos documentos da banca e assinaturas dos membros, sendo:
 - Ata: assinada pelo orientando/a, orientador/a e membros da banca.
 - Folha de aprovação: assinada pelos membros da banca e orientador/a.
 - Ficha com critérios de avaliação do TCC.
4. Após a banca, a ata de defesa deverá ser revisada e assinada por todos/as os/as membros da banca assim como pelo/a orientando/a. As assinaturas devem ser realizadas via SEI.
5. A folha de aprovação deverá ser revisada e assinada por todos os membros da banca. Sendo que o/a orientador deverá fazer download da mesma e enviar ao/a orientando/a para que insira na versão final do TCC
6. O/a orientador/a deverá inserir o termo de autorização de publicação da biblioteca. Esse termo deverá ser gerado e assinado, via SEI, pelo/a orientador/a e orientando/a.
7. A inserção no SEI da versão final TCC deverá ser procedida pelo/a orientador/as com a ficha catalográfica e folha de aprovação inserida no corpo do TCC, respeitando a estrutura orientada pela normatização da Unipampa.
8. Após o envio da versão final do TCC a biblioteca, via SEI, a finalização do processo do TCC será realizada mediante inserção da declaração de entrega de tcc na biblioteca.

9. Os atestados para os/as membros das bancas, tanto de orientação como de participação, serão elaborados e inseridos pela coordenação acadêmica e assinados pelo coordenador/a de curso, salvo quando o/a coordenador/a for banca, nesse caso serão os atestados serão assinados pelo/a coordenador/a acadêmico.

APÊNDICE B do regulamento de TCC – ROTEIRO PARA PROJETO DE PESQUISA

- I. Título: deve contemplar uma síntese do conteúdo ao qual o projeto se propõe a pesquisar. Não pode ser confundido com o tema. O título é a última parte a ser elaborada pelo pesquisador.
- II. Introdução – possibilita ao/a leitor ter uma noção geral de todo o projeto. A introdução é uma das últimas partes a serem elaboradas, pois não deve repetir as etapas seguintes, nem ser confundida com os demais itens do projeto.
- III. Justificativa: deve responder à pergunta: 1- por que aquele tema foi escolhido? 2 - Que motivos os justificam? 3 - Há necessidade de se abordar a relevância e pertinência da pesquisa.
- IV. Formulação do problema: deve ser formulado como pergunta e ser respondida em relação ao objeto de estudo. O problema é o que estrutura toda a proposta da pesquisa, o seu ponto gerador.
- V. Objetivos: Responde onde se quer chegar com a pesquisa. Deve ser utilizado com verbos no infinitivo. Geralmente são divididos em geral e específicos.
Objetivo geral – refere-se aquilo que se quer alcançar com a pesquisa, a sua finalidade e para quem se quer alcançar. Está diretamente relacionado ao problema de pesquisa.
Objetivos específicos – refere-se a cada etapa metodológica do projeto. É o desdobramento, em termos de operacionalização do objetivo geral, que se refere ao problema de pesquisa.
- VI. Referencial teórico: é o item em que o/a pesquisador/a demonstra conhecimento e domínio teórico para fundamentar sua pesquisa. Pode ser definida por tópicos. Deve ser descritivo e demonstrar leitura e estudo sobre o tema específico. Devem-se definir os termos-chave, baseando-se em autores/as de referência, evitando interpretações dúbias ou de senso comum. É importante evitar o suporte de sites da internet em que não são visibilizados os/as autores/as do material escrito. A fundamentação teórica do projeto deve estar alicerçada em duas perspectivas:
 - Sobre o tema específico que se quer pesquisar;
 - Sobre a articulação do tema com o Serviço Social.

- VII. Hipóteses ou questões norteadoras de pesquisa: estão relacionadas ao problema de pesquisa. A hipótese é uma resposta provisória ao problema formulado. As questões de pesquisa são questionamentos em decorrência do problema formulado. Portanto, hipóteses e questões de pesquisa são diferentes e não devem ser misturadas no mesmo projeto.
- VIII. Metodologia: precisa ser planejada em cada fase, a partir dos objetivos da pesquisa. Indica os passos que serão seguidos durante o processo de pesquisa.
- IX. Cronograma: indicar o tempo previsto e necessário para cada fase da pesquisa. Geralmente a escala de tempo previsto à pesquisa é resumida num quadro onde são colocadas as atividades de pesquisa. Devem-se prever no cronograma quando será realizada a devolução dos resultados da pesquisa.
- X. Orçamento: Explicar os recursos necessários para a execução da pesquisa e a fonte de financiamento.
- XI. Referências: incluir todas as obras citadas diretamente no projeto. Devem-se citar as referências completas e seguir as normas da UNIPAMPA.
- XII. Anexos ou apêndices: item opcional. Podem-se colocar documentos necessários ao projeto, como por exemplo, o roteiro de entrevista, o questionário, o termo de consentimento livre e esclarecido.

Obs.: O projeto de pesquisa deverá ter no mínimo 10 páginas (excluídos os anexos ou apêndices).

APENDICE C Do regulamento de TCC

ROTEIRO PARA PROPOSTA DE RELATÓRIO TEÓRICO- PRÁTICO

- 1) Título: deve contemplar uma síntese do conteúdo que esteja vinculado ao campo de estágio, pesquisa e/ou extensão ao qual a proposta se propõe a relatar. Não pode ser confundido com o tema. O título é a última parte a ser elaborada pelo pesquisador.
- 2) Introdução: serve para o leitor ter uma noção geral de todo o RTP. A introdução é uma das últimas partes a serem elaboradas, pois não deve repetir as etapas seguintes, nem ser confundida com os demais itens do trabalho.
- 3) Objeto (Tema): é a área de interesse do relato, o assunto específico.
- 4) Justificativa: deve responder à pergunta: —por que aquele tema foi escolhido? —Que motivos os justificam?
- 5) Referencial teórico: é o item em que o/a acadêmico/a demonstra conhecimento e domínio teórico para fundamentar seu relatório teórico-prático. Pode ser definido por tópicos, deve ser descritivo e demonstrar leitura e estudo sobre o tema específico. Devem-se definir os termos-chave, baseando-se em autores de referência, evitando interpretações dúbias ou de senso comum. É importante evitar o suporte de sites da internet em que não são visibilizados os/as autores/as do material escrito.
- 6) Análise crítica da experiência: descrição e reflexão crítica da experiência teórico-prático do acadêmico, contemplando:
 - Os elementos dos processos de trabalho nos quais se insere o/a assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais;
 - Articulação da experiência com a questão social em suas múltiplas expressões;
 - Análise crítica das dimensões da profissão (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) e sua mediação com a experiência vivenciada no campo de estágio;
 - Mediação da experiência com a direção social da profissão e com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.
- 7) Cronograma: indicar o tempo previsto e necessário para cada fase elaboração do RTP. Geralmente a escala de tempo prevista é resumida num quadro onde são colocadas as atividades.
- 8) Referências: incluir todas as obras citadas diretamente no projeto. Devem-se citar as referências completas e seguir as normas da UNIPAMPA.
- 9) Anexos ou apêndices: item opcional. Podem-se colocar documentos complementares e que o acadêmico considere relevantes.

ANEXO D: TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, _____, matrícula nº _____, RG nº _____, expedido por _____, CPF nº _____,

ingressante na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Câmpus _____, no ano de _____, no Curso (código) _____, declaro que estou ciente que permanecerei cursando o currículo do referido curso (que gradualmente será extinto), da seguinte forma:

_____ dada
 a aprovação de alteração curricular aprovada em _____ (data, nº da Ata e instância que aprovou a alteração curricular).

Bagé, _____ de _____ de _____.

De acordo,

 Nome completo, nº de matrícula e assinatura do/a Discente

 Nome e assinatura da coordenação do Curso de

ANEXO E: PEDIDO DE MIGRAÇÃO DE MATRIZ CURRICULAR DE CURSO DE GRADUAÇÃO

PEDIDO DE MIGRAÇÃO DE MATRIZ CURRICULAR DE CURSO DE GRADUAÇÃO

Eu, _____, matrícula nº _____, RG nº _____, expedido por _____, CPF nº _____, ingressante na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Câmpus _____, no ano de _____, no Curso de _____, solicito migrar para a matriz curricular do Curso (código) _____, a partir de _____, já que o curso em que ingressei sofreu alteração curricular, conforme Projeto Político-Pedagógico do Curso aprovado em _____ (data, nº da Ata e instância que aprovou a alteração curricular).

Bagé, _____ de _____ de _____.

De acordo,

Nome completo, nº de matrícula e assinatura do/a Discente

ANEXO F: CRITÉRIOS PARA QUEBRA DE PRÉ-REQUISITOS

A matriz curricular do curso de serviço social contém quinze componentes curriculares que exigem pré-requisitos. Os componentes curriculares e seus respectivos pré-requisitos são os seguintes:

Componente Curricular	Semestre	Componente curricular pré-requisito	Semestre
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	3º Sem	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	2º Sem
Educação em Direitos Humanos	3º Sem	Direito e Legislação Social	1º Sem
Transformações Societárias e Processos de Trabalho	4º Sem	Trabalho e Questão Social	1º Sem
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	4º Sem	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	3º Sem
Política Social	4º Sem	Proteção Social	2º Sem
Instrumentalidade em Serviço Social	5º Sem	Fundamentos Ontológicos do Ser Social	2º Sem
Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais	5º Sem	Transformações Societárias e Processos de Trabalho	4º Sem
Pesquisa em Serviço Social II	5º Sem	Pesquisa em Serviço Social I	4º Sem
Seguridade Social I – Assistência Social	5º Sem	Política Social	4º Sem
Introdução à Intervenção Profissional em Serviço Social	5º Sem	Introdução ao Serviço Social Fundamentos Ontológicos do Ser Social Trabalho e Questão Social Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos I, II e III Ética Profissional e Serviço Social Proteção Social Transformações Societárias e Processos de Trabalho	1º Sem 2º Sem 1º Sem 2º, 3º e 4º Sem 3º Sem 2º Sem 4º Sem
Estágio em Serviço Social I	6º Sem	Introdução ao Serviço Social Fundamentos Ontológicos do Ser Social Trabalho e Questão Social Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II e III Ética Profissional e Serviço Social Proteção Social Política Social Transformações Societárias e Processos de Trabalho Instrumentalidade em Serviço Social	1º Sem 2º Sem 1º Sem 2º, 3º e 4º Sem 3º Sem 2º Sem 4º Sem 4º Sem 5º Sem

Componente Curricular	Semestre	Componente curricular pré-requisito	Semestre
		Introdução à Intervenção Profissional em Serviço Social	5º Sem
Estágio em Serviço Social II	7º Sem	Estágio em Serviço Social I Introdução ao Serviço Social Fundamentos Ontológicos do Ser Social Trabalho e Questão Social Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II e III Ética Profissional e Serviço Social Proteção Social Política Social Transformações Societárias e Processos de Trabalho Instrumentalidade em Serviço Social Introdução à Intervenção Profissional em Serviço Social	6º Sem 1º Sem 2º Sem 1º Sem 2º, 3º e 4º Sem 3º Sem 2º Sem 4º Sem 4º Sem 5º Sem 5º Sem
Trabalho de Conclusão de Curso I	7º Sem	Introdução ao Serviço Social Fundamentos Ontológicos do Ser Social Trabalho e Questão Social Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II e III Ética Profissional e Serviço Social Política Social Transformações Societárias e Processos de Trabalho Introdução à Intervenção Profissional em Serviço Social Proteção Social Pesquisa em Serviço Social I e II Estágio em Serviço Social I	1º Sem 2º Sem 1º Sem 2º, 3º e 4º Sem 3º Sem 4º Sem 4º Sem 5º Sem 5º Sem 2º Sem 4º e 5º Sem 6º Sem
Gestão e Serviço Social II	7º Sem	Gestão e Serviço Social I	6º Sem
Trabalho de Conclusão de Curso II	8º Sem	Trabalho de Conclusão de Curso I	7º Sem

NORMAS PARA CONCESSÃO DE QUEBRA DE PRÉ-REQUISITO OU CO-REQUISITO

A comissão de curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, em vistas do artigo. 46 da Resolução nº 29 de 28 de Abril de 2011, no que tange ao CAPÍTULO III – DO AJUSTE DE MATRÍCULA, institui a seguinte INSTRUÇÃO NORMATIVA PARA CONCESSÃO DE QUEBRA DE PRÉ-REQUISITO referente a matriz curricular do curso.

CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS E DEFINIÇÕES

Art. 1º - Esta instrução Normativa regula os procedimentos de apresentação, recebimento, análise das solicitações de quebra de pré-requisitos referentes à matriz curricular do curso de Serviço Social.

Art. 2º - Para efeito do que dispõe esta Instrução Normativa, serão consideradas as seguintes definições:

- I- Pré-requisito, o componente curricular cujo cumprimento é exigência para matrícula em outro(s) componente(s) curricular(es) a que se vincula, conforme estabelece a matriz curricular do curso.
- II- “Formulário de solicitação de análise de quebra de pré-requisito”, disponibilizado pela Secretaria Acadêmica, onde são apresentados os dados do acadêmico, relação de componentes curriculares para os quais se solicita a quebra de pré-requisito e a justificativa elaborada pelo acadêmico, para esta solicitação.

CAPÍTULO II – DA ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES

Art. 3º - As solicitações de quebra de pré-requisito deverão ser entregues à secretaria acadêmica, em formulário próprio denominado “Solicitação de análise de quebra de pré-requisito”, juntamente com histórico escolar, no período definido pela Coordenação Acadêmica.

Parágrafo único: Em caso de falta da documentação exigida no caput ou a falta de justificativa no formulário, a solicitação será automaticamente indeferida.

Art. 4º - As solicitações de quebra de pré-requisito serão analisadas pela Comissão de Curso de Serviço Social em reunião ordinária, ou extraordinária, caso o calendário de reuniões ordinárias inviabilize a análise das solicitações antes do período de ajuste presencial de matrículas.

Art. 5º - O deferimento ou indeferimento das solicitações será realizado pelo/a Coordenador/a de Curso ou seu/sua substituto/a, seguindo os encaminhamentos da Comissão do Curso de Serviço Social.

Art. 6º - A solicitação de quebra de pré-requisito somente será analisada se estiver contida em, pelo menos, uma das condições que seguem:

- I- Acadêmicos com integralização curricular igual, ou superior a 80%.

- II- Ao acadêmico que possuir processo administrativo de aproveitamento de estudos com dispensa de componente curricular, mas que já possua manifestação favorável por escrito da concessão da dispensa ou aproveitamento.
- III- Quando houver a necessidade de reduzir o prejuízo de acadêmico ingressante no Curso por Processo Seletivo Complementar ou Mobilidade Acadêmica.
- IV- Quando houver a necessidade de reduzir o prejuízo de acadêmico no Curso em decorrência do cancelamento da oferta de componente curricular no semestre diretamente anterior a matrícula discente.

Art. 7º - Acadêmicos que apresentarem reprovação por infrequência no(s) pré-requisitos do componente curricular para o qual está solicitando a quebra, terá sua solicitação indeferida.

Art. 8º - Acadêmicos que optaram por não se matricular no componente curricular no período regular correspondente ao seu ingresso no curso.

Art. 9º - A quebra de pré-requisito somente será concedida uma vez para o mesmo componente curricular.

Art. 10º - O deferimento das solicitações fica condicionado à ausência de qualquer tipo de colisão de horário dos componentes curriculares.

Art. 11º - O processo de análise pode ser deferido ou indeferido pela Comissão de Curso. O parecer é informado na secretaria acadêmica.

CAPÍTULO III – DOS PRAZOS E RECURSOS

Art. 11º - O acadêmico deve encaminhar sua solicitação de quebra de pré-requisitos, pelo menos, dez dias úteis antes da reunião ordinária da Comissão de Curso que definirá a oferta do próximo semestre letivo no semestre anterior ao que será cursado o componente curricular em questão.

Art. 12º - Após a divulgação do resultado, o aluno possui o prazo de até 48 horas (de dias úteis) para interposição de recurso. O curso terá o prazo de 72 horas (de dias úteis) para avaliar e emitir o parecer final.

Art. 13º - A presente Instrução Normativa entra em vigor a partir de sua aprovação e passa a integrar o PPC do Curso de Serviço Social.

ANEXO G - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art.1º Este Regulamento visa normatizar as Atividades Curriculares de Extensão articuladas ao currículo do curso de Serviço Social, em consonância com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317/2021.

Art. 2º A extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 3º As ações de extensão que compõem as Atividades Curriculares de Extensão propostas devem estar registradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 4º As Atividades Curriculares de Extensão devem ser previstas no PPC, estabelecendo o percentual de, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, correspondente a 310 horas.

Art. 5º Para fins de inserção curricular, as ações de extensão universitária poderão ser realizadas sob a forma de programas, projetos, cursos e eventos.

§ 1º Projetos e programas devem compor, no mínimo, 80% da carga horária total das atividades curriculares de extensão.

§ 2º Os (As) acadêmicos(as) do curso de Serviço Social deverão realizar a carga horária das Atividades Curriculares de Extensão prioritariamente até o 5º semestre.

Art. 6º As Atividades Curriculares de Extensão deverão ser ofertadas por meio de Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEEs) e Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEVs).

Art. 7º As Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEEs), constituídas por programas, projetos, ações, eventos e/ou cursos de extensão, correspondem a 60 horas.

Parágrafo único O Programa institucional UNIPAMPA Cidadã será ofertado como Atividade Curricular de Extensão Específica (ACEE), com carga horária total obrigatória de 60 horas.

Art. 8º As Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV), articuladas a Componentes Curriculares Obrigatórios apresentam carga horária de extensão, discriminada na matriz curricular, totalizando uma carga horária total de 250 horas.

Parágrafo único. A carga horária de projetos referentes a Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas não poderá ser contabilizada em mais de um componente curricular do mesmo currículo.

CAPÍTULO III

DA SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 9º A Comissão do Curso deverá indicar um(a) docente para exercer a função de Supervisor(a) de Extensão com as seguintes atribuições:

§ 1º Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelo(a) acadêmico(a), de acordo com o PPC;

§ 2º Apresentar para os(as) acadêmicos(as) o programa “Unipampa Cidadã” evidenciando o objetivo, relevância e forma de realização;

§ 3º Dar ciência e aprovar a proposta de trabalho comunitário que será realizado no Programa Unipampa Cidadã, tendo em vista o início das atividades pelo(a) acadêmico(a);

§ 4º Validar as Atividades Curriculares de Extensão Específicas e, no Programa Unipampa Cidadã, também acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo(a)

acadêmico(a), a partir dos documentos comprobatórios apresentados pelo(a) acadêmico(a) junto à Secretaria Acadêmica;

§ 5º Organizar a apresentação pública dos(as) acadêmicos(as) após a finalização das atividades do Programa Unipampa Cidadã, conforme o art. 17;

§ 6º Emitir parecer favorável ou não à aprovação das atividades realizadas no Programa Unipampa Cidadã, após a avaliação da apresentação pública e dos documentos entregues pelo(a) acadêmico(a) conforme o art. 18;

§ 7º Sendo aprovada a atividade, encaminhar o relatório com o parecer à secretaria acadêmica, para registro da carga horária validada;

§ 8º Disponibilizar informe semestral sobre as atividades de extensão realizadas no curso.

Art. 10 Para o exercício das atribuições indicadas no art. 10, poderão ser alocadas 8 (oito) horas semanais de trabalho a(o) Supervisor(a) de Extensão como atividade de ensino.

Parágrafo único. A Comissão de Curso poderá designar uma comissão própria de assessoria a(o) Supervisor(a) de Extensão do Curso, alocando aos membros carga horária de até 2 horas semanais de trabalho como atividade de ensino.

CAPÍTULO IV

DO COMPONENTE CURRICULAR COM ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO VINCULADA

Art. 11 O registro da execução das Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas a componentes curriculares obrigatórios ou complementares, com a respectiva carga horária e data de realização, bem como a frequência do discente e o resultado final da avaliação de aprendizagem são de responsabilidade do docente do componente curricular.

Parágrafo único No plano de ensino, além da carga horária de extensão, deverá constar a descrição das atividades extensionistas, metodologia, cronograma e as formas de avaliação.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) ACADÊMICO(A)

Art. 12 Para validação da carga horária das Atividades Curriculares de Extensão, os(as) acadêmicos(as) devem participar da equipe executora das ações de extensão.

Art. 13 Os discentes poderão solicitar aproveitamento das atividades de extensão realizadas na UNIPAMPA ou em outras Instituições;

§ 1º A carga horária de ações de extensão executadas em outras IES, no Brasil e no exterior, deverá ser analisada pela Comissão de Curso e poderá ser validada pelo supervisor como Atividade Curricular de Extensão, de acordo com as normas estabelecidas no PPC e na legislação vigente.

§ 2º Os(as) acadêmicos(as) ingressantes provenientes de outras instituições de ensino superior poderão solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão integralizadas na instituição de origem.

Art. 14 É de responsabilidade do(a) discente solicitar o aproveitamento das Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEEs) junto à Secretaria Acadêmica, no prazo definido no calendário acadêmico da graduação:

- I. o(a) acadêmico(a) deve anexar ao requerimento a cópia dos documentos comprobatórios, com indicação da carga horária da atividade, autenticados por técnico-administrativo mediante apresentação dos originais.
- II. o requerimento é protocolado na Secretaria Acadêmica, em 2 (duas) vias, assinadas pelo(a) discente e pelo técnico-administrativo, em que estão listadas todas as cópias de documentos entregues; uma via é arquivada na Secretaria Acadêmica e a outra entregue ao discente como comprovante de entrega das cópias.

Art. 15 As atividades de extensão somente serão analisadas se realizadas nos períodos enquanto o(a) discente estiver regularmente matriculado na UNIPAMPA, inclusive no período de férias.

SEÇÃO I

DA PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO PROGRAMA “UNIPAMPA CIDADÃ”

Art. 16 Para participar do programa “Unipampa Cidadã”, o(a) acadêmico(a) poderá escolher o local onde realizará as atividades do trabalho comunitário, dentre as instituições públicas, entidades filantrópicas, organizações ou associações da sociedade civil organizada, previamente articuladas com o Curso de Serviço Social.

§ 1º O(a) acadêmico(a) deverá comunicar a(o) Supervisor(a) de Extensão o local escolhido, a carga horária, os períodos de trabalho e o tipo de trabalho comunitário que realizará.

§ 2º O horário e os períodos de realização do trabalho comunitário serão definidos de forma consensual entre o(a) acadêmico(a) e a entidade onde será realizada a atividade.

Art. 17 Após finalizadas as atividades do Programa Unipampa Cidadã, os(as) acadêmicos(as) deverão fazer apresentação pública, organizada pelo(a) Supervisor(a) de Extensão, da atividade realizada em que devem abordar, no mínimo, os seguintes pontos:

- I. História, características e importância da entidade onde realizaram a atividade;
- II. Atividades desempenhadas pelo(a) acadêmico(a) na entidade demonstrando a metodologia, público-alvo, efeitos e resultados das ações;
- III. Importância desta ação para a formação profissional e humana do(a) acadêmico(a).

Art. 18 Para comprovação das atividades realizadas no programa “Unipampa Cidadã”, o(a) discente deverá apresentar os seguintes documentos na Secretaria Acadêmica:

- I. Certificação de participação da instituição onde foi realizada o trabalho, informando o tipo de atividade, a carga horária e o período de realização;
- II. Apresentação de relatório, conforme modelo disponibilizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 O curso de Serviço Social realizará a autoavaliação continuada do processo de desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão, avaliando a pertinência e a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Político-Pedagógico de Curso, bem como aos resultados alcançados em relação ao público participante.

Parágrafo único A autoavaliação visa aprimorar a articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente e a relação com a sociedade.

Art. 20 Os casos omissos serão discutidos em primeira instância pela Comissão de Curso e, em segunda instância, pela Comissão Local de Ensino do Câmpus.

Art. 21 O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Curso de Serviço Social.

ANEXO H – PROGRAMA UNIPAMPA CIDADÃ

Modalidade	<input checked="" type="checkbox"/> Programa <input type="checkbox"/> Projeto		
Título	Unipampa Cidadã e Serviço Social		
Data de início (dia/mês/ano)	10 /03/2023	Data de término	31/12/2028
Coordenador	Nome		
	E-mail		
	Telefone		
Unidade do coordenador	Câmpus São Borja		
Município(s) de execução da ação	São Borja		
Curso(s) de Graduação ou Pós-Graduação a que se vincula a ação	Serviço Social		
Proposta vinculada à programa de extensão	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Qual:		
Área do conhecimento principal (conforme classificação do CNPq)	Ciências Sociais Aplicadas		
Área temática principal (conforme Política Nacional de Extensão)	Cidadania, justiça; Educação, Extensão Universitária		
Carga horária semanal do projeto (calculada a partir da soma de todas as atividades que envolvem o projeto – do planejamento até a elaboração do relatório final)	5h/sem	Carga horária EAD	h/sem
Palavras-chave (04 no máximo)	Serviço Social – Unipampa Cidadã – Extensão Universitária – Direitos Humanos		

2 PROPOSTA**2.1 RESUMO DA PROPOSTA (300 palavras no máximo)**

Sendo a Extensão Universitária um pilar de conexão e relacionamento com a sociedade, proporcionando aprendizado mútuo, pesquisas científicas e comunicação com a sociedade, apresentamos o Programa de Extensão – Unipampa Cidadã e Serviço Social para atender o proposto pelo Programa Unipampa Cidadã. Trata-se de um Programa conectado com as atualizações mais recentes do campo da extensão universitária que envolve todo o corpo docente do

2 PROPOSTA

curso de Serviço Social, Câmpus São Borja. O objetivo de ampliar a interação Universidade e comunidade ocorre através da organização de ações, oficinas e projetos que deverão estar vinculados a este programa sob a perspectiva da consolidação da cidadania através de intervenções propositivas e éticas. O Programa de Extensão – Unipampa Cidadã e Serviço Social busca compartilhar saberes e desenvolver relações que contribuem com diferentes aspectos da ciência e da vida em comunidade fortalecendo assim o elo entre sociedade e Universidade.

2.2 JUSTIFICATIVA (500 palavras no máximo)

A Universidade Federal do Pampa enquanto Instituição de Ensino Superior pública e socialmente referenciada faz parte da sociedade e a ela precisa se referenciar. As ações de extensão possibilitam o compartilhamento de saberes, o que contribui para enriquecer a formação dos alunos, assim como inserir a universidade no contexto em que vive a comunidade local. Isso significa que as ações de extensão materializam o papel social da Universidade em contribuir com a resolutividade das principais expressões da questão social manifestadas na comunidade. O pressuposto, conforme consta no Projeto Institucional da Unipampa, é que a Universidade “exercerá seu compromisso com o seu ao-redor, por meio de atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, de pesquisa científica e tecnológica, de extensão e assistência às comunidades e de gestão” (2009, p.07).

O curso de Serviço Social da Unipampa em modalidade presencial e perspectiva interdisciplinar, através pretende fortalecer a extensão através do “Unipampa Cidadã e Serviço Social” com vistas qualificar as/os futuras/os profissionais para apreender as múltiplas expressões da questão social e a intervirem de forma crítica, criativa e competente em diferentes frentes de trabalho, seja estatal, privada ou terceiro setor. É através deste programa que o curso atende as prerrogativas da Instrução normativa nº 18, 05 de agosto de 2021 – que determina a execução parcial da Extensão a partir do Programa Unipampa Cidadã, assim como a resolução 2317/2021.

Nesse contexto, o Curso de Serviço Social objetiva formar profissionais qualificados a partir do comprometimento com os princípios formativos da

2 PROPOSTA

investigação e intervenção, pela extensão e relacionada ao estudo da questão social e suas múltiplas refrações na sociedade brasileira.

No contexto de aproximação, observação, escuta sensível e identificação de expressões da questão social, materializadas nos múltiplos processos de desigualdades sociais, as experiências dos discentes emergem e potencializam a formação profissional em busca do objeto de intervenção, revelando inúmeras características da subalternidade imposta pelo processo colonizados visibilizados na cultura do mando e da sobrevivência visíveis em espaços desde o ambiente doméstico, da escola, do trabalho, do lazer e em todas as suas relações sociais.

A observação e intervenção qualificadas dos e nos processos da ausência de garantia de direitos promove metamorfoses necessárias para o enfrentamento das desigualdades ao evidenciar a fala destes sujeitos pelo resgate de suas memórias socioafetivas, mesmo que de maneira fragmentada ou incompleta. Propõe-se um olhar decolonial objetivado em uma nova forma de fazer, dizer e ser, através de experiências que são evidenciadas por meio da fala dos sujeitos nos diferentes espaços da execução do Programa.

2.3 OBJETIVOS (300 palavras no máximo)

Objetivo Geral

Promover formação profissional à luz dos horizontes de cidadania, com vistas a contribuir para o desenvolvimento social e humano dos estudantes de Serviço Social em interação com a comunidade são-borjense.

Objetivos Específicos

- Proporcionar o reconhecimento das expressões da questão social nas condições e no modo de vida da população local;
- Desenvolver a competência atitudinal através do exercício de habilidades e procedimentos na realização de abordagens mediante a escuta sensível;
- Possibilitar a territorialização dos estudantes no território São-borjense;
- Aproximar a comunidade são-borjense da Unipampa, possibilitando sua participação por meio de ações integradas e compartilhadas;

2 PROPOSTA

- Construir, manter e fortalecer um elo permanente entre o curso de Serviço Social com a comunidade;
- Dialogar sobre as principais manifestações da vida em comunidade, considerando o movimento dialético da realidade e as interações socioculturais;
- Preparar profissionais a partir de uma teoria social crítica, que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Orientar os discentes comprometidos/as com a direção social e política do Projeto Profissional;
- Subsidiar profissionais com bases teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa;
- Instruir os discentes à cerca das competências e atribuições à apreensão e intervenção nas expressões da questão social, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais;
- Proporcionar a formação de profissionais a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, fomentando problematizações acerca das particularidades da questão social na realidade regional da Fronteira Oeste.

2.4 METODOLOGIA (500 palavras no máximo)

O Curso de Serviço Social é composto por doze professores com graduação na área. Já o ingresso anual de estudantes comporta aproximadamente cinquenta estudantes. O programa será coordenado anualmente por um professor com a colaboração dos demais professores Assistentes Sociais. O programa será desenvolvido preferencialmente para alunos matriculados entre o primeiro e o sexto semestre letivo. Ao fim de cada semestre será realizada avaliação das atividades para subsidiar o planejamento do próximo semestre. Os professores irão dialogar e planejar com os alunos sobre os segmentos populacionais com os quais os matriculados irão planejar a abordagens para fins de melhor coordenar as ações.

2 PROPOSTA

A reunião de planejamento realizada pelos docentes para organização das ações do Unipampa Cidadã para cada semestre objetiva apreender o universo possibilidades que expressam o modo de vida¹⁸ da comunidade de São Borja cuja necessidades de atendimento são mais prioritários. Nessa reunião também será planejada as modalidades atividades de capacitação dos estudantes para trabalhar aspectos relacionados a escuta sensível¹⁹ e a estratégias de aproximação com os segmentos populacionais.

A capacitação dos estudantes a cada início de semestre terá foco no desenvolvimento da escuta sensível e de estratégias de abordagem que variam de acordo com as circunstancias. As abordagens, objetivam que os estudantes desenvolvam a relação com a população da comunidade e reconheçam demandas e potencialidades locais. Nesse movimento de territorialização²⁰, os estudantes vão conhecendo e estabelecendo relações com o território e com o modo de vida local e concomitantemente vão desenvolvendo habilidades fundamentais para o trabalho profissional. A finalidade da abordagem planejada conjuntamente entre professores e discentes e executada pelos segundos é a vinculação dos estudantes com a comunidade e o reconhecimento das condições e do modo de vida da população do território local.

Nessa perspectiva, considera-se que o fato dos estudantes iniciarem o trabalho no primeiro semestre do curso não causa prejuízo a abordagem, visto que ela, a priori não requer conhecimentos conceituais aprofundados, mas sim

¹⁸ O modo de vida é decorrente das experiências concretas dos sujeitos, corresponde as estratégias de sobrevivência articuladas em determinadas condições de vida (THOMPSON, 1981).

¹⁹ A escuta sensível supõe uma inversão na atenção. (...) O "outro que escuta" não tem de dizer "a verdade" nem tem de proclamar "é preciso". Deve simplesmente escutar e responder adequadamente a demanda (...) (BARBIER, 1993, p. 209-216)

²⁰ Territorialização corresponde ao modo como os sujeitos estabelecem suas relações em determinados territórios que são atravessados por processos econômicos, sociais e culturais (SANTOS, 1989). Por exemplo, a articulação de um grupo de mulheres que se reúne para falar sobre as opressões que vivenciam nas relações conjugais, constitui-se como um movimento que expressa a territorialização dos sujeitos que estabelecem relações de apoio para sobreviver em um território atravessado por um processo cultural que corresponde ao machismo. No entanto, a territorialidade não se expressa somente em relações de apoio que potencializam os sujeitos para o enfrentamento das opressões vividas. Ela também pode reproduzir violência, por exemplo, quando os meninos saem a soco na escola, eles expressam a territorialização em suas relações.

2 PROPOSTA

capacidade de se voltar para a escuta do outro, habilidade que será trabalhada com os estudantes na fase de planejamento da ação.

Os resultados dessas inserções em extensão universitária poderão subsidiar problematizações em sala de aula ampliando as possibilidades do desenvolvimento do ensino, assim como poderão também ser impulsionadores de outros projetos de pesquisa e extensão.

2.5 RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (300 palavras no máximo)

O programa a partir de suas atividades estará vinculado diretamente à função social da Universidade, articuladas diretamente ao tripé ensino pesquisa e extensão, pois dentre suas funções está o comprometimento com a formação de sujeitos comprometidos com a sociedade. Para tanto, a partir das proposições do programa, objetiva-se construir mecanismos que potencializem ações de solidariedade e humanização tendo como foco a direção social almejada pelo projeto profissional do Serviço Social.

A indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão é extremamente relevante, o que leva o estudante de Serviço Social a um processo de criação, recriação e mudança no desenvolvimento do ser social. Freire (1996 p. 43), afirma “[...] da natureza mutável da realidade natural como histórica se vê homens e mulheres como seres não apenas capazes de se adaptar ao mundo, mas, sobretudo de mudá-lo. Seres curiosos, atuantes, falantes, criadores”. Pelas vias da formação profissional com foco na extensão, tem-se a oportunidade de contribuir para mudanças sociais.

Nesta concepção, as ações de extensão são consideradas um elo de comunicação entre a Universidade e a comunidade, onde ocorrem diálogos e trocas de saberes entre a realidade e o conhecimento acadêmico/científico. Entende-se que as ações de extensão não estão separadas do ensino e da pesquisa, compondo o tripé da formação discente, o que exige envolvimento de todo o corpo docente e os discentes e a comunidade, compromisso com a transformação social.

O Serviço Social tem na extensão a oportunidade de um processo formativo que possibilite a construção de sujeitos agentes do seu meio, contribuindo para a construção de uma sociedade comprometida com a formação de cidadãos que sejam sujeitos de sua história a partir de práticas de ampliação de sua cidadania.

2 PROPOSTA			
2.6 RESULTADOS ESPERADOS (300 palavras no máximo)			
<ul style="list-style-type: none"> • Materialização do papel social da Universidade em participar e contribuir com a resolutividade das principais manifestações e demandas sociais da comunidade; • Fortalecimento da presença da Unipampa no cotidiano da comunidade local; • Contribuir para futuros projetos de Extensão e Pesquisa. • Formação de sujeitos propositivos; • Ampliação da interação com a comunidade; • Popularização do conhecimento produzido na Universidade. 			
2.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (10 títulos no máximo)			
<p>BARBIER, René. A pesquisa-ação. Tradução Lucie Didio. Série Pesquisa em Educação, v. 3, Brasília: Líber Livro Editora. 2003.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.</p> <p>UNIPAMPA - Instrução normativa nº 18, 05 de agosto de 2021 .</p> <p>UNIPAMPA - Resolução 2317/2021.</p> <p>SANTOS, M. O Retorno do território. In: SANTOS, M. SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. Território: globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo, SP: Hucitec, ANPUR, 1989.</p> <p>THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.</p>			
2.8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES (não obrigatório; 200 palavras no máximo)			

3 EQUIPE EXECUTORA (Adicionar quantas linhas for necessário)

Nome	Vínculo (Discente, Docente, TAE ou outro)	Câmpus/Reit oria ou Instituição de Origem	Função* (mesma a ser informada na planilha de certificados)	Carga Horária Semanal**
Simone Barros de Oliveira	Docente	São Borja	Colaborador(a)	02
Monique Soares Vieira	Docente	São Borja	Colaborador(a)	02
Elisangela Maia Pessoa	Docente	São Borja	Colaborador (a)	02
Eduarda dos Santos Marques	Discente	São Borja	Colaborador (a)	02
José Wesley Ferreira	Docente	São Borja	Colaborador (a)	02
Solange Emilene Berwig	Docente	São Borja	Colaborador (a)	02
Monique Bronzoni Damascena	Docente	São Borja	Colaborador (a)	02
Jaqueline Carvalho Quadrado	Docente	São Borja	Colaborador (a)	02
Jaina Raqueli Pedersen	Docente	São Borja	Colaborador (a)	02
Jocenir de Oliveira da Silva	Docente	São Borja	Colaborador (a)	02
Jorge Alexandre da Silva	Docente	São Borja	Colaborador (a)	02
Rosilaine Coradini Guilherme	Docente	São Borja	Colaborador (a)	02

* Palestrantes, Oficineiros, etc., não são considerados Equipe Executora, e sim Convidados. Devem, portanto, ser certificados juntamente com os Ouvintes na Planilha de Solicitação de Certificados.

** A carga horária semanal destinada ao projeto não pode ultrapassar 20h.

4 PARCERIAS OU INSTITUIÇÕES EXTERNAS ENVOLVIDAS

NOME INSTITUIÇÃO	DESCRIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO
Secretaria Municipal de Educação	Articulação com as escolas da rede municipal de educação
Asilo São Vicente de Paula	Trabalho Social
Secretaria Municipal de Saúde	Articulação com os espaços de execução da política de saúde
Secretaria Municipal de Assistência Social	Articulação com os espaços de execução da política de assistência social
Centro de Formação Tereza Verzeri	Articulação com os espaços de execução das políticas de assistência social e educação.
Associações de Moradores de Bairros	Trabalho Social
Movimentos Sociais	Articulação com os sujeitos de direitos para realização de trabalho social
Catadores de materiais recicláveis	Trabalho Social
Associação de pescadores e ribeirinhos	Trabalho Social
Trabalhadores das Olarias	Trabalho Social
Grupos de autoajuda como AA, NA	Trabalho Social
Igrejas Cristãs, Centros espíritas, Religiões de Matriz Africana	Trabalho Social

5 PÚBLICO ALVO

5.1 Comunidade acadêmica interna:

PERFIL	Nº estimado de participantes
Discente	01
Docente	11
TAE	01
Terceirizado	
TOTAL	13

5.2 Comunidade externa*

PERFIL	Nº estimado de participantes
Sujeitos de Direitos das diferentes instituições	100

* Exemplos: Profissionais da educação básica, Estudantes da educação básica, Profissionais da saúde, Profissionais da área cultural, Idosos, Crianças, Adolescentes, Famílias, Mulheres, Trabalhadores rurais, Indígenas, Pessoas com deficiências, Artesãos, Outros.

6 AVALIAÇÃO

FORMAS DE AVALIAÇÃO DA AÇÃO (300 palavras no máximo)
<p>Pelo Público-alvo da Ação:</p> <p>A avaliação dos resultados obtidos pelo referido projeto se dará primeiramente pela adesão e o envolvimento dos participantes de projetos e ações com envolvimento da comunidade, dos órgãos não governamentais e governamentais, grupos e instituições sociais e religiosas, tanto em dados quantitativos como qualitativos (número de participantes, participação na organização, na execução, nos diálogos e diferentes interações com a comunidade).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatórios semestrais parciais; • Cada aluno fará seu próprio relatório ao final de cada semestre;
<p>Pela Equipe Executora:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reunião semestral de avaliação e planejamento; • A avaliação será realizada pela equipe executora do projeto semestralmente construído a partir da observação dos objetivos do programa com base na resolução 317/2021 da Unipampa.

7 CRONOGRAMA

PROGRAMAÇÃO PREVISTA			
Ação: 5 Círculos de Construção de Paz em Escolas da Rede Municipal de Educação de São Borja			
Data prevista	Carga horária prevista 20 horas	Local previsto	Membros da equipe executora envolvidos

PROGRAMAÇÃO PREVISTA			
Ação: 5 Círculos de Construção de Paz em Escolas da Rede Municipal de Educação de São Borja			
			Simone Barros de Oliveira e alunos cadastrados no componente curricular Justiça Restaurativa

Ação:			
Seminário sobre observação e escuta sensível			
Data prevista	Carga horária prevista 6	Local previsto UNIPAMPA	
Ação:			
Data prevista	Carga horária prevista	Local previsto	

Ação: Fórum Anual Serviço Social e Cidadania			
Data prevista	Carga horária prevista 4	Local previsto Unipampa	

Ação:			
Seminário anual de formação sobre violência de gênero			
Data prevista	Carga horária	Local previsto	